



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "A" AO Nº 167 SEXTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26 Líder Eunício Oliveira - Bloco (63,70) Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23 Líder Humberto Costa - Bloco (116,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128) Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17 Líder Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 0	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101) Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)

EXPEDIENTE	
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

*Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2013..... 4

1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

*Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2013..... 31

1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

*Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2013 51

1.1.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

*Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013 74

1.1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

*Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de maio de 2012 89

*Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2014 105

*Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2014..... 130

*Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2014 155

1.1.6 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

*Ata da 17ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2014 (realizada em conjunto com a 21ª reunião da CRE)

*Atas republicadas em razão da inclusão de tradução de falas proferidas em idioma estrangeiro.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA SEPTUAGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2013, ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dezoito horas e quarenta e três minutos do dia onze de novembro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Randolfe Rodrigues e Luiz Henrique. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Osvaldo Sobrinho, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de debater a dívida de estados e municípios com a União, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 63 e 66 de 2013, ambos de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues e outros, 74 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros, e 75 de 2013, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque e outros, tendo como expositores a Sra. Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, o Sr. Amauri Perusso, Presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil – FENASTC e Coordenador do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida no Rio Grande do Sul, o Sr. Eric Toussaint, Presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, a Sra. Eulália Alvarenga, Coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida em Minas Gerais, a Sra. Carmen Bressane, Coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida em São Paulo, o Sr. Lirando de Azevedo Jacundá, Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite, representando o Sr. Roberto Kupski, e o Sr. Waldery Rodrigues Júnior, Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Luiz Henrique. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Boa noite a cada uma e a cada um de vocês. Vamos dar início à nossa reunião.

Declaro aberta a 70ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença, entre outros, dos Senadores Eduardo Suplicy e Pimentel.

Esta reunião tem por finalidade debater a dívida de Estados e Municípios com a União. Faço um esclarecimento: a dívida financeira, porque, para mim, a dívida real dos Estados e Municípios é o analfabetismo, é o fato de que as crianças não estão concluindo o ensino médio, de que os doentes não estão tendo hospitais. Para mim, essa é a maior dívida de todas, mas, hoje, vamos discutir a dívida financeira. Ela é o resultado do requerimento dos Senadores Randolfe Rodrigues, Suplicy e outros e também de minha autoria.

Estão convidados a Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida Maria Lúcia Fattorelli, que convido para vir à mesa. (*Palmas.*)

Convido o Presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, Coordenador do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida no Rio Grande do Sul, Amauri Perusso; o Presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, Eric Toussaint; a Coordenadora do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida em Minas Gerais, Eulália Alvarenga; a Coordenadora do Núcleo de Auditoria Cidadã da Dívida em São Paulo, Carmen Bressane; o Presidente da Federação Brasileira das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Roberto Kupski, que vai ser representado pelo Vice-Presidente, Lirando de Azevedo Jacundá. (*Palmas.*)

Deixe-me repetir. O Roberto Kupski está? Não está. E o Claudio Pacheco Prates? Também não? Não. Ele é que é representado por Lirando de Azevedo Jacundá, que aqui está.

Finalmente, convido o Sr. Waldery Rodrigues Júnior, Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (*Palmas.*)

De acordo com art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, vamos adotar as seguintes normas: cada convidado fará sua exposição por dez minutos, até porque temos muitos convidados. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Até aqui não temos nenhum inscrito. Faremos blocos de perguntas, concedendo a palavra

a três Senadores e, em seguida, será dada a palavra aos interpelados para responderem às questões dos Srs. Senadores. Os interpellantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta dos interpellados.

Concedo a palavra à primeira convidada, Sr^a Maria Lúcia Fattorelli.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, agradeço se puder me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Inscreverei.

Eu só queria lembrar que, em nossas audiências, é muito comum que cada um acabe falando de uma maneira que fica difícil, ao final, fazer um relatório. Por isso, enviei para cada um – espero que tenham recebido – uma coleção de perguntas. Não precisam ficar presos a essas perguntas, mas, ao final, vou lê-las e ver quais delas receberam respostas e quais não tinham muito sentido. De qualquer maneira, tentei dar uma organicidade ao debate.

Dr^a Maria Lúcia.

A SR^a MARIA LÚCIA FATTORELLI – Boa noite a todas e a todos.

Em primeiro lugar, nosso imenso respeito pelo Senado Federal, que abriu este espaço para ouvir a sociedade civil acerca de um tema tão importante como a dívida pública, porque, afinal de contas, quem arca com o peso da dívida é a sociedade.

Divulgamos o problema da dívida integrado como um sistema. Não vemos a dívida pública como algo separado. Pelo contrário, enxergamos a dívida pública como um sistema. E trata-se de um sistema que vem utilizando esse importante instrumento, que deveria ser utilizado para financiar o Estado, para complementar os recursos dos Estados e Municípios e da União, o endividamento público, ao contrário, como um mecanismo de subtração dos recursos. Esse sistema se reproduz internacionalmente e se reproduz internamente junto a Estados e Municípios.

A principal característica desse sistema da dívida é a ausência de contrapartida para as dívidas. Esse é o primeiro aspecto. E isso é muito importante, porque, em geral, quando se fala em dívida, o cidadão admite que, se existe dívida, houve uma entrega de recursos.

Nas investigações que a Auditoria Cidadã tem feito, tanto no Brasil como fora, temos determinado a ausência de contrapartida das dívidas. As dívidas surgem, são geradas por diversos mecanismos, muitos deles fraudulentos, e crescem pela incidência de mecanismos meramente financeiros. E o maior beneficiário é o setor financeiro – no Brasil, interna e externamente, e no mundo.

Como opera o sistema da dívida? Ele opera atuando no modelo econômico, por exemplo, defendendo o absurdo de que juros elevados servem para combater inflação. Isso não tem lógica. Atua também, por exemplo, defendendo privilégios financeiros de tal forma que a dívida absorve a maior parte dos recursos financeiros. Mexe com o sistema legal. Temos aqui presente, inclusive, o Prof. Benayon, autor de um artigo muito importante, *Anatomia de uma Fraude à Constituição*, que trata da inclusão do privilégio da dívida no art. 66 e em vários outros fundamentos legais, que são modificados para privilegiar o endividamento público.

O sistema político, os bancos, o sistema financeiro e grandes corporações que se beneficiam do sistema da dívida financiam muitas campanhas eleitorais de tal forma que, depois, diversos políticos, tanto do Executivo quanto do Legislativo, deixam de enfrentar o sistema da dívida porque vão enfrentar seus financiadores.

O sistema lida com a corrupção tanto porque precisa de aprovação de diversas medidas que são corruptas em si, porque absorve recursos que deveriam ser canalizados para as áreas sociais e os destina ao setor financeiro, como também utiliza a corrupção de varejo para servir de cortina de fumaça para que a sociedade não perceba essa verdadeira sangria de recursos pelo sistema da dívida.

E, infelizmente, a grande mídia também, em grande parte, é controlada por esse setor. Esse conjunto gera uma tremenda dominação financeira com graves consequências sociais.

O sistema da dívida se reproduz no âmbito dos Estados e Municípios num endividamento sem contrapartida. Tivemos o cuidado de ler todas as resoluções do Senado Federal, desde 1970, que aprovaram endividamento de Estados. Esse estudo está neste livro *Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados*, que passo às mãos dos Senadores Cristovam, Supply – peço que chegue – e já entreguei ao Senador Pimentel. Então, lemos todas as resoluções do Senado Federal e constatamos que, na maioria das resoluções desde 1970 e 1980, das duas décadas, não costa quem foi o agente emprestador tampouco a finalidade dos empréstimos. Há uma suspeita de que o endividamento dos Estados surgiu naquele crescimento brutal do endividamento público na época da ditadura militar.

Qual é a destinação desses empréstimos? Essa é uma resposta a ser dada.

Bom, na década de 90, essas dívidas de Estados cresceram absurdamente por reflexo da equivocada política federal de elevar os juros, que ultrapassaram 40% ao ano. Essas dívidas cresceram como uma bola de neve. Quando já estavam elevadíssimas, foram refinanciadas pela União, no final da década de 90, ignorando todo aquele histórico de inconsistência, e mais: somando a essas dívidas os passivos dos bancos que seriam

privatizados. Uma verdadeira caixa-preta! Não se conhece que passivos eram esses, e essa conta foi transferida para a sociedade e está religiosamente sendo paga por ela.

As condições impostas pela União nesse refinanciamento foram tão onerosas que, nos últimos anos, Estados e Municípios estão se endividando com o Banco Mundial e com bancos privados internacionais, assumindo dívidas externas para pagar para a União. Uma verdadeira aberração, um desrespeito ao federalismo.

CPIs da dívida – meus companheiros, principalmente de São Paulo, vão falar em seguida sobre isso – comprovaram fraudes na composição dessa dívida, que tem gerado tremendo sacrifício social, impedimento aos direitos humanos, principalmente ao direito à educação, Senador Cristovam.

O resumo da ópera: o valor refinanciado em 1998 foi de R\$113 bilhões. Os Estados pagaram, até 2011 – não temos dados de 2012 – R\$55 bilhões; os juros pagos, R\$120 bilhões. Então, os Estados pagaram para a União R\$176 bilhões. Qual era o saldo em 2011? Trezentos e sessenta e nove bilhões. A conta não fecha. Enquanto isso, olhem o crescimento da dívida externa dos Estados. De 2010 para 2012, dobrou, dobrou a dívida externa porque os Estados estão se endividando externamente para pagar a União.

De que trata o PL 238 que vai ser votado por esta Casa? O PL 238 apenas muda, modifica, a partir de agora, a remuneração nominal, trocando os juros, que antes eram de 6% a 9%, para juros de 4%; trocando a atualização monetária, que era pelo IGP-DI pelo IPCA. Quais são as nossas críticas? Essa mudança é insuficiente. Ela mantém o privilégio de atualização monetária automática mensal cumulativa para a dívida pública. E mais, ela ainda é muito extorsiva. Se olharmos quanto o BNDES, o que o BNDES oferece para empresas privadas, taxas de 6% ao ano sem atualização monetária ou TJLP sem atualização monetária, que agora está em 5%, perguntaremos por que é que a União, para um ente federado, tem que exigir condição mais onerosa do que essa?

Em relação ao estoque, o PL 238 limita-se a recalcular com base na Selic. Sabem o que era a Selic lá na assinatura dos contratos? Era a penalidade. O Estado que não pagasse em dia teria o seu acréscimo calculado com base na taxa Selic. Agora o que era penalidade está virando regra? E, olhem, tem muita gente comemorando essa mudança.

Nosso País, por conta do sistema da dívida, vive um paradoxo inaceitável. O Brasil não é qualquer país, nós somos a 7ª economia mundial e é inaceitável que sejamos a 3ª pior distribuição de renda do mundo, o 85º no *ranking* dos direitos humanos, de acordo com a ONU, que mede o IDH, o penúltimo no *ranking* da educação, Senador Cristovam – esse item eu pesquisei em homenagem ao senhor –, o 128º no *ranking* do crescimento econômico e tem vários outros índices inaceitáveis para a condição de 7ª economia mundial. Isso se explica nesse gráfico do orçamento, uma pizza muito mal repartida em que a União absorve, com os juros e amortizações da dívida, 44%; Estados, Municípios e Distrito Federal, 27%; mais de 5 mil Municípios ficam com 10,21%; a saúde, com 4%; a educação, com 3,34%. E muita gente questiona por que nós incluímos amortização aí. Sabe por que incluímos? Porque, na CPI, comprovamos que juros estão sendo contabilizados como amortização; grande parte dos juros.

O orçamento do próximo ano segue o mesmo. Essa ausência de recursos para investimento tem levado o País às privatizações contínuas. Inclusive, há poucos dias, vimos a Presidente da República, o Presidente do BNDES, o Ministro da Fazenda, o Ministro da Indústria e Comércio, todos em um seminário no auditório do Goldman Sachs, em Nova York, oferecendo investimentos privados no Brasil com financiamento do BNDES e garantia do Banco Central. Isso aí tudo por quê? Por que não temos recursos? Claro que temos. Os recursos estão sendo encaminhados para a dívida.

Desde o Plano Real, vejam a sequência dos gastos. Senador, enquanto a educação nunca recebeu mais do R\$50 bilhões do orçamento federal, a saúde nunca ultrapassou R\$80 bilhões, pessoal e encargos nunca ultrapassaram R\$200 bilhões – e olhem que gostam de dizer que os funcionários públicos são os bodes expiatórios do gasto público! –, a previdência também nunca chegou a R\$400 bilhões, a dívida pública, no ano que vem, vai consumir R\$1 trilhão, segundo o orçamento encaminhado pela Presidência ao Congresso.

A dívida tem impedido vida digna. O que a Auditoria quer é saber: que dívida é essa? De onde surgiu? Quem a contraiu? Quanto já pagamos? Quanto realmente devemos? A auditoria está prevista na Constituição, mas nunca foi realizada. A Auditoria Cidadã vem tentando cumprir um papel social. Conseguimos uma CPI na Câmara que foi muito importante, mas ainda não é auditoria.

O Equador deu uma lição de soberania ao mundo: fez uma auditoria. E olhem só o que aconteceu com o investimento social! Depois da auditoria, anulação de 70% da dívida espúria, o gasto com a dívida reduziu em um terço, ao mesmo tempo em que o gasto social multiplicou por três, como mostram os dados.

Com isso, concluo, agradecendo imensamente por esta oportunidade.

O PLP 238 é insuficiente. A sociedade civil quer auditar a dívida dos Estados e Municípios para desmascarar a atuação do sistema da dívida. Queremos rever essa política monetária e fiscal para garantir distribui-

ção de renda, justiça social no nosso rico País, a fim de que os direitos humanos sejam atendidos e tenhamos transparência e acesso à verdade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero agradecer, pela forma enfática e competente, a Sr^a Maria Lúcia Fattorelli, que fez a sua apresentação em um tempo bom, passou muito pouquinho apenas, e passar a palavra para Amauri Perusso.

O SR. AMAURI PERUSSO – Sr. Senador Cristovam Buarque, que preside esta reunião, Srs. Senadores, senhoras e senhores, todos os anos, os 34 tribunais de contas do Brasil examinam as contas de prefeitos, governadores e do Presidente da República para organizar o parecer prévio onde concentram-se todas as informações e análises de cada exercício sobre a responsabilidade de determinado governante. Votado pelos ministros do TCU e conselheiros dos TCEs e TCMs são esses pareceres submetidos ao julgamento final do Parlamento. Importante dizer aqui que, há mais de uma década, o Congresso Nacional não julga as contas do Presidente da República, restando inconcluso e desatendido todo o trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União nessa matéria.

No parecer prévio da União, em alguns Estados-membros, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros, em especial no Município de São Paulo, que destaco pela simbologia de ser uma das maiores cidades do mundo, anota-se um crescente comprometimento das dotações orçamentárias e financeiras para atendimento de um único compromisso de despesa, que é o pagamento da dívida.

Os tribunais de conta sabem que não basta uma auditoria de conformidade. Conferir se foram adequadamente contabilizadas as receitas e despesas e as razões de cada lançamento é necessário, porém insuficiente. No caso da dívida pública, exige-se uma auditoria especial que aprofunde as informações para saber como foram contraídas, que destinação foi dada aos recursos, como essas dívidas cresceram e como liquidar essas obrigações, protegendo as finanças e os interesses do povo.

Para compreender e para julgar, é indispensável avaliar a efetividade das políticas públicas. Aqui entra a definição de qual é modelo econômico que o País e os Estados-membros vão seguir. Poder-se-á priorizar as demandas sociais e a construção de infraestrutura ou ampliar a histórica concentração da riqueza neste momento centrada no sistema financeiro.

A combinação de globalização e concentração de riqueza gerou uma extrema desigualdade dentro dos países e entre suas regiões. Há muito tempo, o endividamento deixou de ser instrumento de financiamento do Estado. Em vez de aportar valores, passou a funcionar como um mecanismo contínuo de subtração de recursos públicos que se direcionam e se concentram no setor financeiro.

Números apurados pela auditoria do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul dizem que o nosso Estado, onde coordeno a Auditoria Cidadã da Dívida, teve uma dívida refinanciada, em 1998, de R\$9,5 bilhões. De lá até 2012, pagou R\$17 bilhões e ainda assim deve R\$43.581.663.126,38 no limite de 31 de dezembro de 2012. Apenas a título do refinanciamento da dívida efetuado junto com a União, de 1998 até 2012, o indexador definido contratualmente, o IGP-DI mais 6% de juros ao ano, cresceu 728% e a inflação do período, medida pelo IPCA, chegou tão somente a 146%.

O Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, esteve lá, a convite desta Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 3 de setembro e desfilou um conjunto de gráfico para demonstrar – aspas – “que há um processo no qual os entes federativos vão diminuindo sua dívida com a União. Todos foram melhorando”, afirma ele, indicando que os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte quitaram suas dívidas. Para caracterizar a melhora, o Secretário Arno comparou a dívida com o PIB. Restaram perguntas. Qual secretário da fazenda de Município, Estado ou do País gerencia PIB? O que é importante determinar: o impacto da dívida sobre o orçamento anual ou, em outras palavras, mais consentâneas com a realidade brasileira, qual o serviço público que deixará de ser prestado para pagarmos os juros da dívida?

O objetivo da Secretaria do Tesouro, neste momento, é empurrar os endividados para tomarem mais créditos, caracterizando mais do mesmo, especialmente tomando crédito de instituições internacionais.

Volto ao caso do Rio Grande do Sul, onde o Governador Tarso Genro solicitou e obteve do Parlamento local autorização para contratar R\$6,2 bilhões de novos empréstimos enquanto pagou, somente de juros da dívida pública, somados os exercícios de 2011 e 2012, R\$5,1 bilhões e pagará, estimados para 2013, R\$2,8 bilhões. Trata-se de 13% da receita líquida real, percentual não alterado pela subemenda global de relator, conteúdo final do PLC 238/2013, votado pela Câmara dos Deputados. A manter-se aqui no Senado a determinação da Câmara dos Deputados, continuaremos formando o resíduo da dívida até depois de 2020, ainda que a receita do Estado cresça anualmente, como tem crescido, nos últimos dez anos, 3% real ao ano. Enquanto os investimentos com recursos próprios, em 2012, no Rio Grande do Sul, da Administração Direta não ultrapassaram R\$360 milhões, atingindo, com os empréstimos, R\$1,2 bilhão, nós pagamos R\$2,5 bilhões de dívida.

Muito grave, Srs. Senadores, é admitir-se, numa operação entre entes federados, que se institua a prática de juros – no caso do Rio Grande do Sul, da ordem de 6%, de 7,5% para Minas Gerais e 9% para o Município de São Paulo. Juro é lucro sobre capital.

Quanto representam os juros na dívida federalizada? Estimativas indicam que eles representam 88,44% do montante ainda devido. São R\$434 bilhões de um total de R\$491 bilhões atualizados. A estimativa é justificada pela dificuldade de determinar no global, tendo em vista as taxas diferentes de cada contrato.

Mas não são apenas juros, Srs. Senadores. Existem juros sobre juros. No caso do Rio Grande do Sul, o relatório da Secretaria da Fazenda de 2012, tratando da dívida pública, documento oficial, na p. 42, diz que, “aplicada a lei da usura, Decreto Federal nº 22.626, de 1933, que foi recepcionado pela Constituição de 1988, diz que é proibido cobrar juros sobre juros”. A conta resíduo da dívida do Rio Grande do Sul deveria ser reduzida em 25,3% ou 11,5% do total do estoque da dívida, representando 4,9 bilhões em 31 de dezembro de 2012.

A Tabela Price, imprópria sob todos os aspectos para uma relação entre entes públicos da União, Estados e Municípios, imposta nos contratos de federalização das dívidas em 1997 e 1998, ao produzir esse resíduo com limitador de desembolso de 13% da receita líquida real, resulta em anatocismo, prática proibida e condenada pelo STF na Súmula nº 121.

Como Coordenador do Núcleo da Auditoria Cidadã do Rio Grande do Sul, atuamos em conjunto com o movimento que lá denominamos “Dívida Pública: vamos passar a limpo essa conta!”, que reuniu, em manifesto pela necessidade e urgência da renegociação ou refazimento das dívidas, 96 entidades da sociedade, da federação das indústrias, passando pelas centrais sindicais de trabalhadores até a juventude nas suas entidades estudantis.

O que esperamos ou o que espera o povo brasileiro do Senado neste momento? A alteração do projeto de lei que veio da Câmara para determinar:

1 – a retroatividade, já admitida na Câmara dos Deputados, para calcular, desde o início do contrato, pela Selic, aplicando-se o IPCA desde o nascimento do contrato, porquanto esse é o índice que mede a inflação, que não determinaria ganho em favor dos devedores e muito menos em relação ao Governo Federal, como acontece hoje;

2 – expurgo de todo juro, pois a União não pode ter lucro financeiro sobre Estados e Municípios;

3 – a redução do índice de desembolso para 5% a 6% da receita líquida real, pois cálculos preliminares dizem que esse comprometimento de 5% a 6% resultaria na liquidação da dívida até 2027, e, como os contratos têm mais 10 anos adicionais depois de 2027, perfeitamente, se pagaria essa dívida.

Ademais, esses são os comprometimentos históricos que Estados e Municípios tinham até renegociarem as suas dívidas com a União. Como consequência, Senador Cristovam, deverá ocorrer a devolução de valores para aqueles Estados que pagaram mais do que era devido. Isso é ato de justiça!

Debate relevante tem ocorrido sobre onde gastar esses recursos que estarão, então, disponíveis. A resposta é mais democracia ou democracia real. Devemos estimular a participação social no debate sobre aplicação dos recursos públicos.

O Congresso Nacional já legislou, através da Lei Complementar nº 131, de 2009, para exigir esse tipo de conduta da União, dos Estados e dos Municípios. A União, reconhecemos nós, não é o melhor exemplo de efetividade do gasto público. Devemos confiar na política de descentralização, permitindo que Estados e Municípios definam suas prioridades, que certamente estarão condicionadas pelas demandas do povo.

Nós, dos Tribunais de Contas, defendemos também a existência e o funcionamento de estrutura de controles internos e externos dos Poderes e órgãos para consolidação de um sistema de controle externo brasileiro, de modo a inibir a corrupção que anda pelo País.

É preciso dizer que não se fará combate à corrupção sem transparência, de resto, pouco presente nas dívidas públicas, daí a necessidade de auditorias com atuação e presença da cidadania.

Precisamos responder se com o refazimento dos contratos de federalização das dívidas dos Estados e Municípios teremos uma ampliação da crise fiscal. A crise fiscal federal já está presente, e não vou falar aqui da chamada contabilidade criativa. A crise fiscal é determinada pela transferência de enormes quantidades de recursos financeiros para pagamento da dívida pública federal, o que condiciona as decisões de políticas públicas. O exemplo mais recente desta conduta é a realização do leilão de Libra, onde foi exigido no edital o pagamento pelo vencedor de um bônus de US\$15 bilhões, antecipadamente.

A crise fiscal se expressa gravemente sempre no comparativo entre os valores fixados orçamentariamente pela União, para as obras do PAC, por exemplo, e aquelas efetivamente executadas em cada exercício.

É impressionante quando ouvimos – já vou concluindo, Sr. Presidente – a expressão contingenciamento orçamentário. Isso significa ausência de investimento para as necessidades básicas da população e ampliação de recurso para pagamento dos juros.

O PLC nº 238, aprovado na Câmara dos Deputados, colocará um patamar mais equilibrado na situação criada a partir da renegociação da dívida dos Estados, em 1998, pela Lei nº 9.496? Não! Isso é um ledor engano! O sistema da dívida continuará a usurpar a maior fatia de recursos públicos, se mantido o projeto aprovado na Câmara dos Deputados. O refazimento dos contratos de federalização da dívida não resultará, se adotado o IPCA, desde o nascimento, em ganhos para alguns ou prejuízos para outros, mas sim em um processo de justiça para os devedores.

A dívida não é um tema a ser medido somente por resultados financeiros. O que se está discutindo é uma relação sadia entre os entes da Federação.

Agradeço muito por poder falar nesta importante Comissão. Permaneço aqui para eventuais questionamentos.

Muito obrigado por terem me ouvido. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós que agradecemos ao Sr. Amauri Perusso.

Passo a palavra ao Sr. Eric Toussaint.

O SR. ERIC TOUSSAINT *(Tradução por profissional habilitado.)* – Muito obrigado.

Vou falar “portunhol”, sobretudo espanhol, assim peço desculpas. Meu idioma materno é o francês. É uma honra estar com os senhores no Congresso do Brasil, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em presença de vários senadores e de companheiros e companheiras que participam ativamente da auditoria cidadã da dívida. Quero saudar também o povo brasileiro que deu um exemplo este ano ao mundo inteiro, pois creio que é a primeira vez nas últimas décadas em que um povo, particularmente sua juventude, se levanta contra gastos luxuosos que parecem injustificados, como os gastos imensos relacionados à Copa do Mundo.

Em vários países do mundo nos demos conta de que depois de Jogos Olímpicos, como na Grécia em 2004 e em outros países, ou após Copas do Mundo de futebol, a dívida pública interna e externa explodiu. É a primeira vez que um povo se pergunta, com um ano de antecedência, sobre como utilizar o dinheiro público e se é justificável utilizá-lo para somente esportes e obras de grande porte quando prioridades no tocante aos direitos humanos ainda não são contempladas na sétima economia mundial, como mencionava Maria Lúcia Fattorelli.

Os senhores estão conversando e analisando com muito rigor a questão de um projeto de lei e eu gostaria de abordar um assunto correlato. Refiro-me à situação na União Europeia. Os senhores passaram pela crise do final dos anos 1990, a que os senhores se referem como refinanciamento das dívidas dos estados. Na União Europeia, que é um proto-Estado, há países com seus Estados, seus governos, temos a Comissão Europeia, e temos uma relação dentro da União Europeia semelhante à existente entre as províncias, os Estados do Brasil, e a Federação, o Poder Federal. E podemos comparar o suposto salvamento que houve em 1997/1998 no Brasil e as condições impostas às finanças públicas dos Estados nessas circunstâncias com o que está acontecendo na Europa, a Europa que é agora, desde 2010, o epicentro da crise mundial das dívidas privadas e, em consequência, públicas. Em que sentido podemos fazer uma comparação? Refiro-me ao suposto salvamento organizado pela Troika, a saber, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, estendido à Grécia, à Irlanda, a Portugal e ao Chipre. Aparenta ser uma operação de salvamento, quando na verdade se trata de refinarciar dívidas desses países para garantir que esses países – que recebem os empréstimos da Troika – possam reembolsar a dívida aos brancos privados alemães, franceses, belgas, luxemburgueses etc. Um salvamento que implica mais dívidas do que antes. É preciso ter em mente que na Grécia em 2010 a relação da dívida pública e o Produto Interno Bruto chegava a 110 por cento. Hoje, em 2013, após o salvamento, a relação dívida pública/PIB na Grécia é de 175 por cento. Não sei se conseguem imaginar o que significa para a Grécia o “salvamento”: mais dívidas e sacrifícios enormes impostos a toda uma população, com um decréscimo no PIB de 27 por cento em quatro anos, com um índice de desemprego de 26 por cento e, para a população abaixo de 25 anos, um índice de desemprego de 50 por cento. Ou seja, o suposto “salvamento” da Grécia – poderíamos citar também o caso de Portugal, da Irlanda e do Chipre – acarreta a implementação na Europa do que os povos da América Latina tiveram de viver durante os anos 1980, 1990 e 2000, ou seja, planos de ajuste e mais dívidas para reembolsar, inicialmente, credores privados e, por fim, credores públicos – na Europa a Troika e aqui o governo federal, que cobra as dívidas depois de emitir bônus no refinanciamento das dívidas dos estados em 1997/1998.

Mas eu gostaria de dizer também que há esperança. Comecei citando a esperança que nasceu em mim ao ver o que fez a juventude do Brasil em junho deste ano. Mas quero continuar a falar de esperança mencionando o Equador em 2007/2008, com a auditoria da dívida da qual participamos eu e Maria Lúcia Fattorelli durante quatorze meses, auditando as dívidas públicas internas e externas do Equador, o que terminou com

uma suspensão de pagamento – totalmente justificada – e que permitiu reduzir de maneira acentuada a dívida do Equador.

Gostaria de mencionar também a Islândia, menos conhecida, a Islândia que parecia ser o símbolo de sucesso neoliberal até a crise de 2008. Em 2008 todo o sistema bancário privado desmoronou, em consequência de uma crise bancária dois ou três dias após a falência dos Lehman Brothers. E o que o governo da Islândia fez, sob a pressão do povo, foi negar-se a reembolsar a dívida exigida pelo Reino Unido e pela Holanda à Islândia: 3.5 bilhões de euros. A Islândia, sob a pressão das ruas, negou-se a pagar essa dívida e graças a referendos populares e ao apoio popular. Em seguida, uma sentença emitida pelo Tribunal da Associação Econômica de Livre Comércio em janeiro de 2013 deu toda a razão à Islândia por ter-se negado a reembolsar o Reino Unido e a Holanda. Ao anunciar esse respaldo, a Corte declarou que um país não é obrigado a indenizar terceiros pela falência de um banco privado. Não é a responsabilidade do Estado socializar as perdas privadas. Portanto, foi uma vitória para o povo da Islândia.

Gostaria de citar também a França, e terminar com esse exemplo. Na França, nos últimos anos bancos privados concederam créditos tóxicos, com produtos estruturados, com taxas variáveis, indexadas na relação dólar/franco suíço, ou seja, nada a ver com as finanças de municípios franceses. Eram produtos estruturados tóxicos. Sob a pressão dos cidadãos em vários municípios da França, esses municípios decidiram suspender de maneira unilateral o pagamento da dívida aos bancos devido aos abusos perpetrados por esses bancos. E este ano há várias sentenças judiciais dando razão a essa decisão unilateral dos municípios de suspender o pagamento.

O que isso demonstra? Demonstra que, com o apoio dos cidadãos, ou sob a pressão dos cidadãos, governos como o governo da Islândia, municípios como os municípios da França, o governo do Presidente do Equador (sob pressão popular e com apoio popular) conseguem desobedecer aos credores, conseguem obrigar esses credores a concederem novas margens de manobra aos poderes públicos para garantir os direitos humanos, para melhorar os gastos sociais. Assim concluo dizendo que precisamos resistir, precisamos resistir valendo-nos de argumentos do direito internacional e do direito interno, a fim de garantirmos a observância dos direitos humanos.

Muito obrigado por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós agradecemos ao Sr. Eric Toussaint.

Passo a palavra à Sr^a Eulália Alvarenga.

A SR^a MARIA EULÁLIA ALVARENGA DE AZEVEDO MEIRA – Boa noite a todos e a todas.

Eu vou voltar para a minha aldeia. Eu vim contar aqui o caso de Minas e o coração rebelde de Minas.

Vamos lá. Com essa visão macro da Maria Lúcia, do Eric, do meu colega do Rio Grande do Sul, o que está acontecendo com as dívidas dos Estados? O que aconteceu com a dívida de Minas? A situação é a mesma, o *modus operandi* da dívida é o mesmo.

Então, em Minas, foram três contratos. Um é o 04/1998, que foi assinado em 18/02/98. O paradoxo que vocês vão perceber de Minas é que o primeiro Governador a assinar foi o Eduardo Azeredo, o primeiro a assinar o contrato, o ajuste. Depois vamos chegar ao Itamar, ao que ele resolveu.

O segundo foi a abertura de crédito de compra e venda de ações com a União, assinada em 08/5, que é o Proes. No Proes, o empréstimo de Minas foi de R\$4,3 bilhões. Ele foi justificado pela necessidade de promover o saneamento e a privatização dos bancos estaduais. Esse está em IGP-DI + 6% de juros. O Contrato 04 é IGP-DI + 9%. O que acontece? Foram saneados os bancos e, na privatização, esses bancos foram vendidos por um terço do preço. Gastaram R\$1,5 bilhão aproximadamente para sanear o BEMGE, por exemplo, e ele foi vendido por R\$500 milhões. Então, o povo ficou com esse passivo.

Outro contrato foi o de Conta Resultados a Compensar (CRC), assinado em 1995. Depois teve mais cinco aditivos. A União repassa ao Estado o seu débito com a Cemig.

Vamos pegar o primeiro contrato da Cemig. Ele era de R\$602 milhões; Minas pagou, no final de 2011, com as prestações – houve uma época em que não pagou – cerca de R\$5,6 bilhões, sendo 76% das ações privadas, que estão com acionistas privados, e 45% se encontram na mão de estrangeiros. E dizem que a Cemig é de Minas; a Cemig não é de Minas.

Então, no final de 2012, o Estado renegociou essa dívida por meio de tomada de empréstimo externo, cerca de R\$4 bilhões junto ao Banco Mundial e outras instituições internacionais, alegando que teve um desconto de R\$1,9 bilhão e passaria a pagar juros de 4,62% (taxa média ponderada pelos saldos e pela projeção da Libor). Ou seja, 4,62% mais a variação cambial. Isso foi feito a toque de caixa. Nós, lá da Auditoria Cidadã, trouxemos documentos questionando essa parte, mas é o que está acontecendo em Minas.

Na dívida com a União, entraram os títulos do Estado, as Letras do Tesouro, os débitos que havia com o Banco do Brasil, Caixa Econômica e vários bancos e diminuíram um crédito de correção monetária do IPI que a União tinha com Estado e Município. Para vocês terem uma ideia da dívida de Minas, o Estado fica dois anos acertando a dívida e acertando o valor daquilo que estava sendo privatizado, dando à União para garantir os 10% de entrada.

A parcela a ser amortizada foi com bens e direitos na conta gráfica aberta ao agente – esse agente achamos que é o Banco do Brasil, mas não conseguimos saber – de 10% da dívida mobiliária.

O Governo que fez esse contrato, que foi o de Eduardo Azeredo, não pagou nenhuma parcela; deixou para o Itamar Franco pagar essa dívida.

Do valor do IPI, a correção monetária do IPI que a União devia ao Estado, eles tinham que repassar o quê? O IPI é da conta de repasse do Fundo de Participação dos Municípios. A União teria que repassar 20% desses créditos aos Municípios. Nós não conseguimos apurar se foi realmente passado. Até o presente momento, a gente não achou isso. E está, inclusive, na lei. A letra “b”, do art. 8º, da Lei 9.496, fala disso.

Entraram ações do BEMGE, letras do Tesouro. Foi isso que Minas deu. O estranho é que, nessa parte, ela fala que “se os valores não forem suficientes, o Estado se compromete a pagar o saldo restante à vista ou alienar novos bens e direitos e, se passar, a União utiliza para amortizar a dívida refinanciada.” Então, Minas deu esse patrimônio, mas nem sabe o quanto valia. E a gente não consegue achar essa conta gráfica. A sociedade civil... Não há transparência, não há controle social, por mais que a gente faça cartas solicitando essa transparência. Inclusive, Senador, eu trouxe à Comissão várias cartas que nós já protocolamos e nenhuma delas obteve resposta do Governo do Estado. Nós estamos tentando.

O contrato inicial sofreu alterações de valores desde sua assinatura, que foi em 1998, até o Quarto Termo Aditivo, tudo no Governo Eduardo Azeredo. Então, o Primeiro Aditivo foi reajuste dos valores devidos. Eu estou colocando isso, senhores, para que vejam como o Estado não sabia o que estava dando, negociando. Ele vai fazendo aditivos, aditivos e aditivos; altera os valores das empresas privatizadas.

O 3º Ativo. O Estado precisa de dinheiro, de obter recursos livres, então, ele aliena ações da CEMIG. E assim vai essa luta. Prorroga, para liquidação do saldo devedor da conta gráfica, em 1999. Até essa data, o Governo ainda não havia quitado nada totalmente. Em 28/1 houve este repasse: as ações das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais pertencem à União, repassam para a União, e também as ações da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG).

Não se sabe como foi calculado esse ativo dessas empresas nem o seu valor, não se apresenta conta gráfica. Então, essa história de Minas é a história de todos os Estados brasileiros. Isso foi feito naquela política neoliberal. Vocês vão ver que as leis e a medida provisória foram todas da década de 90.

Então, o que a sociedade precisa saber? A primeira coisa é que dívida é essa. Minas não se cala em relação a esse sistema da dívida. E nós viemos aqui com o nosso coração rebelde mostrar que, em Minas, desde 1999, estamos lutando. Trouxe até uma tese de mestrado que entreguei para o Senador Randolfe, e tenho mais duas cópias, para ver esse pedido da moratória do Itamar. Como foi feito isso e como a mídia usou, como foi usado isso, primeiro, antes de o Itamar declarar a moratória. E depois que ele declarou a moratória, virou calote. Como seria calote se a União poderia, inclusive, reter o Fundo de Participação dos Estados? Minas não iria dar calote! A gente quer pagar a dívida, se ela for legal e legítima.

Então, se vê a lógica. Tanto no campo da comunicação como no campo da política, Itamar é isolado pelo Governo. Itamar tenta desatrelar o Estado da ganância do capital internacional; solicita suspensão, por 90 dias, para pagamento da renegociação do débito com a União. Aí vem a Carta de Porto Alegre, a Carta de São Luís.

Como foi isso? Inclusive, quando estourou a crise, porque todo mundo sabia que estava condensado o real, Itamar é acusado de provocar a crise no Brasil.

Então, veremos *Figurações do Real – Mídia e Política na Cena Mineira*, da Profª Teresinha – eu trouxe uma cópia para vocês.

Minas não se cala.

O sistema da dívida. A Prof. Misabel Derzi, quando foi Procuradora do Estado, solicitou uma emissão de uma breve nota técnica sobre as graves questões de hermenêutica constitucional envolvidas na pretensão de tutela jurisdicional por parte do Estado de Minas Gerais junto ao Supremo Tribunal Federal contra a União. Então, lá estão todos os pressupostos, inclusive de federalismo, dessa parte toda, sobre a qual os meus companheiros já falaram. E ela pede também revisão de cláusula do contrato, que, à luz dos princípios constitucionais asseguratórios do Pacto Federativo e da autonomia dos entes federados, violam a Constituição em face dos fundamentos do despacho monocromático que foi da lavra do Supremo.

O que acontece? Em 2001, está ali o conflito. A Lei fala em variação do IGP-DI, fala em avaliação positiva, mas, quando era negativa, eles não punham zero. Ali aquela fórmula vocês vão ver. Só por ter pulado aquela

fórmula, Minas está pagando a mais 2,1 bilhões, porque é juro sobre juro. Eles dividem por doze e vão aplicando mês a mês. Então, dá 7,76%. Aquela avaliação positiva, quando Minas questiona, vocês verão o que vai acontecer.

Então, eu fiz para a Secretaria do Estado de Fazenda, em agosto de 2001, para a Dr^a Cármen Lúcia, hoje Ministra do Supremo, encaminhei para ela nota técnica da variação positiva: R\$268 milhões. O que Minas vai fazer? *(Soa a campanha.)*

A SR^a MARIA EULÁLIA ALVARENGA DE AZEVEDO MEIRA – A Dr^a Cármen Lúcia vai entrar com antecipação de tutela no Supremo. O que a União vai fazer? Vai aceitar creditar esse valor para Minas, desde que o Estado desista da ação. Então, nós estamos brigando com essa dívida desde muito!

Vamos ver esse eslaide da Procuradoria Geral e vamos passando.

Tem pedido de desistência lá. Minas Gerais ajuizou ação ordinária com pedido de antecipação de tutela. Aí vem a parte do estudo todo e só vão aceitar desde que Minas Gerais desista da ação ordinária. Quer dizer, Minas está questionando isso desde 1999.

De 2002, está aí a documentação toda. O Sr. Pedro Malan assina com Minas, é publicado no Diário Oficial da União, em 5/04, Minas desistindo da ação para repor aqueles duzentos.

Eu faço aqui um parêntese para lembrar o nosso companheiro Sérgio Miranda, que coordenou a Auditoria Cidadã, de Minas. Ele estará sempre presente na nossa luta, porque passou aqui pela Câmara e foi um político que a gente respeita muito.

Então, o Núcleo Mineiro está brigando. Não se cala. Nós protocolamos na Assembleia Legislativa, em 23/3, a carta, cuja cópia eu trouxe para vocês, denunciando os graves indícios de irregularidades no contrato com a CEMIG. Foi instalada uma comissão de renegociação da dívida pública de Minas. Em 28/5, ela produziu um relatório sem análise nenhuma de documentos primários e nós questionamos vários itens dessa comissão. Porém, os nossos questionamentos só foram incorporados ao processo, não ao relatório.

Esse erro de cálculo foi matéria de capa de todos os jornais de Minas – meu prazo está se esgotando. Nós achamos um erro, até 1/11/2011, de R\$2,1 bilhões, e protocolamos isso no gabinete do Presidente da Assembleia Legislativa, do Presidente da Comissão, e não obtivemos nenhuma resposta, nem para falar que estávamos errados. E reitero o pedido de documentos.

Outra coisa que eu queria colocar bem clara para os senhores: na negociação não se fala, mas essa comissão paga ao agente, só para o banco mandar para o Estado, Minas paga mais de R\$80 mil por mês. Por mês! Então, já somaram, agora, R\$9 milhões até novembro de 2011. Nem quais serviços estão abrangidos por essa comissão do agente nós não sabemos. E outra coisa, ela é corrigida mensalmente, com base na variação positiva do IGP-DI. Continua lá no contrato.

Tentaram encerrar a comissão. E o núcleo está aqui. Em 14/5 – eu trouxe a cópia – 40 entidades apoiaram a nossa carta pedindo informações sobre os rumos dessa comissão. Não obtivemos resposta. E a Assembleia não voltou com a comissão.

A dívida de Minas está ali. Vejam como ela sobe: de R\$43 milhões para R\$63 milhões no final de 2000. Está lá a dívida externa de Minas. Como está crescendo!

Os juros e encargos da dívida. Em 2012, gastamos R\$6,3 bilhões e a dívida ainda cresceu mais quatro. Aqui, Minas, com juros e amortização, gasta muito mais do que com saúde, educação e transporte. O Tribunal de Contas...

A grande briga na Assembleia por que não iriam fazer a auditoria da dívida é porque o Tribunal de Contas já fazia isso. Nós recebemos uma carta do Tribunal de Contas. Solicitamos a informação e ele falou que não audita a dívida, apenas faz análise dos valores pagos e projeção para o futuro. Não auditou a dívida que deu origem à renegociação de 1998 e nem faz análise de fatores que motivam a evolução da dívida. Isso está no ofício cuja cópia trouxemos para os senhores.

Então, aqui no PL 238, a partir de janeiro, a dívida de Minas não vai resolver para o Estado, porque ele não vai conseguir pagar, comprometerá 13% da receita líquida e a gente terá de pagar R\$144 bilhões. O que melhora? Se deixar do jeito que está, Minas, quando chegar ao final das 360 parcelas, vai ter de pagar o restante em dez anos, como todos os Estados. Isso corresponde a 40% da receita líquida real do Estado.

A dívida dos Municípios. Eu quero abrir um parêntese para citar um caso de um Município, que está também na medida provisória – provisória, não é? – de agosto de 2001. Aplica-se a Tabela *Price*, juros calculados mensalmente de 9% ao ano sobre o saldo devedor, dependendo de se foi 10% ou 20% de entrada – a mesma coisa dos Estados –, correção monetária mais IGPI, atraso e juros de mora. Cito um caso do Município mineiro – não sei se vocês conhecem – de Ipatinga. O Município negociou R\$19 milhões, já pagou 857 parcelas...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA EULÁLIA ALVARENGA DE AZEVEDO MEIRA – ... e ainda está devendo R\$49 milhões. E paga, senhores, 2,38% de comissão mensal para o Banco do Brasil mandar a guia para eles; em uma parcela de R\$495 mil eles pagam R\$11 mil de comissão ao agente.

Então, a gente quer uma articulação política para realização de completa auditoria da dívida, com participação da sociedade, a fim de garantir transparência e ação concreta sobre os resultados operados.

Muito obrigada e desculpe ter avançado no tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero agradecer, não apenas pela fala, a Srª Eulália, sobretudo pela referência a essa grande figura histórica que foi Sérgio Miranda. Foi muito oportuno o nome dele aparecer aqui. (*Palmas.*)

Com a palavra, agora, a Srª Carmen Bressane.

A SRª CARMEN BRESSANE – Boa noite.

Eu sou Coordenadora do Núcleo São Paulo da Auditoria Cidadã.

O nosso Estado e o Município paulistano, ambos têm inúmeros problemas e irregularidades quanto às suas respectivas dívidas. Eu vou me ater aqui à dívida paulistana do Município de São Paulo por uma questão de tempo.

As dívidas do Município de São Paulo são representadas por nove contratos. Tem contrato junto ao BNDES, junto à Receita Federal, mas o contrato mais significativo que tem a dívida paulistana e que representa 90% da sua dívida é o contrato de refinanciamento junto à União. É esse maior contrato que nós vamos detalhar, pois ele vai revelar que os paulistanos simplesmente pagam uma dívida que, em sua maior parte, nunca fizeram, que é fruto de ilegalidades devidamente apuradas e comprovadas, inclusive por esta Casa, por ocasião da CPI dos Precatórios, além das comprovações de ilegalidades ocorridas também na Câmara Municipal de São Paulo, por ocasião da CPI dos Títulos Mobiliários, ali ocorrida.

Eu vou contar para os senhores o histórico da dívida mobiliária paulistana.

Até 1993, Estados e Municípios podiam emitir títulos e comercializá-los no mercado financeiro, para financiar suas gestões. Em março de 1993, no entanto, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 3, proibindo a emissão desses títulos públicos. Mas, apesar da proibição, manteve-se a permissão. Com base no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, permitiu-se que fossem emitidos títulos destinados unicamente ao pagamento de precatórios, desde que fossem gerados antes da promulgação da Constituição de 1988, só para garantir esses títulos.

Muito bem. Na época, em 1993, era Prefeito de São Paulo o Sr. Paulo Maluf; o Secretário Municipal das Finanças era o Sr. Celso Pitta, e o Coordenador da Dívida Pública, Sr. Wagner Baptista Ramos. Esses senhores enviaram um pedido de emissão de títulos usando para isso documentação falsa, que era composta de precatórios em duplicidade, precatórios esses que já haviam sido pagos e também de valores superestimados.

Vale lembrar que o Sr. Wagner Baptista Ramos criou uma planilha eletrônica para efetuar os cálculos superestimados e prestou inclusive consultoria para vários Estados e Municípios, que acabaram também por realizar operações semelhantes.

Além das irregularidades nos valores superfaturados e também quanto a precatórios que já haviam sido pagos e foram incluídos na planilha, a CPI ocorrida nesta Casa, no Senado Federal, descobriu que havia também ilegalidades na comercialização desses títulos lançados pela Prefeitura paulista. Constatou-se que um grupo de corretoras associou-se para especular com esses papéis, gerando um grande prejuízo para o Erário municipal, o que ficou conhecido como cadeia da felicidade, fatos que consistiam na compra e venda sucessiva dos títulos entre elementos do esquema. Vale ressaltar que os títulos da prefeitura eram vendidos com deságio fora dos padrões normais, chegando, na maioria das vezes, a 40% de desconto sobre o valor de face. Houve ainda operações em que o título era vendido pela Prefeitura, passeava pela cadeia da felicidade e era recomprado pela própria prefeitura, sendo que, em uma dessas operações, em único dia, a Prefeitura teve prejuízo de mais de R\$1 milhão.

Foram detectadas, na CPI ocorrida nesta Casa, 22 operações atípicas com esses títulos. Destaca-se que, em certos momentos, houve a interferência direta do Secretário Pitta na venda desses papéis, ordenando ao Banco do Brasil que vendesse títulos diretamente a determinada corretora, sem passar pela oferta em leilão público, o que é flagrantemente ilegal. Foram arrecadados com essas emissões cerca de R\$2,5 bilhões (valores de julho de 2001), vigência da CPI da Dívida Pública Paulistana, e segundo relatório enviado pelo Tribunal de Contas do Município, foram pagos, no período de 1993 a 1997, cerca de R\$330 milhões com precatórios.

Tais títulos eram remunerados pela Selic, que, na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, chegou a 46% ao ano (novembro de 1997), para efeito de comparação. No ano de 1998 a Prefeitura chegou a pagar taxa de 30% de juros reais relativos a esses títulos.

É importante afirmar, em relação às taxas de juros praticadas, que no referido período o §3º do art. 192 da Constituição Federal limitava a taxa de juros praticada nas operações de concessão de crédito em 12% ao ano – artigo que foi alterado pela Emenda Constitucional 40, sancionada pelo Presidente Lula em maio de 2003, retirando do texto esse limite de 12% ao ano. Portanto, as taxas superiores a esse percentual à época eram ilegais.

No final dos anos 90, a União começou a assumir a dívida mobiliária dos Estados, trocando-a por títulos do Tesouro federal e, a partir de 1998, o então Prefeito Celso Pitta começou as negociações para que a União assumisse também a dívida paulistana, uma vez que a rolagem de tal dívida estava comprometendo as finanças da cidade.

Em resposta ao primeiro contato, o pedido foi negado, pois já era conhecida a utilização dos valores arrecadados com a venda de títulos, para outra finalidade que não a do pagamento de precatórios do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Por dois anos foram feitas negociações e toda uma manobra legal para que a Prefeitura conseguisse as condições para o refinanciamento com a União, inclusive com um parecer do Tribunal de Contas do Município, que alegava que os títulos foram utilizados para o fim proposto, mas sem especificar valores, informação que consta do relatório da CPI da Dívida Pública Paulistana, no capítulo que trata das responsabilidades, página 295.

Em 1993, quando Paulo Maluf assumiu a Prefeitura, a dívida mobiliária paulistana era de pouco mais de R\$1,5 bilhão. Em 1996, quando deixou a Prefeitura, a dívida mobiliária era de R\$6 bilhões, um aumento de 288%.

Apesar de todas as irregularidades já citadas, as quais já renderam condenações judiciais ao Sr. Paulo Maluf, condenado a devolver milhões aos cofres públicos paulistanos, condenação de quatro anos de cadeia ao Sr. Celso Pitta, processos e condenações a mais de 15 corretoras; apesar de tudo isso, a União, em maio de 2000 – respondendo, Senador Cristovam, à pergunta que o senhor fez –, a União assume a dívida mobiliária paulistana, na íntegra, trocando por títulos do Tesouro federal, sem ao menos verificar o que era de fato devido e o que era resultado de operações irregulares.

(Soa a campanha.)

A SRª CARMEN BRESSANE – Em maio de 2000, com altas taxas de juros, a dívida chegou a R\$11,2 bilhões. Esse valor foi assumido e refinanciado pela União. Não bastasse todo o histórico de irregularidades, que por si só poderia invalidar a operação, as condições do contrato de refinanciamento proposto pela União eram bem onerosas aos cofres públicos:

- pagamento em 360 parcelas;
- correção feita pelo IGP-DI, acrescido de juros de 6% inicialmente;
- a Prefeitura teria o prazo de 30 meses para pagar; se não pagasse um tanto, esses juros aumentariam de 6% para 9%, e foi o que aconteceu, essa diferença de 6% para 9% retroagiu ao início do contrato;
- o cálculo do valor das prestações foi feito pela Tabela Price;
- a Prefeitura tinha um limite de 13% da Receita Líquida Real para pagamento das prestações do referido financiamento; caso o valor utilizado não cobrisse a totalidade do valor da parcela e demais encargos, o resíduo seria incorporado ao saldo devedor. Esse é um dos responsáveis pela explosão do saldo devedor da dívida;
- limite de gasto com pessoal restrito a 60% da Receita Líquida Real;
- limite com gastos de aposentados;
- aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores municipais, de 6% para 11%.

Como consequência dessa negociação, tivemos o aumento de uma outra dívida, a dívida social. O dinheiro utilizado para o pagamento dos serviços do referido empréstimo faltou em outras áreas e o resultado dessa sangria de recursos se traduz na falta de vagas em creches, nas filas de espera em hospitais, na falta de moradia, na falta de equipamentos públicos de esporte, cultura e lazer, nos serviços de transportes públicos, na educação, enfim, na qualidade de vida da população paulistana, que foi preterida para atender a exigências de organismos financeiros nacionais e internacionais.

O Projeto de Lei Complementar nº 238, que foi aprovado na Câmara dos Deputados e encontra-se nesta Casa não corrige nenhuma das ilegalidades que aponte aqui. Ou seja, não expurga do valor financiado os valores superfaturados ou os falsos precatórios, aqueles que já haviam sido pagos e que foi devidamente comprovado pelas CPIs; não expurga as ilegalidades na comercialização dos títulos; não reduz os juros às taxas permitidas pela Constituição à época; não acaba com o sistema de juros Tabela Price vetado por lei. O que o projeto de lei faz para a cidade de São Paulo é dar um pequeno alívio no saldo devedor, pois recalcula, desde sua contratação no ano 2000 até agora as correções pela taxa Selic, que, apesar de serem ainda muito altas, ainda são mais baixas que o IGP-DI + 9% pagos por São Paulo.

Porém a taxa de juros IPCA + 4%, proposta no projeto de lei, fará com que São Paulo continue a usar integralmente os 13% de sua receita para pagamento da dívida, não significando nenhum alívio nos pagamentos mensais. Agora se prevê que para 2014 seja algo em torno de R\$4 bilhões.

Para encerrar, vou mostrar três transparências para que vocês possam visualizar o que São Paulo tem pago por uma dívida que ela não contraiu.

Ali, na primeira coluna do ano 2000, São Paulo pagou...

(Soa a campanha.)

A SRª CARMEN BRESSANE – ... ao final R\$18,191 bilhões de juros, que corrigidos hoje, vão para R\$24 bilhões. Ou seja, pagou R\$24 bilhões de 2000 a dezembro de 2012. Isso por uma dívida de R\$11 bilhões que foi contraída em 2000 e está em dezembro de 2012 em R\$53 bilhões, e hoje já pulou para R\$56 bilhões. Ou seja, São Paulo contraiu uma dívida de R\$11 bilhões, pagou R\$24 bilhões e deve R\$56 bilhões!

Por que isso? Essa imagem é muito reveladora. Aquele primeiro item vermelho lá em cima é o IGP-DI + 9% – a taxa de juros que São Paulo pagava para a União. A mais alta taxa de juros que existe no planeta é aquela vermelhinha. Estão vendo? Nós temos lá embaixo a TJLP, que é bem menor. A TJLP é a taxa de juros com as quais se emprestam às empresas nacionais, internacionais, multinacionais, e até àquelas que têm dado prejuízos imensos ao Erário, como estamos vendo agora no caso do Sr. Eike Batista, que ganhou seus empréstimos todos pela TJLP. Por que é que se empresta a essas empresas com a taxa de TJLP e não se empresta a um ente federado com a mesma taxa e se coloca uma taxa lá em cima? *(Palmas.)*

Para encerrar, só para dizer qual é o nosso pedido a esta Casa, aos Senadores para que falem junto às suas bancadas que, em primeiro lugar, a coisa mais importante a se fazer é uma auditoria da dívida, isso é imprescindível. Nós temos que sanear, porque a população não pode pagar uma dívida que não contraiu.

Em segundo lugar, as taxas de juros que têm que ser utilizadas são as mesmas taxas que são fornecidas às empresas que eles querem ver crescer, tem que ser a TJLP.

E, por último, nós temos que fazer como fazem também os empréstimos a essas a empresas, com juros simples. Porque os juros compostos da Tabela Price são proibidos por lei.

Então, essa é a nossa triste história, a saga da dívida paulistana.

(Soa a campanha.)

A SRª CARMEN BRESSANE – Peço aos senhores que aqui no Senado vejam com carinho essas questões e corrijam essa situação tão cruel com o povo brasileiro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado à Srª Carmen Bressane. Passo a palavra ao Sr. Lirando de Azevedo Jacundá.

O SR. LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ – Obrigado.

Boa noite a todos, Exmº Sr. Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque, esse grande defensor da educação brasileira. Quando iniciou sua fala fez questão de dizer que a grande dívida que existe é com a educação, com a saúde. Eu concordo plenamente e agrego a isso, Senador, mais uma: a dívida do desperdício, da falta de zelo com a coisa pública, da falta de comprometimento dos nossos representantes com a coisa pública.

Falo isso, porque sou de uma cidade pequenininha do Tocantins, que se chama Arraias, mas moro em Brasília há 35 anos e me entristeceu muito esses dias ver que, na minha cidade, onde o povo é pobre e sofrido por falta d'água, estava-se fazendo uma represa para perenizar o rio e, depois de 60% da obra em andamento, simplesmente, em vez de colocar os corruptos na cadeia, paralisou-se a obra, penalizando a população. Isso é doído! Depois, ver que o Governo comprou mais 10 mil caixas d'água – digo isso porque saiu no Jornal Nacional – e essas 10 mil caixas d'água, que já foram compradas com superfaturamento, se encontram lá ao relento, sem entregar nenhuma aos meus conterrâneos. É doído!

Mas vamos ao que interessa sobre a dívida dos Estados.

Aqui, Senador, eu represento a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais. E o nosso Presidente, Dr. Roberto Kupsch, por conta da chuvarada no Rio Grande do Sul, não pôde estar aqui presente. Vou tentar aqui falar em nome a nossa Federação sobre o trabalho que foi feito por um colega do Rio Grande do Sul, João Pedro Casarotto, há quatro anos, quando pouca gente falava sobre esse tema, que é de extrema necessidade para o Estado brasileiro.

Na segunda metade da década de 90, ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos.

Nos anos 90, o sistema bancário brasileiro enfrentou graves problemas de solvência e liquidez; aí vieram o Proer, em 1995, o Proes em 1996 e o Proef em 2001.

Eu vou tentar correr, porque sei que pelo preâmbulo eu perdi um pouco do tempo.

Nos anos 90, vieram o Plano Real, para tentar equacionar; a Lei Kandir; a desvalorização cambial; a restrição de crédito; o aumento compulsório, que resultaram menos receita e mais gasto. Com isso, ocorreu grande descontrole das finanças estaduais.

Aí vieram, através de imposições, contratos leoninos para com os Estados. E aqui eu toco apenas nos Estados, porque a minha entidade representa o Fisco estadual brasileiro.

Em novembro de 1997, a taxa Selic, de 45,67% ao ano, contra a inflação, no mesmo mês, de 0,17%. Vejam só, em um único mês, o quanto a União ganhou em cima desses contratos leoninos que foram firmados, através do Decreto federal nº 2.372. E proibindo também as operações de crédito com os Estados.

Em janeiro de 1999 a dezembro de 2012, do saldo inicial da dívida – muitos já falaram aqui e não custa reprisar, porque é um número que mete medo – de R\$93 bilhões houve um pagamento de R\$186 bilhões, e o saldo devedor no entanto continuava em R\$393 bilhões. Isso em valores nominais.

Como é que um Estado e um Município têm condições de sobreviver, de investir, com tamanha voracidade da União para com os entes federados.

Em janeiro de 1999 a dezembro de 2012, também, a variação do IGP-DI mais juros de 6,17% resultaram 691%. Ou seja, juros em 449%, e a variação do IGP-DI em 242%, representando os juros 65% desse total, e o IGP-DI, naturalmente, 35%.

Em janeiro de 1999 a dezembro de 2012, vem a mesma conta, de forma inversa: a variação do IGP-DI mais os juros de 6,17%, 691%; a inflação, através do IPCA, que foi de 21%, 147%; e os juros reais de 544%.

Então, vejam que para todo lado que caísse a voracidade é muito grande.

No entanto, o BNDES, como muitos já disseram aqui, financia bens de capital com juros de 2,5% a 5,5% ao ano com taxa fixa e, para projetos inovadores, de 4% a 5,5%, também com taxa fixa.

E aí vem a evolução de dívida. Tomamos como exemplo o Estado do Rio Grande do Sul, que, em quatro anos, mais do que dobrou a sua dívida: era de R\$20 bilhões, passou para R\$45 bilhões. Um absurdo, como se vê, em quatro anos. Só como exemplo, porque o nosso colega que fez o trabalho é lá do Rio Grande do Sul.

E há também essa planilha, que não vou debater, mas está aí para cada um ver o que foi feito de 2005 a 2012. O gasto público da União, a dívida interna, os Proes da vida, mais as prestações pagas pelos Estados resultaram esses números astronômicos que estão aí. Só como exemplo, em 2012, o valor bruto dos gastos da União era de R\$86 milhões, e foram pagos R\$28 bilhões, ou seja, 326 vezes mais.

Aí veio o PLC 99, de 2013, que foi transformado aqui no Senado. Para a nossa Federação, não passa de uma lei integralmente autorizativa. A União aplicará se e quando quiser. Mantém a cobrança de altos juros reais, em época de juros nominais negativos. Há continuação do acúmulo de resíduos. Se a receita não crescer 4%, e nós que somos do ICMS do Estado, que é o grande carro-chefe da arrecadação do Estado, sabemos que é muito difícil isso acontecer. Se a receita não crescer 4% reais nos próximos 15 anos, está tudo perdido.

O PLC 99, de 2013, ainda convalida altos juros reais cobrados. Num recálculo do saldo devedor pela taxa Selic, em janeiro de 1999 a dezembro de 2012, a Selic foi de 644% e o IGP-DI + 6,17%, resultando 691%. Mantém, portanto, elevados os saldos devedores acumulados, na nossa visão, de forma ilegal e ilegítima.

Cobra desconto inicial dos contratos. Permite interpretar que no recálculo dos saldos devedores será cobrada a parcela do subsídio inicial – como já disseram – lá no início do contrato. Ou seja, você está dando um cheque em branco novamente para a União. Parece ser uma coisa razoável, mas nem passa perto de razoável.

Facilitação para novas dívidas. Aí vem mais uma ratoeira: facilita contrair novas dívidas. Com isso, os Estados e os Municípios vão novamente se endividar.

Desiguais comprometimentos da receita; equilíbrio econômico-financeiro. Deveria existir uma cláusula, e existe lei para isso. No entanto, o contrato não trata sobre esse assunto.

Diante disso, a Febrafite propõe: recálculo dos planos de amortização; proibição de cobrança de juros desindexados ou pelo IPCA; equilíbrio econômico-financeiro, que foi justamente o que eu disse anteriormente, uma cláusula que estabeleça tudo isso.

Para finalizar, acho que o Senado Federal, esta Casa, que tem inúmeros ex-governadores, que tem pessoas sérias, como vejo aqui os presentes, o ex-Governador e Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, o Senador Suplicy, o Senador José Pimentel, o Senador Cristovam Buarque, e o Senador Randolfe, a quem gostaria de fazer uma saudação toda especial, mas ele não está presente, é um grande parceiro da nossa federação... Dizer que o Senado, pode e deve melhorar esse projeto que veio da Câmara. É salutar para o País que o Senado Federal corrija essa sede voraz, essa fome leonina da União para com os Estados e Municípios.

Era isso o que eu queria dizer.

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado, Lirando. Passo a palavra ao Waldery Rodrigues Júnior.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR – Boa noite a todos.

Inicialmente gostaria de agradecer o convite feito pela CAE, por esta Casa, que tantas decisões importantes já tomou para o País e vai continuar tomando. Aqui é um palco essencial para que as coisas sejam discutidas.

Quero saudar a presença do Presidente Senador Cristovam Buarque, do Senador Luiz Henrique, do Senador Eduardo Suplicy, do Senador José Pimentel, de todos os senhores e senhoras presentes e dos que estão nos ouvindo.

De início, queria comentar, sou do Ipea, estou cedido ao Senado Federal, e aqui e acolá vou colocar um viés de economia, que é a minha praia, mas os que me antecederam já falaram muitas coisas interessantes. E acho que a junção das palavras é muito bem-vinda.

Boa parte dos senhores e senhoras que estão aqui defendem a ideia da auditoria cidadã. É difícil pensar uma combinação tão bacana e tão bonita de palavras como auditar, prover cidadania. Acho que a batalha começa bem quando se pensa nesses dois pontos. É realmente necessário auditar cada real que tenha uma interface com o dinheiro público. E é necessário prover de cidadania este nosso País, que ainda é novo, está crescendo, está ocupando o seu espaço. Um dos que me antecederam – acho que foi a Maria Lúcia – apontou diversos indicadores extremamente alvissareiros e outros decepcionantes, como é o caso de educação, saúde e segurança pública.

O que vou falar? Vou tentar buscar um item de complementaridade aos que me antecederam, não vou exaurir, e as minhas opiniões são minhas e não do Ipea ou do Senado Federal.

Há uma motivação principal, que é a necessidade de auditar. Então, de largada, se formos falar sobre a dívida, que é trilionária, o nosso País tem sim uma dificuldade de gerenciar a dívida tomada no conceito bruto. Normalmente se fala da dívida líquida. A dívida líquida está sob controle. A dívida bruta não está sob controle. Ela está com um percentual do PIB que gera uma certa preocupação, uma necessidade de uma cautela, de uma análise.

Então, qual a motivação? Precisamos, sim, auditar, verificar, analisar os dados. O Banco Central e a Secretaria do Tesouro Nacional precisam prover os cidadãos brasileiros com mais e mais informações. Isso é fundamental. É parte da maturidade democrática. Um país que almeja maturidade democrática precisa ter instituições que façam a provisão de informações de forma rápida e direta. Porque o dinheiro, ao final, é público.

E como se garante cidadania às pessoas? Provenho-as de informação para que elas tomem melhores decisões. Não prover informação é, de fato, um crime de lesa-pátria. Você precisa realmente chegar a isso.

Vou falar muito rapidamente sobre o *status* atual da dívida. Muitos dos que já me antecederam falaram sobre esses pontos. Então vou ser bem rápido.

A nossa política fiscal está de fato com dificuldades. Então, a batalha de quem deseja auditar e prover cidadania ao olhar essas dívidas bilionárias... Em relação a nossa dívida dos Estados e Municípios, acho que os senhores foram até relativamente conservadores, porque ela é maior que o número que os senhores estão indicando, é mais do que esses R\$393 bilhões. Então, como os números são sempre magnânimos, bilhões, bilhões e bilhões, é necessário de fato haver atenção. A batalha é árdua, a batalha é longa e ela precisa ser qualificada. Em algum momento vou falar sobre isso.

A teoria é de que – me permitam, sou engenheiro, mas depois com formação em economia – a gente tem que estar sempre com um pé atrás quando se envolvem bilhões dos cidadãos brasileiros. O que vai ser utilizado? Como vai ser renegociado? Quais são os interesses? Quais são os custos? Fazer as contas é realmente necessário.

Há alguns riscos potenciais, senhores, não se enganem. Sempre por trás de uma boa intenção há uma casca de banana – permitam-me a gíria. Então, é necessária uma cautela em buscar informações.

Depois vamos falar um pouquinho da dívida e, por último, a conclusão.

Agora eu tenho cerca de seis minutos, vou um pouco mais rápido.

De fato, podemos ter uma motivação de por que renegociar a dívida. Porque ela é impagável. Para muitos Estados e para muitos Municípios, quebra. Ponto. Simples assim.

Para alguns Estados isso se coloca de forma mais explícita, a olhos vistos, é mais direto.

Para outros Municípios é não tão gritante. Mas, senhores, nós temos 5.564 Municípios e mais de dois mil dentre eles vão aqui do outro lado, na Secretaria do Tesouro, de pires na mão, porque não têm capacidade de arrecadação e não conseguem pagar.

Das 27 Unidades federativas, 17 não pagam – o Senador Cristovam Buarque, que é um defensor do piso salarial, juntamente com outros Senadores – piso salarial. E falta muito? Não, R\$800 milhões por ano, é o que falta para você completar para alguns Estados. E na sua totalidade R\$3,2 bilhões para pagar aos cerca de 2 milhões de professores da educação básica. Então, há uma discussão, há uma motivação extremamente necessária de se discutir isso e de como ela é alocada.

O Estado do Rio Grande do Sul – esse dado é bem recente, é um dado do Banco Central, eu sugiro que os senhores escrevam para o Banco Central, escrevam para a Secretaria do Tesouro Nacional buscando informações – tem uma dívida de R\$45 bilhões e há dificuldades dos dois lados. Como a dívida foi constituída; é

necessário retroceder; é necessário ir atrás e ver como ela foi gerida; é necessário ver quais foram os grandes beneficiários e, ao mesmo tempo, ter cuidado, porque hoje parte desses beneficiários são pequenos investidores. Então, é necessário e é meritório auditar e ao mesmo tempo ter cuidado, porque muitos dos pequenos investidores podem ser lesados.

Então, o trabalho é árduo e requer uma análise bastante cuidadosa. Realmente, o Estado do Rio Grande do Sul tem uma dificuldade tremenda. E, olhe, esse Estado é o que mais longe está entre os 17 no pagamento do piso salarial dos professores. No Município de São Paulo – e a representante de São Paulo aqui conhece mais os dados do que eu –, eu até aponto que ela de novo falou em R\$56 bilhões, que são somente da administração direta de São Paulo. É um pouco maior: R\$58 bilhões.

Vamos lá. Esse é um gráfico que o Ministério da Fazenda apresentou aqui no Senado em evento no plenário. O ponto central aqui é que haveria um controle da dívida líquida dos governos estaduais, hoje em algo como 10,7% do PIB. Essa ladeira abaixo aqui, que potencialmente poderia mostrar um controle, tem que ser qualificada. Vale para os Estados e vale para os Municípios, que também vão para algo perto da estabilidade. É uma estabilidade, mas no Federalismo brasileiro, que está fragilizado, com dificuldades de negociação. A musculatura da União é muito forte. Por vezes, ela de fato coloca os entes subnacionais em dificuldades, e é preciso ver como isso vai ser negociado.

Bom, não vou falar mais sobre as taxas de juros, os que me antecederam de fato já falaram, e aqui eu aponto uma colocação sobre os financiamentos do BNDES. Mais à frente, vocês vão ver que, de 2008 para cá, o estoque de financiamento que o BNDES teve via emissão de dívida nova e que repassou a juros bem baixos, módicos, juros reais negativos, soma basicamente a dívida dos Estados e Municípios. Está em cerca de R\$387 bilhões, R\$388 bilhões.

E onde esse dinheiro foi investido? A pergunta é: ele aumentou a cidadania do brasileiro em termos de melhor educação? O que é prover cidadania? É prover educação, é prover matemática aos cidadãos. Ele fez isso? Não fez. Esse financiamento do BNDES gerou emprego substancial e de qualidade? Possivelmente, não. Então, esse custo de oportunidade...

(Soa a campainha.)

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR – Ou seja, por que está sendo emprestado para um lado de um jeito e para outro de outra forma é necessário ser realmente analisado.

Muito bem. Eu vou passar com a Selic. Estava falando sobre teoria.

Gente, a dificuldade fiscal do Governo é tremenda. Nós tivemos no mês de setembro o pior resultado em termos de superávit primário desde 1997. Não há um espaço fiscal para um diálogo. A maneira como o projeto veio do Congresso – e está aqui no Senado – vai requerer um diálogo muito incisivo para que se consiga de fato um fôlego adicional para os entes subnacionais.

Então, esse resultado aqui do superávit primário é um esforço fiscal, e ele tem diminuído. E, quando a gente olha o esforço – permita-me pular – nos Estados e nos Municípios, dado o tempo eu vou realmente para o gráfico, o resultado primário é da ordem de 3%. É o gráfico que está aqui: total. Esse é da União. A União, com a crise, levou uma pancada. Mas olha a resiliência, a resistência dos Estados e dos Municípios, que é o que está aqui: governos regionais, azuis.

Então, *grosso modo*, além de ter a necessidade de renegociação da dívida dos Estados e dos Municípios, os Estados e Municípios têm seguro – permitam-me de novo a gíria – a barra, têm seguro em parte a manutenção do superávit primário. Só que isso não se mantém para sempre. Eles vão com fôlego já mais diminuído. Então, é importante notar essa necessidade de se prover os Estados e os Municípios nesse nosso federalismo que não é uma balança bem equilibrada – pesa muito para a União, pouco para os entes subnacionais –, para que se proveja um melhor fôlego. A questão é quem vai ser beneficiado, para que seja analisado e que de fato seja auditada a dívida, mas que a cidadania tenha uma provisão adequada.

Muito bem. Essa é a nota do Banco Central de 31 de dezembro. A nossa dívida – permita-me dizer que esse dado oficial do Banco Central – líquida está tranquila, algo como 34% a 35% do PIB. Agora, quando a gente olha a dívida bruta, ela está em quase 60%, 59%. Isso, pelo cálculo do Brasil, pelo cálculo do Ministério da Fazenda. Pelo cálculo do FMI, é 68%. Então, *grosso modo*, o que a gente tem é uma boca de jacaré: dívida líquida sob controle, e a dívida bruta disparando, a dívida total.

Aí, você pergunta: por que a dívida bruta não acompanha a líquida? Ela vinha acompanhando. Contudo, quando a gente olha – permita-me colocar aqui o total da dívida bruta – a dívida bruta está neste total aqui: R\$2,5 trilhões. Permita-me colocar mais um gráfico. Esse aqui vai direto ao ponto. Vamos dar uma olhada nessas R\$2 trilhões e ver qual é a diferença. Tem muitas informações, mas me permita ficar com uma linha: crédito junto ao BNDES. Está aqui o valor: R\$372 bilhões até 2012, até dezembro de 2012. O montante hoje é maior, supera o montante das dívidas dos Estados e dos Municípios. Então, aqui, há uma necessidade de não ter dois

pesos e duas medidas, mas – não são todos cidadãos brasileiros? – que se coloque igualmente o que se provê ao Eike Batista, ou à Marfrig, ou a frigoríficos aqui mesmo no Centro-Oeste, a taxas de juros reais negativas, o que se provê a Estados e Municípios.

Bom, uma colocação que eu faço para vocês é: a dívida, com o passar do tempo, fica imbricada, cheia de retalhos, de saber quem a detém. Então, é importante sabermos o que de fato vai ser feito, como você volta ao passado e não prejudica também aqueles que foram bons pagadores. Por exemplo, vários Estados do Nordeste e do Norte – e aqui nesta Casa, na Casa da defesa da Federação que é o Senado –, nós temos 9 Estados do Nordeste, 27 Senadores, e 7 Estados do Norte. O Norte e o Nordeste, em grande medida, serão menos beneficiados que os Estados e os Municípios mais ricos. Então, é importante que os senhores discutam também isto: mecanismos para colocar esses Estados mais pobres para serem também beneficiados, porque assim a gente consegue uma cidadania plena. Acredito que todos nós aqui, em tese, defendemos a ideia da igualdade para todos os brasileiros.

Bom, a taxa implícita, se o Governo gerar dívida nova para subsidiar, por exemplo, essa dívida para Estados e Municípios, vai ser mais alta do que a Selic, 15%. Então, essa dívida nova vai onerar. Vejam bem, temos que ver quem serão os beneficiados, porque os que vão ser onerados, quem vai carregar isso tudo...

(Soa a campainha.)

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR –... Vai recair sobre todos os brasileiros, e é um custo elevado.

Então, há diversos riscos, mas eu não vou falar aqui. É importante saber quem vai ser ganhador e quem vai ser perdedor. Permita-me voltar à questão do BNDES, aquele estoque grandão. Para os senhores terem uma ideia, aquele custo citado aqui por vários representantes, quanto ele representou por ano? Quando você faz os juros, eu adoraria ter alguém que me emprestasse alguns bilhões a juros reais negativos, mas eu não fui escolhido para isso, nem algum dos senhores aqui, nem os que estão nos ouvindo, ou pelo menos a grande maioria deles.

O fato é que, no ano passado, em 2012, custou ao País R\$12 bilhões, em um cálculo muito conservador, e, em 2011, custou R\$11,7 bilhões. Se isso for contabilizado, para um efeito comparativo, é basicamente metade do Bolsa Família, sendo que o Bolsa Família beneficia 13,8 milhões de brasileiros. Desculpe, beneficia 13,8 milhões de famílias e cerca de 55 milhões de brasileiros. Então, é a necessidade de se comparar.

Para finalizar, em 30 segundos, é necessário renegociar. Há, sim, um problema fiscal. É necessário, contudo, entender que intertemporalmente, gera-se um ônus. E quem vai pagar? Quem vai pagar esse ponto?

Um último apontamento: além de falar que cidadania é importante e auditar é maravilhoso e é necessário, algumas pessoas aqui também comentaram de forma apropriada que, por exemplo, o leilão de Libra deveria ter sido bem analisado. Por proposta desta Casa, há o PLS nº 328, de 2013 – se não me engano sobre o número –, dos Senadores Cristovam Buarque e Ricardo Ferraço. Se esse projeto tivesse sido aprovado, durante o leilão de Libra, precisamente R\$15 bilhões seriam injetados diretamente, via bônus de assinatura, na educação básica, que tanto necessita. A questão é qual prioridade queremos dar para as decisões que são tão fortes e precisam ser tomadas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu agradeço ao Waldery.

Vou passar a palavra aos Senadores inscritos. Nós temos dois Senadores inscritos: o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Luiz Henrique. O Senador Randolfe Rodrigues, se ele chegar a tempo, porque ele teve que dar uma entrevista.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Cristovam Buarque, cumprimento V. Ex^a, por ser um dos proponentes desta audiência pública. E cumprimento todos os que participaram como expositores – Aumari Perusso, Carmen Bressane, Eric Toussaint, Maria Lúcia Fattorelli, Waldery Rodrigues Júnior, Eulália Alvarenga e Lirando de Azevedo Jacundá.

Primeiro, gostaria de dizer que acho importante a ideia de nós podermos fazer a avaliação e a mais profunda e adequada possível auditoria da dívida, conforme todos praticamente propuseram. Que possamos nós, Senadores, recomendar que seja realizada essa audiência.

Eu quero ressaltar que não se trata de assunto fácil, mesmo para aqueles que são economistas. Se desejarem saber em que medida – e foi tão importante que esta audiência esteja sendo transmitida vivo para todos que desejem compreender melhor –, eu tenho ideia de que não foi fácil a compreensão daquilo que cada um dos expositores colocou. O que são juros cobrados sobre juros? Os termos aqui foram colocados não são de fácil compreensão para o público.

Então, é muito importante que haja uma proposta de esclarecimento, sobretudo no que diz respeito aos projetos de lei que estão tramitando, e agora esse mais recente, sobre a dívida aqui aprovada, que veio da Câ-

mara para o Senado. Se as senhoras e os senhores tiverem sugestões de como modificar, eu agradeço – e acho que os demais Senadores também – se puderem encaminhar sugestões de alterações no projeto. Refiro-me à proposta de emenda com as suas respectivas justificativas, porque isso poderia melhorar o projeto, tendo em conta as considerações que fizeram.

Eu fiquei um pouco intrigado quando a Sr^a Eulália Alvarenga mencionou as gestões de Eduardo Azere-do, de Itamar Franco, mas não chegou a mencionar a gestão de um Governador que é Senador aqui. Eu fiquei curioso para saber o que aconteceu durante o governo do Senador Aécio Neves. Eu fiquei curioso. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com prazer. Eu fiquei pensando, se ele estivesse aqui, e a senhora falou que iria tratar muito carinhosamente da sua terra, de Minas Gerais, e eu pensei que a senhora não mencionou o Senador Aécio Neves, que foi governador, e durante o período analisado. De repente passou de Itamar Franco para 2013, e queria saber o que se passou. O Senador Cristovam Buarque vai com certeza dar a palavra a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, eu prefiro que o Senador Supply conclua.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não. Eu vou concluir, ainda não terminei.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passarei ao Luiz Henrique e eu darei a palavra à Eulália, que será a primeira da mesa a responder.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem.

Eu conheço há muitos anos a Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. Eu acho que ela faz um trabalho muito sério. Quero ler com atenção o livro que nos enviou. Mas há um dado que a senhora mencionou que – desculpe-me – está defasado, porque a senhora mencionou que o Brasil é o terceiro país mais desigual do mundo. Isso não é mais verdade.

Durante os anos 90, é fato que o Brasil estava com coeficiente de Gini de desigualdade superior a 0,60 e isso nos colocava dentre os três países mais desiguais do mundo. Mas se sabe, e graças inclusive aos programas sociais colocados e ao conjunto de políticas econômicas e sociais, que já, no início de 2001 e 2002, o coeficiente de Gini de desigualdade estava por volta de 0,58 a 0,59. E nos anos seguintes, de 2002 para 2003, para 2004, para 2005, para 2006, até 2012, foi baixando. E hoje, segundo dados do Banco Mundial e os últimos dados divulgados, o coeficiente Gini está entre 0,51 e 0,0.

Por exemplo, o último trabalho do Ipea diz que de, 2011 para 2012, o coeficiente de Gini de rendimento de trabalho, que mede o grau de concentração de renda, cujo valor varia de zero perfeita igualdade a 1 desigualdade máxima, manteve a tendência de queda, observada em anos anteriores, passou de 0,501 em 2011 para 0,498 em 2012. Houve estabilidade no Gini do rendimento médio mensal real de todas as fontes, que continua em 0,507, de 2011 para 2012.

Eu costumo usar este número, 0,07, mas também o Gini de rendimento domiciliar não se alterou significativamente, de 0,501 para 0,500.

Esses dados nos colocam hoje em 16º país com maior desigualdade. Ainda é muito desigual, mas quero, construtivamente, aqui colocar para a senhora, que tanto respeito e cuja luta acompanho há anos, que, na medida em que nós tivermos a possibilidade de cada Município, cada unidade da Federação e a própria União ter um menor peso no pagamento dos juros, teremos mais recursos para a educação, para a saúde e inclusive para aquilo por que tanto tenho batalhado, que já é lei no Brasil.

Quero lhes dar a informação: ainda na última semana de outubro, os 81 Senadores, o que não é fácil, assinaram uma carta à Presidenta Dilma, sugerindo que crie um grupo de trabalho para estudar quais as etapas para instituir a renda básica de cidadania, algo aprovado como lei, para ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, iniciando-se pelos mais necessitados, até que um dia será igual para todos.

Será que o coeficiente de Gini de desigualdade vai melhorar ainda mais do que com o Programa Bolsa Família, quando houver um pagamento igual de uma renda paga a todos? O Sr. Eric Toussaint sabe que, em quase todos os países da Europa, se está solicitando aos Parlamentos que realizem um dividendo sobre se deve ou não haver um dividendo em euros pago a todos os cidadãos da União Europeia.

Na Suíça, 116 mil pessoas assinaram e lá, quando cem mil assinam, para fazer um referendo, em quatro anos, o Parlamento tem que fazê-lo. No dia 4 de outubro, 116 mil pessoas entregaram o documento pedindo isso.

O senhor, que estuda esses assuntos, sabe qual foi o resultado de um lugar do mundo que por 30 anos pagou um dividendo igual a todos os habitantes? O senhor sabe qual foi o resultado? Pergunto-lhe.

Em 1980, o Alasca era o mais desigual dos 50 Estados norte-americanos. Do início dos anos 80 até hoje, todos os anos, todos os habitantes ali residentes há um ano ou mais receberam um dividendo igual, que foi de US\$300 a US\$500, a cada ano. No ano de 2008, o maior de todos, US\$3.269, porque o preço do petróleo

subiu. Mas agora é um pouco menos. E qual foi o resultado? Hoje, no Alasca, é considerado suicídio político para qualquer liderança propor o fim do sistema. E o coeficiente de Gini dos Estados Unidos está em 0,47; do Distrito de Columbia, o mais desigual, 0,533 – maior do que o nosso –, e, no Alasca, 0,40, o mais baixo, o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos.

Eu proponho a todos que estudem a questão da dívida e que também estudem qual a melhor maneira de se levar o Brasil a ser um sistema de maior equidade e que vai prover dignidade e liberdade real para todos.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Nobre Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, nós tivemos aqui uma audiência altamente enriquecedora. Todos os expositores trouxeram subsídios que, certamente, servirão de forte suporte às nossas ações na Comissão de Assuntos Econômicos, relativamente a esse imbróglio que representa a dívida dos Estados e dos Municípios para com a União.

Mas essa não é uma causa do esfacelamento da Federação; essa é uma consequência, a consequência da deturpação do Pacto Federativo firmado na Constituição de 1988. Aliás, uma deturpação que já era anterior.

O Imperador Artaxerxes II criou uma das primeiras divisões administrativas de seu país, as satrapias. As satrapias foram um avanço na época porque representavam uma forma de descentralização, mas essa descentralização era falha porque os sátrapas não tinham autonomia. A mão de Artaxerxes está presente em nosso País, esteve no regime autoritário e continua no restabelecimento da democracia. Do regime autoritário, eu citaria um ato que reduziu a autonomia dos Estados quando isentaram as exportações do ICMS.

Posteriormente, procurou-se corrigir aquela lesão à autonomia estadual com o estabelecimento da lei que se chamou Lei Kandir, atribuindo 50% da perda do ICMS como retribuição do Governo Federal, dentro da filosofia de que as exportações gerariam uma tal atividade econômica que levariam os Estados a irem buscar os outros 50%.

A mão de Artaxerxes esteve presente quando se criaram os impostos não compartilhados, o que maquiou a criação de novos tributos com o nome de contribuição, de novos impostos com o nome de contribuição. Isso reduziu fantasticamente o poder arrecadatário dos Estados e Municípios, concentrando na União um volume de recursos que jamais na história a União teve, mais ou menos dois terços de tudo que é arrecadado no País.

Nos anos 50, a União ficava com 53% do bolo tributário nacional; hoje fica com 63%. Isso levou a que a mão de Artaxerxes “satrapizasse” os governadores através da prática dos empréstimos, dos financiamentos onerosos. Não importa se eram onerosos ou não; os Estados, angustiados, os tomaram, os tomam e os tomarão no futuro se não acontecer uma mudança estrutural no nosso País.

E eu posso falar de cabeça erguida porque eu não tomei empréstimo durante os meus dois governos, não tomei financiamentos novos durante os meus dois governos no Estado de Santa Catarina.

O que está em tese em toda essa discussão da dívida dos Estados? Há, em tese, a necessidade de um novo Pacto Federativo, rearrumar a União, recosturar a Federação, que está esfrangalhada, no sentido de fortalecer a descentralização. Não se trata de um Uruguai, de um Paraguai, não se trata de um país de pequena proporção territorial, mas de um continente cheio de diversidade como é o Brasil, um continente que é pensado e decidido em Brasília. Brasília não conhece os brasis; Brasília não é capaz de enxergar os brasis tão diversos que temos, desde o Rio Grande até o Acre.

Por isso, tenho esperança de que audiências públicas como esta levem a eleição presidencial para uma discussão de profundidade com essa. Não quem pode dirigir melhor a economia, quem pode melhor fazer o equilíbrio da balança comercial, o equilíbrio das contas públicas, quem pode economizar mais no setor público. Não! Quem pode efetivamente promover uma reforma de profundidade neste País. A questão do Pacto Federativo, a questão da descentralização... e eu aí falo de cabeça erguida porque foi o único do governo do País que promoveu um projeto de descentralização, dando autonomia a cada uma das 36 regiões administrativas, que nós chamamos de territórios de desenvolvimento, estabelecendo lá um conselho de desenvolvimento e uma agência de desenvolvimento comandada por esse Conselho.

Ora, a descentralização e um novo Pacto Federativo, na minha opinião, são a questão central a ser decidida no nosso País para os próximos tempos.

Auditar a dívida é fundamental. Restabelecer uma justiça aos Estados e Municípios em relação a essa dívida é fundamental. A lei aprovada na Câmara é um avanço. Decidirmos se devemos aprová-la como está, porque os Estados estão com água na boca, estão asfixiados, e precisam dessa redução agora, ou fazer mudanças que atrasem ainda mais essa primeira solução. Eu chamaria a aprovação desse projeto que vem da Câmara como uma primeira solução para a redução, para amainar a questão da dívida.

E o fundamental é aquilo que a Profª Maria Lúcia falou: substituir endividamentos por investimentos sociais, tais como educação, saúde, segurança, mobilidade urbana, tudo aquilo que está asfixiando o povo, tudo aquilo que está provocando essa onda de violência, essa criminalidade, essa situação de descontrole que se observa no nosso País hoje. O fundamental é essa questão de fundo: um novo Pacto Federativo que descentralize o País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Vou passar a palavra, agora, seguindo um ordem. Vou começar pelas duas que foram contestadas aqui: a Eulália e a Maria Lúcia.

Eulália.

A SRª MARIA EULÁLIA ALVARENGA – Vamos lá. Peço desculpa por ter tentado responder aquela hora em que a provocação foi assim tão...

Eu queria só comentar, Senador. Nós lançamos, na semana passada, um livro que se chama *Desvendando Minas: descaminhos do projeto neoliberal*. O livro é uma reflexão crítica dos últimos dez anos do governo Aécio e Anastasia, em Minas, a contabilidade criativa, a falácia do déficit zero. Minas está endividada. Minas está chegando ao seu limite de endividamento. Minas, realmente, está quebrada. Então, nós lançamos esse livro. Por isso eu não entrei muito nesse detalhe.

Falam muito da dívida da União, mas ela poderia ter renegociado a dívida com a Cemig, que lá é IGP-DI + 8,18%, e o Governo não fez nada. Foi pegar mais recursos, mais dívida.

Dívida para gerar dívida, aumentar esse índice de endividamento dos Estados, temos que pensar também em que nós estamos onerando a nossa geração futura, aqueles que não nasceram ainda, aqueles que não têm voz.

Concordo com tudo que o Senador Luiz Henrique falou. Que Federação é esta, onde a maior concentração, quase 70% da receita, está na mão da União e vira política de pires na mão? E política de pires na mão não rima com democracia.

Temos que pensar que quem está pagando a dívida dos Estados, dos Municípios e da União é o mesmo povo. Não vamos pensar: isso é do Município, esse é dos Estados, é da União. Mas quem paga a conta? Vem de onde esse dinheiro? Isso o pessoal precisa saber. Quem paga a conta? É o cidadão e ele está pagando essa conta desde que se inicia a dívida. Ao se pagar essa dívida, o dinheiro não está indo para a educação, não está indo para saúde, não está indo para a infraestrutura, não está indo para a mobilidade urbana.

Esse movimento de junho não está parado. Todos os dias, em Belo Horizonte, há cinco ou seis assembleias populares. Eu participo de uma assembleia chamada Assembleia Popular Horizontal e a gente se reúne debaixo do viaduto. Esse pessoal está estudando saúde, educação, mobilidade urbana, a máfia do transporte público.

Tudo é uma caixa-preta. Não há transparência neste País. Achem que a Lei de Transparência é só publicidade do ato. Como vai haver controle social se não temos dados? Parece que a gente precisa brigar com o Governo, parece que entregar uma planilha é um favor que estão fazendo.

Então, essa dívida, que é impagável, está, realmente, acabando com a Federação Brasileira. Para mim, não existe Federação. Diz a Constituição que são autônomos Estados, União e Municípios. Quando há essa centralização toda, que começa a partir da década de 90, não existe Federação; existe política de pires na mão. Ou se é amigo ou não se é amigo do rei. Caso contrário, o senhor não consegue nada no seu Estado e Município.

Eu quero terminar aqui, agradecendo muito o convite do Senado Para que Minas trouxesse a sua voz, que é a voz de todo o País. E vou mandar para o senhor o livro *Desvendando Minas – Descaminhos do projeto neoliberal*.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Também vou lhe dar o meu livro sobre a renda básica de cidadania.

A SRª EULÁLIA ALVARENGA – O livro não é só meu. Esse livro tem um artigo meu, da Maria Lúcia, do Rodrigo, que é sobre a dívida, e de várias pessoas, articulistas de Minas. Há artigos sobre saúde, educação, transporte na política do neoliberalismo em Minas. Porque Minas não cumpre nem o mínimo constitucional para a educação nem para a saúde. Ela tem um termo de ajuste de gestão com o Tribunal de Contas do Estado.

Muito obrigada por tudo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra à Maria Lúcia, lembrando que agora já são as respostas e a despedida. O mais curto possível.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Em primeiro lugar, muito obrigada pela presença de todos os Senadores que prestigiaram esta audiência pública com a sociedade civil.

Não posso deixar de mencionar a presença de todos que vieram de vários Estados do País para participar do nosso seminário internacional, que se inicia amanhã, no auditório da Reitoria da UnB. Há pessoas de vários Estados da Federação.

Nós temos amigos aqui. Além do Eric Toussaint, temos aqui a Janire Landaluce, do País Basco; Mikel Noval, do País Basco; Julie Duchatel, da Suíça; Oriana Suárez, do Peru; William Gaviria, da Colômbia; Miriam Ayala, do Equador; Julio Gambina, da Argentina.

Muito obrigada. Uma salva de palmas para esses amigos que vieram de longe. Muitos estão aqui sem dormir porque viajaram de madrugada. Estão aqui todos, voluntariamente, mas fizeram questão de prestigiar esta audiência pública no Senado Federal brasileiro. Muito obrigada pela deferência ao nosso País. *(Palmas.)*

Eu quero começar respondendo ao Senador Suplicy, que admiro profundamente e a quem eu declarei publicamente, num momento histórico, no Fórum Social 2002, em que dividíamos um painel, que eu defendia a auditoria da dívida e o senhor defendia a renda básica de cidadania. Acho que nós dois somos parceiros em persistência nas nossas lutas. No final, eu disse ao senhor: nossas lutas estão de mãos dadas, porque só haverá dinheiro para a renda básica de cidadania se o sistema da dívida for enfrentado. Até hoje, eu repito a mesma coisa.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Continuamos juntos.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Continuamos. Isso é muito bom. *(Palmas.)*

Eu quero dizer que essa questão dos dados é muito complicada, Senador. O senhor, com certeza, leu no relatório do Banco Mundial esse dado que acabou de dizer. Eu também li o dado que eu apresentei, de terceiro pior, nos dados da PNUD de três anos atrás.

E por que eu continuo usando esses dados? Porque o que está alimentando os dados do Banco Mundial são dados da PNAD, do Brasil, que não considera os ganhos dos rentistas. Só considera os ganhos dos trabalhadores. Há distância. *(Palmas.)*

Então, nós continuamos usando aquele dado da PNAD, que é mais fiel.

Outro probleminha com os dados que o Banco Mundial divulga. Nem sempre o Banco Mundial pega os dados do mesmo ano e compara dados distintos, de momentos distintos.

Terceiro, estão sendo altamente questionados, no Brasil, alguns dados produzidos recentemente pelo Ipea, inclusive, pelo ex-presidente do Ipea. O respeitável Prof. Marcio Pochmann questiona esses dados de classe média no Brasil. Os dados que o atual Presidente do Ipea divulga são de que, no Brasil, a família de cinco pessoas que tem uma renda mensal de R\$1.250,00 é classe média. Por isso é que nós continuamos usando aquele dado da PNAD.

Eu quero deixar muito claro que eu não estou contradizendo dados que o Senador Suplicy apresentou. Ele, de fato, apresentou dado que o Banco Mundial dá. E eu estou explicando por que eu continuo usando...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me inquiri-la, Maria Lúcia.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Sim.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Há os dados referentes aos rendimentos do trabalho, mas há os dados também referentes ao coeficiente de Gini, de rendimentos de todas as fontes, que incluem todas as fontes, até rendimentos outros que não do trabalho. E, aí, o dado de rendimentos de todas as fontes é coeficiente de Gini de 0,507, de 2012. E aí o Brasil está, felizmente, até bem melhor do que antes, quando estava como o terceiro mais desigual. Eu lhe passo aqui a informação.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Sim. Eu quero, sim, conhecer.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu olho sempre a tabela do coeficiente Gini do Banco Mundial. Para cada coeficiente de Gini, é um ano diferente. Às vezes, é bem atrasado, outros mais recentes. Mas, levando em conta todos os últimos, nós, felizmente, melhoramos um pouco. Não tanto quanto iremos progredir no dia em que a Maria Lúcia Fattorelli disser à Presidente Dilma que está na hora da renda básica de cidadania também.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Também.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Como os 81 Senadores disseram e assinaram, outro dia, um documento conjunto para ela logo criar um grupo de trabalho e estudar as etapas de como isso vai acontecer.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – A gente diz “sim”, Senador porque a gente diz todo o tempo.

Os amigos que compartilham da luta sabem que falamos que enfrentamos o sistema da dívida não pela dívida. Ninguém aqui gosta de falar da dívida, muito menos dos números. Nós combatemos a dívida exatamente porque ela está impedindo a realização dos direitos sociais e cidadãos no nosso País.

Bom, mas para responder rapidamente ao que foi colocado, eu queria pautar a questão que está sendo muito dita, dos Estados bons pagadores. O Piauí, por exemplo, teria quitado a sua dívida com o Tesouro. Como é que o Piauí quitou a sua dívida com o Tesouro? Está na p. 201 desse livro que nós entregamos aos Senadores. Ele contraiu dívida com o Banco Mundial. Isso é ser bom pagador? Em nossa opinião, isso é praticar uma gestão temerária, trocar uma dívida interna com a União, que deveria ser anulada, porque ela está eivada de ilegalidades e ilegitimidades, por uma dívida externa com o Banco Mundial, que não só cobra juros. Ficamos

reféns da variação cambial. E mais: o Banco Mundial impõe toda a política econômica, todas as condicionalidades. Como em todo o mundo, o Prof. Dr. Eric Toussaint tem livros e livros publicados sobre a atuação do Banco Mundial em todos os continentes. Então, vamos ter cuidado com essa questão.

Outro dado: cuidado com a questão da dívida líquida. A dívida efetiva é a bruta.

Olhem só como são interessantes os dados. O próprio Waldery colocou que o Banco Central diz que a dívida bruta é 58% do PIB; o FMI, 68%, e, na nossa conta, já ultrapassa 80%. Por quê? Porque nós consideramos a dívida externa total, incluindo a parte privada da dívida externa, porque quem tem que conseguir os dólares para pagá-la é o Banco Central. Ademais, não raras vezes, a dívida externa privada foi transformada em dívida pública. Várias vezes, não só aqui no Brasil como na Argentina. Eu vejo o Prof. Julio Gambina acenando; no Equador, nós provamos, durante a auditoria no Equador, que isso aconteceu no Equador; na Europa, agora, com o salvamento de banco. E isso nada mais é do que transformar dívida privada em dívida pública. Então, a dívida externa, se ela tem o aval do Governo, isso constitui uma obrigação, e obrigação é compromisso, e compromisso, segundo os bons manuais de contabilidade do mundo inteiro, é obrigação que tem que ser computada. E, na nossa conta, já ultrapassa 80%.

Em relação à questão do PL nº 238, Senadores pediram sugestões.

Primeiro, antes de proferirem a avaliação de que esse PL significaria um avanço, uma melhoria, observem o limite de Receita Líquida Real que os Estados podem destinar para a dívida. A maioria não vai ter diferença nenhuma, como a Carmen colocou. Mesmo com essa redução agora de IPCA mais 4%, vai ocupar todos os 13% do limite da Receita Líquida Real, vai ocupar e vai continuar havendo juros sobre juros. Então, isso não vai resolver.

Outra sugestão: no mínimo, para dar um passo, já se reconheceu que tem que retroagir, mas retroagir para aplicar Selic desde o início do contrato é uma afronta, porque, lá na época dos contratos, a Selic era penalidade. Aqueles Estados e Municípios que não cumprissem... Aqui neste livro, no final, tem o contrato de Minas Gerais, e está lá no final do contrato que os Estados que não cumprissem a cláusula 21ª do contrato – está na p. 298 do livro que eu dei para os senhores:

O descumprimento pelo Estado de quaisquer das obrigações assumidas neste contrato ou nos contratos dele integrantes, incluindo atrasos de pagamento, não observância das metas e compromissos constantes do programa de reestruturação e ajuste fiscal a que se refere à Cláusula 19ª, implicará, durante todo o período em que persistir o descumprimento, a substituição dos encargos financeiros mencionados na cláusula 10ª [que era o IGP-DI mais x] por encargos equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal” [que era a Selic].

Então, Senadores, retroagir o cálculo do estoque da dívida aplicando a Selic é um abuso, é tornar regra o que na época dos contratos era penalidade. E olhe que a desinformação é tão grande que nós já vimos em jornais governadores comemorando isso! É um abuso, é uma afronta transformar penalidade em regra!

Então, a Câmara já aprovou que tem que retroagir, já reconheceu lá atrás que estabelecer um índice IGP-DI, que sequer mede inflação – é uma expectativa de inflação, um índice calculado por uma instituição privada –, deixar nas mãos de uma instituição privada, seja ela quem for, por mais respeitável que seja, reger um contrato público entre entes federados, é um erro que tem que ser revisto desde o início. Então, no mínimo, que esta Casa reveja, aplicando o IPCA sem juros, ou, se decidir aplicar juros, que aplique pelo menos a TJLP, que é a taxa que o BNDES dá para empresas privadas. Isso é o mínimo, para começar! (Palmas.) E, depois, sim, como todos falaram, abrir uma auditoria.

Eu deixo aqui a pergunta: até quando vamos adiar o respeito ao Pacto Federativo? Ou esta Nação é, de fato, uma Federação, e a divisão União, Estados e Municípios é meramente organizativa... Tem que ser assim, porque é impossível morar em Belo Horizonte e não morar em Minas Gerais e não morar no Brasil; e quando quem mora em Belo Horizonte paga para o Estado ou paga para a União. E mais: esse recurso não fica na União, porque esses contratos aqui estabeleceram que o que a União recebe obrigatoriamente ela tem que destinar para o pagamento da sua própria dívida aos bancos. Então, aqueles que falam “Não, mas está pagando para a União e isso volta” estão desinformados.

Então, Senador Luiz Henrique, para obedecermos ao Pacto Federativo e para revisarmos a questão da justiça, nós temos que enfrentar o tema da dívida. Acreditamos que, com esse primeiro passo, retroagindo, aplicando ou o IPCA ou a TJLP, só para começar, e, enquanto isso, abrindo um processo de auditoria... E queremos deixar aqui: podem contar com a Auditoria Cidadã, de forma gratuita; não cobramos honorários. Todos os que trabalham na Auditoria Cidadã são voluntários, são cidadãos que querem ver este País diferente, que acreditam que é possível, como fez o Equador.

Quando o senhor colocou: “Vamos ter eleição presidencial; quem vai enfrentar esse tema?” O senhor sabe por que o Rafael Correa, no Equador, pôde enfrentar? Porque ele não teve financiamento privado de campanha. *(Palmas.)*

A campanha dele surgiu das ruas, quando ele, Ministro da Fazenda, se negou a fazer uma operação de dívida pública, que, como economista responsável e cidadão, viu que seria um péssimo negócio para o Equador. Ele se negou. Ele foi fortemente pressionado e, naquele momento, ele entregou o cargo. E, como a mídia já vinha dando muita cobertura àquilo para pressioná-lo, inclusive através da grande mídia, o povo ficou sabendo. E quando ele entregou o cargo e saiu do Ministério – porque ele preferiu entregar o cargo a fazer aquela operação, nas ruas, o povo o aclamou. Ele nunca tinha pensado em sair candidato, e o povo lançou a candidatura dele.

Então, ele falou: “Eu serei, mas vocês me apoiam? Eu vou fazer auditoria dessa dívida e vou cumprir a minha promessa.”

Depois de seis meses no poder, ele baixou um decreto, criou uma comissão para fazer a auditoria da dívida, nomeou membros equatorianos e membros estrangeiros – eu e o Eric tivemos a honra de fazer parte dessa comissão –, e essa comissão resultou na anulação de 70% da dívida externa em títulos. Ele fez uma oferta pública de recomprar os títulos por 30% do valor devido às comprovações de fraudes e ilegalidades da auditoria, os detentores aceitaram entregar os títulos e ainda assinaram que jamais entrariam na Justiça, em qualquer foro, contra o Equador. *(Palmas.)*

Foi diante disso que aquele quadro que o senhor mencionou foi trocado; o gasto com a dívida reduziu a um terço e o gasto social se multiplicou por três.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Posso lhe dar uma informação relevante?

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Com certeza.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Todos os Senadores que hoje aqui estão presentes e já estiveram presentes votamos a favor de não se haver mais financiamento de pessoa jurídica ou de empresa. Votamos a favor de somente pessoa física e limitado a R\$1,7 mil, mas, infelizmente, inclusive, na semana passada, por 11 a 10, fomos derrotados na Comissão de Constituição e Justiça, no projeto referente à transparência ao longo do período de eleição, de qual a contribuição que cada partido e candidato recebem. Mas, com respeito a esse projeto, recorreremos para votar, se possível, nesta semana, no Plenário de novo.

Portanto, em relação ao ponto do financiamento, de acabarmos com o financiamento seja das instituições financeiras, seja das empresas, todos nós aqui estamos de acordo e consideramos importante esse ponto. Inclusive todos nós que estamos aqui votamos a favor disso. *(Palmas.)*

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Parabéns!

Parabéns Senador Suplyc e demais Senadores, porque as CPLs, inclusive nesta Casa, já comprovaram a que serviço estão os mandatos.

O SR. LUIS HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu sou mais radical a esse respeito: defendo o financiamento público exclusivo e TV ao vivo nas campanhas eleitorais.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Muito bem! Sim, porque hoje o financiamento já é público, não é Senador? Só que ele é enviesado, corrupto, porque ao que se financia já se provou que, logo em seguida, vêm as benesses de toda ordem, inclusive tributárias. Algumas inaceitáveis, como a última Medida Provisória 615, que menciono em respeito aos meus colegas auditores fiscais. Eles correm risco de vida fiscalizando crime organizado, depois trabalham naqueles processos, processos que passaram por toda esfera administrativa e judicial e que agora teriam que ser pagos, mas veio a Medida Provisória 615 e isentou de multa e juros esses “contribuintes” – entre aspas, porque não chegaram a ser contribuintes. Esses “contribuintes” pagarão valores históricos, lá do final da década de 90, em autos de infração. Nós tivemos, inclusive, na Receita Federal, entrega de cargos de Secretário de Fiscalização. Isso é o retorno do financiamento de campanha, ou a promessa, quem sabe a promessa para as próximas.

É duro falar isso, mas o importante é que a sociedade civil está de olhos abertos. O importante é que o Brasil é possível, e esse Brasil possível inclusive passa por uma mudança do nosso papel junto à América Latina, de onde nós temos aqui vários amigos. Nós repudiamos o papel de subimperialista que o Brasil realiza na América Latina, através das empresas privadas; não através do Estado, mas através de empresas privadas realiza papel de subimperialista, que envergonha a nós cidadãos, porque nós temos aqui na América Latina irmãos, vizinhos. Somos um continente e precisamos rever inclusive isso. E esse Brasil possível, esse Continente possível, esse mundo possível já existe, porque, se ele existe nos nossos sonhos, nos nossos projetos, ele já é uma realidade, só falta concretizar. E nós vamos lutar por isso e temos certeza que vai acontecer.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero, cumprimentando a Maria Lúcia por sua fala entusiasmada e competente, passar a palavra ao Lirando.

O SR. LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ – Aproveitei esses minutos finais, Senador Cristovam, para agradecer, mais uma vez, ao Senado Federal, que nos oportuniza a trazer e aprender. E eu fico emocionado ao ouvir Maria Lúcia. Nós precisamos de brasileiros como você, viu, Maria Lúcia? Eu a conheço, participei desde a primeira reunião da Auditoria Cidadã, onde sempre lhe confessava que não acreditava nessa sua proposta, nesse seu trabalho. Não que não acreditasse no trabalho, mas achava que era uma coisa tão difícil de concretizar, de pegar essa dimensão que tomou a Auditoria Cidadã, que começou com a auditoria da dívida externa brasileira e incorporou aquele outro grande brasileiro, João Pedro Casarotto, que faz esse trabalho magnífico através da Febrafite e que, nesse entrelaçamento de forças, traz essa contribuição maravilhosa para o nosso País. Parabéns, Maria Lúcia. *(Palmas.)*

Eu a admiro muito. Queria muito ver você um dia aqui, no Congresso Nacional para poder defender com mais veemência o nosso País. É gratificante para a gente ter uma pessoa como você.

Portanto, Senador Cristovam Buarque, dentro dessa linha, quero também fazer um comercial e convidar o senhor, que é um grande defensor da educação, e os demais Senadores. Todos receberam o convite.

Eu costumo dizer que às boas ações parece que não dão o holofote necessário, não dão a repercussão de que precisam. O que não presta se propaga de uma maneira tão fácil que a gente fica até estarecido, boquiaberto. O mesmo não ocorre com as boas ações, como essa da Auditoria Cidadã e como uma que a nossa Federação está fazendo, que é o Prêmio Nacional de Educação Fiscal.

No dia 19 de novembro, no *foyer* da Câmara Distrital do Distrito Federal, serão premiadas as cinco melhores iniciativas, já pelo segundo ano, sobre educação fiscal, de que precisamos tanto.

Aqui vai o nosso convite aos Srs. Senadores, a todos os presentes para comparecerem, no dia 19, às 20 horas, à Câmara Distrital do Distrito Federal, para a premiação.

É encantador para nós, Senador Cristovam, ver projetos de pequenas cidades e de distritos, como um de lá do Ceará. Pena que o Senador Pimentel se ausentou. Ele estava aqui presente, mas não estava com uma cara muito boa, não sei por quê. E já o vi tratar desse tema sorridente quando o PT era oposição. Eu fico entristecido ao ver isso. Queria falar para ele. Ele saiu, mas certamente vai ficar sabendo.

Eu fui Vereador com 18 anos, sou político, gosto de política, mas o meu discurso foi um só até hoje. Por isso eu admiro também o Senador Luiz Henrique. Não tenho dois discursos. Não jogo pedra, e escondo a mão. Isso é doído para a gente. Senador Suplicy é um exemplo de político brasileiro; o Senador Cristovam, também. E há vários outros nesta Casa, como o Senador Randolfe e muitos outros. Mas alguns, quando estão na oposição, têm uma cara; quando estão na situação têm outra. Isso não pode acontecer. Nós temos que pensar grande, pensar no nosso País, para que ele seja feito de uma geração futura bem melhor, inclusive para nós, que pensamos muito no bem da nossa Pátria.

Muito obrigado, Senador Cristovam. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Somos nós que agradecemos. Passo a palavra ao Amauri Perusso.

O SR. AMAURI PERUSSO – Procurei fazer, na minha intervenção, dois papéis: o papel de Presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas, que reúne os 34 Tribunais de Contas do Brasil, e também o papel de Coordenador do Núcleo da Auditoria Cidadã no Rio Grande do Sul.

Queria dizer, Senador Cristovam, que as perguntas que o senhor enviou têm muita pertinência. Infelizmente, no final de semana, não foi possível tratá-las com a atenção devida, mas devemos respondê-las, porque elas ajudarão certamente. O *site* também estava fora, então a gente não tinha informação mais precisa. Mas vamos respondê-las, porque elas têm sentido e ajudarão, penso eu, nas deliberações do Senado.

Queria dirigir uma palavra ao Senador Luiz Henrique. Eu penso, Senador, que o senhor tem toda razão ao propor que a gente tenha uma dimensão mais completa para tratar do pacto federativo e da descentralização. Estamos plenamente de acordo, mas estamos preocupados com a mensagem que o Senado vai passar nesse momento, no exame de uma matéria que está sendo discutida publicamente. Ela ganhou um corpo e uma presença social tão importante que levou a Presidenta a enviar um projeto para cá.

Quando a Presidenta Dilma, sensibilizada pelas mobilizações e pela situação econômica, que certamente ela conhece, dos Estados e Municípios, enviou a mensagem para cá, ela abriu a possibilidade de que se produzisse uma solução. O Senado, nesse momento, vai deliberar e oferecer uma mensagem ao País. Que mensagem será essa?

Se nós mantivermos – falo em relação ao Rio Grande do Sul – apenas a substituição, que foi um passo importante...

Quando nós falávamos em retroceder ao início do contrato, as pessoas diziam: “Vocês estão malucos. Isso a gente não faz. Isso desconstitui os contratos estabelecidos.” Não, em absoluto. Não desconstitui nada. As dívidas continuarão sendo dos Estados, continuarão sendo de responsabilidade deles e dos Municípios. Nós

queremos ajustar uma coisa que nunca houve naqueles contratos, que é o equilíbrio econômico-financeiro, o que nós percebemos que produziu danos efetivos.

No caso do Rio Grande do Sul, mantida apenas a retroatividade para a taxa Selic, no lugar de IGP-DI, mais 6%, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul vai continuar sem recursos para pagar, por exemplo, o piso nacional dos professores, e está formando um passivo enorme para os próximos governadores, que o STF já disse que é devido e que tem que ser pago.

Então nós precisamos tirar os Estados e Municípios dessa situação de garroteamento. E precisamos inibir ou, no mínimo, precisamos passar uma mensagem para dizer que não é a ampliação de endividamento que responde à necessidade. Ela contraria e, inclusive, vai dificultar um pacto futuro, porque haverá menor grau de liberdade para a gente chegar lá.

Senador Suplicy, o senhor tem toda razão. Muito do que nós falamos aqui é provável que o cidadão do povo que estivesse assistindo à TV Senado ou acompanhando pela internet, que não é iniciado na matéria de Economia, não tenha entendido. Esse é um desafio que nós temos enfrentado todos os dias. Eu falo isso para os meus colegas auditores dos Tribunais de Contas de todo o Brasil. Nós temos que abandonar o juridiquês, o economês e tentar falar uma linguagem que as pessoas entendam e que não perca a qualidade técnica da informação. Esse é um desafio nacional. Esse é um desafio também para o Senado da República. Eu atuei junto ao Interlegis em determinado momento e percebi o quanto era distante a linguagem dos Senadores e Deputados em relação às questões tratadas aqui, porque elas têm uma linguagem própria, uma denominação própria.

Acho que o senhor tem razão ao apresentar esse pedido. E talvez o seminário que estamos fazendo na UnB nos ajude a entrar em contato com a juventude, dialogar com ela, esclarecê-la.

Mas eu posso dizer, Senador, que no Rio Grande do Sul nós fizemos debates em sede de sindicatos, em associações de bairros, em sede de centros de indústria, de centros de comércio e cada vez que a gente usa uma linguagem mais direta as pessoas entendem aquilo que a gente está falando. Podem não compreender inteiramente o nosso discurso, mas elas percebem que aquele diálogo é com elas e respondem com a participação e o debate público.

Para encerrar, Presidente, ficou no ar a seguinte dúvida: se nós fizemos alteração substantiva, por exemplo, se aplicarmos o IPCA, estaremos causando prejuízo a pequenos investidores ou a pequenos tomadores? Eu tendo a acreditar que isso não é exatamente assim. Por quê? Embora essa seja uma razão principal de a gente fazer auditoria, tem que abrir as informações. Quem detém os títulos públicos? Quem os negocia? Por que taxas os negocia? A própria taxa Selic, quando é lançada, anunciada publicamente, é efetivamente a taxa que incide sobre os títulos que são vendidos? Então, nós precisamos abrir essas informações.

Aproveitando a apresentação do livro da dívida dos Estados, um trabalho da Auditoria Cidadã que teve muitas participações do Brasil inteiro, quando a gente olha lá a informação do Tesouro Nacional sobre quais bancos comprem títulos públicos brasileiros hoje, só tem 12 bancos, majoritariamente de fora do País. Estamos falando da dívida interna, não da dívida internacional. Então, como é que nós vamos lesar principalmente pequenos poupadores? Eu não tenho dúvida de que esses bancos, na crise, tentam passar a conta para os pequenos poupadores. E nos cabe a tarefa de protegê-los. No entanto, não me parece que seja isso. Acho que a gente precisa aprofundar esse debate.

E aqui, Senador Cristovam, quero agradecer. Acho que o Senado apresenta, com esta audiência pública e tantas outras...

Se me permitem os Senadores, eu gostaria de dizer que a imagem, os debates do Plenário não reproduzem a grandeza das atividades que as Comissões e as audiências públicas produzem. Infelizmente o destaque que se dá lá, por vezes é um destaque negativo e não apropriado a qualidade dos debates, a sensibilidade e o compromisso deste Parlamento com a discussão dessas questões tão relevantes.

Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra agora ao Eric Toussaint.

O SR. ERIC TOUSSAINT *(Tradução por profissional habilitado.)* – Muito obrigado.

Vou abordar três pontos.

Estamos, em nível mundial, enfrentando problemas comuns. É muito importante entender que, apesar das diferenças existentes entre o Brasil, a Grécia, a Alemanha, a França, a Índia, os Estados Unidos – certamente há muitas diferenças – mas estamos todos, os povos desses países, debatendo-nos com os sistema da dívida, conforme mencionado pela Maria Lúcia Fattorelli em sua introdução. E posso dizer-lhes que, ao viajar bastante pela Ásia, África, América Latina, América do Norte e Europa, posso ver até que ponto, apesar das especificidades de cada país, realmente há semelhanças. O sistema da dívida se reproduz por meio da dominação

financeira privada, se impõe aos Estados, os Estados se submetem à ditadura dos mercados financeiros e dos credores privados e isso se reproduz por todas as partes.

Há dez anos, quando eu falava na Europa da crise da dívida, todos na Europa pensavam que se tratava de um problema da América Latina, nunca achavam que poderia ser o problema da Europa; até mesmo em 2009/2010 continuavam pensando assim. Lembro-me de um debate que tive em Portugal em 2011 com um líder político que me dizia: “Mas Eric, aqui em Portugal temos uma tradição democrática muito maior que no Equador”. Bem, dou-lhes alguns segundos para pensar se Portugal realmente teve uma experiência mais democrática no século XX do que o Equador, com a ditadura de Salazar, não é mesmo? Na Europa o eurocentrismo é muito forte, obviamente, logo os acontecimentos na América Latina são coisas de outro mundo e o mundo europeu é supostamente mais sofisticado, o mundo dos Estados Unidos é mais sofisticado, quando na realidade nos damos de conta de que, com a crise dos Lehman Brothers em 2008 e tudo o que aconteceu na Europa, estamos vivendo exatamente no mesmo mundo globalizado dominado pelo sistema capitalista, pela busca do máximo lucro privado, de encontro ao exercício dos direitos humanos fundamentais. Esse é o primeiro ponto: enfrentamos as mesmas realidades e é muito importante conscientizar-nos disso e poder unir nossos esforços, unir também a colaboração de parlamentares – senadores, deputados – no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos, em outras partes do mundo.

Amanhã a organização que presido, o Comitê pela Abolição da Dívida do Terceiro Mundo, organiza no Senado belga uma audiência convocada por senadores belgas e deputados europeus sobre a auditoria da dívida do Egito e da Tunísia, pois são países que viveram em 2011 a Primavera Árabe e agora também lá há uma dinâmica de auditoria e de questionamento da dívida. E também nos próximos dias vamos falar da dívida da Grécia, de Portugal etc. Assim estamos construindo realmente instrumentos para solucionar de maneira conjunta, em nível internacional, problemas comuns, problemas em comum. Por isso é também muito importante a produção do livro coordenado por Maria Lúcia Fattorelli e a auditoria cidadã. Chama-se “Auditoria Cidadã da Dívida Pública: Experiências e Métodos”. Já saiu a edição em espanhol e vamos lançar também a versão em português, em inglês, em francês e em árabe. O que é muito importante é que a produção desse livro foi coordenada por Maria Lúcia, uma mulher, e uma mulher de um país do Sul. E para nós, europeus, isso nos mostra que não são necessariamente os europeus que devem iniciar um manual de auditoria, mas os que viveram na própria carne, durante trinta anos, o que representa o jugo, a dominação da dívida. Nós, europeus, temos que aprender com os povos da América Latina, é fundamental. Esse é o segundo ponto que eu queria abordar.

Terceiro ponto. Quando estamos questionando o sistema da dívida, dizem-nos que se pararmos de pagar a dívida vamos provocar o caos, vamos provocar falências de bancos privados. Uma pergunta: será que a bancarrota do sistema financeiro nos Estados Unidos e na Europa em 2008 foi produto da auditoria da dívida, do questionamento da dívida pública injusta? Ou seria produto da lógica do capital financeiro totalmente liberado do controle dos governos que decidiram suprimir todas as regras e regulações que vinham dos anos 1930 em reação à liberalização total dos anos 1920? É que claro que não vamos provocar o caos. O sistema vive do caos, o metabolismo do sistema capitalista contém crises periódicas e o que estamos buscando é superar esse sistema para impor disciplina para que as riquezas produzidas pelos povos sejam administradas pelos povos, pelos representantes dos povos, e auditadas de maneira permanente sob o controle cidadão para que se conduzam políticas econômicas, sociais, culturais voltadas para a garantia dos direitos humanos. Esse é nosso objetivo fundamental. É minha conclusão.

Muito obrigado por sua atenção, muito obrigado pela organização deste evento. Foi realmente um prazer. Apreendi muito escutando os palestrantes. Obrigado.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR – Mais uma vez, obrigado pela chance de falar.

Como economista do Ipea, tive uma pequena provocação ao longo do tempo, mas não tomo de forma pessoal. Nunca faço isto. A gente sempre tem que olhar as instituições, e o País precisa de instituições sólidas. Aliás, acho que o Brasil nunca precisou tanto de instituições sólidas. Recai sobre todos nós que estamos aqui – e nós, aqui presentes, estamos entre os 3% mais privilegiados do País, pela educação que temos, pela capacidade de discernimento, pelas boas intenções e pela clareza de pensamento – temos uma obrigação muito grande de contribuir no debate, em buscar soluções, em buscar todos esses pontos.

Mas me permita aqui fazer uma listagem muito rápida, dado o avançado da hora, pois alguns dos senhores e das senhoras viajaram e estão cansados e ainda têm uma longa jornada nos dois próximos dias, assim como nós aqui, do Senado, pois, nesta mesma Casa, a gente já vai estar trabalhando cedinho novamente, os Senadores e seus assessores.

Primeiro é a questão da informação. Informação, informação, informação... Nós temos, hoje, poucas informações. Melhorou muito em relação à década de 80. Tanto na Secretaria do Tesouro Nacional quanto no

Banco Central temos, hoje, quadros qualificadíssimos, mas o cidadão brasileiro, o cidadão comum não recebe essas informações de forma direta, de forma mastigada, de forma que ele possa processar e tomar decisões.

Um segundo ponto, bem rápido. Eu acho que a junção das palavras auditoria e cidadania é uma combinação maravilhosa. Precisamos realmente auditar cada real que implique em gasto público, que implique em recurso público e precisamos prover o País de cidadania.

Nesse final de semana, houve uma entrevista muito interessante do Prof. César Camacho, o número um do Impa, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Ele resumiu o que é cidadania com uma frase. Ele disse: "Sabe o que é cidadania? É prover Matemática aos brasileiros, porque eles precisam de Matemática". Boa parte dos nossos amigos brasileiros, mesmo na cidade mais rica, que é São Paulo, não consegue sequer ler direito, após a conclusão do ensino médio, um relógio analógico. Se ele não consegue entender que uma hora tem 60 minutos e não 100, como ele vai tomar uma decisão grande, forte? Como ele vai saber como a dívida está sendo gerada e vai impactar a vida dele, que não vai ter provisão de serviços públicos de qualidade e que outros vão estar sendo beneficiados?

A Maria Lúcia Fattorelli falou e eu dou o nome. Na Secretaria da Receita Federal houve, sim, um estrelecimento, pois grandes contribuintes tiveram suas dívidas renegociadas. Bilhões e bilhões e bilhões vão ser subtraídos novamente deste País. Requer a sua, a minha, a nossa atenção.

Bom, eu defendo um pouco, sim, a gestão do Ipea, a atual gestão. Acho que é um quadro muito importante. Acho que há um ruído em termos de quem defendia esse conceito de classe média. Ele pode ser usado de forma realmente indevida, e é uma pena, mas uma parte grande da sociedade brasileira é escrava das ideias dos economistas. Como engenheiro, falo isso de certa forma confortável. De fato, a gente não sabe direito.

Aqui, nesta Casa, no Congresso Nacional, são discutidos R\$2,2 trilhões. Os senhores não acreditam em como essa cozinha – permitam-me a gíria – não é o que deve ser. Ao discutir R\$2,2 trilhões, a *pizza* realmente é muito feia. A *pizza* realmente processa uma visão de passado, não de futuro. A gente aplica um percentual muito pequeno em educação, um percentual um pouquinho maior, mas muito pequeno, em saúde, um percentual irrisório em ciência e tecnologia e um percentual muito ruim em segurança pública, e o nosso País precisa desses quatro itens, e a gente tem, sim, 44% ligados ao passado, que precisa ser auditado, precisa ser visto.

Mais uma informação, que vem de alguém que milita, que dorme com a economia há mais de década. Se vocês querem ver como a dívida bruta e a líquida estão separadas, perguntem às autoridades competentes pela dívida mobiliária. É até uma palavrinha chata, que a maior parte dos brasileiros não vai entender. Não se refere a móveis, mas a títulos públicos, a lançamento. Ela tem disparado. E essa disparada é em função de alguns brasileiros, que, em tese, são mais brasileiros que os outros, porque ganham mais.

Há um cuidado necessário. Nessa renegociação da dívida, gente, às vezes pode se dar de um lado e se tirar de outro. Vou dar um exemplo. Não se admire se houver um aumento da carga tributária, que já é escorchante, em função dessa renegociação. Então, muito cuidado com o que se leva nessa negociação. Você ganha de um lado e pode ter um ônus maior do outro lado. Cuidado com um comprometimento de contas públicas e também com um potencial aumento de carga tributária. Na desordem tributária em que a gente já vive, se isso acontecer, pode ser que o ganho líquido não seja aquilo que a gente deseja, pela boa intenção de se ter essa transparência, essa informação buscada de forma mais direta.

Para finalizar, eu reforço aqui que é importante que, dado que vai haver ônus – não se iludam, porque vai haver ônus de qualquer decisão –, é importante saber quem vão ser os beneficiários. Um só Estado não pode levar a maior parte desse benefício, não pode uma só cidade ser plenamente beneficiada. O ideal é que haja, no final, uma política horizontal. E aí eu não tenho como dizer de outra forma: educação, educação e educação.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Waldery.

Passo a palavra, como última a falar – depois, encerrarei –, à Carmen Bressane.

A SRª CARMEN BRESSANE – Bem, o Núcleo São Paulo da Auditoria Cidadã é o mais recente núcleo formado. Nós começamos em junho. E tive a felicidade de trabalhar novamente com a Maria Lúcia, uma das pessoas mais fantásticas, uma das brasileiras mais fantásticas deste País, que eu admiro muitíssimo.

Ao fazermos a inauguração do nosso Núcleo São Paulo, o título escolhido para o lançamento do núcleo foi "Dinheiro tem. Para onde vai?" Porque a nossa carga tributária é pesadíssima, altíssima. O Brasil tem não a carga tributária mais alta, mas uma das mais altas do mundo. Nós temos tributos indiretos, tributos diretos, todos eles pesando, todas as empresas reclamando da carga tributária, as pessoas físicas reclamando da carga tributária, porque o mesmo modelo de um automóvel custa lá fora a metade do que custa aqui, por causa da carga tributária, as pessoas vão para fora comprar eletroeletrônicos porque eles são mais caros aqui por causa da carga tributária... Então, dinheiro tem. Para onde vai esse dinheiro? Então, nós da Auditoria Cidadã mostramos que, em nível federal, estadual e municipal, esse dinheiro vai para o pagamento de dívida.

Em 2012, nós pagamos R\$768 bilhões de dívida. Em 2013, de janeiro até o final de outubro, nós pagamos R\$690 bilhões. Isso equivale a R\$2,5 bilhões dia. Quanto são R\$2,5 bilhões por dia? Quantos Maracanãs a gente não faria num dia, com R\$2,5 bilhões? É muito dinheiro. Para 2014, nós vamos pagar do Orçamento Federal R\$1 trilhão. Então, dinheiro tem. Tributos a mais? Como disse o nosso amigo, já temos tributos demais, ninguém suporta uma carga tributária maior. A questão é saber o que é que nós fazemos com esse dinheiro que já arrecadamos. E quando a sociedade vai às ruas, como a gente tem visto, exigindo os direitos que não tem, porque o dinheiro não foi para a área social, mas foi para um sistema financeiro que, como vimos aqui, com a presença de representantes de vários países, é um sistema mundial, como esse dinheiro está indo para um sistema financeiro e não para o social, o povo está acordando para isso. A gente paga, paga, paga, e o dinheiro não vem para a gente? Para onde vai esse dinheiro?

Nas palestras que temos feito junto aos estudantes, junto aos jovens, todos querem se aprofundar nessa questão e ficam surpresos de saber que o nosso dinheiro, dinheiro que o povo paga com tanto sacrifício, que tira aquele investimento da creche, do transporte, da educação, da saúde, enfim, do saneamento básico, para o que a gente aloca 0,01%. Quer dizer, um País assim não se consegue ir para frente. Essa é a trava, o nó do nosso País.

Nós estamos diante de um projeto de lei que está aqui no Senado para ser votado. Podemos e devemos olhar com cautela para esse projeto, porque ele ajuda muito pouco, muito pouco. Alguns estão dizendo: "Ah, São Paulo vai ser muito beneficiado." Na minha visão, ele só vai aliviar um bocadinho. O saldo devedor de São Paulo, que hoje é de R\$56 ou R\$58 bilhões – porque nem o Secretário de Finanças, com quem eu conversei, sabe exatamente o saldo – vai reduzir para alguma coisa em termos de R\$30 bilhões. Teoricamente lá, quando vencesse em 2030, talvez a gente pudesse quitar isso melhor do que esses R\$56 bilhões, só que São Paulo vai continuar pagando os 13% da sua Receita Líquida. Mês a mês, não vai aliviar nada. A expectativa é que, em 2014, a gente vá pagar R\$4 bilhões ao ano. Quer dizer, São Paulo não está beneficiado como estão falando. É um projeto que precisa... E eu vou aceitar sugestão do Senador Suplicy e encaminhar a ele as emendas de que a gente precisa, para, pelo menos, tentar dar uma melhorada nisso e colocarmos um índice, ou IPCA ou pelo menos a TJLP, que é o índice que se faz de empréstimo para as empresas até multinacionais aqui no Brasil.

Sobre a questão dos juros, nós vamos procurar o Senador Suplicy para e para mais uma coisa, Senador. O Senador Luiz Henrique falou da reestruturação do Pacto Federativo. Eu acho que isso é importantíssimo. Eu acho que nós precisamos, realmente, fazer propostas estruturais. Este País tem que mudar estruturalmente. Então, quem sabe, poderíamos fazer também uma frente parlamentar pró-auditoria da dívida? Essa seria também uma boa sugestão para nós. *(Palmas.)*

Agradeço muito esta oportunidade de estar aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Antes de encerrar, agradecendo à Carmen Bressane, eu quero apegar ao que ela falou. Eu estou pronto para assinar essa ideia, mas com uma pequena diferença: eu quero colocar um *s* depois de dívida. Eu acho que é isto que está faltando: discutirmos a dívida financeira vinculada às outras dívidas que este País tem e que o mundo tem.

Eu sou favorável à anulação dívida do Terceiro Mundo dependendo de como o dinheiro vai ser usado. Se for usado para comparar armas, eu prefiro que pague aos banqueiros a que pague aos traficantes de armas. Se esse dinheiro que sobra for usado para comprar tratores para destruir as florestas que ainda restam na África, para mim é igual, não há diferença. Nós temos que saber como vamos casar as duas dívidas para que uma anule a outra.

Eu passei quase quatro anos viajando muito com a proposta de trocar 13% apenas do serviço da dívida por bolsa-escola, colocando as crianças na escola. Com 13%, na época, nós poderíamos colocar na escola 250 milhões de crianças que trabalhavam. Rodei, rodei, rodei e vi duas oposições. Uma no Vaticano, porque se dizia que a dívida é uma questão ética e a gente não pode exigir nenhuma vinculação de como usar o dinheiro; tem que lutar pela anulação porque é uma questão moral. E outra dos banqueiros, que diziam que anular qualquer coisa da dívida, mesmo que para beneficiar crianças, desestruturava, como o Eric falou, o sistema financeiro que eles próprios desestruturaram e que só funciona porque é desestruturado. Se houvesse ordem, organização, o sistema financeiro não funcionaria.

Então, eu gostaria de ver a gente debatendo, além da dívida financeira, o absurdo que é, o caos, as dívidas. Por exemplo, Alagoas tem muita dívida, mas o que mais me preocupa é que 21,8% da sua população adulta é analfabeta. Para mim, essa dívida de Alagoas, 20,8% do Maranhão, 18,8% do Piauí, essa dívida dos governos com a sua população é tão grave quanto a dívida do Estado com a União.

Eu queria juntar as duas dívidas e acho que isso é possível. É perfeitamente possível fazer uma auditoria das dívidas, sem querer, com isso, desviar o foco e parecer que é para enfraquecer a luta de vocês. A de vocês, como tem avançado muito, é mais urgente, mais urgente, mais visível. Mas a gente podia analisar todas as dí-

vidas que a gente tem e saber que uma causa a outra, porque é a dívida – e mais de um aqui falou – financeira que tira dinheiro da educação. Mas alguns pegam o dinheiro que pagaria a dívida para fazer estádio para mais uma Copa do Mundo aqui ou para fazer Olimpíadas, ou para construir centros administrativos ou prédios de mais luxo do que já existe hoje no setor público brasileiro. Então, a gente tem que combinar as duas. Mas, sem resolver o problema da dívida financeira, fica difícil sobrar dinheiro. Mas, se a gente educasse o povo, era capaz de essa dívida não ter chegado a esse ponto, porque, até na hora de se fazerem os orçamentos, haveria mais cuidado.

O Waldery falou dessa ideia de a gente sempre comparar o Orçamento com *pizzas*, para ver para onde vai o dinheiro. Eu estava aqui pensando que essa metáfora é muito boa, não só como simbolismo, mas porque, se a gente fizesse as *pizzas* verdadeiras como a gente faz aqui a pizza do Orçamento, o Brasil estaria sofrendo de cólicas. *(Risos.)*

É verdade, e aqui está a cólica da violência, a cólica de crianças na rua, a cólica da pobreza, da falta de água, de esgoto. Essas cólicas todas vêm de uma *pizza* errada: o dinheiro vai para muitos lugares para onde não deveria ir, entre eles, para pagar a dívida financeira, que a gente sabe hoje que, se fizesse uma auditoria, como vocês vão fazer, ela mostraria que ela é ilegal, que ela já foi paga e que não tem mais como ser paga. Por isso, tem que haver uma solução.

Eu espero que esta noite, que para mim foi muito rica, ajude e que o povo, nos assistindo pela televisão, ajude a perceber que este é um país de dívidas e que temos que resolvê-las porque, senão, quem vai pagar são os nossos filhos e os nossos netos.

Está encerrada a reunião.

Boa noite para vocês. *(Palmas.)*

(Iniciada às 18 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos, do dia dezenove de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, com a presença dos Senadores José Pimentel, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues, Jorge Viana, Humberto Costa, Wellington Dias, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Gim e da Senadora Angela Portela, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Mozarildo Cavalcanti e Magno Malta. Registra a presença a Senadora Ana Amélia. Havendo número regimental, a Senhora Presidente (Senadora Ana Rita) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 66ª Reunião Extraordinária e da 67ª Reunião Ordinária, que são dadas por aprovadas. A Presidência registra a presença dos Senhores: Thiago André Pierobom de Ávila, Promotor de Justiça e Representante da Comissão Permanente de Promotores de Justiça de Violência Doméstica (COPEVID); Benjamim Medina, Adido Político da Embaixada dos Estados Unidos da América; Ben-Hur Viza, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT); e das Senhoras Socorro Leal, Embaixada dos Estados Unidos da América; Lúcia Bessa, Coordenadora-Geral da União Brasileira de Mulheres, Secretária do Conselho de Direitos da Mulher do Governo do Distrito Federal e Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/DF; Angela Café, Presidente do Conselho Estadual da Mulher de Goiás; Nadine Gasman, Representante do Escritório da ONU Mulheres para o Brasil; Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres); Ela Wiecko Castilho, Subprocuradora-Geral da República; Ana Maria Brito, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Representante do Fomavid – Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – e Coordenadora o Centro Judiciário da Mulher do TJDFT; Beatriz Cruz, Coordenadora-Geral de Ações de Prevenção e Segurança Pública da Senasp; e Nilda Gondim, Deputada Federal – PMDB/PB. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública. Assunto / Finalidade:** Instruir o PLS nº 292, de 2013, que altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. **Requerimento de realização de audiência:** RQJ 62/2013,

Senadora Ana Rita. **Reunião destinada a instruir a seguinte matéria:** PLS 292/2013, CPMI – Violência contra a Mulher – 2012 (CPMI). **Participantes:** Ana Isabel Garita; Ministra de Estado da Justiça da Costa Rica; **Leila Linhares Barsted**, Diretora Executiva da Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA; **Jamilson Haddad Campos**, Juiz Auxiliar da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá; **Silvia Pimentel**, Membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres – CEDAW; **Flávio Croce Caetano**, Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e treze e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente (Senadora Ana Rita) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 68ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 66ª Reunião, Extraordinária, e da 67ª Reunião Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PLS nº 292, de 2013, que altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, conforme o Requerimento nº 62, de 2013, da CCJ, de iniciativa da Senadora Ana Rita.

Antes de convidar as representantes que aqui estão para compor a mesa, eu quero aqui fazer uma justificativa. O Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão, precisou se ausentar agora à tarde, por uma questão de saúde, e pediu que nós coordenássemos esta audiência pública. É por isso que eu estou aqui presidindo esta audiência e pelo fato, também, de ser autora do requerimento.

Eu convido, então, para compor a nossa mesa, com muita satisfação, a Srª Ana Isabel Garita, Ministra de Estado da Justiça da Costa Rica.

Seja bem-vinda.

Também convido o Dr. Jamilson Haddad Campos, Juiz Auxiliar da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá.

Convido também, para compor a mesa, o Dr. Flávio Croce Caetano, Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

O Dr. Flávio sempre está conosco, quase sempre nas audiências públicas. Seja bem-vindo.

Quero aqui também registrar a presença da Srª Nadine Gasman, representante do Escritório da ONU Mulheres para o Brasil.

Seja bem-vinda, Drª Nadine. É um prazer tê-la aqui.

Também registro a presença da Srª Aparecida, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres).

Muito obrigada, Aparecida, pela sua presença.

Também registro a presença do Adido Político da Embaixada dos Estados Unidos, o Sr. Benjamin Medina.

Seja bem-vindo, Sr. Benjamin. Por favor, sente-se aqui, mais à frente.

Quero aqui também registrar a presença do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é membro atuante, efetivo, aqui na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Os demais convidados ainda não chegaram. Vamos iniciar nossa audiência pública e, assim que chegarem, faremos aqui o devido registro e convidaremos para compor a mesa.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra a Senadoras e Senadores será concedida na ordem de inscrição; os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Convido, então, a Srª Drª Ana Isabel Garita para sua exposição por um prazo de quinze minutos.

Aqui temos um painel que marcará esse tempo. Quando estiver faltando um minuto, a campainha tocará, mas fique à vontade, se precisar concluir o raciocínio, ampliaremos o prazo.

A Sr^a Ana Isabel Garita, Ministra de Estado da Justiça da Costa Rica.

A SR^a ANA ISABEL GARITA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Boa tarde a todos e a todas, Sr^a Senadora Ana Rita, Srs. Senadores e Senadoras aqui presentes e representantes do Poder Executivo e cidadãos e cidadãs aqui presentes. Em primeiro lugar, gostaria de dizer-lhes que me sinto muito honrada por estar aqui no Senado Federal, discutindo e conversando com os senhores sobre um tema de tanta relevância não só para o Brasil, mas para o continente latino-americano, para o continente americano em geral e para o mundo, pois as mulheres continuam sendo as principais vítimas de violência em todas as partes do planeta.

Entremos diretamente no assunto em pauta, que diz respeito à tipificação do delito de feminicídio. Em primeiro lugar, desejo dizer-lhes que em nosso continente americano houve um grande avanço não só na aprovação de legislação nacional com vistas à adequação de nossa legislação às convenções internacionais, mas sobretudo grandes avanços na questão com a ampliação da faculdade ou da competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos para tratar dos casos de violência contra as mulheres. Isso é de suma importância, porque em diferentes resoluções iniciando precisamente com o caso de Maria da Penha, como foi dito anteriormente, ampliou-se essa competência da Corte e os Estados são responsabilizados pelo não cumprimento de obrigações relacionadas a garantir a não violência contra as mulheres e o pleno acesso a seus direitos fundamentais. Recordemos que desde 1990 a violação aos direitos das mulheres é considerada uma violação dos direitos humanos fundamentais. Em termos gerais, a Corte Interamericana e, sobretudo, no caso da resolução emitida em 2006, os Estados ficam obrigados a incluir uma série de circunstâncias agravantes na tipificação dos diversos delitos de violência contra as mulheres.

No caso concreto do feminicídio, o anteprojeto de lei que os senhores estão discutindo estabelece claramente algumas circunstâncias que determinam a existência de uma violência de gênero. Para começar, o feminicídio se realiza sempre que se assassina uma mulher por questões de gênero. Isso é muito importante do ponto de vista penal porque o caso do feminicídio pressupõe um dolo específico em relação à pessoa, ao sujeito ativo, na medida em que mata a mulher por ódio, por menosprezo, por existência de um sentimento de propriedade sobre o corpo da mulher. Isso é um dolo específico, mas além de ser um dolo específico como os senhores sabem, constitui o elemento subjetivo do delito de feminicídio. Mas, além disso, no caso do anteprojeto apresentado e que estamos discutindo esta tarde, se incluem três ou quatro circunstâncias ou elementos objetivos do tipo penal do feminicídio, que é a existência de uma relação íntima de afeto ou parentesco, a realização de atos de violência sexual antes ou depois da morte da mulher ou a mutilação ou a desfiguração da vítima. E também me parece que está prevista uma modificação para incluir a tortura à mulher vítima de feminicídio. Isso significa que a proposta, tal como está apresentada, cumpre o princípio da legalidade e o princípio da tipicidade, algo exigido pelo direito penal que garante os direitos e liberdades fundamentais, um direito penal democrático.

Por outro lado, se fizermos a relação, a comparação com o que ocorreu com outros países da América Latina em relação à tipificação do delito de feminicídio, teríamos de dizer que em outros países as circunstâncias em torno do feminicídio são muito amplas. É o caso da Guatemala, é o caso de Nicarágua, é o caso de El Salvador, existe uma série de aspectos para caracterizar o delito de feminicídio. Os senhores optaram por uma definição restritiva que abrange basicamente, como dito antes, os casos de existência de uma relação de parentesco ou intimidade ou casos de uma violência extrema sobre o corpo da mulher. No entanto, há uma série de aspectos que não lerei, mas que podem caracterizar em outros países o delito de feminicídio.

Outra questão que me parece muito importante considerar é que em alguns países da região, além do delito de feminicídio, foi incluído no Código Penal um delito ligado ao feminicídio. Porque certamente o problema mais grave do feminicídio é, além da violência perpetrada sobre o corpo da mulher, sobre a sua vida, sobre as pessoas a sua volta é o nível de impunidade desse delito. No caso de feminicídio – que é a violência mais extrema contra um ser humano – os índices de impunidade ao menos na América Central e no México são superiores a 90%. E isso depõe contra o Estado de direito e faz com que 50% dos cidadãos desconfiem do sistema judiciário penal ou o deslegitimem, na medida em que não responde a suas expectativas de justiça, de reparação, de busca da verdade e de compensação. Então, considerando essa situação de contexto social da impunidade, como dito anteriormente, em outros países se propôs o tema da incorporação de um tipo penal conexo que é o da penalização ao agente público por ações de obstrução ou de impedimento, no caso dos funcionários públicos que impedem que haja justiça nos casos de feminicídio. Isso pode abranger não somente os funcionários ou os operadores da justiça, mas em alguns países, penaliza-se até os funcionários de outras instâncias que não sinalizarem situações de suspeita de violência e assassinato de mulheres por questões de gênero, como no caso de médicos que atendem mulheres agredidas.

A outra coisa é que em alguns outros países também a legislação incorporou reformas ao procedimento penal que reconhece esse tipo de delitos. Por exemplo, estabeleceram-se restrições à utilização da prisão pre-

ventiva ou restrições às alternativas às penas privativas de liberdade. E uma questão muito importante e que sempre se recomenda incorporar é a proteção às testemunhas e às vítimas desse tipo de delito. No caso de feminicídio podem ser vítimas de caráter indireto – que seriam os familiares ou as pessoas próximas à pessoa assassinada por razões de gênero – porém é muito importante levar em consideração a situação especial de vulnerabilidade dessas mulheres. E aqui se deve levar em conta uma questão muito importante: embora não se diga expressamente no Código Penal, existe, evidentemente, a possibilidade de penalizar a tentativa de feminicídio. Isso é importantíssimo, pois em inúmeros casos de violência extrema contra as mulheres houve por parte do agressor a intenção de assassinar a mulher e por razões totalmente exógenas à vontade do agressor essa morte não ocorreu. Então é importante que, mesmo que essa figura não apareça expressamente no Código Penal, seja levada em consideração na hora de interpretar esse tipo de delito e de aplicar a pena.

E a última e importante reforma feita em alguns códigos processuais penais é a inclusão do “querelante adjunto” ou autor coadjuvante que é uma figura que certamente os senhores têm no Código Processual Penal e que dá a possibilidade a certos setores e organizações de mulheres de envolver-se diretamente na acusação e no acompanhamento da investigação e do julgamento penal desse tipo de delitos.

Vamos fazer talvez uma reflexão final antes que se termine o tempo. Depois que tive acesso ao anteprojeto de lei que está em discussão no Senado nos parece, em conclusão, que é uma excelente iniciativa que sinaliza para a importância de haver uma figura independente do delito de feminicídio dentro do Código Penal. Como os senhores bem sabem, houve toda uma discussão na América Latina sobre a oportunidade de haver uma reforma no código penal ou a viabilidade de haver uma lei integral de penalização à violência contra as mulheres. A nosso ver, essa decisão política de incorporá-la como uma figura a mais dentro do Código Penal facilita a aplicação a esta figura dos princípios gerais do direito penal contidos, evidentemente, na parte geral do código penal e isso implica uma interpretação muitíssimo mais extensiva e mais relacionada com a legislação vigente.

Também é importante que se inclua como um tipo penal específico, na medida em que estão tomando uma decisão política de mostrar que, como declara o Secretário-Geral das Nações Unidas ao falar da importância do combate à violência contra as mulheres por parte dos Estados, o Estado brasileiro e as autoridades públicas do país decidiram lutar contra essa ação que tem implicações tremendas na vida das mulheres, mas também na paz social no meio social das vítimas. E isso permite, de certa forma, medir a incidência também da impunidade. Ao caracterizarmos o delito de feminicídio vamos poder contar com estatísticas específicas dentro das estatísticas criminais que nos permitirão determinar quantas mulheres foram assassinadas no país e em quantos casos a justiça funcionou ou não. E além disso, vamos poder tomar medidas de política criminal que permitirão ao setor da justiça adaptar seu instrumental, seus recursos, sua capacidade de investigação, de julgamento e de sanção desse tipo de delito.

Como lhes dizia, há uma série de possibilidades na América Latina para tipificar o delito de feminicídio por meio de legislação especial ou de reformas ao Código Penal, mas em todo caso, o importante é que a decisão tomada em relação ao modelo legislativo a seguir se adapte à cultura jurídica do país e à viabilidade política, a fim de que essa lei seja uma realidade no menor tempo possível.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos aqui profundamente a exposição da Ministra Ana Isabel Garita, Ministra de Estado de Justiça e Paz de Costa Rica.

Muito obrigada pela presença e obrigada também pelas reflexões, que vêm nos fortalecer e nos ajudar no encaminhamento do projeto.

Para quem chegou agora há pouco, essa audiência pública está acontecendo justamente para obtermos subsídios para o Projeto de Lei nº 292, do Senado Federal, de 2013, na verdade um projeto da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência contra as mulheres e que insere o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

Então, a partir desta audiência pública, queremos oferecer aos Senadores e às Senadoras informações para que possamos aprovar, sem dificuldades, o referido projeto de lei, o mais rápido possível, inclusive.

Antes de conceder a palavra ao próximo convidado, convido para compor a mesa a Srª Leila Linhares Barsted, Diretora Executiva da Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia).

Muito obrigada pela presença, Srª Leila.

Também quero convidar a Srª Silvia Pimentel. É uma alegria recebê-la aqui hoje. Ela é membro do Comitê para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

Seja bem-vinda, Drª Silvia. Obrigada pela presença.

Pela nossa ordem de inscrição, seria a Drª Leila a falar agora. Pode ser, Drª Leila?

A SRª LEILA LINHARES BARSTED (*Fora do microfone.*) – Pode ser. Pensei que seria mais para o fim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, porque aí podemos combinar com quem está à mesa e já chegou há mais tempo.

A senhora quer se organizar um pouquinho?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está tudo bem. Então, a Drª Silvia Pimentel será a próxima.

Enquanto a Drª Silvia se organiza, vou fazer alguns registros de presenças aqui.

Primeiro, registro a presença da Ângela Esteu Café, Presidenta do Conselho Estadual da Mulher de Goiás. Muito obrigada pela presença.

Registro também a presença de Lúcia Bessa, Coordenadora-Geral da União Brasileira de Mulheres; Secretária do Conselho de Direitos da Mulher do GDF e Presidenta da Comissão da Mulher Advogada da OAB do DF, que está presente lá atrás.

Seja bem-vinda.

Quanto aos demais, peço à assessoria que recolha os nomes para que possamos fazer os devidos registros.

Queremos também informar que, amanhã, começa os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. As Procuradorias da Mulher da Câmara e do Senado farão uma série de atividades até o dia 10 de dezembro.

Então, é importante, quem puder, acompanhar as atividades da Procuradoria da Mulher, tanto do Senado quanto da Câmara.

Concedo a palavra, agora, à Drª Silvia Pimentel, membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), pelo tempo de 15 minutos. Quando estiver faltando um minuto, a campainha toca.

A SRª SILVIA PIMENTEL – Obrigada. Boa tarde a todos e a todas.

É um grande prazer estar aqui no Senado, hoje, na presença de pessoas tão ilustres, tão amigas, seja na mesa, seja aí na plateia. É uma honra estar nesta audiência pública do Senado Federal sobre a tipificação do crime de feminicídio no Código Penal, PL 292, de 2013, da Senadora Ana Rita.

Ana Rita, muito obrigada. Quero falar em meu nome e em nome do trabalho que há mais de 30 anos realizo em prol dos direitos humanos das mulheres. Eu agradeço muito essa sua iniciativa.

Agradeço à SPM pelo convite, ressaltando o seu protagonismo na luta contra a violência em relação à mulher.

A você, muito especialmente, o meu agradecimento.

Início a minha fala, que acredito será menos de 15 minutos – eu tive essa preocupação, já que éramos muitas e que havia muitas autoridades no tema aqui presentes –, fazendo referência a um fato histórico. Em 1988, às vésperas da conclusão do processo constituinte brasileiro, foi publicado em jornal de grande circulação nacional (*Folha de S. Paulo*, “Tendências e Debates”, p. 3) artigo do então Senador Jarbas Passarinho intitulado “As mulheres gostam de apanhar”. Precedido de epígrafe do grande Nelson Rodrigues, alertava a sociedade brasileira de que o Congresso constituinte estava por aprovar artigo que feria os direitos humanos das mulheres. Tratava-se do §8º do art. 226 da nossa Constituição sobre o dever do Estado de coibir a violência doméstica.

A lógica do raciocínio, que deve estar intrigando os senhores e as senhoras, era bem simples: como as mulheres gostam de apanhar, esse preceito feriria os seus direitos humanos.

Por favor, eu, encarecidamente, solicito aos senhores que busquem a *Folha de S. Paulo* esse artigo. É um fato histórico.

Gostaria que os senhores fossem verificar e o lessem, na íntegra, porque parece pura invencionice, parece retórica da minha parte. Mas não o é. É história. Relembro hoje esse episódio, ao qual reagi à época, para ilustrar as profundas ambiguidades que cercam a temática da violência contra as mulheres, ainda em muito naturalizada, inclusive, por vezes, a violência extrema do assassinato de mulheres. “Ela fez por merecer”, lamentavelmente, ainda é um lugar-comum.

Se o dever do Estado de preservar o direito à vida, e uma de suas formas de se expressar, juridicamente, é através da tipificação penal da ação de matar, que é o homicídio, e que tem como sujeito passivo, seja o homem, seja a mulher, pode-se indagar: por que criar um outro tipo penal que teria somente a mulher como sujeito passivo? Por quê? Tolice, leviandade, coisa de militância – feminista, para piorar.

De fato, não faria sentido, a não ser considerando-se a questão sob uma perspectiva de gênero. E esta, como se sabe, vai além, transcende a perspectiva da análise das relações homem/mulher, através da perspectiva do sexo biológico. E se considera a construção social, cultural, do papel masculino e feminino, de homens e mulheres na sociedade, bem como os inúmeros preconceitos e estereótipos presentes em nossa sociedade, que trazem, como consequência, graves violações aos direitos das mulheres.

Ao alarmante número crescente de mulheres assassinadas com crueldade, sete países de nossa região da América Latina e Caribe, ademais de políticas públicas visando sua erradicação, criaram tipos penais, ora chamados femicídio ou feminicídio, com objetivo de dar maior visibilidade a esse crime.

A denominação própria do assassinato de mulheres em certas circunstâncias – o que quero dizer é na perspectiva de gênero, analisando-se, e percebe-se que há isso a caracterizar –, visa a revelar que algo específico ocorre e que esse algo é precisamente a violência baseada no gênero, que, conforme a Recomendação Geral nº 19, do Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, da ONU, que é o Comitê CEDAW, é uma forma de discriminação que inibe a capacidade das mulheres de gozarem os seus direitos e liberdades, numa base de igualdade com os homens.

No caso presente – dramático, trágico –, o que ocorre é que elas não têm, muitas e muitas, não estão tendo o direito de gozar o seu direito à vida.

Uma breve reflexão. Nomear é reconhecer. Através da linguagem, nomeamos pessoas, sentimentos, coisas, fenômenos, etc., que, ao serem percebidos como tais, recebem nomes e passam, assim, a compor o mundo que construímos do nosso viver.

A expressão “violência contra a mulher”, estas três palavrinhas – violência contra mulheres – passaram a compor a gramática dos direitos humanos não faz muito tempo. Acho que vale a pena, então, trazer algo nesse sentido.

É interessante mencionar que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Convenção da ONU – conhecida por Convenção CEDAW na sua sigla em inglês –, que é de 1979, e passou a vigorar em 1981, não trata expressamente da violência. Por quê? Acho que é uma pergunta que cabe fazermos. Será que não existia a violência contra a mulher ou será que a violência não foi nomeada porque não oficialmente reconhecida como grave problema político, social e jurídico, pelos Estados-Partes da ONU que a aprovaram? Vale ressaltar que não foi um descuido, porque a convenção não foi criada assim, por acaso, de um momento ao outro, e por isso também gostaria de mostrar a solidez do processo – e não vou falar todo, senão utilizaria duas horas –, mas, numa breve síntese, destacando simplesmente alguns aspectos, quero chamar a atenção de que essa aprovação pelos Estados-Partes da ONU foi o ápice de décadas de esforços internacionais, visando proteger e promover os direitos das mulheres no mundo, inclusive da Década da Mulher, de que muitas de nós participamos, e muitos mais ainda ouviram falar, que foi de 1975 a 1985 e que foi promovida pela ONU, quando ocorreram as três grandes conferências internacionais – na Cidade do México, em Copenhague e Nairóbi – mobilizando mulheres de todo o mundo.

A violência, por suposto, foi objeto, nestas conferências internacionais, de fortes denúncias e reivindicações por parte do movimento de mulheres. Entretanto, faltou vontade política aos Estados-Partes da ONU, ao elaborarem a Convenção, que é a carta magna dos direitos humanos das mulheres, como sabem. Não tiveram a coragem, a vontade e, eu digo mais, a coragem política de nomeá-la, porque – interpreto eu – isso significaria assumir responsabilidades e deveres no sentido de erradicá-la. E eu poderia também fazer aqui uma outra conferência desenvolvendo hipóteses que poderiam explicar as razões pelas quais, em 1979, o tema dessa realidade infame da violência contra as mulheres foi evitado e não aparece na convenção, que tem 30 artigos, dos quais 16 substanciais, tratando das várias dimensões da vida das mulheres.

Algo também interessante eu quero aqui trazer para vocês. Na década dos anos 90 – nós, feministas, conhecemos bem a década dos 80 e dos 90 –, a violência contra as mulheres ganhou explícito e valioso reconhecimento na esfera das Nações Unidas, e eu vou ressaltar apenas dois. O primeiro aspecto foi o quê? O Comitê CEDAW, que é esse órgão de monitoramento da atuação dos vários Estados-Partes quanto ao cumprimento dos preceitos da Convenção CEDAW, que visa à promoção e proteção dos direitos das mulheres, elaborou, em 1992, a Recomendação Geral nº 19 sobre violência contra as mulheres, como eu já disse, tema, palavra, nome que não aparece na Convenção da Mulher.

O que eu gostaria de destacar também é que essa Recomendação nº 19 do Comitê CEDAW, que procurou preencher esta lacuna – e aqui um comentário como partícipe do CEDAW, eu quero dizer que jamais o Comitê CEDAW, inclusive na própria Recomendação Geral, assumiu propriamente uma lacuna –; o que logo ao início está dito na Recomendação Geral nº 19 é que a violência contra a mulher é uma discriminação contra a mulher e, portanto, ela está implícita em toda a normativa presente na Convenção da Mulher. De toda maneira, a Recomendação Geral explicita isso que estava implícito, ou, sendo bem realista, estava lacunoso.

Afirma essa Recomendação Geral que a convenção, no seu art. 1º, inclui, como eu disse, implicitamente, a violência baseada no gênero como sendo a violência que é dirigida contra a mulher por ela ser mulher ou aquela que afeta desproporcionalmente às mulheres. Eu gostaria que os senhores tivessem escutado essas últimas três linhas...

(Soa a campainha.)

A SRª SILVIA PIMENTEL – ... que eu li aqui de uma forma sublinhada, porque existe uma dificuldade de entendimento por parte da nossa sociedade e de muitas pessoas no mundo, inclusive, do termo, “o que será a violência do gênero?”, “no que se difere uma violência em relação à mulher?”. Então, é exatamente esse aspecto de uma violência dirigida à mulher, pelo fato de ela ser mulher, ou uma violência que agride às mulheres de forma desproporcional.

Quantos minutos eu tenho mais?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SILVIA PIMENTEL – Bem pouco. Exato. Muito obrigada.

Destaco, então, como eu disse, em segundo lugar, a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Viena em 1992... Digo, 1993 – 1992 é a nossa recomendação geral. Para surpresa de todo o mundo, a declaração afirma: os direitos das mulheres são direitos humanos. A violência contra a mulher fere os direitos humanos das mulheres.

Gente – desculpem a informalidade –, é algo assim absolutamente surpreendente! Mil novecentos e noventa e três.

Pergunto assim: qual seria a consequência? Houve? Eu digo: a grande consequência é que violência contra as mulheres, essa expressão, essa realidade passou, paulatinamente, a compor a agenda política dos países da ONU, de agências, instituições, organizações e Estados.

Já me encaminhando para o final, pergunto: mas tudo isso se trata de novidades? Respondo: trata-se de avanços históricos, significativos, que merecem ser resgatados hoje, quando o que se propugna é a tipificação do assassinato de mulheres como feminicídio, quando, como manifestação de violência do gênero, isto é violência, como disse, dirigida à mulher por ser mulher ou aquela que a afeta desproporcionalmente.

O que se espera é que a criação desse novo tipo penal, em que se oferece nome próprio à forma mais extremada de violência contra as mulheres, o feminicídio, contribua para ampliar as condições de percepção e do reconhecimento, por parte da sociedade brasileira, desse infame e cruel ato de matar.

Gostaria de, mais uma vez, Senadora Ana Rita, cumprimentá-la por esse PL. Dizer que a preocupação foi muito coerente com o que é uma bandeira majoritária do movimento feminista. A ideia não é ampliar, ampliar e ampliar penas, tempo de prisão. Grande parte de nós, principalmente da área jurídica, o que entendemos é que precisa, enquanto política criminal, o que é importante é ter uma política que seja objetiva, que surta efeitos e traga eficácia. É nesse sentido que entendo que nomear feminicídio vai trazer efetividade maior à forma de erradicar esse crime.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Silvia Pimentel. É sempre um prazer muito grande poder ouvi-la. Já tive a oportunidade de estar num evento do CEDAW e ter a alegria de participar dessa atividade sob sua coordenação. Então, parabéns pela exposição.

A Drª Silvia é membro do Comitê para Eliminação da Discriminação contras as Mulheres, o CEDAW.

Agora vou conceder a palavra à Drª Leila Linhares Barsted, Diretora Executiva da Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia).

A SRª LEILA LINHARES BARSTED – Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, que fez esse grande levantamento no Brasil, em todos os Estados, e que pôde demonstrar, através do seu extenso relatório, o alcance da violência contra as mulheres no Brasil.

Queria cumprimentar a Senadora Ana Rita e, em seu nome, cumprimentar todos os demais membros desta mesa, cumprimentar as companheiras que estão aí, cumprimentar todos, mas particularmente as companheiras e, em especial ainda, a companheira Aparecida Gonçalves, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, que, pelo menos há quase dez anos – não é, Cida? –, tem atuado de forma bastante eficiente, viajando o Brasil inteiro e se dando conta de que é preciso que o Estado brasileiro realmente desenvolva uma política eficaz de combate, de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Antes de entrar no tema do femicídio propriamente dito, eu queria trazer uma reflexão histórica. De 1916 a 2013, vigorou um Código Civil que, apesar das modificações introduzidas pela Constituição de 1988, no capítulo referente à família, foi um Código Civil que, na realidade, foi uma grande expressão de uma cultura de subalternidade das mulheres. Nós nos demos ao trabalho de ler os artigos desse Código, começando com os artigos que falam das causas de anulação de casamento, por exemplo, vamos ver que a maneira como a mulher é colocada na legislação brasileira, que vigorou durante tantas décadas, já por si só cristaliza uma cultura nas instituições do Estado e na sociedade, onde os direitos das mulheres não são reconhecidos enquanto tais, onde o que é reconhecido é realmente a subordinação.

O Código Penal de 1940, somente em 2005, sofreu, no que diz respeito às mulheres, algumas alterações. No que diz respeito, por exemplo, à eliminação da expressão extremamente discriminadora de “mulher

honesta” e também a excludente de punibilidade que permitia ao estuprador, ao casar-se com a vítima, ficar isento de punição.

Então, olhando a legislação brasileira, a história da legislação brasileira, como as mulheres estão na legislação brasileira, vamos ver que a cidadania das mulheres no Brasil é uma cidadania tardia, é uma espécie de cidadania de segunda classe, de segundo plano, mesmo diante dos grandes avanços no campo da educação, do trabalho, da participação das mulheres na vida pública e na vida produtiva.

Um dado importante é que, passado mais de um século, ainda vigora em muitas mentalidades o que vai explicar o índice tão alto de assassinato de mulheres, de homicídio de mulheres, ainda vigora em muitas mentalidades aquilo que estava nas ordenações filipinas do século XIX que dizia que aquele que encontrasse a sua mulher em adultério poderia matá-la. Nesse sentido, essa morte não seria considerada um crime, era um direito.

Essa ideia desse direito de matar a mulher, por mais que tenha passado esses dois últimos séculos e por mais que o Brasil tenha se tornado um país moderno, um país avançado, essa mentalidade ainda está presente, não apenas nos homicidas, mas também em muitos daqueles que em volta dizem que alguma coisa ela fez e, de alguma maneira, o homicídio é visto como um castigo devido àquela que transgrediu a uma determinada ordem. Muitas vezes, essa ordem é a ordem da família, ou seja, em nome da família, as mulheres têm que abrir mão da sua individualidade, dos seus direitos individuais e sofrer, então, caladas, resignadas, as violências, esperando que essas violências não cheguem a um destino trágico de serem assassinadas.

Então, temos um cultura extremamente... e não uma cultura da sociedade – isso é importante –, mas uma cultura do Estado e das suas instituições que ainda é marcada pela sensação de que o assassinato de mulheres ou a violência contra as mulheres não é uma questão tão grave. Mais grave certamente é o tráfico de drogas, são os grupos criminosos, enfim, são outros, e não as mulheres que são, nesse sentido, objeto de políticas que efetivamente possam diminuir – eu não diria acabar, porque seria uma utopia – mas que possam diminuir o índice de violência que sofrem.

A Dr^a Silvia Pimentel falou da Convenção de 1979, do CEDAW, falou da Conferência Mundial dos Direitos Humanos em 1993. Eu chamaria atenção das outras conferências de direitos humanos também da década de 90, a Convenção de População e Desenvolvimento, a 4^a Conferência da Mulher, onde a questão da violência contra a mulher foi um tema debatido e um tema incluído por todos os países-membros como necessário que se avance em políticas para eliminar esse tipo de discriminação e de violência.

Em 1994, o Brasil assinou a Convenção para Eliminação para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, a Convenção de Belém do Pará, que é uma resposta, de certa forma, àquilo que apareceu na Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, ou seja, a existência de um assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres.

Eu devo lembrar que, em 1993, em paralelo à cúpula dos países-membros, foi organizado um fórum das organizações não governamentais, onde foi criado um tribunal dos crimes contra as mulheres. Eram mulheres de várias partes do mundo, de diferentes religiões, de diferentes etnias. No entanto, uma coisa que a gente percebeu é como a violência contra as mulheres é uma constante na história da humanidade. A violência contra as mulheres ainda é um dado que cerceia a liberdade das mulheres, que ceifa a sua participação na sua família e na sua sociedade.

A Convenção de Belém do Pará faz, no seu preâmbulo, toda uma exposição de motivos pelos quais se faz necessária uma legislação internacional específica – e a Convenção de Belém do Pará é a primeira legislação internacional específica – sobre violência contra as mulheres. A Convenção de Belém do Pará, além de criar uma série de obrigações para o Estado, declara os direitos das mulheres, define o que é violência contra as mulheres, define o campo do que nós poderíamos chamar de sujeito ativo dessa criminalidade, que seriam tanto indivíduos, pessoas que privam da intimidade da vítima, quanto agentes do Estado – agentes do Estado, seja por ação, seja por omissão.

Nós vamos perceber que, quando estamos diante de assassinato de mulheres, de um lado, vamos nos defrontar com a cultura daqueles que assassinam, ou seja, o direito de matar a mulher. Mas, do outro lado, nós vamos perceber também a cultura dos agentes que estão nas instituições, onde, primeiro, não se sabe fazer uma investigação pericial eficiente. Nós sabemos muito bem que há uma deficiência das perícias. As perícias não levam em conta, muitas vezes, os dados que cercam o ambiente. Não apenas aquela mulher foi encontrada morta, mas ela foi encontrada morta com suas roupas rasgadas, seus objetos espalhados, sua casa destruída, ou seja, houve uma fúria muito grande que determina esse assassinato.

A perícia não leva em conta, muitas vezes, o fato de que essas mulheres, em muitos momentos anteriores, já tinham sido vítimas de violência. As marcas do seu corpo poderiam estar falando por elas.

Então, o que a gente vai ver é que as instituições do Estado, tanto na parte pericial quanto na investigação policial, quanto no processo criminal ainda estão muito marcadas por essa ideia de que a violência contra

as mulheres não é algo tão grave que mereça uma política criminal específica. Nós vemos isso em relação à Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha, de 2006, até hoje, sete anos passados, nós encontramos resistências a sua aplicabilidade, tanto das autoridades policiais quanto das instituições de Justiça.

Fizemos recentemente – a minha instituição, a Cepia – uma pesquisa nacional sobre a questão do acesso das mulheres à Justiça. E o que pudemos perceber é que a magnitude das medidas protetivas que existem nos diversos juizados de violência doméstica contra as mulheres aponta, por um lado, para a ideia de que as mulheres, agora, têm onde buscar recursos, mas aponta também para uma Justiça vagarosa, uma Justiça que não percebe que essa mulher precisa de respostas mais eficazes e de respostas mais urgentes. E muitos desses operadores do Direito, ainda hoje, não aplicam a Lei Maria da Penha e continuam aplicando mecanismos de mediação, a Lei 9.099... Enfim, se fôssemos fazer um levantamento aprofundado de como está a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em nosso País, nós vamos ver a dificuldade dos operadores do Direito, sejam da área de segurança, sejam da área da Justiça, de aplicar essa legislação de forma a cumprir com todo o sentido, com todo o espírito da Lei 11.340 e com todo o espírito das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil, seja em relação às legislações, seja em relação à jurisprudência.

Eu citaria aqui, sem entrar no detalhe, em função do tempo, a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando analisa o assassinato de mulheres no México, na Cidade de Juárez, onde a Corte Interamericana de Direitos Humanos vai apontar para esse fato criminal específico, que é a violência contra as mulheres pelo fato de serem mulheres.

O plano estratégico para o acesso das mulheres à justiça, particularmente no plano regional da América Latina e Caribe, propõe que, no período de 2012 a 2015, possa se levar uma discussão sobre a regulação do feminicídio. Sabemos que vários países do nosso continente, da América Central, o México, possuem legislações sobre femicídio, algumas mais restritas em relação ao sujeito ativo do crime ou à “sujeita” passiva do crime – a mulher –, outros protegendo bens jurídicos mais amplos, mas, de qualquer maneira, há toda uma mudança de mentalidade, e desde 2006, particularmente – se não me engano foi a primeira lei da Costa Rica –, vêm surgindo iniciativas legislativas em diversos países para responder a essa criminalidade específica. É como a Dr^a Silvia Pimentel falou: não se trata apenas de falarmos em homicídio, há que se falar em homicídio de mulheres pelo fato de serem mulheres.

Em 1996 ou 1997, em pleno processo constituinte, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres fez um trabalho sobre a violência contra as mulheres e o título desse trabalho é muito sugestivo: *Quando a Vítima é Mulher*. E essa questão de “quando a vítima é mulher” tem atravessado toda a nossa sociedade, incluindo as instituições do Estado. Quando a vítima é mulher, como ela tem sido tratada? Muitas vezes, tenta-se desqualificá-la, ou seja, ela mereceu. Mereceu pelo seu comportamento sexual, mereceu porque não fez a comida, mereceu porque saiu daquele papel congelado que o Código Civil de 1916 havia colocado – isso para falar do Brasil republicano, sem falar das legislações do passado.

Então, o que vamos perceber, olhando os autos de vários processos em que a vítima mulher foi assassinada? Vamos ver, primeiro, tentativas de desqualificar essa vítima, o que foi, de alguma maneira, respondido de forma muito contundente pelos movimentos de mulheres desde a década de 80...

(*Soa a campanha.*)

A SR^a LEILA LINHARES BARSTED – ... rejeitando essa tentativa de desqualificação da vítima.

Por outro lado, vamos ver, quando formos analisar os inquéritos policiais, os autos nos processos, a existência de dados, a existência de fluxos que possam nos permitir entender que caminho tem sido percorrido para que as mulheres ou suas famílias encontrem justiça.

As investigações, como disse, ainda são fracas, as investigações ainda não estão imbuídas da necessária perspectiva de gênero, ou seja, que essa vítima foi morta não por ser uma pessoa qualquer numa sociedade violenta, ela foi morta porque ela é mulher numa sociedade que tem um padrão de violência contra a mulher. Nesse sentido, a proposta de introduzir a qualificadora de femicídio no art. 121 é uma proposta que considero bem-vinda, não esperando que a legislação criminal vá, por si só, eliminar os índices de violência, mas esperando que a legislação criminal possa impactar toda uma política criminal, que possa levar a uma capacitação dos operadores da lei, que possa levar a uma formação desses operadores, mudando cultura, tal como está previsto na Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres.

Nesse sentido, saúdo, mais uma vez, a iniciativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, percorrendo o Brasil, pôde constatar esse aumento e essa impunidade da violência contra as mulheres e, mais do que isso, constatar ainda a banalização, naturalização dessa violência, trazendo à tona o quanto ainda precisamos avançar na mudança de mentalidade.

Espero que essa política criminal possa também influenciar políticas em outras áreas, particularmente no campo da educação; que se possa realmente investir de forma maciça na formação educacional e cultural

dos indivíduos nessa sociedade, tanto para que diminua a violência como um todo, quanto para que realmente diminua, de forma efetiva, a violência contra as mulheres e, em particular, essas formas mais graves de violência que são os assassinatos de mulheres.

Muito obrigada, Srª Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Leila Linhares, Diretora Executiva do Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia). Também quero aqui fazer um agradecimento à Drª Leila, porque a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito teve a oportunidade de receber muitas contribuições da Drª Leila, pessoalmente, estando conosco, discutindo, juntamente com outros profissionais, mas a presença da Drª Leila foi fundamental para que nós pudéssemos concluir o nosso relatório com a qualidade com que foi apresentado.

Então, muito obrigada, Drª Leila, pela sua contribuição.

E eu quero aqui registrar a presença da Senadora Ana Amélia, que já está conosco há bastante tempo; o Senador Aloysio já esteve aqui, mas precisou se retirar para uma outra reunião. Quero também registrar – e me desculpar, ao mesmo tempo, porque eu não fiz isso há mais tempo –, a presença da Deputada Nilda Gondin, que é Deputada Federal, esteve conosco na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ajudou-nos, esteve conosco lá no seu Estado realizando audiência pública; é a mãe do Presidente desta Comissão, do Senador Vital do Rêgo, então, a Deputada Nilda é sempre muito presente. Eu lamento não ter feito o registro antes, ela já se retirou, mas fica aqui o registro oficial nesta audiência.

Também cumprimento o Dr. Thiago André de Ávila, Promotor de Justiça e representante da Comissão Permanente de Promotores de Justiça de Violência Doméstica (Copevid). O Dr. André, juntamente com outros profissionais, como a Drª Leila, esteve conosco por diversas vezes dialogando, debatendo, ajudando a construir, inclusive, os projetos de lei; enfim, oferecendo também a sua contribuição. Essa Comissão trabalhou muito, mas também recebeu muita ajuda, não é, Aparecida?

A Aparecida Gonçalves é Secretária de Enfrentamento de Violência contra as Mulheres da SPM; foi um colaboradora de primeira hora e de primeira mão em todos os momentos em que nós precisávamos.

Então, agradeço a todos vocês.

A Srª Socorro Leal, da Embaixada dos Estados Unidos da América, também está presente aqui.

Eu vou conceder a palavra agora ao Dr. Jamilson Haddad Campos, Juiz Auxiliar da Primeira Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá.

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS – Boa tarde, é uma honra muito grande receber o convite da Senadora Ana Rita, Presidente em exercício desta importante Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. É um momento de extrema relevância em relação aos direitos humanos por que está passando o Brasil, e, pela importância do evento, quero parabenizar os ilustres membros da mesa e falar que me sinto honrado de ladeá-los.

Vou me ater em relação à questão prática da vivência, porque já foi excelente, de maneira brilhante exposta a evolução do plano em relação ao feminicídio e à violência contra a mulher pela Drª Sílvia Pimentel. Da mesma forma, de maneira muito qualificada, a importância que fundamenta essa qualificadora em relação ao delito de homicídio quando tem como vítima a mulher, pela Drª Leila Linhares; e, de igual modo, quanto ao Direito Comparado, em relação à Ministra de Justiça e Paz da Costa Rica.

Conversando com o Secretário de Reforma do Judiciário, o Dr. Flávio Crocce Caetano, ele disse que achou extremamente enriquecedora a nomenclatura de Justiça e Paz, que vem ao encontro do que o Brasil está buscando, que é estabelecer a paz na vivência entre a civilização, entre as pessoas que fazem parte do Brasil humano. E, nos dias de hoje, nós temos um Brasil humano que ainda estabelece questões de diferenciação por questões relacionadas ao gênero. Isso é bastante preocupante, ao mesmo tempo interessante, porque nos traz a alegria, Senadora, de que as autoridades constituídas deste Brasil estão buscando, com extrema preocupação, uma evolução do País quando buscam trazer uma compreensão da vivência da sua população no aspecto cultural, que legítima, fundamenta e indica a necessidade dessa inclusão, da qualificadora, dentro do meu ponto de vista.

Atuando na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Cuiabá, digo que é visível a identificação com relação à figura dos agressores no aspecto cultural. A compreensão é deturpada, Senadora. Então, acho que, nesse aspecto, como muito bem falou a Drª Leila Linhares, é preciso também ampliar a informação e a educação da população, para que esse processo cultural de aprimoramento, de compreensão na vivência humana possa ser, efetivamente, buscado na parte igualitária, no direito fundamental da dignidade da pessoa humana, de modo que possa a população compreender, tanto o homem quanto a mulher, que são seres humanos e como seres humanos precisam, efetivamente, ser respeitados. E essa compreensão é bastante deturpada, inclusive com relação às autoridades.

Sim, Dr^a Leila, a senhora falou muito bem dos aplicadores e operadores do Direito, porque você vê, de maneira nítida, que, quando há uma aplicação por parte do operador de Direito que não faz parte da vivência cotidiana em relação à violência doméstica e familiar contra a mulher, a compreensão dele é mais restrita. De modo que não há uma amplitude em relação à questão de gênero, no aspecto cultural, de quão grave é aquele ato que atenta contra a dignidade das mulheres e que, por vezes, são no sentido de justificar uma cultura machista que ainda está arraigada, impregnada no Brasil; mas que está sendo cada vez mais aclarada, cada vez mais exposta, cada vez mais debatida, de forma que as autoridades estão buscando identificar, efetivamente, esse comportamento inadequado e trazer mecanismos de igualdade, mecanismos de efetividade. Mecanismos – como disse a Dr^a Silvia Pimentel muito bem – do acesso, por exemplo, da mulher à Justiça.

Enquanto não houver essa educação, Dr^a Leila Linhares, no sentido da fomentação, na compreensão, no desenvolver das atitudes, por esse machismo impregnado na cultura brasileira, ainda vai demorar um pouco para que as mulheres tenham, efetivamente, pleno acesso à Justiça, tenham um respeito e compreensão, por todas autoridades constituídas, da sua importância – hoje, são 51% do eleitorado da população brasileira.

Então, Senadora Ana Rita, é extremamente relevante, politicamente, que sejam cobertas, protegidas como seres humanos na sua amplitude maior, vez que são mães, mulheres, filhas e seres humanos que merecem todo o nosso respeito.

Tenho trabalhado na vara de violência doméstica e percebido uma situação que tem gerado bastante preocupação, que é com relação ao aumento de homicídios contra as mulheres. Lá em Mato Grosso, houve uma diminuição, em Cuiabá, principalmente. Mato Grosso é referência na aplicação da Lei 11.340, de 2006, intitulada Lei Maria da Penha, porque nos casos, por exemplo, de homicídio, está havendo 100% de condenação, Dr^a Leila, Dr^a Silvia, Senadora Ana Rita, quando se identifica com relação a homicídio. Vejo de maneira que esse feminicídio, essa qualificadora a ser inserida no Código Penal vai no sentido de atingir o preceito maior da Constituição, da dignidade da pessoa humana. Ela fomenta, assim, uma efetividade da dignidade da pessoa humana, considerando a igualdade que tem de haver entre o homem e a mulher, entre a mulher e o homem.

Na Lei nº 11.340, de 2006, vendo a gravidade que há no momento em que acontece aquela agressão, aquela violência contra as mulheres, a animosidade bastante aclarada, bastante evidente, por parte dos agressores – vejo que pode ser também mulher contra mulher. Quando do sexo masculino, há uma incompreensão, uma inconformação, buscando justificar – falou muito bem a Dr^a Leila – que a agressão se originou da conduta da vítima. Ele fundamenta a sua compreensão, a sua violência pelo comportamento da vítima. De alguma forma, ela teria dado causa àquele tipo de agressão.

Então, isso significa que está impregnado na sua compreensão, na sua cultura, no seu modo de ver a sociedade, esse machismo, esse comportamento desumano, que, por vezes, é avaliado de forma positiva para a figura do agressor e negativa para as mulheres e para a própria sociedade. Ao passar por essas questões de violência contra a mulher, estamos afetando toda a população, porque criamos, com essa violência, doenças que podem ser tipificadas como de saúde pública e que geram vultosos dispêndios de recursos públicos no sentido de qualificar, readaptar, evoluindo o sofrimento daquela família, pois, quando se atinge a mulher, atinge-se a figura do agressor. Por vezes, é uma pessoa, um ser humano que não tem reincidência; não tem, em tese, cultura, dentro da cultura brasileira de violência, ou seja, de forma machista, e ele vai para cadeia, correndo o risco, pela ausência de estrutura, de desenvolver, de adquirir as doenças. E, quando retorna ao convívio com a vítima ou com outra mulher, ele vai também desenvolver essa doença junto àquele outro seio familiar ou na sua convivência social.

Então, é um fator de extrema preocupação para a população, deve ser tratado como questão de desenvolvimento humano do próprio País. Tenho feito, no início, quando acontece a questão da agressão, uma audiência de admoestação. Para quê? Quando o agressor é preso, é concedida a liberdade perante o juiz. Isso não existia antes. Então, preenchidos os requisitos, ele era colocado em liberdade, no máximo... E audiência de admoestação não é conciliação; é fazer com que o agressor compreenda que nada, em nenhum aspecto, justifica a violência dele contra a vítima.

Acho que vai ao encontro de buscar dar educação à figura do agressor, para que ele compreenda que esse ato de violência é injustificável; é uma educação da figura do agressor, para que ele não volte mais a praticar essa doença mental de compreensão dele e volte para a cadeia, porque, sendo preso, ele só vai sair – não como funciona hoje – na audiência com o juiz. Antes, como era? Preencheu os requisitos, às vezes 15 dias, 30 dias, era solto de acordo com a liberdade provisória. Uma vez que tenha direito à liberdade, ele vai ser colocado obrigatoriamente em liberdade.

Então, já existe um projeto de lei no Senado Federal e na Câmara, para alterar a Lei Maria da Penha, introduzindo essa audiência no início; quer dizer, é mais uma garantia para a vítima: ele só vai sair perante o juiz, depois de ser educado no sentido da compreensão em relação à cultura machista de que nada justifica, inde-

pendentemente da atitude da vítima, qualquer tipo de violência, por menor que seja a compreensão dele. Ele pode achar que xingar palavras de baixo calão não tem significado muito relevante na vida dele, mas isso gera trauma, dos maiores, na relação entre ele e a vítima e, principalmente, com a figura dos filhos.

Então, há o princípio da proteção integral em relação à figura dos filhos, que também está sendo violado quando o homem agride a mulher. Quando o agressor atinge a vítima, ele gera as implicações na sociedade de forma extremamente doentia, maléfica, o que, dentro desse aspecto, justifica, fundamenta, legitima essa qualificadora do feminicídio no Código Penal, no meu ponto de vista.

Inicialmente, muitas pessoas ficaram preocupadas pensando que era uma conciliação essa audiência de admoestação, e não tem nada a ver com isso. É uma garantia a mais para a mulher, e as mulheres dos Direitos Humanos lá de Mato Grosso todas participaram – o Ministério Público, a Dr^a Lindinalva, que é muito participativa, e todas as secretárias de Direitos Humanos, a comissão das mulheres lá do Estado do Mato Grosso. Todas aprovaram. Depois que conheceram, vieram conversar pessoalmente comigo e viram de que forma estava sendo desenvolvido esse trabalho.

Então, é uma figura a mais, no sentido de que o agressor só vai sair, tendo direito à liberdade, depois de passar por uma audiência diretamente com um juiz, na presença de um promotor de Justiça e de um defensor público.

Há também um projeto do Deputado Federal Eliene Lima, que cria a possibilidade de um psicólogo, justamente para avaliar aquela questão no início dos fatos, porque aquele é o momento maior em que o agressor, colocado em liberdade, pode efetivar o homicídio. É quando ele está com a animosidade, dentro do seu processo cultural, aflorada.

Também quero chamar atenção para algo extremamente relevante, de proteção para as vítimas de violência doméstica, porque cria, no início dos fatos, uma audiência perante o juiz, além das medidas protetivas quando colocado em liberdade: se não cumprir, vai voltar para a cadeia.

Então, é extremamente relevante, Senadora Ana Rita. Isso são mecanismos para que ele não volte a praticar esse tipo de comportamento tão maléfico para ele, para a vítima, para toda a família e sociedade. Isso fica restrito ao aspecto punitivo da legislação, porque até então não temos uma figura qualificadora, como é a questão do feminicídio, que aumenta a pena, se não me engano, de 12 a 30 anos. Isso vem ao encontro dos anseios da sociedade.

Países como o México, El Salvador, Nicarágua, Chile, Peru e Argentina já o fizeram – e muito benfeito, de acordo com indicativos da ONU –, buscando criar e fomentar políticas para enrijecer mais a legislação: criaram, então, a figura do feminicídio, essa qualificadora de tamanha importância para o nosso País. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Jamilson Haddad Campos, Juiz Auxiliar da 1^a Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de Cuiabá.

A sua exposição, Dr. Jamilson, nos remete a uma questão importante também. Nós vimos, durante os trabalhos da CPML, algumas reclamações de que, muitas vezes, o agressor é solto, não havendo a comunicação desse fato a ninguém, nem à própria vítima. Então, sua vida continua correndo risco, sem que ela saiba, pois acredita que o agressor está preso.

Eu acho que a iniciativa que V. Ex^a adota lá em Cuiabá é interessante, porque, se ele tiver de ser liberado, isso deve ocorrer perante o juiz, no compromisso de que não vai fazer...

Pode falar.

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS – Exatamente essa foi a nossa preocupação lá. A senhora identificou exatamente o núcleo de importância, de relevância dessa medida. Por vezes, ele é colocado em liberdade sem o conhecimento da vítima e de seus familiares. Ele não deve se aproximar nem da vítima nem dos seus familiares, no ambiente de trabalho. E ele só vai sair perante o juiz. Isso é uma audiência pública, onde a vítima, o advogado ou o Ministério Público...

Nós adotamos lá também, Senadora, o procedimento de colocar o número do telefone nos processos, com autorização da vítima e do agressor, porque o oficial de Justiça já liga para a vítima: “Olha, ele vai para a audiência de admoestação e pode ser colocado em liberdade”, ou “ele foi colocado em liberdade. A senhora já está ciente.” E certifica nos autos.

Nós já adotamos essa preocupação a que a senhora se refere.

No Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o Desembargador Orlando Perri, nosso Presidente, tem voltado, de maneira efetiva, uma preocupação para as varas de violência doméstica, Senadora, no sentido de permitir que todas as varas sejam ocupadas. Lá em Cuiabá, nós temos dois juízes por vara trabalhando de maneira efetiva. São quatro juízes só na capital, dois por vara, só em Cuiabá, para lidar diretamente, de maneira social, com palestras em colégios, com reuniões, de maneira efetiva, com uma participação social, para aprimorar essa

legislação, justamente neste sentido de que a vítima participe de maneira efetiva desse processo e que tome conhecimento de tudo o que acontece nos autos para que não seja novamente vitimizada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Jamilson.

Quero, agora, conceder a palavra ao Dr. Flávio Caetano, Secretário de Reforma do Judiciário e do Ministério da Justiça.

O SR. FLÁVIO CROCCE CAETANO – Boa tarde a todas e a todos.

Quero agradecer à Senadora Ana Rita pelo convite formulado. Sempre que a Senadora nos convida, não pensamos duas vezes; somos parceiros de sempre.

Gostaria de parabenizar a Ministra Ana Isabel, da Costa Rica, primeiro pela iniciativa de ter criado a figura do feminicídio lá na Costa Rica; e, segundo, porque realmente ter um Ministério de Justiça e Paz faz toda a diferença. Então, parabéns à Ministra e à Costa Rica pela iniciativa.

Também cumprimento a Drª Leila Linhares pelo seu brilhante trabalho; conversávamos antes com o Juiz Jamilson Campos também sobre seu brilhante trabalho lá em Cuiabá. E deixo a Silvia Pimentel por último, porque é minha professora: se hoje estou aqui, como Secretário de Reforma do Judiciário, devo muito à querida Silvia Pimentel, que foi minha professora na PUC; depois, tive a honra de ser pesquisador junto com ela. Então, são aqueles professores que mudam a nossa vida, e a Silvia nos honra a todos os brasileiros como sendo nossa representante na ONU. É, mais uma vez, uma honra estar aqui a seu lado e, mais uma vez, aprendendo com você, Silvia. Muito obrigado por tudo.

Quero saudar também a Senador Ana Amélia, que é um exemplo aqui no Senado. E quero saudar a plateia toda em nome da querida Aparecida Gonçalves, que é a nossa grande comandante de todas as causas. Então, tudo o que ela faz, seguimos junto, porque sabemos que está no caminho certo; e também saudar a colega que representa a ONU Mulheres.

Quero falar rapidamente – para mim sobrou muito pouco – sobre três aspectos. Primeiro, alguns números – acho que vale a pena repassar, não é, Cida?; segundo, falar um pouco sobre o sistema de Justiça; e, terceiro, falar especificamente sobre o projeto.

Primeiro, em relação a números. Violência existe contra a mulher, não é Bia? Não há o que se discutir. Isso é um fato, os números mostram. Temos, no Brasil, os números recentes em relação a mortes: nos últimos dez anos, 43 mil mulheres mortas no País. Nos últimos 30 anos, o índice de mortalidade de mulher no Brasil dobrou: temos, agora, 4,6 a cada 100 mil habitantes. Também, nos últimos 30 anos, houve um aumento de 230% nas mortes violentas de mulheres por ano: o Brasil passou de 1.300 para 4.500 mortes violentas de mulheres/ano, o que dá o número absurdo de 12,23 mulheres/dia, ou uma mulher morta ou assassinada a cada duas horas no País.

Esses são os números oficiais. Sabemos que são números subnotificados. Portanto, esse número é maior do que isso; não sei quanto é maior, mas tenho certeza – e o Estado brasileiro tem certeza – de que é maior do que isso. Portanto, não se discute que a situação é de violência contra a mulher.

Segundo, não só sobre mortes, números de estupros. O sétimo anuário de segurança pública foi lançado semana passada. Em 2012, foram registrados 50.617 estupros no Brasil, o que significa 26,1 a cada 100 mil habitantes. E esse dado tem uma base estranha, porque são 26,1 sobre 100 mil habitantes, e os habitantes são homens e mulheres. Então, o número seria maior ainda se considerássemos só as mulheres, o que mostra também uma escalada de estupro no Brasil. Portanto, é nesse contexto que falamos.

Quando vamos discutir feminicídio no Brasil, precisamos ter certeza do seguinte: falamos num contexto de violência contra a mulher, violência com mortes em alta, com estupros em alta. Portanto, não estamos numa situação de normalidade. Temos de pontuar isso.

Segundo dado: sistema de Justiça.

Vejo que aqui temos promotores na plateia, juízes na mesa, advogados – não é Profª Silvia? –, sou advogado também.

Como o sistema de Justiça responde a isso tudo?

Estamos preparados, ou não estamos preparados? Como enxergamos tudo isso? Realmente, não há um olhar de gênero; eu acho que a preocupação nossa aqui, de quem milita na área, é exatamente levar essa sensibilização para o sistema de Justiça, porque são muito poucos aqueles que têm esse olhar de gênero para as questões criminais que envolvem as mulheres – sejam promotores, sejam juízes, sejam defensores públicos, sejam advogados, sejam delegados. Portanto, aqui nós temos de levar essa sensibilização.

A Profª Silvia me corrija se eu estiver errado, mas eu acho que, lá pelos anos de 90, na década de 90, se não me falha a memória, a senhora coordenou uma pesquisa sobre estupro, e o nome da pesquisa era: “Estupro: crime ou cortesia?”. Por que isso? Que eu me recorde, era um acórdão em que uma mulher havia sido estuprada, uma mulher que era feia...

A SRª SILVIA PIMENTEL (*Fora do microfone.*) – Ela tinha 13 anos; era uma menina.

O SR. FLÁVIO CROCCE CAETANO – Ah, era uma menina; não era feia. E que aí dizia isso, mas, na minha cabeça, desculpe-me, era uma mulher feia e aí se dizia: “Olha, no caso dela não é crime; é cortesia”. Isso, numa pesquisa de campo feita pela senhora e pela Flávia Piovesan, lá nos anos 90...

A SRª SILVIA PIMENTEL (*Fora do microfone.*) – Exato, lancei até um livro há pouco tempo...

O SR. FLÁVIO CROCCE CAETANO – Um livro... Sérgio Fabris...

A SRª SILVIA PIMENTEL – Eu posso explicar. Porque realmente foi um parecer, no Estado do Rio de Janeiro, de um procurador que dizia: “Fernando Cortez, um rapaz de 27 anos, foi assediado continuamente; e, por fim, o que fez à garota de 13? Uma cortesia.” Ele fez a cortesia porque a menina o assediou, assediou, assediou, e aí ele fez a cortesia. Não porque ela fosse feia... (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO CROCCE CAETANO – Mas acho que ainda temos isso. Os números mostram ainda – não é, professora? – como essas coisas ainda acontecem no nosso País. E, dentro do nosso sistema de Justiça, ainda vemos como defesa a violenta emoção, quando é crime contra a mulher; ainda vemos aquela coisa que imaginávamos que já se tivesse perdido no tempo, a legítima defesa da honra. Esse tipo de coisa que ainda existe! Portanto, aqui há um desafio para que a gente consiga mudar isso.

E ainda há muita impunidade. Aqui, parece que nós temos de realmente pesquisar esses dados, porque há dados gerais que dizem – também não são muitos –, que, quando se refere a homicídios no Brasil, nós temos uma taxa de investigação em torno de 8%, o que significa que, a cada 100 homicídios, 92 sequer seriam investigados. Quando se fala em relação a feminicídio – eu não vou mais falar essa palavra homicídio –, aí, parece que nós devemos investigar. Então, há, sim, impunidade, e a impunidade com relação à mulher nos parece ser muito maior.

Terceiro: Projeto de Lei nº 292/2013. Senadora; essa proposta que vem da CPI – e, agora, a senhora faz uma emenda a esse projeto – é fundamental para o Estado brasileiro; nós temos que dar resposta. E aí a Profª Silvia Pimentel e a Leila falaram muito bem: “Porque alguns dizem que não é o caso de se criar”. “Já temos muitos crimes”, e não sei o que mais, e “Se eu for criar contra a mulher, vou ter que começar a criar contra todo mundo”.

Calma lá. Digam-me todos vocês: alguém me levante aqui uma situação em que o homem foi morto por ser homem; deem um exemplo! Não temos um exemplo; não temos.

Agora, a mulher que é morta, que é violentada por ser mulher, posso dizer-lhes que, desses números de feminicídio, são quase todos.

Nós temos casos simbólicos que ganharam repercussão nacional, recentes, e que mostram exatamente isso. É o caso da Eliza Samudio, que foi tão de perto aqui acompanhando pela SPM na campanha Compromisso e Atitude; temos o caso da Sandra Gomide, a jornalista que foi violentamente assassinada; da Mércia, em São Paulo; o caso lá do estupro coletivo, seguido de morte, em Queimadas, na Paraíba. São atuais, de 2010 para cá. Isso mostra que não faltam, infelizmente, exemplos no Brasil das mulheres que são violentadas e que são mortas por serem mulheres.

Portanto, o Estado brasileiro tem que dar resposta a isso, sim; tem que dar resposta legislativa a isso, sim, porque é uma situação hoje existente no Brasil. Portanto, a resposta penal é importante.

Além do mais, o Brasil se comprometeu internacionalmente. Não dá simplesmente para desrespeitar ou esquecer os compromissos internacionais que assume. É compromisso internacional do Brasil, sim, combater a violência contra a mulher. E a medida legislativa é uma das formas de se combater a violência contra a mulher.

O Brasil está um pouco atrasado. Vimos aqui que, na região, mais de sete países já têm o feminicídio. Então, temos que também trazer o feminicídio para o nosso Código Penal. E me parece aqui que estamos numa segunda etapa. A nossa primeira etapa, nos últimos tempos, essa mudança de cultura em relação à violência contra a mulher, vem com a Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha é um grande ganho. Ela vem em 2006. Ainda há muito a ser feito, mas ela é um marco divisor de águas em nosso País. Olha, infelizmente, temos aquelas leis que pegam e que não pegam. A Lei Maria da Penha pegou. Podemos ter um problema agora de adequação, de termos mais juizados, mais núcleos do Ministério Público, da Defensoria, mas é uma lei que pegou. Portanto, temos que aprofundá-la.

Agora, a segunda etapa é a criação, é a tipificação, sim, do feminicídio ou do femicídio.

Venho aqui dar a palavra nossa, em nome do Ministério da Justiça. Recebi procuração da Aparecida e da Ministra Eleonora para dizer também em nome da SPM, Casa Civil. Nós todos – o Governo brasileiro, o Poder Executivo – estamos em plena conformidade com o projeto apresentado pela senhora. Temos certeza de que, com a aprovação desse projeto, de um lado, combateremos e vamos erradicar essa violência contra a mulher e também acabar com a impunidade.

Parabéns. Conte conosco. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Flávio Caetano, Secretário da Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça.

É recíproco o nosso respeito ao Ministério da Justiça, porque também o ministério se colocou inteiramente à nossa disposição durante os trabalhos da CPML, dialogando sempre com os senhores. O resultado foi muito positivo em termos do que conseguimos construir. O desafio agora é garantir que as recomendações colocadas no relatório, de fato, se efetivem, porque depende de uma ação muito forte, efetiva de todos os poderes, de todo o sistema de Justiça, de todo o Poder Executivo – federal, estaduais e municipais. Enfim, depende também da sociedade. Então, é uma resposta que precisamos dar à sociedade, através dessa ação articulada entre todos os poderes.

Pergunto à Senadora Ana Amélia se gostaria de manifestar-se.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Cara Presidente, Senadora Ana Rita, queria cumprimentar as exposições todas, brilhantes, mais por ser uma Mesa não só composta de mulheres. Um juiz de Direito e um representante do Poder Executivo, especificamente encarregado da reforma do Poder Judiciário, onde residem alguns dos problemas, pois o fato de a efetividade da Justiça não acontecer alimenta a impunidade – esse é o grande mal – e por esta cultura de aceitar, com tolerância demasiada e inaceitável, a violência contra a mulher.

Os casos rumorosos ganham repercussão na mídia, e aí ficamos uma semana, um mês, dois meses, todo dia: “Que horror, que horror, que absurdo!” E nos indignamos, aquilo passa, e não acontece nada. Morre, morre!

Eliza Samudio, porque se buscou muito, está preso o suposto assassino, o mandante do assassinato. Mas logo ele vai sair da cadeia.

Então, essa cultura da violência contra a mulher e a nossa tolerância, que está inclusive, lamentavelmente, entre as mulheres. E 51% da população brasileira são mulheres; 51% das eleitoras são mulheres. Portanto, temos o poder de decisão sobre o destino das leis ao escolher os Parlamentares, exigir deles esse compromisso. E não é um discurso da briga contra o *soutien* hoje mais; não é da independência. É de uma situação absolutamente inaceitável, em que o Brasil mostra dados, eu diria, vergonhosos.

Dr. Caetano, acho que os números, conforme pesquisa do Ipea, são maiores. São 50 mil assassinatos, 5 mil por ano. É uma coisa com que não podemos mais conviver. Aí, é um esforço geral das instituições.

Tenho grande respeito pelo Ministério Público e, quando vejo o Dr. Jamilson falar, lembro-me muito do Senador Pedro Taques, que é do Mato Grosso: o jeito de falar, a voz me lembra muito o Senador, que também é muito empenhado nessas questões, e percebemos o grande comprometimento do Ministério Público.

Tivemos agora com a Senadora Ana Rita o caso da Mara Rúbia, aqui no interior de Goiás, cujo marido cometeu uma violência atroz e a cegou. Pior do que essa violência, eu digo é matar e ferir a alma da pessoa, porque, mais do que tirar a visão, ele feriu a alma dela, uma jovem de 27 anos. E o Ministério Público teve uma atitude muito complacente com o agressor.

Então, nessas questões, não só pela visibilidade, pela gravidade, em todas elas, há as iniciativas tomadas nesta Casa, como a da Senadora Gleisi Hoffmann, agora Ministra da Casa Civil, de evitar a retirada da queixa junto à polícia por parte da mulher, que não pode mais fazer isso. Ela se submetia à pressão do agressor, retirava a queixa e voltava a ser agredida. E volta a ser agredida, e vai nesse processo o resto da vida, até morrer, de forma violenta em geral, porque aí tem a droga, tem o vício, tem a cultura da violência. Nós precisamos de uma mobilização geral de todos, desde a escola, das crianças, de não ter violência nos gestos, nos pequenos gestos. Nós estamos ficando uma sociedade violenta. O trânsito é violento.

Então, a essa cultura nossa temos que dar um... Não sei como. Sempre como jornalista, essas coisas me angustiam muito, e fico muito preocupada, hoje, no Parlamento também com as limitações que temos quando se faz alguma lei em relação a essa matéria.

Então, gostaria de cumprimentar a Senador Ana Rita pela validade que foi da CPI da Violência contra a Mulher. É uma hora importante para revelar com pesquisa séria, investigação *in loco*, como V. Exª fez em vários Estados. Inclusive o meu, que, mesmo sendo um Estado dito politizado, apresenta índices também alarmantes de violência contra a mulher, e temos de fazer uma luta conjunta para resolver isso.

Queria cumprimentar novamente essas especialistas, que deram um grande brilho, e pelo comprometimento que tem cada um. Não só as mulheres, Drª Silvia; Drª Leila, que tive o prazer de conhecer em Genebra pessoalmente – já conhecia a obra, mas não a conhecia; não tínhamos estado juntas; nossa Ministra Ana Isabel, que nos honra com a sua visita vindo da Costa Rica; e os representantes do Ministério da Justiça e do Poder Judiciário que, junto com a Comissão de Direitos Humanos, que a Senadora Ana Rita com muito brilho preside, continuam esse esforço, que deve ser permanente, vigilante. Não podemos abrir a guarda para essa guerra diária.

Parabéns pela iniciativa, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Primeiro, quero dizer que esta audiência pública foi pensada, foi planejada, justamente para que nós pudéssemos oferecer a oportunidade de os membros da Comissão de Constituição e Justiça participarem de um debate sobre essa questão do feminicídio. Embora os índices de violência contra as mulheres sejam muito altos – e não é uma realidade recente, mas uma realidade que já vem de algum tempo –, apresentando índices em crescimento, o tema feminicídio é razoavelmente novo. Sei que é novo, inclusive entre as mulheres feministas, entre as entidades feministas também, mas, nesta Casa, é um tema altamente novo.

A realização desta audiência pública foi justamente para possibilitar o debate sobre este assunto para subsidiar nossos colegas, Senadores e Senadoras, a fim de que o projeto de fato seja apreciado e votado por esta Comissão, de forma mais segura, mais tranquila, e que não haja dificuldade alguma em aprová-lo.

Penso que esta audiência pública está produzindo um conhecimento profundo sobre o assunto e vou sugerir que a secretaria desta Comissão encaminhe a todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça, Senadores e Senadoras, a cópia das notas taquigráficas desta audiência pública, para que todos tenham acesso a essas informações, porque não se justifica fazer um debate como este... É claro, a Casa tem muitas atividades, são várias comissões funcionando ao mesmo tempo, e, agora, inclusive, já está para começar a Ordem do Dia. Então, infelizmente a gente não consegue reunir, no mesmo horário, todas as pessoas, mas nós já tivemos aqui, além da presença da Senadora Ana Amélia, a presença do Senador Aloysio Nunes – o Senador Aloysio Nunes foi um dos que levantou também o questionamento sobre este assunto –, do Senador Pedro Taques. Então, vamos encaminhar para que todos tenham conhecimento do conteúdo deste debate.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu só queria acrescentar, Senadora Ana Rita, que a Lei Maria da Penha só será completa quando o Brasil, o Parlamento brasileiro aprovar esta tipificação do crime de violência contra a mulher.

Tenho participado muito das reuniões da União Interparlamentar, e, na reunião realizada no início do ano, em Quito, no Equador, a representação da Bolívia e de vários países, quando se tratou do tema violência contra a mulher, abordou já a adoção da tipificação do feminicídio.

Penso que o Brasil, que apresenta esses índices de violência, não pode ficar atrás na corrida desse tempo. Acho que a Lei Maria da Penha só será completa quanto tivermos isso, e ela lamentavelmente também não foi, digamos, atenuante para uma redução da violência contra a mulher. No entanto, penso que este é um avanço, e a tipificação do feminicídio será uma conquista não só das mulheres mas uma conquista da própria sociedade brasileira.

Muito obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Eu aproveito para registrar a presença da Drª Ela Wiecko Castilho, Subprocuradora-Geral da República, que se encontra aqui no meio de nós, motivo também de orgulho para todas nós, mulheres; registrar também a presença do Juiz Ben-Hur Viza e da Conselheira Ana Maria Brito, do CNJ, que também representa o Fonavid – Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e coordena o Centro Judiciário da Mulher do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Dr. Ben-Hur, prazer em vê-lo aqui; é muito bom o senhor estar aqui!

Quero registrar também a presença da Beatriz Cruz, Coordenadora-Geral de Ações de Prevenção e Segurança Pública da Senasp.

Eu gostaria, antes de fazer as considerações finais, de retomar alguns pontos da justificativa do projeto de lei que apresentamos aqui no Senado. É bom lembrar que nós apresentamos o projeto de lei... Na verdade, a CPMI apresentou o projeto; foi aprovado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e encaminhado para fazer o trâmite interno dentro do Senado Federal, dentro do Congresso Nacional.

É claro que, no processo pós-aprovação na CPMI, houve algumas discussões a respeito do projeto, e eu apresentei um substitutivo para que pudéssemos sanar dúvidas. Então, esse substitutivo foi construído, ouvindo a SPM, ouvindo também o Ministério da Justiça, para que nós pudéssemos ter um consenso a respeito da matéria.

Então, o projeto hoje, em tramitação, está modificado comparando com o texto original, fruto dos trabalhos da CPMI. É este texto modificado que está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça. Mas, quando apresentamos o projeto, fizemos uma justificativa e eu gostaria apenas de resgatar alguns conceitos que nós colocamos na justificativa – bem rapidamente uns três ou quatro parágrafos que tratam do feminicídio.

Como já foi dito,

O assassinato de mulheres pela condição de serem mulheres é chamado de 'feminicídio' [...] e se refere a um crime de ódio contra as mulheres, justificado socioculturalmente por uma história de dominação da mulher pelo homem e estimulada pela impunidade e indiferença da sociedade e do Estado. (...)

O feminicídio é instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.

Tivemos [conforme já foi lembrado aqui] em nosso País um grande avanço no combate à impunidade e à violência contra a mulher com a edição da Lei Maria da Penha. [...]. A lei deve ser vista, no entanto, como um ponto de partida, e não de chegada, na luta pela igualdade de gênero e pela universalização dos direitos humanos. Uma das continuações necessárias dessa trajetória é o combate ao feminicídio.

E aí quero citar aqui a fala do Secretário-Geral da ONU, que diz:

A impunidade da violência contra as mulheres compõe o efeito dessa mesma violência como mecanismo de controle. Quando o Estado falha em responsabilizar os perpetradores, a impunidade não apenas intensifica a subordinação e impotência dos alvos da violência, mas também manda uma poderosa mensagem à sociedade de que a violência dos homens contra as mulheres é simultaneamente aceitável e inevitável. Como resultado, padrões de comportamento violento são considerados normais.

Finalizando, eu quero reafirmar que:

A importância de tipificar o feminicídio é reconhecer, na forma da lei, que mulheres estão sendo mortas pela razão de serem mulheres, expondo a fratura da desigualdade de gênero que persiste em nossa sociedade, e é social, por combater a impunidade, evitando que feminicidas sejam beneficiados por interpretações jurídicas anacrônicas e moralmente inaceitáveis, como a de terem cometido 'crime passionai'. Envia, outrossim, mensagem positiva à sociedade de que o direito à vida é universal e de que não haverá impunidade. Protege ainda a dignidade da vítima, ao obstar de antemão as estratégias de se desqualificarem, midiaticamente, a condição de mulheres brutalmente assassinadas, atribuindo a elas a responsabilidade pelo crime de que foram vítimas.

Então, com essas palavras aqui, que fazem parte da justificativa do projeto de lei, eu quero fazer uma pergunta aos nossos convidados e convidadas, para que, na medida do possível, respondam, a fim de que, depois, passemos às considerações finais.

Na visão de vocês, o texto proposto é satisfatório?

Eu estou com cópia do texto aqui. Caso seja necessário, vocês poderão ter acesso.

E a outra pergunta: qual redação seria a mais adequada? Se, na avaliação de vocês, o texto não é satisfatório, qual seria a redação mais satisfatória, a redação que seria mais adequada ao texto?

Eu vou, então, passar a palavra para a Dr^a Silvia Pimentel, e assim nós vamos prosseguindo nessa ordem aqui, até finalizar a Mesa.

Dr^a Sílvia.

A SR^a SILVIA PIMENTEL – Senadora Ana Rita, serei bem breve. Quero, mais uma vez, cumprimentá-la, e dizer que acho a proposta excelente, apropriada, necessária e, inclusive, gostaria de dizer que nada tenho a sugerir em relação a essa proposta já feita pela senhora – proposta substitutiva que acho que ainda aprimorou o projeto.

Agradeço, mais uma vez, estar aqui presente.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr^a Silvia. Se quiser ainda manifestar-se sobre alguma outra questão, a senhora tem um tempo ainda de três minutos. Fique à vontade.

A SR^a SILVIA PIMENTEL – E o que vou falar nestes três minutos? Os três minutos eu já usei quando excedi o meu tempo.

Eu só quero dizer que eu não mencionei a presença aqui na organização do Flávio Croce Caetano, que foi um aluno exemplar e que me fez muitos elogios. E eu não vou aqui retribuir de público, é claro, mas eu gostaria de dizer da minha satisfação, de como é gratificante, ao longo de tantos anos, como professora e militante, ver crescer o número de adeptos à nossa causa, com a qualidade da contribuição que podem dar, como hoje o aluno, Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o aluno Flávio Croce Caetano.

Ana Isabel, também é um prazer revê-la aqui mais uma vez; Sr. Juiz, e a amiga de tanto anos, Ana Rita, que já cumprimentei bastante.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Silvia Pimentel.

Eu concedo a palavra à Drª Leila Linhares.

A SRª LEILA LINHARES BARSTED – Obrigada, Senadora.

Eu acho que o projeto, a meu ver, cumpre com todas as questões relativas à tipificação, ao sujeito ativo, ao sujeito passivo, ao bem jurídico protegido. E, olhando a legislação de todos os outros países que já têm uma qualificadora específica ou lei sobre feminicídio, eu diria que o projeto do Brasil é um ótimo projeto: avança muito tanto no que diz respeito à tipificação como qualificadora quanto no que diz respeito à compreensão; não se trata apenas de relações voltadas para a questão da intimidade entre réu e vítima, mas cria outras circunstâncias que abarcam também a figura do feminicídio.

E eu gostaria, mais uma vez, de cumprimentar toda a Mesa e dizer que são audiências públicas como esta que fazem avançar a lei, fazem avançar a democracia. Fico muito feliz de estar vendo à frente desta Comissão de Constituição e Justiça uma Senadora.

Trago aqui a memória da Constituinte, que, em 1988, teve uma presença muito forte de mulheres, que, pela primeira vez, romperam, praticamente, a barreira da presença no Parlamento e o quanto a presença das mulheres no Parlamento é um fato importante. Espero que essa presença aumente e seja fortificada pelo exemplo que a senhora e a Senadora Ana Amélia têm dado neste trabalho valiosíssimo de enfrentamento da violência contra as mulheres.

Cumprimento a todos e agradeço, mais uma vez, o convite da Secretaria do Senado e de ONU Mulheres. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Leila Linhares, pela presença também e pela contribuição.

Concedo a palavra ao Dr. Jamilson Haddad Campos.

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS – Senadora Ana Rita, eu fico muito honrado de ter sido convidado para participar. Nós temos já a Maria Aparecida Gonçalves, que também me honra muito ver, e as senhoras que participam nacionalmente. Inclusive eu mandei o meu trabalho que foi apoiado. Na mesma hora, a Maria Aparecida Gonçalves respondeu; é extremamente atuante, muito respeitada em Mato Grosso pela causa que defende. E minha irmã que é juíza, que tem vários livros publicados, me disse que eu estaria ladeando duas palestrantes da mais alta relevância – Leila Linhares e Silvia Pimentel.

Gostaria de dizer que fiquei muito feliz de a Senadora Ana Rita ter me convidado e fiquei até surpreso pelo meu trabalho. Sinto-me vocacionado onde estou, feliz de trabalhar com a violência doméstica. Acho importante essa pluralidade: a participação de homens demonstra a liberdade, a amplitude e a seriedade desta Comissão, presidida pela Senadora Ana Rita – com o Secretário de Justiça também do sexo masculino –, no sentido de que todos possam expressar quão relevante é o trabalho desta Comissão para o Brasil, para toda a população – independentemente de ser homem ou mulher –, é para o Brasil. Isso é que é importante para a população ter conhecimento: o Brasil está se desenvolvendo, está se aprimorando na dignidade da pessoa humana, em sendo aprovado.

Eu sou Professor de Direito Constitucional, Professor de curso preparatório para juízes na Escola da Magistratura lá em Mato Grosso. Não vejo vício de constitucionalidade no projeto, acho-o adequado, extremamente pertinente e relevante.

Senadora Ana Rita, parabéns! Eu estou à disposição, o Secretário de Justiça também, assim como a Maria Aparecida Gonçalves, para poder participar, de maneira honrada.

E, no que for possível, estou aqui de modo a poder, de alguma forma, contribuir para essa causa, que é a causa do próprio Brasil, do próprio País.

Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Jamilson Haddad Campos, pela presença, pela contribuição.

Concedo a palavra...

Eu vou deixar a Ministra falar depois, pode ser? Porque, daí, ela fecha a nossa audiência. Pode ser? (*Pausa.*)

Eu vou conceder a palavra ao Dr. Flávio Caetano, Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

O SR. FLÁVIO CROCCE CAETANO – Nada mais justo, não é?

Sobre o projeto, parece-me que, no mérito, não há discussão. Ele realmente contempla tudo que deve contemplar. E eu não fico muito feliz em tê-lo como uma qualificadora. Eu gostaria que fosse um tipo específico, mas me parece que, por política legislativa – e o próprio Governo discutiu isso e achou melhor que seja uma qualificadora –, sou voto vencido. Creio que seria muito importante, como fez a Costa Rica e como fizeram outros Estados, ter o tipo específico de feminicídio, o que, me parece, daria uma resposta simbólica muito importante.

Mas conte conosco. O Ministério da Justiça aplaude a iniciativa. O nosso momento agora é de mudança da cultura de violência contra a mulher. E, sem sombra de dúvida, inserir o feminicídio – como bem disse aqui a Senadora Ana Amélia –, vem formar esse conjunto com a Lei Maria da Penha e vem dar um novo traçado para o Estado brasileiro, o que nos parece fundamental.

Eu queria agradecer o convite e parabenizar todos aqui que participaram, deixando um abraço especial para Ela Wiecko, Subprocuradora-Geral da República, professora, militante, exemplo para todo mundo aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Vou passar a palavra agora para a Ministra Ana Isabel Garita, Ministra de Estado da Justiça e Paz da Costa Rica.

Eu disse a ela que, neste final, se pudesse falar um pouco mais da experiência da Costa Rica, seria muito interessante para nós.

Cinco minutinhos.

A SRª ANA ISABEL GARITA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Vou reiterar o agradecimento de estar nesta mesa numa discussão tão importante, tão relevante para o Brasil como a tipificação do delito de feminicídio.

A respeito do texto, sim, me parece satisfatório como está, sobretudo porque é uma modalidade legislativa que atende à viabilidade política no momento determinado para caracterizar o delito de feminicídio. E, por outro lado, uma coisa realmente importante é que se introduz o conceito de racionalidade e de proporcionalidade no Código Penal na medida em que penaliza uma das condutas que violam direitos fundamentais. Não é só um bem jurídico que se tutela com o delito de feminicídio e sim vários bens jurídicos, pois todos sabemos que o feminicídio é um delito pluriofensivo e que infelizmente é o ponto culminante de um *continuum* de violência sofrida pelas mulheres. Nesse sentido de ser sancionado em forma proporcional ao dano causado à vítima, nesse sentido, a pena prevista é racional e proporcional. Evidentemente é algo muito importante, pois pela primeira vez a questão é incluída na legislação brasileira e no Código Penal e por isso é muito simbólico que a reforma do Código Penal inclua a perspectiva de gênero. É também digno de nota porque se está legislando a partir da particularidade, da singularidade, da vulnerabilidade e da exclusão das mulheres em nossos países. Assim, a meu ver, trata-se de um texto extremamente adequado e em consonância com as correntes modernas não só no tocante aos direitos humanos, mas também no tocante ao direito penal moderno, democrático e respeitoso dos direitos e liberdades fundamentais.

Com relação à experiência na Costa Rica, como os senhores sabem, a Costa Rica foi o primeiro país da América Latina a tipificar o delito de feminicídio e agora enquanto eu ouvia os debates nesta seção, recordava as discussões travadas na Costa Rica naquela época, sobretudo porque não havia experiência comparada anterior com enfrentamentos ideológicos fortes e muitas discussões. E creio que um dos ensinamentos que tivemos depois dessa discussão legislativa é que não é somente importante conseguir a tipificação penal, mas também é muito importante a transformação cultural resultante da discussão do anteprojeto da lei porque normalmente esse processo de discussão envolve não somente os legisladores, os senadores, mas também os acadêmicos, a sociedade civil, os homens e as mulheres e nisso devo dizer que bom que vocês contam com homens solidários, homens que se envolvem diretamente na aprovação dessa lei, pois não é possível superar a violência contra as mulheres sem a transformarmos num assunto que diga respeito a todos. Nesse sentido devo dizer-lhes que um ensinamento muito importante para nós na Costa Rica, foi, repito, o debate suscitado pela aprovação da lei no Senado e nos diferentes âmbitos da sociedade civil.

Outra questão que me parece importante e que em alguns casos é similar à situação do Brasil é que em alguns casos parece tratar-se de uma tipologia muito restritivo. (No caso da Costa Rica, utilizamos o termo femicídio e não feminicídio, como é o caso do Brasil. Mas isso não tem nenhuma incidência penal tal como está configurado.) Mas eu dizia que está se limitado unicamente o femicídio aos casos de assassinato de mulheres dentro do casal, seja de fato ou de direito, no presente ou no passado.

Efetivamente é assim, somente se dá nesses casos, no entanto, foi importantíssimo que se incorpore à jurisprudência nacional, a interpretação, a convenção de Belém do Pará para interpretar o Código Penal. De tal maneira que por jurisprudência penal se ampliou o conceito de relação de casal a outros casos, sobretudo o que envolve agentes do Estado, conforme se notou na Convenção de Belém do Pará, ou quando se dá em lugares públicos.

Isso também foi uma grande discussão não só em âmbito jurídico, mas também em âmbito social, mas quero dizer-lhes que, conforme se avança a aplicação de delito de feminicídio, conforme os operadores da justiça compreendem não só a magnitude da violência contra as mulheres, mas também a responsabilidade dos operadores da justiça no combate à impunidade no delito de feminicídio, a jurisprudência começa a mudar e na Costa Rica, assim como em outros países como a Colômbia e a Argentina. Foi criada dentro dos tribunais

de justiça uma corrente, uma jurisprudência com tendência de gênero ou com perspectiva de gênero. Assim começou-se a introduzir na maioria das outras aplicações do código penal essa perspectiva de gênero.

A outra coisa que me parece muito importante dizer é que, apesar de no momento o delito de feminicídio só ser caracterizado em determinados casos, algo por vezes criticado, como foi dito antes, por ser uma figura limitada, também se investigam e se sancionam todos os demais casos de homicídio de mulheres, ainda que não se enquadrem na tipologia de feminicídio.

Finalmente gostaria de dizer também que pode ser uma experiência útil para os senhores saber que, apesar de a lei na Costa Rica não fazer referência a reformas de caráter processual ou a reformas de caráter institucional específicas, por exemplo criando instituições especializadas, na prática, já faz sete anos que tanto o Ministério Público como a polícia criaram seções especializadas de atendimento às mulheres vítimas de violência. Então já contamos com procuradorias especializadas em violência contra as mulheres que tratam do feminicídio e de outros tipos de violência contra as mulheres.

Contamos também com uma seção de polícia especializada no assunto e isso tem sido uma experiência interessante. Da mesma forma, apesar de não se ter contemplado uma lei especial de proteção às mulheres vítimas indireta ou diretamente, ou às testemunhas nos casos de feminicídio, já se cogita um órgão de proteção de vítimas e testemunhas, com pertinência de gênero. E, uma das coisas mais importantes que se observou anteriormente é que se protege a vítima nos três momentos mais importantes do processo penal que é no momento da denúncia e da investigação, por meio de proteção de identidade, troca de nome, dependendo do nível de vulnerabilidade em que se encontra a vítima e do nível de poder econômico, social ou criminal do agressor, sobretudo no caso da América Central onde há quadrilhas, grupos de crime organizado que também cometem esse tipo de delito. Então se dá proteção à vítima nesse momento.

Mas também um fato muito importante é que, no momento do julgamento, quando o juiz impõe a sanção penal como prevê a lei, em alguns casos, sobretudo nos casos de tentativa, ou nos casos de impor a prisão preventiva, há a possibilidade de alternativas à sanção de privação de liberdade. Nesse caso, os juízes têm adotado a prática de ouvir a vítima, de modo a saber em que medida ela se sentiria vulnerável se o agressor recebesse uma pena diferente da sanção penal.

Em termos gerais isso ocorre nos casos de tentativa de feminicídio e nos casos de lesões graves, pois no feminicídio consumado normalmente não há alternativas à prisão.

Finalmente, o Ministério de Justiça e Paz está decidindo neste momento que durante a etapa da execução penal a pessoa sancionada não pode receber uma pena administrativa diferente do que a prisão caso a vítima não seja ouvida novamente ou a família ou a comunidade.

Em termos gerais, essas foram mudanças produzidas nos últimos anos na prática judicial penitenciária e investigativa sem que a lei precisasse contemplar esses aspectos desde o início.

Assim me parece que os senhores estão começando bem, realizando um importantíssimo debate com a participação não somente das instituições do Estado, estatal, mas também, sobretudo, dos cidadãos e da cooperação internacional que é sempre muito importante.

Felicitó à Senadora Ana Rita por esta iniciativa e agradeço muito o convite. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ministra Ana Isabel, Ministra de Estado de Justiça e Paz da Costa Rica.

Obrigada pela presença, pela contribuição e pelo fortalecimento da nossa luta. A presença da senhora aqui fortalece a nossa luta e nos ajuda a caminhar.

Eu quero apenas dizer que nós recebemos pelo Alô Senado, uma forma de participação que a sociedade tem no Senado Federal, algumas questões. Em função do nosso tempo, iremos dialogar através de *e-mail*. Passaremos, depois, as informações por *e-mail* para as pessoas que nos encaminharam tais questões. A Miriam Santos e também o Ricardo de Faria encaminharam três perguntas.

Então, agradecemos também a participação de vocês pelo Alô Senado.

Não sei se alguém mais gostaria de se manifestar. *(Pausa.)*

Acho que não.

Não havendo mais nada a discutir nesta audiência pública, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada e um abraço para vocês!

Terminamos formalmente, mas eu quero aqui passar às mãos dos nossos convidados o relatório da CPML. Agradecemos a presença de todos.

A reunião está encerrada.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 52 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2013.****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Às dez horas e treze minutos do dia onze de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim e Ana Amélia, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 25/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim, destinado a debater **“O Reconhecimento e Validação dos Diplomas do MERCOSUL e a Situação dos Estudantes Transferidos das Universidades Públicas e Privadas”**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Senadora Mirtha Palácios Melgarejo, Representante do Paraguay, PARLASUL/MERCOSUL; Senhor Deputado Federal Gonzaga Patriota, Autor do Projeto de Lei da Câmara nº 1981, de 2011; Senhor Sérgio Kielling Franco, Representante do Conselho Nacional de Educação – CNE; Senhor Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior – ANPGIEES; e Senhora Priscila Cândido Ubriaco de Oliveira, Coordenadora Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação**. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Paulo Paim, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, dos Excelentíssimos Senhores Senadores Cirila Concepcion Cubas e Juan Antonio Denis, membros da Comissão de Educação do Senado Nacional do Paraguay; Senhor Gabriel Portilho Moreira, Assessor Internacional da Secretaria de Educação Superior – SESU/MEC; Senhor Roberto Zanatta Guerra, Professor do Instituto Federal de Passo Fundo – Rio Grande do Sul; Senhor Helder Rocha Leite, Representante dos docentes do MERCOSUL, Professor da Universidade Federal da Bahia – UFBA; Senhor Francisco Zagari, Representante dos alunos de pós graduação da Universidade Delmar, Chile; Senhora Maria de Lourdes Fernandes, Representante do Sindicato dos Servidores Públicos de Rondonópolis – Mato Grosso; Senhora Raquel Magalhães, Diretora do Instituto Internacional Visões Educacionais; Senhor Antônio Fernandes de Moraes, Professor de Rondonópolis – Mato Grosso; Senhor Alexandre da Silva Santos, Professor de Rondonópolis – Mato Grosso; Senhor Roberto Belo Júnior, Professor Mestre da Instituição Federal de Alagoas; Senhora Antonia Ladislaus, Professora da Fundação Cariri, do Município de Crato – Ceará; Senhora Fabiana Souza Trindade, Professora da Universidade Evangélica do Paraguay; Senhora Luciene Borges Tavares, Professora da Universidade do Estado do Pará; Senhor Josa Barbosa da Siva, Diretor do Sindicato dos Professores de Roraima – SINTER e Delegado da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior – ANPGIEES; Senhora Cheliana Lima da Silva, Diretora das Estaduais do Sindicato dos Professores de Roraima – SINTER e Senhor Professor Celso Afonso, Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Pós-Graduados no Mercosul. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão de Educação do Senado Nacional do Paraguay, Juan Antonio Denis e Cirila Concepcion Cubas. Logo após, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros a Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Paulo Paim, autor do Requerimento e o Senhor Senador Cristovam Buarque. Após as considerações finais dos expositores, a palavra é usada pelo Senhor Roberto Zanatta Guerra, Professor do Instituto Federal de Passo Fundo – RS. Agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 25, de 2013, da Comissão de Educação, de autoria do Sr. Senador Paulo Paim, para realização de audiência pública destinada a debater: “O Reconhecimento e Validação dos Diplomas do Mercosul e a Situação dos Estudantes Transferidos das Universidades Públicas e Privadas.

Dando início à audiência pública, solicito à nobre Senadora Angela Portela que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa, por gentileza.

Os convidados são: Senadora Mirtha Palácios Melgarejo, Representante do Paraguai no Parlasul/Mercosul; Deputado Gonzaga Patriota, autor do Projeto de Lei da Câmara nº 1981, de 2011; Sérgio Kieling Franco, Representante do Conselho Nacional de Educação (CNE); Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior; Srª Virgínia Barros, Presidenta da União Nacional dos Estudantes; Srª Priscila Candido Ubriaco de Oliveira, Coordenadora Geral de Legislação e Normas de Educação Superior do Ministério da Educação.

Agradecendo a presença dos nossos convidados e desejando uma audiência pública bem profícua, passo a palavra de início à Senadora Mirtha Palácios Melgarejo, que é representante do Paraguai no Parlasul e no Mercosul, pelo tempo inicial de 15 minutos, mas, se for necessário, nós estenderemos esse tempo.

Com a palavra a nobre Senadora.

A SRª MIRTHA PALÁCIOS MELGAREJO *(Tradução por profissional habilitado.)* – Bom dia a todos e a todas, em especial ao Presidente da Comissão de Educação e Cultura, o Senador Cyro Miranda, ao representante do Conselho Nacional de Educação, o Sr. Sérgio Roberto Kieling Franco, ao professor Vicente Celestino de França, da ANPGIEES, ao Deputado Federal Gonzaga Patriota, e a Priscila Candido. Aos meus colegas parlamentares do MERCOSUL, à Senadora Maria Concepción Cubas de Villalta, a presidenta da Comissão de Educação do Parlamento do Mercosul e o Senador Juan Antonio Denis, membro da Comissão de Educação.

Antes de qualquer coisa, gostaria de me apresentar: presido a Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul. No tocante ao projeto apresentado pelo Senador Cristovam Buarque e o Senador Requião, estamos trabalhando há mais dois anos na questão da reconvalidação de diplomas de ensino superior no âmbito do Mercosul. Como devem saber, o Paraguai está passando por um período de transição, de reingresso no Mercosul, e estar hoje presentes aqui para tratar de uma temática tão importante como a educação é de vital importância para nós.

Gostaria de citar o acordo, o tratado do Mercosul, o Decreto nº 5.518/2005. Pedimos que essa lei seja respeitada assim como tem sido em todos os Estados. A reconvalidação de títulos do Mercosul é um tema pendente para nós, os cidadãos “mercosulinos” porque como sabem, no Paraguai existem mais de dez mil estudantes brasileiros cursando pós-graduação; na Argentina também existem dez mil cidadãos brasileiros à espera de sua reconvalidação de diploma, no Uruguai cinco mil, no Chile mais de três mil e assim por diante.

Estamos aqui na condição de cidadãos mercosulinos solicitando que essa Lei seja respeitada no Mercosul, pois assim como queremos que no Brasil sejam reconvalidados os diplomas dos cidadãos que têm de deixar suas casas para cursar uma pós-graduação em outros países para poder exercer em suas respectivas cidades, nós também aceitamos todos os diplomas dos países integrantes do Mercosul.

Este nosso projeto foi apresentado a vários parlamentares ao percorrermos o Brasil durante os últimos dois anos em dezoito Estados e já foram aprovados em vários deles como, por exemplo, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Piauí, Espírito Santo e pelo que entendi do professor Vicente, por outros dois Estados.

Desejamos que realmente essa Lei seja respeitada e aprovada nos Estados-partes, pois a educação é um direito de todo cidadão. E além de ser respeitada e aprovada, queremos que os alunos que deixam suas casas e famílias em busca de uma educação e de um futuro dentro de seu próprio país possam ver seus diplomas reconvalidados e que essa seja uma realidade em todo o Mercosul, como já é o caso no Paraguai, na Argentina, no Uruguai e também na Venezuela, que é um país que já tem inclusão própria dentro do Mercosul.

Como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, afirmo que a Comissão vem trabalhando nesta questão porque o direito à educação é um direito de todo ser humano. Então, com respeito aos membros da mesa e aos presentes, agradeço por este espaço para expor estas questões e solicitar aos governos do Mercosul que

realmente tomem consciência dos prejuízos causados atualmente aos nossos jovens que realmente querem exercer suas atividades em seu próprio país.

Muito obrigada pela atenção e espero que esta audiência pública seja frutífera e surta os efeitos que todos esperamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Senadora Mirtha Palácios Melgarejo.

O Senador Cyro teve um compromisso urgente na CCJ.

Para situar aqueles que não são brasileiros, nós aqui estamos buscando – é uma luta antiga, que travo há mais de 30 anos, estou há 26 no Parlamento, mas desde sindicalista eu brigava por isso – acabar com o voto secreto no Congresso. Aqui no Brasil, no Parlamento, ainda existe o tal voto secreto. Sou radicalmente contra. Acho que cada um, em público, tem que assumir suas posições perante a sociedade. Não estou fazendo julgamento da situação dos outros países do Mercosul, naturalmente.

O Senador Cyro foi para lá discutir e votar essa matéria, como a Senadora Angela Portela também irá para lá. Posso adiantar que, na posição do nosso Partido, ela vai defender que não se vote mais secretamente no Parlamento.

Mas já estamos aqui com a presença do Senador Cristovam, que é o nosso guru no tema educação, em nível nacional e internacional. A presença dele para nós, aqui, é fundamental para discutir esse tema.

Senadora Angela Portela. Já comentei inclusive que a Senadora Angela Portela vai ter que se retirar, porque há a votação do voto secreto.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Eu queria justificar minha ausência logo mais, daqui a uns 10 minutos. Eu terei que estar na Comissão de Constituição e Justiça, porque é um momento importante, histórico, em que votaremos o fim do voto secreto em todas as situações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sou o autor do requerimento. Sejam todos bem-vindos. Meu nome é Senador Paulo Paim, sou do PT do Rio Grande do Sul. Faço parte do Mercosul, dessa nova leva, que vai tratar desse espaço tão importante para o nosso Continente. Sou um fã do Mercosul, lamento a situação. O Mercosul se encontra hoje num vai não vai, pensa que vai, mas não vai. Mas estamos apostando que o Mercosul vai dar certo ainda, apesar do impasse que atravessamos.

Não tivemos praticamente nenhuma reunião o ano passado, e este ano nenhuma ainda. Então estamos preocupados com o Mercosul.

A SRª MIRTHA PALÁCIOS MELGAREJO (*Fora do microfone. Tradução por profissional habilitado.*) – Está marcado para 11 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já avançamos. Teremos uma. A Senadora me ajuda. Teremos uma reunião este ano no dia 11 de novembro. Já é um avanço, já que no ano passado não tivemos nenhuma.

Já falou aqui a Senadora Mirtha. O Senador Cristovam e a Senadora Angela, conforme critério que adotamos, usam a palavra a qualquer momento.

Eu queria também cumprimentar os militantes dessa causa que estão aqui. Aquele emblema ali diz “Revalidação Já”. Eles que me procuraram, insistiram muito que esse tema fosse discutido amplamente, e nós vamos aqui aprofundar o debate na certeza de que vamos aqui conseguir assegurar a aprovação do projeto que garante o reconhecimento.

Gonzaga Patriota, eu falo mais do que vocês, vou parar de falar. Gonzaga Patriota foi Constituinte junto comigo, Deputado Federal, é um orgulho estar com você aqui ao lado, sabendo que você tem um projeto que trata do tema, na linha que defendemos, lá na Câmara dos Deputados.

Eu só registro a presença aqui conosco de Cirila Concepción Cubas, Senadora da Comissão de Educação, no Paraguai. Também do Sr. Juan Antonio Denis, Senador da Comissão de Educação, no Paraguai; do Sr. Gabriel Portilho Moreira, Assessor Internacional da Secretaria de Educação Superior – Sesu/MEC; do Sr. Roberto Zanatta Guerra, Professor do Instituto Federal de Passo Fundo, do Rio Grande do Sul. Onde está o professor? Aí está o professor lá do nosso querido Rio Grande. A presença também do Sr. Helder Rocha Leite, representante dos docentes do Mercosul, Professor e Doutor em Educação, da UFBA; Francisco Zagari, representante dos alunos de pós-graduação da Universidade Delmar, Chile. E ainda o Sindicato dos Servidores Públicos de Rondonópolis, Mato Grosso, representado pela Srª Maria de Lourdes Fernandes. Está conosco também a Srª Raquel Magalhães, Diretora do Instituto Internacional Visões Educacionais.

Seguindo aqui a lista de oradores, dos nossos painelistas, melhor dizendo... Primeiro informo que esse tema, pela importância, está tendo cobertura da TV Senado para todo o Brasil, da Agência Senado, do *Jornal do*

Senado, da Rádio Senado, e ainda da Internet, porque foram muitas as correspondências que a Casa recebeu, *e-mails*, telegramas, telefonemas, pedindo que este debate fosse público.

Quem quiser assistir, então, é só colocar www.senado.gov.br; TV, Canal 2. Além de todo o sistema de divulgação da Casa.

Vamos agora então para o nosso segundo painelistas, meu querido amigo, Constituinte e Deputado Federal, com quem tive a alegria de trabalhar, sempre na mesma trincheira. Que bom que continuamos na mesma trincheira.

Deputado Gonzaga Patriota, autor do Projeto de Lei da Câmara nº 1.981, de 2011. O projeto encontra-se na mesa dos Senadores.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – Eminentíssimo Senador Paulo Paim, Presidente desta importante audiência pública, desta reunião, por intermédio de V. Ex^a eu cumprimento o conterrâneo Senador, educador, amigo Cristovam Buarque, educador internacional; a minha querida Senadora Angela Portela – tivemos a honra de trabalhar também na Câmara –; a Senadora do Paraguai – já tivemos a oportunidade de participar de debates também nesse sentido na Universidade de Buenos Aires –, a nossa querida Senadora Mirtha; o Prof. Sérgio Franco, do Conselho Nacional de Educação; o Prof. Vicente França, Presidente da associação de estudantes que fazem doutorados, mestrados em universidades estrangeiras; a Prof^a Priscila Cândido, Coordenadora Geral de Legislação de Educação Superior. E as demais autoridades aqui presentes.

Agradeço ao eminentíssimo Senador Paulo Paim por requerer e realizar esta audiência pública, que, a meu ver, é muito importante principalmente para o Brasil. Nesta audiência pública, a gente vai discutir um assunto que hoje é uma exigência das universidades, principalmente do Ministério da Educação do Brasil para lecionar para a docência, para o mundo científico, que carece desse certificado, e de esse certificado ser, eminentíssimo Prof. Cristovam, reconhecido aqui no Brasil; a princípio o dos países do Mercosul.

Quero agradecer aos eminentíssimos Senadores que na Comissão do Mercosul aprovaram, por unanimidade, esse projeto de nossa autoria que está na Câmara dos Deputados. Há agora um voto em separado do eminentíssimo Deputado Glauber Braga, do Rio de Janeiro. Marcamos, inclusive, uma reunião para hoje, visando a tratar desse assunto. Eu acredito que a gente possa resolver também lá na Câmara. E já pedi ao Senador Paim e demais membros desta Casa ajuda para que consigamos, da Presidente da República, a sanção.

Nesse art. 2º, a gente diz que a admissão de títulos de pós-graduação expedidos por instituições, por estabelecimentos de ensino superior estrangeiros situados em quaisquer dos Estados Partes do Mercosul será quando o fim for exclusivo de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior do Brasil, independentemente do reconhecimento de revalidação pela CAPES, pelo CNPq.

A gente teve agora a sorte de, vivendo num País de uma extraordinária dimensão, ver que o próprio Governo brasileiro careceu de médicos para muitos Municípios que não eram atendidos por médicos e de ofício, mediante decreto, por uma decisão muito importante e corajosa da nossa Presidente da República, que já admitiu dez mil médicos brasileiros que estudaram fora ou estrangeiros, muitos de Cuba, para atenderem. Então, se se faz aqui um paralelo entre um médico e um professor, vê-se que todos são importantes, um para a saúde e outro para a educação.

Ontem, conversando com o Relator deste projeto na Câmara dos Deputados e com o Glauber, do voto em separado, nós já sentimos que ficou mais fácil para avançar nesse sentido.

Quando a gente observa, por outro lado, observamos que, a princípio, o meu projeto trata de estudantes dos países do Mercosul. Vamos pegar mais alguns países, acredito que países latinos. Países próximos ao Brasil têm esse interesse. Não o de se trabalhar com um mercado comum de mercadorias, de comércio, de transportes, de valores, de bens, menores, obviamente, do que o bem da educação, o bem do diploma, o bem de quem foi estudar em um país estrangeiro e, para entrar no mercado, teve dificuldades e exigências, principalmente do Brasil.

Aí, minha querida Senadora Angela, a gente vê que, com certeza, a princípio, tivemos algumas dificuldades, mas hoje a gente vê, principalmente depois dos médicos, que tiveram os seus diplomas convalidados para atender a essa necessidade, a essa exigência, precisamos, urgentemente, atender aos diplomas dos brasileiros que estão em países do Mercosul, porque o mercado carece de urgência, bem como os médicos. A gente precisa de doutores e de médicos nas universidades para a docência e também no mundo científico brasileiro. Por isso, não quero me estender muito.

O projeto foi distribuído. Quero e fico muito feliz e agradecido por esta audiência pública, pelo trabalho que vem sendo feito pelos próprios estudantes. Já andei em alguns países. Estou devendo à Senadora Mirtha uma visita ao Paraguai. Também estivemos com senadores de outros países lá em Buenos Aires. Quero colocar-me à disposição para que a gente acelere, para que a gente possa – de Deus quiser ainda este ano – resolver o problema do reconhecimento desses diplomas e aumentar o número desse intercâmbio educacional Brasil-

-Uruguai, Brasil-Paraguai, Brasil-Argentina e outros países, Venezuela, Chile, que estão também adentrando nesse comércio do Sul, não apenas o comércio de mercadorias, mas na área da educação.

Senador Paim, tivemos a honra de sermos Constituintes. Eu vim lá do Nordeste, do Estado de Pernambuco do Professor Cristovam. V. Ex^a é do Rio Grande do Sul. A gente já discutia, na Assembléia Nacional Constituinte, o problema dos trabalhadores. Uma das coisas que a gente mais discutia ali, meu querido Senador Cristovam, era um salário mínimo que se aproximasse de US\$100. Hoje é de US\$300 e a gente está achando pouco. O Paim brigava por US\$100. Eu brigava, na universidade. Hoje, a gente quer US\$500.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E nós éramos chamamos de demagogos porque defendíamos ultrapassar os US\$100.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – Apresentei, na época – e tinha um Centrão lá na Assembléia Nacional Constituinte -, a proposta de aposentadoria de homens e mulheres do campo sem a contribuição previdenciária. Seria pelo Tesouro. Isso quase que enlouquece o Centrão, disseram que ia quebrar o País. Tem mais 20 anos, de 25 anos, da promulgação da Constituição. Hoje é a maior distribuição de renda para uma coisa que parecia impossível. A convalidação desses diplomas em relação à aposentadoria e aos US\$300 é bem pequena.

Espero o apoio de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Esse foi o Deputado Gonzaga Patriota. Meus cumprimentos pela sua exposição.

Quero dizer-lhe que a pesquisa divulgada ontem mostra que praticamente 80% da população brasileira reconhece e aceita os médicos vindos de outros países. Então, isso tudo fortalece a nossa audiência pública e o reconhecimento definitivo dos diplomas dentro do âmbito do Mercosul e além dele, porque ultrapassa. Diria que não tem de haver fronteira.

Mas queria aqui fazer um carinho especial. Tenho de registrar que estamos aqui com três Senadores do Paraguai. Não é todo dia que isso acontece na Casa, é meio que inédito. É porque a causa, de fato, é justa. Então, Sr. Juan Antonio Denis, Sr^a Cirila Concepción Cubas, sejam bem-vindos ao Brasil, juntamente, claro, com a Senadora Mirtha.

Eu pediria ao Plenário uma grande salva de palmas. (*Palmas.*)

Três Senadores do Paraguai estão aqui para prestigiar a nossa reunião. E, naturalmente, eles terão direito à palavra.

Aqui, vocês são Senadores tanto quanto nós. Como o Senador Cristovam e a Senadora Angela podem usar a palavra a qualquer momento, nós vamos franquear a palavra a vocês. No momento que entenderem ser adequado, peçam a palavra, que falarão sobre o tema e sobre o Mercosul também. Aqui, não há limite! Censura nunca mais!

Então, continuando a nossa audiência, passamos a palavra, neste momento, ao representante do Conselho Nacional de Educação (CNE), o nosso querido amigo Vicente Celestino, ou melhor, Sérgio Kieling Franco. O querido Sérgio tem a palavra.

Em seguida, falará, então, o Sr. Vicente Celestino de França.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO – Em primeiro lugar, quero cumprimentar meu conterrâneo Senador Paulo Paim.

Estamos agora nos preparando para a Semana Farroupilha. Os gaúchos se irmanam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há um esforço concentrado aqui. Mas pegou o avião e chegou a tempo lá, na sexta-feira.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO – Quero cumprimentar os outros representantes que estão à Mesa, a Senadora Palacios, do Paraguai, nosso país irmão; o Deputado Patriota; o Prof. Vicente Celestino França, representante da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras; e a Prof^a Priscila de Oliveira, representante do Ministério da Educação.

Também cumprimento os Senadores aqui presentes: o Senador Cristovam Buarque, que é símbolo da questão da educação no Brasil; e a Prof^a Angela Portela, ou melhor, a Senadora Angela Portela. A gente tem o costume de chamar...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Também sou professora.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO – Se é professora, então, está ótimo! A gente está sempre lidando com os professores.

Cumprimento ainda os Senadores do Paraguai, a Senadora Cirila Concepción e o Senador Juan Antonio.

A SR^a CIRILA CONCEPCIÓN CUBAS (*Tradução por profissional habilitado.*) – Também somos professores.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO – Também são professores? Então, estamos todos em casa.

Acho que a iniciativa de se fazer este debate é extremamente importante. Como membro do Conselho Nacional de Educação, acho que é importante também dizer que o Conselho Nacional de Educação está muito preocupado com essa situação. Há praticamente um ano, nós já criamos uma comissão interna no Conselho para discutir a questão da revalidação dos títulos estrangeiros no Brasil, dos títulos de graduação e de pós-graduação, tanto em função do Mercosul, quanto em função de outros países.

Essa comissão foi criada em função de uma constatação que é uma unanimidade: há uma deficiência nos processos de revalidação de diplomas. Há o registro, inclusive, de casos que envergonham o País, como o de processos que já passaram de dez anos de tramitação dentro de uma universidade. Isso é inadmissível, até porque a própria legislação coloca que o prazo seria de 180 dias, de seis meses. Então, nós começamos a nos debruçar sobre o porquê dessa deficiência e sobre a forma de agilizar esses processos e de tornar esses processos, inclusive, mais transparentes.

A nossa preocupação por base, a preocupação de toda a legislação brasileira em relação à questão da educação superior se refere fundamentalmente à questão da garantia de qualidade. Ou seja, nós estamos preocupados com que, sim, cada vez mais, os brasileiros e os nossos irmãos do Mercosul tenham acesso à educação superior, mas a uma educação superior de qualidade, não a qualquer educação superior.

Quando se fala de preocupação com qualidade, para nós brasileiros é muito importante estar presente o fato de que a maneira como o Brasil lida com a questão da qualidade não é exatamente igual à maneira como nossos países vizinhos com ela lidam. O Brasil, talvez, seja o País com o processo regulatório mais duro de todo o mundo em relação não à qualidade, mas em relação à legalidade dos cursos e das instituições.

Os processos são diferentes de país a país. Cada país tem uma forma diferente de lidar com isso. Então, é muito comum a gente discutir no Brasil – as universidades o fazem – a questão de que deve haver um curso reconhecido no outro país, mas o processo de reconhecimento de curso é um processo muito brasileiro. Eu não posso tratar isso de modo igual. Agora, o que a gente nota? Há, sim, preocupação com a qualidade através de processos diferenciados nos diferentes países.

Então, aqui no Brasil há o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que embasa o processo regulatório.

A grande maioria dos países do mundo e os países do Mercosul, de maneira especial, têm processos de acreditação de qualidade. No caso aqui, o Paraguai, que está presente, tem uma agência criada já dentro da discussão toda do Mercosul, um sistema muito interessante de acreditação de qualidade dos cursos, que é um sistema de concessão. Podemos traduzir, mais ou menos, como uma concessão de um selo de qualidade, que não é uma discussão sobre a legalidade ou não legalidade do curso, é sobre a qualidade ou não daquilo que ele está oferecendo.

Então, a discussão toda que se faz em relação à busca de haver e a preocupação que existe na legislação brasileira de haver a necessidade da revalidação do diploma é a busca de se entender que esse diploma é oriundo de um curso de qualidade. E aqui começa a primeira discussão que a gente tem feito muito fortemente dentro do Conselho Nacional e junto com as universidades – fizemos alguns debates com a Andifes – de que quando se faz uma discussão, uma análise de um processo de revalidação de diploma, não se está avaliando o histórico escolar de um indivíduo, pois muitas vezes algumas universidades acabam se comportando dessa forma, querendo saber qual é a nota que ele tirou, se pode ou não ganhar esse diploma. Não. O diploma ele já recebeu. A discussão que se faz na revalidação do diploma é sobre a qualidade do curso que ele fez, se o curso que esse sujeito fez neste outro país, seja um curso de graduação, seja um curso de pós-graduação, tem equivalência a cursos no Brasil. E um aspecto importante, quando se fala de equivalência, é que não é equivalência como...

A gente tem um vício muito grande de querer valorizar demais a carga horária. E é uma idiossincrasia brasileira querer caracterizar os cursos por carga horária. O importante é se a formação do sujeito lhe dá as competências próprias para atuar naquela profissão.

Bom. É importante também deixar claro que existe uma diferença, e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional faz uma distinção entre revalidação de títulos de graduação e reconhecimento de títulos de pós-graduação. Ou seja, há uma diferença também, porque, na legislação brasileira, a graduação é que dá as condições do exercício profissional; a pós-graduação é uma complementação de estudos, que vai dar um nível maior de conhecimento para aquele cidadão que fez o curso. Embora a gente tenha procedimentos semelhantes, a gente tem também resultados sociais diferentes, se é uma revalidação de um curso de graduação ou se é um reconhecimento de um curso de pós-graduação.

Em se tratando especificamente do Mercosul, acho que a gente tem uma situação muito peculiar e muito favorável, porque existe um movimento já há sete anos, se não me engano – a Arcu-Sul já está em quase sete anos, não é? Seis, sete anos? – em que os Estados Partes do Mercosul construíram um sistema de acreditação

de cursos, ou seja, um sistema de avaliação e concessão de selo de qualidade de cursos de graduação. É um sistema único no mundo, o que significa que é uma saída muito peculiar nossa, do Mercosul.

Eu tive o privilégio de participar da construção desse sistema enquanto era Presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior aqui do Brasil. Inclusive, nos encontros internacionais, faço muito um paralelo, uma comparação entre o sistema de Bolonha, criado na Europa, e o Arcu-Sul como outra saída feita aqui no Mercosul.

O interessante do Arcu-Sul é que os países membros do Mercosul e também os associados escolhem determinadas áreas de conhecimento e criam um edital para que esses cursos sejam avaliados; e à medida que os cursos estão avaliados e é atestada a qualidade desses cursos, a intenção do sistema é exatamente criar a possibilidade de um reconhecimento automático de títulos, que a gente ainda não tem, nós precisamos avançar para isso, mas é muito mais tranquilo se dizer o seguinte: sim, este sujeito está...

Eu vou dar como exemplo fictício, mas sobre um cidadão brasileiro ou de qualquer outra nacionalidade que fez um curso de Engenharia Civil da Universidade Nacional de Assunção que foi acreditado, nós estamos dizendo: "Bom, esse é um curso em que nós temos uma avaliação regional, com avaliadores internacionais, dos Estados Partes do Mercosul, dizendo que tem qualidade". Portanto, nós brasileiros temos que aceitar esse sujeito.

Do mesmo modo, de um sujeito aqui do Brasil que fez Engenharia Civil na Universidade de Brasília e que também passou pelo processo de acreditação, os Estados Partes do Mercosul podem e devem aceitar o diploma. Então, aqui a gente tem um passo importante e que deve ser aproveitado nesse processo.

Agora, todo curso superior oferecido no Brasil, no Paraguai, no Uruguai, na Argentina, na Bolívia, que é Estado associado, em qualquer país do mundo, todo curso oferecido é, sempre, um curso de qualidade? Não. Nós precisamos ter um certo cuidado e um zelo, inclusive para preservar os nossos cidadãos e fazer com que eles tenham acesso a cursos de qualidade.

Então, acho que já temos um passo importante em relação ao Mercosul, em função do sistema Arcu-Sul. Claro, o sistema Arcu-Sul não abrange todas as áreas do conhecimento. Ele vai abrangendo algumas áreas. Existe toda uma discussão, porque também a gente tem uma situação diferenciada do *status* que os cursos têm em diferentes países.

Por exemplo, no Brasil, os cursos de formação de professores, as licenciaturas, como nós chamamos aqui, diferentemente dos outros países têm status de curso universitário. Por exemplo, na Argentina, não têm. Esses são aspectos que a gente precisa acompanhar. E o fato de existir essa comissão chamada Rede de Agências Nacionais de Acreditação (Rana) dá condições de tomarmos essas decisões e alargarmos as áreas do conhecimento que fazem parte do Arcu-Sul.

Mas não é só a questão do Arcu-Sul. Acho que o Arcu-Sul é um bom ponto de partida, é algo que pode nos ajudar bastante nesse processo, mas, como eu estava dizendo, existem outras áreas do conhecimento e temos outras iniciativas importantes que precisam ser levadas em conta.

No caso da pós-graduação, algo que temos discutido bastante, e estamos encaminhando essa proposição no CNE, é que quando a gente tem mestrandos ou doutorandos que foram para outros países fazer um curso com bolsa da Capes, do CNPq, ou de alguma fundação de amparo à pesquisa estadual, esse curso já passou por uma avaliação. Por que a Capes deu bolsa para fazer um curso de mestrado ou doutorado numa determinada universidade? Porque a Capes reconheceu que esse curso tem qualidade, senão a Capes não daria essa bolsa. E isso tem que ser utilizado como elemento para apressar o processo de revalidação de títulos.

Estava olhando aqui rapidamente o projeto do Deputado Patriota. Ele traz aqui a diferenciação entre o exercício acadêmico simplesmente e o exercício profissional. Então, eu preciso ter, sim, a revalidação ou o reconhecimento, no caso do exercício profissional, mas são elementos que eu posso utilizar para agilizar o processo.

Outra questão que a gente começa a ver e que está em tratativas com a Capes e com a Secretaria de Educação Superior do MEC é a criação de um banco de dados nacional para acompanhamento dos processos de revalidação e reconhecimento.

O que tem acontecido hoje? Como muitas universidades acabam demorando muito tempo para tomar a decisão, o cidadão que vem querendo fazer a sua revalidação, até por uma autodefesa, entra com processos em diferentes universidades ao mesmo tempo. E, com isso, está fazendo com que a fila fique maior ainda.

Ora, se nós tivermos – e já existe um protótipo feito, desenvolvido pela PUC do Rio Grande do Sul, a pedido da Capes e que já está franqueado para o MEC e para a Capes – um banco de dados nacional, no momento em que uma pessoa entrar com um pedido de revalidação em uma universidade, isso já estará aberto para todas as universidades saberem. E daria para priorizar.

Agora, esse banco traz uma outra grande novidade, uma outra grande vantagem que é a análise de casos similares. Digamos que o Professor Vicente veio com um diploma de doutorado na Espanha, numa universidade espanhola. Vou aqui fazer uma fantasia. Um mestrado em educação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO – Está terminando o meu tempo? Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Mais três minutos. Aqui não tem censura.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO – Certo. (*Risos.*)

Um Mestrado em Educação na Universidade de Madri. E ele entrou na Universidade Federal de Juiz de Fora e foi concedido realmente que esse diploma tem validade. Eu fiz o mesmo curso, na mesma época, com os mesmos professores, e entrei com o pedido na Universidade de Brasília. Havendo o sistema, a Universidade de Brasília pode dizer assim: “Opa, existe um processo semelhante de uma pessoa que fez o mesmo curso, na mesma área, na mesma universidade, com características muito semelhantes. Portanto, a decisão tomada na Universidade de Juiz de Fora pode ser aproveitada na Universidade de Brasília.” Então, o Brasil é muito grande. A gente precisa ter formas de comunicação disso.

Acreditamos que a instalação de um banco de dados nacional vai ajudar enormemente que esse processo possa ser aligeirado. Tendo presente sempre o quê? Nós não estamos abrindo mão. A gente acha que não se deve abrir mão de uma análise da qualidade do curso, mas sempre chamando atenção para isso. A gente quer mudar um pouco a cultura das universidades.

De novo, há uma coisa que já disse antes, mas acho que não custa repetir: o importante num processo de revalidação de título ou de reconhecimento de título de pós-graduação não é a avaliação do indivíduo, mas é a avaliação do curso que ele fez. Se o curso é de qualidade, eu posso declarar que ele é equivalente a um curso brasileiro de qualidade também.

Um último ponto que a gente está discutindo dentro do Conselho, que foi uma proposta que veio da Andifes, é que possa haver convênios entre universidades de reconhecimento mútuo de diplomas. Uma universidade X, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, faz um convênio com a Erasmus University Rotterdam, na Holanda, de reconhecimento mútuo de diplomas numa área X, porque eles têm que analisar os cursos; por exemplo, na área de Ciência da Computação. Para evitar que esses convênios possam ser usados de maneira talvez inescrupulosa em algumas situações, porque qualquer instituição de ensino educação superior poderia fazer esse tipo de convênio, a proposta que veio da Andifes é a seguinte: havendo um convênio desses e o Conselho Nacional de Educação cancelando esse convênio, passa-se a ter a informação, no próprio sistema, de que todos os diplomas daquele curso emitidos por aquela instituição sejam submetidos à universidade que já tenha esse convênio, o que vai possibilitar um processo muito mais rápido.

Então, entendemos que precisamos aperfeiçoar o processo, mas que já temos bons passos para que esse processo realmente seja aperfeiçoado, para que possamos avançar e ter uma situação mais justa, porque temos realmente situações de injustiça que precisam ser corrigidas.

Obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Sérgio Kieling Franco, pela sua exposição.

Agora, passamos a palavra ao Sr. Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior.

Muito bem, Dr. Vicente, com a palavra.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim, que há muito tempo tem sido um batalhador pela população, pelos cidadãos brasileiros, não só do seu Estado. Tendo sido um dos membros – e à época era Presidente desta Casa –, foi ele que também sancionou, junto com o Presidente Lula, o Tratado do Mercosul nº 5.518.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu até gostaria. Mas, só para não dar problema depois, eu fui Vice-Presidente. Mas naquela época o Presidente Sarney estava fora, então eu participei diretamente.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Perdão. Corrigindo, em tempo, foi o Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não cheguei à Presidência. Mas vai falando, se a moda pega, estou aí. (*Risos.*)

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Vai falando, quem sabe chega, não é? Já está inscrito. (*Risos.*)

Inclusive, por esta feliz coincidência, ele assumiu a Presidência naquele período e foi ele, juntamente com o Presidente, que sancionou essa lei, que hoje, para nós, é um marco na questão da mobilidade acadêmica e na questão justamente do avanço junto aos países do Mercosul na questão da reciprocidade acadêmica.

Eu coloquei alguns pontos sobre os quais eu gostaria de refletir com os Senadores, com os meus amigos que aqui se encontram, com todos aqueles que estão nessa luta conosco pela revalidação com qualidade. Eu diria ao Prof. Sérgio, que levantou essa questão, que, desde as últimas audiências, nós assumimos o compro-

misso de trabalhar pela revalidação, mas revalidação com qualidade, separando aquilo que é bom, aquilo que tem mérito daquela pirataria que a gente está vendo, que está em todos os países, em todos os lugares e que suja, mancha esse trabalho que tem sido feito por muitas pessoas, por muitos pesquisadores, muitas vezes anônimos. Muitas vezes as pessoas pensam que, talvez, não exista ciência ali, mas há muita gente produzindo em outros países, em outros lugares e que devem ser valorizados.

Primeiro, nós temos uma luta histórica pela revalidação. Desde 2007, nós já realizamos aqui, no Congresso Nacional, seis audiências públicas: três no Senado e três na Câmara dos Deputados. Todas voltadas à temática da revalidação de diplomas, para que a gente pudesse avançar um pouco no marco legal em relação a essa temática.

Tivemos também um trabalho nos Estados junto às Assembleias Legislativas. A gente teve que colocar, em cada Estado, um projeto de lei. Parece uma coisa absurda, mas, para se cumprir uma lei, a gente tinha que colocar uma lei pedindo para se cumprir a lei que não está sendo cumprida. Isso é um pouco de exagero, mas que se faz necessário, diante da nossa realidade. Ou seja, em relação ao Tratado nº 5.518, a gente está pedindo às Assembleias Legislativas que deem plena validade ao que diz o tratado, e nós colocamos 18 projetos nas Assembleias Legislativas do Brasil inteiro. Já vamos ter mais três projetos incluídos agora, no mês de setembro. Desses projetos, seis projetos já estão aprovados. Estamos em negociação com os governadores para a efetivação do mesmo – o de Roraima já está efetivado.

Nós tivemos também a realização de 14 audiências públicas nas Câmaras de Vereadores, pedindo que os Municípios também deem plena validade ao tratado, e também realizamos três audiências públicas internacionais, levando também para os outros países essa temática, essa discussão. Tivemos uma audiência no Paraguai, tivemos uma audiência na Argentina e tivemos uma audiência na Inglaterra. Estamos levantando essa temática, discutindo também com os outros países a situação daqueles que precisam, que necessitam. Para dar um exemplo, nós tivemos a primeira audiência, que nós realizamos na Câmara, e uma das audiências foi no ano passado, aqui, no Senado brasileiro.

Aqui são apenas algumas fotos. A audiência do Mato Grosso, que aprovou, na última sexta-feira, o projeto de lei estadual de validade do tratado do Mercosul. Tivemos também o de Roraima, que também lá já aprovou e já sancionou o projeto de lei no sentido de que os professores que fizeram sua pós-graduação em instituição de qualidade terão, pelas Secretarias Estaduais, seus diploma admitido – lá não se pode tratar de revalidação, porque é uma temática só do Senado – para efeito de docência e para efeito de sua remuneração.

Esse foi um passo muito importante que estamos levando para os Estados brasileiros.

Aqui foi a audiência que tivemos no Paraguai, tivemos na Argentina e também na Inglaterra.

Foi muito importante esse contato porque faz com que os outros países também percebam a situação, porque muitos países acolhem brasileiros. Nós temos, no Paraguai, dez mil brasileiros; na Argentina, também um quantitativo próximo a dez mil; no Uruguai, no Chile, em tantos outros países. Então, são brasileiros que estão buscando lá fora aquilo que não encontram no nosso País. E o grande problema dessa questão está justamente... Estamos num processo de construção do marco legal para revalidação de diplomas e temos uma LDB que estabelece normas para a revalidação, normas muito rígidas, que ainda não estão, vamos dizer assim, regulamentadas, porque o sistema de revalidação está totalmente à deriva.

Por outro lado, nós temos o Decreto Presidencial nº 5.518, chamado de Tratado do Mercosul, que dá direito ao reconhecimento automático. Porém, como o próprio projeto diz, esse reconhecimento automático ainda será fruto, ainda deverá ser implementado, porque ele precisa ter a sua legislação implementada, precisa ter suas normas claras, objetivas. Podemos dizer que a LDB diz que a revalidação é um processo que tem que passar pelas universidades, mas não diz como, e foi sobre isso que nós conversamos com o Senador Cristovam Buarque, que, no Projeto nº 399, tenta dar um rosto justamente a como se deve fazer a revalidação no Brasil. Ele já apresenta algumas propostas consideráveis, fruto de um trabalho que ele fez após escutar a sociedade, escutar os vários segmentos. Foi muito importante o relatório que ele está a apresentar na Comissão de Relações Exteriores, do Projeto nº 399, porque vai dar um rosto à revalidação, o que nós não temos até o momento. Está havendo justamente, vamos dizer assim, essa insegurança em relação à revalidação, porque o Tratado do Mercosul tem uma norma e a LDB tem outra forma. Então, muitas vezes as próprias universidades se veem em dificuldades em relação a qual legislação deve prevalecer, deve ter plena validade, e nesse meio ficam aqueles que precisam da revalidação, porque não têm os seus direitos respeitados justamente porque esse marco legal precisa ser construído. Foram dados passos importantes, mas ele precisa ser construído, e esse é um dos grandes desafios para a questão da revalidação no Brasil.

Eu trago, nessa próxima reflexão, algo que nós discutimos numa audiência que nós tivemos aqui em agosto de 2011. O Senador Cristovam Buarque levantou a temática ao revelar a situação desses estudantes brasileiros, que são mais de 20 mil, em vários países, número que vai aumentar, porque a Presidente, pelo pro-

grama que está sendo lançado aqui no Brasil, quer levar cem mil brasileiros para estudarem no exterior... Falo, então, da questão do êxodo acadêmico no Brasil.

Por que essas pessoas vão estudar no exterior? Primeiro, pela questão do acesso, que é dificultado. Nós temos poucas vagas em nossas universidades, o sistema universitário para pós-graduação ainda é muito limitado... Temos que reconhecer que tivemos avanços nessa área, mas quero dizer que, para a graduação, houve um aumento estupendo. Nos últimos 15 anos, o Brasil colocava no mercado 700 mil profissionais graduados; hoje, por ano, o Brasil coloca no mercado de trabalho mais de 3 milhões de graduados. Esse processo não aconteceu na pós-graduação. Então, a pós-graduação necessita que o País possa avançar um pouco mais no sentido de dar ao cidadão brasileiro o direito de fazer uma pós-graduação. Por essa razão, existe uma demanda excessiva das pessoas que precisam fazer mestrado e doutorado e o sistema nacional não é capaz de absorver essas pessoas. Por quê? Nós temos aqui o imperativo da mobilidade acadêmica na sociedade contemporânea. Existem, infelizmente, pessoas, na academia brasileira, que vão de encontro à onda, como que querendo parar o processo de mobilidade acadêmica para que os brasileiros não pudessem fazer um curso no exterior, sob o falso discurso de que tudo que tem lá fora não presta, é de má qualidade. Esse discurso é falso. Existe evidentemente instituição de má e de péssima qualidade em vários países como aqui no Brasil. Nós temos um sistema de avaliação brasileiro que já dá conta das instituições que têm boa e má qualidade, como acontece em todos os países.

Então, de nossa parte, deve haver uma compreensão naquilo que o Senador Cristovam chamou de exilados acadêmicos. São verdadeiros exilados acadêmicos, porque eles querem estudar, querem fazer uma pós-graduação e não têm no nosso País a oportunidade. Então, há de se trabalhar, o sistema de educação brasileira tem que se debruçar justamente sobre essa questão em relação ao ensino superior; precisamos avançar, pois infelizmente o nosso sistema não dá conta da demanda que é crescente.

E dada a essa demanda crescente é que também acontece a questão da pirataria do diploma, porque as pessoas começam a participar de cursos falsificados, há uma venda indiscriminada de diplomas, de cursos de má qualidade, o que interfere nesse processo. Então, muitas vezes, avaliadores julgam na má-fé de que tudo que vem lá de fora é justamente desse lixo acadêmico que não deve ser aceito, que não deve ser acolhido pelo nosso País e por nenhum outro país.

Quero concluir minhas palavras, colocando a *via crucis* da revalidação no Brasil. É uma verdadeira *via crucis*. Pela nossa associação, trabalhamos com estudantes de todos os Estados do Brasil. Temos, hoje, uma média de mais de 1.200 processos de revalidação acompanhados por nossa associação nas universidades brasileira, de todos os Estados.

Meus amigos, é uma situação de clamor, de clamor. Quando eu digo que é uma *via crucis* é porque é uma verdadeira *via crucis* das pessoas que precisam revalidar seus diplomas. Há uma lenta construção do marco legal, primeiro no Congresso Nacional. É uma discussão interminável. Os passos que são dados para se aprovar uma lei, para se fazer uma complementação desse marco legal. Só para dar um exemplo, o 399 é de 2011. A gente ainda está tentando adiantar um relatório que não chegou e brevemente o Senador vai colocar esse projeto em votação para que possamos avançar nesse marco legal. Então, a construção desse marco está muito lenta e isso prejudica aqueles que precisam da revalidação...

(Soa a campainha.)

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – No Parlasul, temos também... A própria construção do Parlasul e do Mercosul tem sido um desafio para os legisladores, porque eles não conseguem, em alguns aspectos, nem fazer a reunião.

Conversando com algum dos legisladores da área de educação do Mercosul... A reunião que era para acontecer no ano passado não aconteceu porque o pessoal chegou lá e não teve mais a reunião.

Então, fica difícil a construção de um marco legal quando o sistema é lento, quando não se dá uma resposta imediata. Quer dizer, este Congresso tem recebido uma pressão nacional para que as coisas possam caminhar um pouco mais a fim de que possamos responder às necessidades da sociedade um pouco mais depressa. Mas infelizmente... Claro, é necessário que haja prudência. É necessário que não se aprove um projeto de lei de um dia para o outro, mas que se pense, mas que também não possa acontecer o que está acontecendo, porque são mais de 20 mil brasileiros que esperam a revalidação do seu diploma e isso não acontece.

Percebemos também o bloqueio das universidades brasileiras no que diz respeito à revalidação dos diplomas. Já disse, desde 2010... Até 2010 conseguíamos revalidar diplomas de qualidade de algumas instituições boas, era natural, era tranquilo esse processo. A partir de 2010, esse processo recebeu... A gente tem isso de forma documentada: sob orientação da Capes, nós estamos suspendendo a revalidação de diplomas.

Tem universidade com mais de mil processos. Está abarrotada de processos. Nenhum. Tenho processos de associados de um ano, de dois, de três, de quatro, de cinco, até de dez anos. Tive um caso de Minas Gerais

que uma requerente à revalidação de diploma deu entrada, esperou dez anos, morreu e não teve a revalidação do seu diploma. Ficou dez anos esperando uma revalidação e a universidade não se pronunciou. É uma forma de não conceder o direito. Enquanto a universidade não se pronuncia, não podemos fazer nada, porque ela tem o direito de análise, tem sua autonomia, e a respeitamos. Porém, essa autonomia jamais pode servir para impedir a concessão de um direito não só brasileiro, mas um direito universal, o direito à educação. Por isso a revalidação faz parte desse direito universal.

Por outro momento, encontramos a questão da própria logística da revalidação. Temos que entender e compreender, não só julgar. Foi colocado nas universidades esse processo, que ainda não tem uma legislação clara, definida. Muitas universidades não têm estrutura sequer para revalidar o diploma. Vou dar um exemplo. Estivemos em uma universidade que tem 500 processos de revalidação só na área de educação. Quinhentos processos! Só há 30 professores nessa área de educação. Como esses 30 professores vão dar conta dessa revalidação?

É um sistema oneroso, é um sistema que está sendo lento e que não favorece a situação dos brasileiros. *(Soa a campanha.)*

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Tenho só um minutinho para concluir, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem dois ainda.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Permita-me usar este minutinho.

Olhe o que aconteceu aqui em Brasília. Semana passada, ano passado, todo mês de setembro, a UnB abre edital para revalidação de diploma. Observem, fila, gente dormindo em uma fila aqui na UnB, para revalidar diploma. Mais de 30 pessoas. E quando abriu, só receberam seis diplomas para revalidar. Isto não existe, um Estado deste tamanho só aceitar seis processos de revalidação. Fila, gente dormindo em uma fila. É uma via-crúcis, é uma situação de calamidade, nunca vi uma situação desta.

Concluindo, mais de 20 mil brasileiros, a revalidação que demora, o custo, por isso é importante essa normatização. Tem universidade que cobra R\$250,00, R\$1,2 mil, R\$3,8 mil, R\$9,3 mil. As normas são absurdas, restringem o acesso das pessoas à revalidação. Há algumas universidades que não aceitam, se você mora em outro Estado. Você não pode dar entrada em revalidação lá, porque a universidade pública brasileira só atende quem mora no Estado. Isso não existe na Bahia, no Rio de Janeiro, em Sergipe, quem não é do Estado não pode dar entrada no processo de revalidação. Isso é um absurdo, é negar um direito à revalidação do diploma. Olhe o que acontece em Aracaju. Só para dificultar, infernizar os alunos, uma tese de um aluno tem 900 páginas, Senador. Então, Aracaju exige que o aluno chamele, o diploma dele é de Portugal, cada chancela custa 15 euros, a tese dele tem 902 páginas. Então, Aracaju exige que o aluno coloque o selo do consulado brasileiro em cada página da dissertação, para dizer que cada página é verdadeira. Isso não existe. É um absurdo.

Peço, concluindo, já disse três vezes, a ajuda desta Casa, peço a solidariedade dos Senadores para que possamos e, ao mesmo tempo, quero assumir o compromisso para que esse trabalho seja feito com qualidade. Falei com o Prof. Sérgio, pedi o apoio dele e peço aqui o apoio dos Senadores...

(Interrupção do som.)

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – ...um crime está acontecendo neste País. Milhares de professoras, professoras, gente simples, gente humilde está sendo roubada, aviltada em diversos cursos piratas que se espalharam pelo Brasil inteiro. Senadores, digo sem medo de errar, mais de 20 mil pessoas hoje estão sendo roubadas. E o pior, são professores pobres, professores simples, que ganham piso salarial, pagando 30 parcelas de R\$400,00 em um curso falsificado. São muitos falsificados em vários Estados.

Eu gostaria de pedir a esta Comissão, se possível for, que pudéssemos criar um grupo de estudo para se debruçar sobre a questão da pirataria do diploma, que é muito séria.

Cheguei ao Estado da Paraíba, vou dar um exemplo, fui a uma cidade, alto sertão da Paraíba, Cajazeiras, onde há um grupo dando um curso de mestrado falsificado, cuja faculdade nem existe. Nem existe! Pasmem, Senhores! Eles têm lá mais de mil professores inscritos nesse curso. Cheguei lá para denunciar o curso, e eles ligaram: "Se o senhor chegar a Cajazeiras, a gente vai dar um tiro no senhor". Eu disse: "Pois pode dar o tiro. Eu vou a Cajazeiras". E fui a Cajazeiras e disse a todos eles... Fui à rádio. A mesma coisa aconteceu no Ceará. Fui à rádio pública e denunciei que era um curso falsificado, que os professores estavam sendo roubados e que isso não poderia acontecer no Brasil.

Eu peço a esta Comissão, peço aos Srs. Senadores solidariedade para que possamos fazer um grupo de estudos para nos debruçarmos. Já pedi a todas as pessoas, até na última audiência, para fazermos alguma coisa contra a pirataria do diploma, porque não dá mais para conviver com isso. Essa pirataria do diploma prejudica, e muito, essa luta justa, nobre, meritória em relação à revalidação com qualidade.

Meu muito obrigado aos companheiros que vieram de vários Estados e que aqui se encontram.

Agradeço a oportunidade e peço perdão por ter passado um pouco do tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nada.

Parabéns, Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior. (*Palmas.*)

Vicente, permita-me apenas dizer que, sem sombra de dúvida, você é um guerreiro por essa causa. Você persiste. Só em meu Gabinete, ele já esteve por 30 vezes, e eu que não marcasse essa audiência para ver! (*Risos.*)

Com muito carinho e respeito, mas ele é um guerreiro! (*Palmas.*)

Parabéns.

A denúncia que você faz é da maior gravidade. Eu acho que temos que encaminhar isso à Polícia Federal e pedir mais informações junto ao MEC, para podermos trabalhar juntos.

Nós vamos fazer a gentileza, naturalmente, e eu havia dito que eles fariam a qualquer momento. Eu já falei aqui com a nossa Priscila, a outra painelista, e ela disse: “Não, Senador. Faça questão”.

O Senador Juan Antonio Denis pediu a palavra. Passamos a palavra para S. Ex^a neste momento.

O SR. JUAN ANTONIO DENIS (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, e em sua pessoa, apresento meus cumprimentos e externo meu respeito aos que compõem a mesa e sobretudo a este grande auditório. Gostaria de ter a força do professor Vicente Celestino de França de contagiar com as palavras. Somos também gratos pelos relatórios apresentados.

Posso dizer, como Senador do Parlasul, da República do Paraguai, que almejamos desempenhar um papel importante, abraçados como irmãos. Que tenhamos realmente o controle das cargas horárias, da qualidade, da legalidade, da validação, da revalidação ou convalidação automática. Levará tempo, mas quem não deseja que as coisas, ao todo e em parte, sejam fecundadas pelo conhecimento que é o grande investimento, a fim de vir a aflorar nas terras nas quais vive e convive tendo em vista o desenvolvimento de cada país. Neste sentido, meu querido Paraguai almeja trabalhar em conjunto e de maneira muito próxima com todos os projetos benéficos à região, e nós nos colocamos à disposição sempre às iniciativas nesse sentido.

Devemos apoiar todo tipo de projeto que seja positivo e que fortaleça a unidade de nossos países e sobretudo a formação de nossos jovens e de pessoas de mais idade, com qualidade. E sobretudo demos-lhes condições de contribuir para o crescimento de cada país. E temos de ser sinceros, o Paraguai deve voltar plenamente ao Mercosul, e isso no futuro deveria ser uma missão automática. E ressaltamos também que a Lei de Educação Superior do Paraguai está muito fortalecida e permite um controle muito eficaz na área da educação.

A Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Educação Superior (ANEAES) faz o controle e fiscalização dos cursos de graduação e pós-graduação, e nesse sentido nos sentimos orgulhosos do que está sendo feito no Paraguai. E que sejam bem-vindos os irmãos brasileiros que têm projetos de estudo nas diferentes cidades da República do Paraguai.

Desejaria acrescentar muito mais coisas, mas por hoje lhes digo que estou muito feliz de estar nesta sala magna e muito feliz de poder compartilhar com tanta gente cujo único objetivo é nutrir e carregar conhecimento pelo bem de cada povo.

Muito agradecido e que Deus nos proteja.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Juan Antonio Denis, do Senado Nacional do Paraguai! (*Palmas.*)

Meus cumprimentos! É uma alegria receber essa saudação tão entusiasta de um tema que une, de fato, todos nós. Meus cumprimentos pela fala!

Eu vou passar a palavra agora à nossa Priscila. A Dr^a Priscila Candido Ubriaco de Oliveira é Coordenadora Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação. Depois dela – eu sei que os senhores vão concordar –, eu vou passar à nossa Senadora Cirila.

A SR^a PRISCILA CANDIDO UBRIACO DE OLIVEIRA – Muito obrigada.

Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, a Senadora Mirtha, Sérgio Franco, Vicente França e Deputado Gonzaga Patriota; cumprimentar, em especial, os Senadores do Paraguai, nosso Senador Cristovam Buarque – militante da causa da educação –; e cumprimentar todos os presentes.

A Sesa agradece muito o convite para participar dessa audiência pública. Infelizmente, o Secretário Paulo Speller não pôde estar aqui presente. Ele queria muito ter vindo, mas foi chamado, ontem à noite, para uma viagem para o Panamá e não pôde vir. Pediu para eu representá-lo aqui.

A minha apresentação vai ser bem breve realmente, Senador Paulo, porque o Sérgio já fez a minha apresentação toda aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vai completar só.

A SR^a PRISCILA CANDIDO UBRIACO DE OLIVEIRA – Vou só realmente trazer alguns elementos mais voltados para a Sesa.

Acho que o Senador Paulo inclusive me indicou para participar dessa audiência, porque eu, particularmente, tenho um diploma de mestrado no exterior não revalidado ainda, desde 2009. Então, eu conheço na prática algumas das dificuldades que são enfrentadas nesse processo. Não sei se eu estava na foto da fila da UnB, Vicente. *(Risos.)*

Mas a gente tem trabalhado na Secretaria de Educação Superior, em conjunto com o CNE e com a Andifes, realmente estudando e verificando essas deficiências que hoje a gente vê nesse processo de revalidação, um pouco por conta do aumento da demanda – a gente teve uma internacionalização muito grande, um aumento dessa demanda também para as próprias universidades –, um pouco em razão da própria autonomia universitária – cada universidade estabelece, obedecendo às diretrizes do CNE, logicamente, seu procedimento, suas normas, e isso acaba gerando uma dificuldade para o demandante; quer dizer, se eu vou postular nessa universidade, eu tenho que apresentar tais documentos, na outra são documentos diferentes. Então, a gente tem trabalhado...

Existe, como o Sérgio falou, uma comissão no CNE. Existe também um grupo de trabalho na própria Andifes. Inclusive, Senador Paulo, eu acho que seria muito interessante chamá-los também para o debate. A Andifes e a Capes têm muito a contribuir também para esse debate. E a gente tem trabalhado, realmente, nessas questões de agilização desses processos. Hoje, a gente sabe que eles são muito demorados.

O Sérgio levantou a questão do banco de dados, que ainda está em estudo. É uma ideia que eu acredito que seja muito profícua, uma ideia que vai agregar muito e agilizar também os processos. Vai haver um banco de dados e será possível verificar se esse diploma dessa universidade, nesse período, com essas matérias, já foi revalidado em algum momento. Isso facilita para a própria universidade, que passa a ter uma segurança ao analisar esse processo.

Também temos trabalhado com essa discussão, como o Sérgio falou, da Andifes, de eventuais convênios entre universidades, sempre observando, lógico, a reciprocidade de se fazer convênios para essa revalidação.

Há, também, o sistema do Arcu-Sul, que é um instrumento que futuramente vai agilizar e facilitar, realmente, essa questão da revalidação de diplomas, sempre focando, como todos bem falaram aqui, na qualidade desses diplomas que vem do exterior. Acho que ninguém aqui defende que se revalide diploma sem qualidade. Estamos realmente focando nessa questão da qualidade, mas em um processo que seja célere, que seja uniforme – eu acho que é uma questão bem importante – e que se traga essa revalidação para os nossos pesquisadores e para os nossos professores.

Acho que era isso. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Parabéns a Dr^a Priscila Candido Ubriaco de Oliveira, Coordenadora Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação, defendendo também o reconhecimento dos diplomas, e, claro, usando sempre o termo “diplomas e cursos com qualidade”.

Agora, nós vamos passar, então, com muita alegria, à Senadora Cirila Concepción Cubas.

V. Ex^a está com a palavra pelo tempo que for necessário.

A SR^a CIRILA CONCEPCIÓN CUBAS *(Tradução por profissional habilitado.)* – Muito bem. Muito obrigada.

Meus cumprimentos à Mesa na pessoa dos Senadores hoje aqui presentes, às autoridades educacionais deste país e de outras entidades e instituições presentes, e, muito especialmente, aos lutadores da educação, aos docentes.

Eu também sou docente aposentada, sou professora. Então, galguei os diferentes degraus e hoje estou aposentada. Passei por diversas instituições educacionais do meu país em nível primário, desde a pré-escola até o nível universitário. Também sou formada em Filosofia e em Ciências da Educação, também fiz outros mestrados, mas felizmente não precisei fazer essa peregrinação que, segundo estou escutando, é necessária para muitos de nossos colegas, não somente docentes, mas também de diferentes profissões, que com tanto sacrifício chegam a outro país.

E digo isso com propriedade, pois vivo em Pedro Juan Caballero, departamento de Amambay, na fronteira com Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Conheço muito bem a situação por que passam muitos dos seus compatriotas brasileiros. Eu estava à frente de uma grande instituição, que é o Centro Regional de Educação. Somente no Paraguai, meu país, existem sete centros regionais. São instituições emblemáticas em determinados departamentos estratégicos do país. Estive na direção-geral dessa instituição da qual me aposentei e tínhamos muitíssimos alunos brasileiros que vinham estudar.

Quanta tristeza sentíamos porque, ao terminarem seus estudos secundários, não podiam ingressar nas universidades por causa da burocracia. Os custos eram elevados, muitas vezes eles tinham que deixar a casa, a família e praticamente havia muitos estudantes que eram até trabalhadores domésticos, as mulheres também,

para poderem continuar estudando, querendo ter esse direito que é, creio eu, um direito universal, o acesso à educação, e mais ainda à educação superior.

Então, apoio e vou continuar apoiando, pois sempre fiz isso. Hoje eu estou aposentada e estive no período anterior como Deputada Nacional pelo departamento de Amambay, hoje estou no Parlasul e vou continuar lutando, pois acredito que o trabalho e a carreira que alguém segue, o apostolado que é a docência, isso não acaba nem com a aposentadoria, levaremos isso até o caixão.

Assim vamos continuar lutando, estou escutando essas verdades, que é uma verdade que diz respeito a todos. E acredito que este Parlasul, este parlamento tem de mostrar realmente que tem desejos de aprovar os títulos obtidos, os mestrados e os doutorados, as pós-graduações e todos os estudos realizados nas cidades, fora das cidades, no país ou em outros países, ainda que não sejam no Mercosul e que sejam em todo o mundo. Aproveemos e apoiemos essa iniciativa.

Muitos são os sacrifícios e enormes as consequências ao se deixar a família e o país por querer melhores condições. Hoje em dia vemos que todas as profissões exigem especialização. E como será se passarmos tanto tempo em outro lugar e não conseguirmos convalidar o título obtido com tanto sacrifício?

Por isso me sinto feliz em escutar que em muitos Estados do Brasil já aprovaram e continuam nesta luta. Gosto muito da campanha que diz: “Contra a pirataria nos títulos”. Nós também temos isso no Paraguai, e Paraguai entre aspas – os senhores sabem que tudo que é pirataria e tudo que é falsificado sempre é atribuído a nós. Contudo isso acontece em todas as partes, não é verdade? Não é um privilégio do Paraguai, mas de muitos países. Eu vivo na fronteira com o país dos senhores, o Brasil e me considero também brasileira. Por exemplo, o dia 7 de setembro em Pedro Juan Caballero é feriado nacional. (*Palmas*).

E todos os estudantes de Ponta Porã, nos dias 14 e 15 de maio, Independência do Paraguai, também têm um feriado e desfilam entre os estudantes paraguaios. Nós fazemos da mesma forma no dia 7 de setembro lá. Quantos anos eu desfilei na avenida, e quantos estudantes, hoje profissionais, vejo na cidade em interminável peregrinação com seus diplomas que não têm validade e assim não podem trabalhar. Então defendo esta causa e lhe peço que isto seja realmente uma causa nacional e uma causa do Mercosul. Que alcancemos a convalidação ou a aceitação dos diferentes diplomas obtidos em qualquer que seja o país. Que os aproveemos e os acompanhem.

Aqui não está se medindo a capacidade da instituição, não estão se medindo os anos, as horas, as cargas horárias nem a qualidade do professor que esteve à frente dessa matéria. Acredito que cada instituição, cada país tem uma regulamentação que faz com que um título seja aceito de uma maneira ou outra. Nós no Paraguai temos também a Aneaes, que é uma agência nacional de educação exclusivamente destinada à educação superior para acompanhamento e verificação.

Na Câmara dos Senadores estive na Comissão de Educação durante quatro anos, então também íamos, nós da Comissão de Educação, às diferentes instituições e universidades que solicitavam sua habilitação. E quando não reuniam os requisitos não lhes era outorgada a habilitação. Nós íamos até o local. Víamos muito disso que os senhores mencionam, instituições piratas, que por determinado valor vendem os diplomas. Mas creio que as instituições que realmente passaram por toda essa peneira administrativa merecem crédito. Cada instituição, cada país tem normas para a habilitação de cursos universitários. A meu ver, temos que aceitar os diplomas e dar oportunidades a nossos compatriotas que realmente se sacrificaram e que hoje não podem fazer uso desse sacrifício, não podem melhorar. E isso será de muita valia para o país.

Muitos brasileiros estão estudando em outros países, muitos paraguaios também estão em outros países. Defendo uma iniciativa em todo o Mercosul. Temos que fazer com que o Brasil seja um exemplo, o modelo.

Que todos os Estados do Brasil aproveem. Então, essa seria uma bandeira que vamos levantar. Afinal, o Brasil é um país tão grande e tão poderoso. Que realmente todos os Estados aproveem e que isso sirva de exemplo para outros países. Assim lhes agradeço por este tempo que me foi oferecido, agradeço imensamente o convite. E depois passarei a palavra à Sr^a Mirtha, eu que estou iniciando aqui no Mercosul.

Acredito que tudo correrá bem e que o Paraguai estará realmente reintegrado e trabalhando a fundo, isso é o que esperamos. E que os irmãos brasileiros nos abram essa porta como sempre o fizeram. Muito obrigada mais uma vez por esta participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Cirila Concepción Cubas, que, me diz a Senadora Mirtha, vai ser reempossada Presidente da Comissão de Educação do nosso querido Mercosul, que há de dar certo e que continue avançando.

Essa causa, como a senhora disse, é uma causa internacional, ultrapassa as barreiras, inclusive, do Mercosul. Parabéns a V. Ex^a!

Com muita satisfação, agora, passo a palavra à Sr^a Priscila Candido, se assim o meu Senador puder... A Priscila já falou.

Senador Cristovam Buarque com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um!

Meus cumprimentos ao Presidente, meus cumprimentos ao meu conterrâneo, Deputado Gonzaga Patriota, a cada um dos que estão à Mesa e, muito especialmente, aos três Senadores paraguaios que nos honram aqui, tanto a Senadora Mirtha, como o Senador Juan Antonio e a Senadora Cirila Concepción.

Eu quero começar dizendo ao Senador Juan Antonio que nossa posição é de que o lugar do Paraguai é no Mercosul, de onde não deveria ter saído por força de decisões de ambos os lados, e que conte conosco para essa volta o mais rápido possível. Paraguai é Mercosul, e eu não imagino o Mercosul sem o Paraguai. (*Palmas.*)

Quanto ao tema que nós estamos debatendo hoje, eu creio que deveríamos, primeiro, chegar aos pontos em que estamos de acordo. Por exemplo, 20 mil pessoas hoje têm diploma depois de um esforço duplo – triplo, na verdade. É um esforço do estudo, é um esforço financeiro e é um esforço do distanciamento em relação a sua família, a sua cidade, ao seu país. Então, é uma realidade. Temos 20 mil pessoas passando por uma dificuldade psicológica muito grande, porque sofrem muito, e, depois de terem gasto dinheiro, depois de terem estudado tanto, estão impedidos de exercer sua profissão. E creio que, até o fim da década, esse número deve chegar a 40 mil. Esse é um ponto em que estamos de acordo. É uma realidade.

A segunda realidade é que, ao mesmo tempo em que essas pessoas e suas famílias estão sofrendo, o país está perdendo um recurso fundamental. Ou seja, por um lado, um sofrimento de família; por outro lado, um desperdício de pessoal qualificado de que o Brasil tanto precisa. São dois pontos que a gente tem que levar em conta para deixar claro que é preciso resolver esse problema, e como está aí não está resolvendo. O Revalida da maneira como é feito não está resolvendo.

O terceiro ponto é que há universidades sem qualidade e universidades com qualidade dentro do Brasil e dentro de qualquer país. E qualquer, eu digo, não só da nossa região, mas do mundo inteiro. Existe a pirataria, como chamou o Vicente, em todos os países do mundo, em uns mais e em outros menos, mas existe. E existem universidades de qualidade em todos os países. Não existe país onde não haja universidade de qualidade. Então, nós vamos precisar resolver o problema levando em conta essa desigualdade, essa existência de pirataria e não pirataria, de qualidade e não qualidade.

Temos que levar em conta também outro ponto, que é o risco para o país e para as famílias de terem estudos e diplomas de universidades piratas. Nós estamos enganando muitos dos nossos jovens, e suas famílias, que vão estudar em universidades que não merecem fornecer o diploma, no Brasil e no exterior. Não há razão para dizer que essa é uma questão dos outros países. É uma questão muito forte no Brasil – e nós sabemos disso –, embora aqui tenhamos um sistema de avaliação que informa aos alunos se aquela universidade tem uma nota boa ou ruim; não sei se isso é do conhecimento do Senador e das Senadoras. Aqui o MEC faz uma avaliação cuidadosa, que antigamente se chamava provão, mas temos outras formas, o próprio resultado dos exames que se fazem de universidades, atribuindo-lhes uma nota. Então, um aluno que for para uma universidade ou um curso – é por curso – com má qualificação sabe do risco que está correndo. Mas temos que evitar os riscos para o país e o sofrimento para famílias, de estudar em instituições sem qualidade.

Outro ponto em que eu creio estarmos de acordo é que a revalidação na sua forma atual não está satisfazendo. Por um lado, joga uma responsabilidade muito grande em cima das universidades. É aí que entra o problema da autonomia. A universidade tem que ter autonomia para dizer se dá ou se não dá o diploma, porque ela se compromete com isso. Não está bem exigir de uma universidade dar um carimbo, em universidades que vêm de fora, sem fazer uma avaliação. E essa avaliação é custosa, é demorada. Esse é o lado positivo, o cuidado da universidade pela responsabilidade de colocar o seu carimbo. Junte-se a isso o lado negativo, que é o do corporativismo, criando reserva de mercado, para que não venham mais profissionais ocupar as funções. Prova disso é a resistência aos novos médicos que vieram do programa do Governo brasileiro Mais Médicos.

Vamos falar com franqueza: a grande resistência não foi ao fato de não ter revalidação: foi ao fato de virem de fora. Essa foi a grande resistência. No fim, usou-se o problema da revalidação como desculpa para a reserva de mercado. Uma desculpa que até pode ter sua justificativa: nós queremos, sim, saber a qualificação desses profissionais.

Então, do lado positivo, temos a responsabilidade da universidade que merece ser reconhecida no esforço que ela faz, no direito que ela tem de não sair carimbando diploma; e, ao mesmo tempo, a pressão que existe das corporações, inclusive dentro das universidades, para não darem a revalidação.

Há outro ponto que acho a gente deva começar a discutir. Até aqui, acho que todos estamos de acordo, mas há dois pontos sobre os quais penso que nós temos dúvida. Um é a ideia da revalidação automática, que foi uma proposta feita pelo Senador Requião com seu projeto de lei. Resolve o problema do sofrimento, mas não resolve o problema do risco, ou seja, ao se dar a revalidação automática, não há dúvida de que nós temos resolvido o problema do sofrimento desses jovens, mas não resolvemos o risco de saber se eles estão prepa-

rados ou não para exercer a profissão; deveria haver também essa preocupação com os formados do Brasil, e não só com os formados nos outros países.

Então, é por isso que, quando chegou o projeto da revalidação automática, nós começamos a trabalhar uma solução que casasse a responsabilidade e a redução dos riscos com a redução dos sofrimentos.

O caminho que eu achei – e aí é que eu coloco, perguntando a opinião de todos aqui – seria a ideia de que a revalidação será automática para universidades que tenham sido reconhecidas pelo Governo brasileiro. Então, o Governo brasileiro faz um reconhecimento das universidades. Começamos pela América Latina – deveria ser do mundo inteiro. Se essas universidades receberem o carimbo do MEC, os diplomas serão carimbados automaticamente aqui, sem precisar consultar a universidade, e o diploma que fica valendo é o da universidade originária, que é uma universidade que tem um selo do Ministério da Educação.

Essa proposta, que é a emenda que eu fiz, tem recebido muitas críticas. Eu fico até surpreso porque o Prof. Vicente e a associação aceitam isso. Eu temia que, num primeiro momento, houvesse resistência, porque vai haver diploma que não será reconhecido por causa da universidade que não for reconhecida pelo MEC. Mas eles aceitaram. A Capes tem reclamado disso. E a SBPC tem reclamado disso.

O argumento mais forte, Prof. Sérgio, é o de que não há estrutura para fazer essa validação das universidades. Eu não acho que seja tão difícil fazer isso. Eu não acho que seja tão difícil porque hoje existem critérios. Por exemplo, se a gente fosse considerar que as universidades reconhecidas no mundo inteiro já entram como reconhecidas, eu creio que, das 200 mil, só teríamos reconhecida a USP do Brasil. As outras todas estariam fora, o que não é justificável. Mas não é difícil a gente ter um avaliação dessas universidades, com um pequeno esforço de cooperação internacional.

Então, eu continuo defendendo e vou apresentar, o mais rápido possível, essa proposta. Já demoramos demais. Já ouvimos demais. Já fizemos audiências demais. Vamos ao voto e vamos discutir isso junto aos Senadores, primeiro, na Comissão de Relações Exteriores, onde espero levar na próxima semana, e, segundo, aqui, talvez, na semana seguinte, para resolvemos isso de uma vez e mandarmos para o Plenário. *(Palmas.)*

Mas eu não vim aqui para comunicar isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –É terminativa. Não precisa nem ir ao Plenário.

Mas não vim aqui para comunicar isso. Vim para ouvir cada um dos senhores e senhoras, cada um de vocês.

Gostaria de saber, começando talvez – mas a ordem determina o Presidente – pelo meu interesse maior, da Dr^a Priscila, que representa o MEC, e de cada um dos outros, inclusive o Professor Sérgio, porque representa uma instituição tão importante, o que vocês acham desta ideia. O MEC reconhece instituições universitárias e, automaticamente, aceitaremos os diplomas que essas universidades ou esses cursos... Eu acho que não pode ser por universidade aberta, porque a universidade tem um bom curso e tem o curso ruim. O esforço terá que ser maior. E queria ouvir a opinião do ponto de vista do conceito, que acho que é mais tranquilo, e do ponto de vista da operacionalidade disso – como é que operacionamos a avaliação da universidade que existem no mundo? A minha pergunta é esta: o que acham da ideia e como imaginam que seria a operacionalidade disso? A Capes faz inclusive do ponto de vista institucional. Deixamos isso a cargo da Capes, da Sesu? Cria-se uma entidade do Conselho Nacional da Educação? Cria-se uma entidade para fazer isso? Do jeito que nós temos o Inep, que faz avaliações, criamos um instituto ou damos ao Inep a tarefa de fazer isso?

Essas são as duas perguntas: o que acham do conceito e o que acham da operacionalidade de como deveria ser feito esse reconhecimento – não é revalidação – institucional, caso, como espero, o projeto de lei do Senador Requião venha ser aprovado com a minha emenda?

Aproveito para agradecer muito e dizer que foi muito interessante escutá-los. Anotei muito e, talvez, no meu parecer, acrescente algumas das coisas que ouvi aqui. Pelo que ouvi até aqui, não tenho que mudar a minha emenda, mas apenas aumentar a minha justificativa.

É isso e muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam, um ícone da educação no Brasil, que deu o seu ponto de vista e faz o questionamento à Mesa.

Eu, antes de passar para a Mesa, quero só registrar também que estão conosco aqui Josa Barbosa da Silva, Diretor do Sindicato dos Professores do Estado de Roraima e Delegado da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior.

Está presente também Cheliana Lima da Silva, Diretora das Estaduais do Sindicato dos Professores do Estado de Roraima; Fabiana Souza Trindade, Professora da Universidade Evangélica do Paraguai; Antônio Fernandes de Moraes, Professor em Rondonópolis; Alexandre da Silva Santos, Professor em Rondonópolis; Roberto

Belo Júnior, também Professor Mestre em Alagoas; Antoniá Ladislaus, Professora Fundação Cariri – Crato, Ceará, e Luciene Borges Tavares, Professora da Universidade do Estado do Pará.

Eu não havia registrado ainda a importância de estar conosco também a Conselheira da Embaixada da República do Paraguai, Sr^a Delia Evangelista Ocampos Amarilla.

Sejam todos bem-vindos.

Vamos começar, dando a palavra a todos nossos convidados, pela Dr^a Priscila. Eles já respondem ao Senador Cristovam e, ao mesmo tempo, fazem as suas considerações finais.

Sr^a Priscila, com a palavra.

A SR^a PRISCILA CANDIDO UBRIACO DE OLIVEIRA – Senador, vou verificar só se entendi. A proposta seria o Ministério da Educação fazer uma espécie de lista, alguma coisa nesse sentido, que reconhecesse as universidades fora do País, não é? *(Pausa.)*

Vou levar a proposta para o Secretário Paulo Speller, que é quem vai lhe dizer sobre o conceito. Mas para mim – Priscila –, sobre operacionalização, a minha perspectiva é de que teríamos algumas dificuldades de estrutura – pensando em Sesu – para operacionalizar isso na própria Secretaria e teríamos também nossos questionamentos, que, óbvio, são sanáveis, mas seriam questionamentos sobre qual metodologia a ser adotada, se o lugar ideal para fazer isso dentro do MEC seria a Sesu ou a Seres, que cuida da regulação das nossas próprias instituições, de que forma isso seria implementado, qual seria o prazo de validade dessa listagem, seria para a universidade, seria por áreas ou se seria por curso.

Então, vejo uma série de questionamentos que adviriam desse conceito. Eu acho que realmente é uma questão que pode ser avaliada, vou levar isso para o Secretário. Sugiro, talvez, se o senhor quiser conversar com ele pessoalmente, acho que seria muito interessante até para apresentar a ideia para o Prof. Paulo. Tenho certeza de que ele ficará muito feliz de recebê-lo.

Nas considerações finais agradeço o convite. Acho que é muito profícuo este debate. Agradeço ao Senador Paulo Paim, que propôs esta audiência pública. Acho que o importante, como o próprio Senador Cristovam falou, é que concordamos em muitos pontos. Acho que todos hoje concordamos que precisamos realmente aperfeiçoar esse processos de revalidação e de reconhecimento e que essa revalidação e esse reconhecimento têm que ser feitos com qualidade. Esses são dois pontos centrais. A forma como vamos operacionalizar e como isso será feito é o que tem que ser debatido, mas acho que a gente concorda nesses pontos centrais do que é fundamental aqui.

Agradeço novamente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Dr^a Priscila Candido Ubriaco de Oliveira, que aqui falou como Coordenadora-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação.

Seguindo agora, da última para os primeiros, passo a palavra ao Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior, Sr. Vicente Celestino de França.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Quanto à proposta do nosso Senador, na última audiência se fez um grande questionamento sobre a questão da revalidação automática, que não poderia porque iria permitir que entrasse a pirataria também. Na oportunidade, a gente argumentou o seguinte: já houve um consenso dos países membros do Mercosul de que essa revalidação deve ser automática. Nisso aqui o Senador foi feliz e fiel a um consenso que não é só o do Brasil. O Mercosul já chegou a esse consenso, reconhecimento tem que ser automático, porque ele funciona na Argentina, ele funciona no Paraguai, um brasileiro que vai para a Argentina, para o Uruguai e para o Paraguai tem o seu diploma reconhecido e pode exercer a sua profissão lá, só não pode aqui, dadas as dificuldades que estamos discutindo. Então, o reconhecimento automático é uma realidade que deve ser acolhida por todos nós, porém, com critérios. Aí o Senador está dando uma sugestão. Então, vamos criar essa lista.

Senador, é um poder muito grande para só um órgão fazer essa lista. Que se possa criar uma comissão de forma muito democrática. A gente teme porque existem instituições brasileiras que se arrogam o direito de legislar até acima do Congresso. Então, o nosso temor é que na elaboração dessa lista de países ou instituições que terão seu diploma automaticamente aceito... Agora, esse automaticamente não significa ausência de critérios. O Senador disse que deve haver critérios. Evidentemente, essa Comissão que poderá ser criada e que vai se debruçar sobre essa possível lista, essas possíveis instituições deverão também estabelecer critérios para que esse reconhecimento automático, que deve ser automático, seja realmente efetivado. Agora, seja efetivado com critérios. Essa é a nossa preocupação. E a preocupação maior é que não seja apenas uma instituição. Eu mesmo gostaria imensamente, e vou brigar para que eu também, a minha associação, as outras associações, ABPós Mercosul, outras instituições da sociedade não sejam só um instrumento de governo. Claro

que a responsabilidade maior, o direcionamento disso é do ministério, é do órgão a que compete isso. Agora, não impede que o órgão que tem essa competência escute também as demais instituições da sociedade.

Faço apenas esse apelo para que a sociedade não seja excluída desse processo de construção dessa lista, porque é aí onde residem as injustiças, porque pode haver injustiça, pode haver instituição que fique de fora. E, ao mesmo tempo, que se abra um espaço. Além de ter essa lista, não quer dizer que os alunos não tenham direito. Agora, vai entrar pela questão do mérito. Aí, vai-se analisar o mérito do trabalho, etc. Mas que isso vai ser muito positivo, vai. Nós já pedimos, na última reunião, que se começasse um trabalho nesse sentido, mas infelizmente não foi possível.

Para concluir, quero agradecer ao Senador Paulo Paim, que foi solidário ao trazer esse debate, ao propor esse debate como homem público. Quero dizer ao senhor que vamos ter, ainda no final deste mês, uma audiência no seu Estado, no Rio Grande do Sul, com a Deputada Ana Affonso, porque lá também há uma pirataria absurda – inclusive nos três Estados. Nós temos mais de mil professores sendo vítimas dessa pirataria. E, por uma questão até de socorro a essas pessoas que estão sendo aviltadas, por gentileza, peço a esta Comissão, encarecidamente, em nome dessas pessoas, que a gente possa fazer algum trabalho, começar alguma comissão para discutir essa temática, que já foi denunciada aqui nesta Comissão, na última audiência. Esse pedido eu gostaria que fosse considerado.

E dizer que vamos continuar a nossa luta, junto à Senadora Mirtha, aos Senadores que nos prestigiaram. A gente se sente feliz de ver que vocês estão apoiando esta causa, que não é uma causa do Paraguai. Estivemos lá com o pessoal da Argentina, da Coneau. Também estamos todos preocupados e, com certeza, todos interessados em encontrar uma saída para essa problemática.

Vamos continuar, vamos ter um debate no Parlamento do Mercosul – já pedimos à Senadora Mirtha – que vai nos proporcionar a possibilidade de a gente conversar, de a gente dialogar. E onde a gente puder, a gente vai levantar esse debate, que é importante. Sem arrogância, sem nenhuma outra pretensão, a não ser buscar o direito à revalidação com qualidade.

Senador, da nossa parte, apoiamos esse projeto e pedimos, de sua parte, somente uma atenção a essa possível comissão, porque é importante que a sociedade também participe dessa construção, que é importante, mas que deve ser de forma democrática, participativa, como tem sido feito em todo o Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Sr. Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras.

Senador Cristovam, vou passar a palavra a todos e vou pedir que V. Ex^a encerre a audiência em nome do Senado do Brasil.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Sérgio Kieling Franco, representante do Conselho Nacional de Educação.

O SR. SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO – Senador Cristovam, o seu raciocínio é extremamente salutar nessa discussão, na coleção desses consensos que a gente tem e nas dúvidas que merecem realmente um debate profundo.

Ao primeiro ponto que anotei aqui quando o senhor falava, o senhor já deu a própria resposta. Um selo de qualidade, como eu gostaria de chamar esse reconhecimento por parte do Estado brasileiro, não pode ser pela universidade, tem de ser pelo curso, porque, como o senhor disse, uma grande universidade pode ter um curso que está fraco ainda, que está em processo de organização ou está passando por alguma crise.

O grande ponto é: que critérios vamos ter para poder criar essa lista e quais os mecanismos para chegarmos a ela? Acho que temos um ponto de partida, que citei antes, que é a questão do Arcu-Sul, pode ser um bom ensaio para isso.

O Arcu-Sul – eu gostaria de me deter um pouco mais nesse caso – é um sistema que exige que cada curso que se submete a essa legislação seja visitado por uma comissão de professores, formada por um professor da área do país que participa ou de onde é a instituição, porque precisa conhecer como é o sistema do próprio país, e dois professores da mesma área de outros dois países do Mercosul. Então, é uma comissão internacional de pessoas da área de conhecimento e que faz uma visita, que leva uma semana praticamente, para entender a qualidade do curso – qualidade institucional, qualidade acadêmica, de seu corpo docente, de sua infraestrutura – e entender como se insere dentro do contexto do país e da região do Mercosul.

Aqui traz o seguinte: uma avaliação criteriosa é um ótimo ponto de partida. Claro que ela não vai ser suficiente; precisaremos muito mais do que isso, mas temos uma demora para conseguir chegar a isso. Mas esse sistema Arco-Sul também traz um outro dado importante, que a Priscila levantou aqui, que é qual seria o prazo de validade desse selo, porque são processos vivos, a universidade é uma instituição viva. O Senador Cristovam, como ex-reitor, sabe muito bem que a gente tem ondas que acontecem dentro da instituição; a gente precisa ter esse prazo de validade.

Então, eu diria que é possível criar uma lista, sim; a princípio, é possível. Agora, nós temos de pensar muito bem a respeito dos critérios disso. Um primeiro critério seriam os sistemas preexistentes, dos quais o Brasil faça parte. Um outro critério que a gente tem discutido dentro do Conselho Nacional de Educação é que o histórico das avaliações de revalidação feitas no País pode ser um critério também. Se eu tenho um curso em uma instituição que recorrentemente as universidades avaliam como de qualidade, por que não tornar isso validador de um processo mais rápido? Porque eu já tenho essa análise sendo feita e isso torna que aquele curso que é recorrentemente bem avaliado possa ser tratado de uma maneira especial.

Um risco grande que a gente corre é se basear em *rankings* externos. Será que o critério utilizado no *ranking* externo nos serve ou não?

Um processo que acho que se pode discutir é o aproveitamento de processos de acreditação existentes nos países de origem. Foi colocada aqui a questão da Aneaes, do Paraguai, que faz a avaliação do Mercosul, como aqui no Brasil o fazem a Conaes e o Inep, como a Coneau, na Argentina, mas também faz avaliações internas do Paraguai. Então, a gente poderia também utilizar porque todos os países do mundo têm sistemas de acreditação. Em alguns países, esse sistema é estatal; em outros, não é estatal, mas existem mecanismos também de acreditação nas próprias agências de acreditação. Então, teríamos também de aproveitar esse critério.

Temos que discutir a fundo quais os elementos que podem nos fazer gerar essa possível lista. Não dá para imaginar que o Governo brasileiro vá poder fazer avaliação em todas as universidades do mundo, obviamente, mas a gente pode buscar esses mecanismos. E uma discussão que considero bastante profunda sobre que elementos se podem utilizar e aproveitar as experiências já existentes para que a gente possa ir aproveitando pode nos permitir definir quem vai fazer isso. Se vai ser o Conselho Nacional de Educação, se vai ser a Sesu ou a Seres, pelo MEC, para os cursos de graduação, a Capes, para os cursos de pós-graduação. Vamos discutir quem serão esses atores, mas acho que é possível caminhar nessa direção. No entanto, a gente tem ainda um bom caminho de discussão para ver quais mecanismos vamos usar para isso. Temos estas pistas: os sistemas de que o Brasil já é signatário, o histórico das avaliações feitas no Brasil e os processos de acreditação ou avaliação utilizados pelos países em que temos interesse em fazer esse processo mais ágil.

Claro que eu não queria deixar de registrar, de frisar – é uma coisa que o Senador Cristovam Buarque, quando falou, deixou um pouco nas entrelinhas – e de destacar que o fato de haver uma lista dessa não impede que cursos que não estejam nessa lista não passem por um processo de revalidação, obviamente. E uma preocupação que temos também é a seguinte: especialmente na pós-graduação, da maneira como está a atual regulamentação do CNE – e quero deixar claro que existe uma regulamentação hoje sobre a revalidação de instituição. Não está à deriva, não. Existe uma regulamentação. –, ela é um pouco vaga em alguns aspectos, deixando margem para esse processo com que a gente não está satisfeito.

Mas uma questão extremamente importante nos dias de hoje, especialmente na pós-graduação, são os cursos inovadores. Tenho que ter mecanismos para que eu possa reconhecer um curso com que não temos paralelo no Brasil porque é uma inovação grande de um outro país e que eu preciso validar para nós também. Tenho de ter espaço para isso. Então, a ideia de criar uma lista não invalida todo o processo restante que a gente precisa continuar, inclusive, aperfeiçoando.

Para finalizar, quero colocar o Conselho Nacional de Educação e particularmente a Comissão de Revalidação de Títulos, que presido, completamente à disposição desta Casa e dos parceiros desta discussão para que possamos ir aperfeiçoando esse processo. Nós temos clareza do nosso trabalho num sentido: cabe ao Conselho Nacional de Educação estabelecer algumas normas para o funcionamento desses processos, mas cabe também e fundamentalmente orientar os processos. A gente entende que tem um papel importante de orientar as instituições, de como elas podem e devem fazer esses processos de avaliação, de análise para revalidação. Como, por exemplo, um ponto em cuja tecla tenho batido muito nas discussões com a Andifes, com as instituições, internamente no Conselho, é que um processo de revalidação ou de reconhecimento de título é um processo de análise institucional; não é um processo de julgamento individual. Isso é muito importante. A gente ainda tem esse resquício muito grande, que é o espaço do corporativismo. Nós temos que vencer o espaço do corporativismo.

Então, colocando-nos completamente à disposição, como já temos essa parceria tão grande com o MEC – quase nos complementamos, sem combinar antes; não houve combinação prévia – queremos nos colocar à disposição. Realmente estamos interessadíssimos em que esse processo avance. Isso é importante para o Brasil, como um todo, e é importante para o Mercosul, de que sou realmente um fã.

Acho que temos muito a ganhar com o fortalecimento do Mercosul. E, se às vezes a questão econômica do Mercosul fica cambaleando, normalmente é nesses momentos que as suas questões sociais avançam mais, e isso é algo com que precisamos estar abraçados para que consigamos conquistar esse espaço importante de América Latina, ocupando nosso espaço no cenário mundial.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. Sérgio Kieling Franco, representante do Conselho Nacional de Educação.

Quero ainda registrar aqui, primeiro, antes de passar a palavra ao Deputado, a presença do Prof. Celso Afonso, Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Pós-Graduados do Mercosul.

Quero dizer também ao Presidente da Associação Nacional, que insistiu muito na criação de uma comissão e nós não estamos respondendo. O que eu posso dizer? Vou levar sua proposta ao Presidente Cyro Miranda, para que ele possa, então, decidir se podemos fazer uma subcomissão ou um grupo de trabalho. Acho que é possível um grupo de trabalho, mas vai ficar para decisão dele.

Passamos a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota, autor do Projeto de Lei da Câmara nº 1.981, de 2011.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – Presidente Paim, eu acho que, de todas as audiências de que a gente participou para discutir esse problema, essa foi muito importante, porque há dois atores aqui de que a gente sente a vontade deles em ajudar nesse processo: o Prof. Sérgio, do Conselho Nacional de Educação, e a Profª Priscila, do SisU. É importante estarem aqui e ouvirem o nosso Presidente Vicente Celestino, que traz aqui, com muita contundência, a preocupação dessa associação nacional, como o Prof. Cristovam Buarque, que foi reitor da UnB, e também tem suas preocupações como professor, como Senador.

Eu gostaria até de aproveitar a Priscila e o Sérgio para fazer aqui uma proposta. Há coisas neste País, que é um país grande, onde acontece uma seca lá na minha região do Nordeste e, ao mesmo tempo, chuva demais lá no Sul, e o Governo tem que correr para os dois lados para ver quem está morrendo de sede ou quem está com água demais.

A necessidade de médicos no Brasil, obviamente, já foi bem maior. Em 500 anos, nós tivemos 220 mil médicos. Em 13 anos, do ano 2000 ao ano 2013, nós quase que duplicamos o número de médicos, fomos para 426 mil médicos no País. Mas a Presidente viu que é necessário haver médicos em quase mil Municípios que não têm médicos e passou por cima de normas, de tudo que há aí de exigências, e disse: “Eu quero médicos”. E não adiantou. A gente xingou aqui, mas os movimentos sociais disseram: “A gente quer mesmo”. E muita gente que era contra a vinda de médicos, até médicos colegas nossos aqui, Parlamentares, disseram: “Espera aí. Eu vou ter que me dobrar aqui e aceitar a vontade do povo, e deixar vir médicos”. Mas fazendo alterações. Lógico que ninguém vai trazer para cá alguém que se formou em Medicina numa universidade que não existe, ou, como chama o Prof. Vicente, numa faculdade “pirata”. Não pode. Lógico que o Brasil não vai trazer esse tipo de médico. Mas isso foi bom para ajudar nesse nosso projeto.

Quero fazer aqui um apelo ao Prof. Sérgio e à Priscila, que, dentro desses critérios da educação, sejam agora discutidos também os critérios do Ministério da Saúde, como foi que fez isso. Lógico, o Ministério da Educação tem sua independência, mas nós somos um país. A nossa presidente é a Presidente Dilma; o Ministro da Educação é o Mercadante; o Ministro da Saúde é o Padilha. Eles se entendem.

Eu acho que tem que dizer que há um apelo de um matuto, do Gonzaga Patriota. Mas o povo de Pernambuco não tem juízo e já me mandou para cá por mais de 30 anos. E eu quero chegar e dar uma satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sou testemunha viva.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – É. Desde 1982 que a gente está por aí representando Pernambuco. Eu não tenho como chegar lá e dizer: olha, o estudante brasileiro, que foi obrigado a fazer uma pós-graduação, um mestrado, um doutorado, não encontrou aqui, porque não tem, ele foi para a UBA, uma universidade argentina, uma universidade reconhecidíssima. Mas ele vem para cá e, com os critérios atuais, não vai dar aula aqui no Brasil, porque não tem como. Ele fica aí 5, 6, 10 anos ou mais esperando para ver isso. Então, quero fazer aqui esse apelo à Priscila e ao Sérgio. Vamos ver se a gente encontra uma saída.

Eu ouvi bem o Prof. Cristovam falando que o acordo de admissão de títulos e de graus universitários para atividades acadêmicas do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Países Membros do Mercosul, que foi regulamentado pelo Decreto 5.518, já deixa bem claro: universidades reconhecidas. Também tive o cuidado de colocar isso em nosso projeto de lei. Antes, eu apresentei um projeto de lei e matei ligeiro: estudou, passou, chegou com diploma e ensinou. Eu vi que não dava. Há que se preencher todas essas exigências.

O art. 5º, parágrafo único, diz: “Não serão aceitos no Brasil os títulos de pós-graduação referentes a cursos considerados irregulares.”

Então, quando você vem com o seu título e pede aqui a validação, de acordo com esse projeto, na hora em que a lei for sancionada, tem que mostrar que universidade é essa. A preocupação do Prof. Cristovam está exatamente aqui em nosso projeto.

Por último, quero agradecer a todos aqui, principalmente a nossa querida Senadora Mirtha. Já debatemos lá na Argentina, na Universidade de Buenos Aires; o Senador Juan; a nossa querida Senadora paraguaio-

-brasileira, professora, educadora; demais autoridades presentes; a Priscila. Reitero aqui a minha admiração pelo nosso Prof. Sérgio. O Prof. Vicente Celestino é desse tamanho aí, mas não precisava desse tamanho não. Podia ser pequenininho como eu, conheço a coragem, até porque é pernambucano também. E, principalmente, agradeço o Paim. Fomos colegas aqui, na Assembleia Nacional Constituinte. É um educador, é um amigo, é uma pessoa que trabalha diuturnamente. Por isso, a gente está aqui tendo a oportunidade de discutir este assunto tão importante nesta audiência pública.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agradeço ao Deputado Gonzaga Patriota. Mas tenho que dizer que gostei do título de educador. Meu sonho era ter tirado uma universidade, mas confesso que não tirei. Não tinha como pagar a universidade naquela época. Eu não pude pagar.

Quero passar a palavra, neste momento, à Senadora Mirtha Palacios Malgarejo, que falará em nome da delegação. Todos usarão a palavra, mas o Senador Juan disse: “Só um minutinho então.”

Então, nós vamos passar à Mirtha, para falar em nome de toda delegação dos nossos convidados, sem prejuízo do Senador Juan, que pediu um minuto para complementar.

Senadora Mirtha, com a palavra.

Marta Suplicy é a nossa Ministra da Cultura e ex-Senadora. Eu olho para ela e me lembro da Marta.

Senadora Mirtha, com a palavra.

A SRª MIRTHA PALACIOS MELGAREJO – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Bom, primeiramente agradeço ao Senador Paulo Paim, a todos os membros da mesa, ao Professor Vicente e aos demais presentes, aos meus colegas.

Como sabem, somos dezoitos eleitos novamente, legalmente em nível nacional pelo parlamento do Mercosul para representar plenamente nossas tarefas dentro do Mercosul. Aguardamos a reinclusão do Paraguai. A sanção já foi levantada – sanção injusta, por sinal. Ouvimos falar de que no próximo dia 11 de novembro haverá a primeira sessão do Parlamento do Mercosul.

Antes de qualquer coisa e segundo as minhas, escutei atentamente as palavras de nosso querido Senador Cristovam Buarque, que já fez parte da Comissão de Educação do nosso Parlamento do Mercosul com muita dignidade. Até escreveu um livro que ganhei. Regozijo-me, Senador, que tenha levado à Comissão de Relações Exteriores uma temática tão importante como a da reconvalidação dos diplomas no âmbito do Mercosul.

Regozijo-me porque o Brasil, como disse a Senadora Concepción Cubas, é um país imenso. Percorrermos vários Estados e escutamos declarações de estudantes e de mães dos estudantes. É muito triste ver profissionais impossibilitados de exercer suas atividades e mães que não veem seus filhos há anos, pois eles precisam ir a outros países para fazer sua reconvalidação antes de voltar ao próprio país, a este país que nós como cidadãos mercosulinos consideramos o maior país da América do Sul.

Queremos que o Brasil seja o exemplo. Este assunto já foi abordado no âmbito do Mercosul, já foi aprovado, já foi tratado pelos países que naquele momento o integravam – éramos quatro países. Já deveria haver uma revalidação automática, já que o Brasil concede bolsas de estudos a cidadãos para ir a Portugal com a anuência dos governos, da mesma forma que o Paraguai com relação a Cuba, de onde trazemos excelentes médicos que exercem sua atividade em nosso país. E queremos que o mesmo aconteça no Brasil, na Argentina, no Uruguai e nos demais países, porque não queremos que este Mercosul seja restrito, queremos que a Colômbia entre, que o Chile entre, que a Bolívia entre, que entrem todos os países que venham colaborar com a integração desse Mercosul tão desejado, pelo qual temos trabalhado.

Digo isso porque no passado presidi uma comissão em que abordei essas questões e quero continuar neste combate. Isso não favorece a integração, realmente. Não favorece a integração porque a educação é a base dos povos, e estamos aqui na condição de parlamentares do Mercosul, não só do Paraguai, mas como mercosulinos, como parlamentares empenhados para que realmente a reconvalidação seja uma realidade.

Assim, não veremos mais uma peregrinação de estudantes, pagando, gastando um dinheiro que não têm, fora de outros países para poderem exercer onde realmente devem dizer que é sua própria terra. Por isso me congratulo com o Professor Vicente, pois realmente é um grande guerreiro, porque já trabalhamos tanto neste projeto do qual o senhor também é um artífice, Senador.

Então, nada mais a dizer. Em breve haverá a primeira sessão oficial Parlamento do Mercosul, pois como bem disse o Senador Paim, “não nos vemos fora do Mercosul porque precisamos do Brasil, da Argentina, do Uruguai e vice-versa”. Temos laços estreitos comerciais e políticos, e acredito que um dos temas importantes aqui é a educação. Eu me comprometi que a tratar do assunto na primeira sessão do Parlamento do Mercosul. Já chegou a minha comissão uma solicitação da comissão para abordar o tema da reconvalidação, será a primeira ordem do dia e a trabalharemos em conjunto com a Comissão de Educação. Sei que nessa Comissão de

Educação o Brasil enviará os melhores representantes para tratar da questão da educação. E aí abordaremos o tema da reconvalidação, pois conhecemos a importância disso.

Não acredito que vá demorar muito, que seja um tema de longas discussões, pois de fato já é algo pendente há alguns anos, e há pessoas que faleceram sem ver a reconvalidação de seus diplomas. Nós, como representantes do povo, deixemos de lado nossos títulos de parlamentares, de ministros. Isso não levaremos para o caixão. O que realmente se leva para o túmulo são os títulos daqueles que exerceram uma atividade profissional e sobre os quais se tem o privilégio de dizer que ali jaz o Doutor fulano de tal.

Então, fazemos um apelo ligado a tudo o discutimos aqui, os Deputados e os Senadores. Agradeço ao Senador Paulo Paim, ao Senador Ciro, que já teve que se retirar por motivos óbvios, ao Deputado Gonzaga, e a tantos outros parlamentares com quem compartilhamos audiências públicas sobre esta temática. Em alguns Estados já houve aprovação, outros estão em processo de adesão a este projeto e confiamos que o Brasil vai se unir nesta luta, assim como nós viemos dar nosso apoio como parlamentares do Mercosul pelo grupo do Paraguai. E acredito que isso se concretizará em curto prazo. Assim me alegro com esta audiência pública e espero muito em breve poder me orgulhar aos nos reencontrarmos e podermos dizer: "Aqui está a bandeira que realmente o Mercosul levantou em prol da educação".

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Mirtha Palacios Melgarejo, representante do Paraguai no Parlasul, Mercosul.

O Senador Juan pediu um aparte. Como vou lhe dar um minutinho, vou dar também para a Senadora Cirila.

O SR. JUAN ANTONIO DENIS – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, Senador, aqui não sei quem é mais brasileiro que o outro. Minha esposa também é brasileira, isso faz com que... (*Palmas.*)

O Brasil faz parte de nossos lares e nossas famílias. O Paraguai não tem fronteiras. Nos 406.752 km² que constituem o Paraguai, os brasileiros estão de ponta a ponta e os consideramos irmãos brasileiros. Reiteramos as palavras que sempre nos representam tão dignamente, as palavras da nossa Senadora Mirtha, que sempre trabalhou com grande afinco, fortaleza e, sobretudo, toda a sinceridade do mundo. Hoje dizemos francamente que nos sentimos bem e vamos nos sentir muito melhor no dia em que não houver mais entraves fronteiriços, para que qualquer um possa transitar livremente de um país para o outro sem se dar conta da fronteira.

O Paraguai é uma terra de oportunidades, e no Paraguai há muitos estudantes brilhantes, brasileiros e paraguaios, à espera da candidatura para o Prêmio Nobel. Vamos dar a oportunidade da revalidação automática no devido tempo. Vai ser um trabalho não muito fácil, mas não tão difícil. Dentro do Parlasul, dentro do Mercosul, obremos pelo bem de tantas pessoas que estão esperando isso de nós.

Faremos o possível e quero dizer-lhes nada mais do que obrigado, simplesmente obrigado e os abraço como irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Uma salva de palmas para ela, que deve estar acompanhando lá pela TV Senado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Juan Antonio Denis. Senadora Cirila Concepción Cubas.

A SRª CIRILA CONCEPCIÓN CUBAS (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigada mais uma vez por esta oportunidade e com alegria corroboro as palavras do Senador. Tenho plena certeza de que isso em pouco tempo será uma velha realidade. Também estou levando o projeto do Senador, pedi aqui a esta senhorita que o fizesse chegar a mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Patriota, não é?

A SRª CIRILA CONCEPCIÓN CUBAS (*Tradução por profissional habilitado.*) – Senador Patriota, claro que sim... Ah, desculpe. É porque estou acostumada. Fui deputada cinco anos e chamava todos de deputado e agora é senador, mas de qualquer forma agradeço, reitero o agradecimento por esta participação muito enriquecedora. Acredito que são as oportunidades nas quais devemos interagir permanentemente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Patriota! Deputado ele já foi. Agora, ele está se preparando, porque é no ano que vem.

No ano que vem, ele vai se eleger Senador. (*Risos.*)

A SRª CIRILA CONCEPCIÓN CUBAS (*Tradução por profissional habilitado.*) – As experiências e as vicissitudes vividas por um povo, um país, são as mesmas que todos vivemos. Alguns em melhores condições, outros talvez menos. Mas sim, estou me dando conta de que o mesmo que estamos vivendo no Paraguai em questões de estudos universitários também está acontecendo no Brasil.

Portanto, são situações que nos enriquecem, a experiência vivida por muitos dos representantes aqui são experiências que nós também vivemos no nosso país. Somos tão pequeninhos diante de uma potência tão grande, não é mesmo?

Sempre digo, às vezes para mostrar um pouco essa fidelidade, ou salientar algo importante, digo que o Brasil é o melhor do mundo não só por escutar isso lá na fronteira, mas digo “o melhor do mundo” para realmente ressaltar que é o melhor. Assim utilizo esse *slogan* que estou acostumada a utilizar porque faz mais de 35 anos que moro na fronteira, então me considero tão brasileira quanto muitos dos que estão aqui.

Mais uma vez, muito obrigada por esta oportunidade e lhes digo que isto realmente é bastante enriquecedor como experiência nova, como a que estou vivendo no Parlasul e espero que muito em breve se torne realidade, e que o Paraguai esteja de volta no assento que lhe pertence, pois considero injusta sua saída.

Cada um tem seu modo de pensar, mas o Paraguai sem o Mercosul não é o Paraguai.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Parabéns, Senadora, pelo seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a palavra, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É só para dizer que o Mercosul sem o Paraguai também não é Mercosul. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Houve um apelo aqui para que eu desse um minutinho para alguém falar em nome do plenário, dos que estão assistindo aos debatedores. E foi indicado o Roberto Zanatta Guerra, é isso?

Roberto Zanatta Guerra, peço que você seja o mais breve possível.

O Roberto Zanatta Guerra é de Sertão, Rio Grande do Sul, e é Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Federais.

O SR. ROBERTO ZANATTA GUERRA – Não, não. Não sou presidente; sou da seção sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aqui veio como presidente. Agora eu te promovi. Depois, tu resolves lá embaixo.

O SR. ROBERTO ZANATTA GUERRA – Está bom.

Eu gostaria de lhe agradecer em nome de todos, Senador Paim, com o nosso respeito lá do Rio Grande do Sul. E dizer que aprendi muito em educação com os paraguaios. E me orgulho em dizer, porque a respeito de um dos maiores educadores que o Brasil tem – Paulo Freire –, lá eles me disseram: “Vocês não dão valor para um dos maiores educadores do mundo.” Eu aprendi no Paraguai.

Quando voltei para o Brasil com o diploma... Estou muito feliz, porque a gente fez um curso muito bom. Por mais que não seja promovido, não seja revalidado, eu fico muito agradecido por isso. O nosso orientador veio várias vezes ao Brasil para estudar a nossa instituição. E nós fizemos coisa séria.

Vou dizer uma coisa: nós saímos do Brasil com toda a documentação legal. Nós procuramos o Conselho Nacional de Educação, nós tínhamos dois decretos nos apoiando. Inicialmente o Conselho Nacional de Educação tinha um posicionamento sobre o acordo Mercosul; a Capes tinha outro. Nós fomos lá para fazer curso. Uma pauta da greve do Sinasefe foi para cumprir o acordo do Mercosul exatamente por isso. E há uma disformidade, há uma discordância em termos de aceitação automática. Há instituições que pagam. Vejamos aqui na Câmara e no Senado.

Encontrei uma colega que não sabia que havia na Câmara uma lei, que os servidores são promovidos com aquele diploma. E eu disse: “E você não tem essa lei? Ela respondeu: “Não, estou sabendo agora.” Então nós somos mal-informados.

Quando nós nos encaminhamos para sair do Brasil – todas as vezes nós, servidores públicos, fomos através dos decretos –, fomos com portaria ministerial. Toda documentação eles nos exigiam, e nós nos amparamos em dois decretos: um presidencial e um do Senado.

E, hoje, o que está acontecendo no nível de servidores públicos? Há colegas de turma que fizeram o mesmo curso na mesma universidade com promoção e há colegas sem promoção. Essa distorção tem que acabar. Não estou dizendo... Até no começo eu recebi por titulação, mas nós repassamos a informação para outras instituições. O que foi feito? O MEC mandou cortar o nosso.

Eu não estou preocupado com isso, mas não quero com isso que outras instituições que hoje têm institutos... É só olhar, porque não é questão de revalidação. A legislação está bem clara. É só pegar a legislação de 1987. Agora não me lembro. É reconhecimento interno, que é diferente de revalidação.

Estou muito agradecido. Parabenizo ao senhor e a todos os debatedores.

Gonzaga Patriota, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Roberto. Satisfação ouvi-lo, com certeza. Foi a alegria de todos.

A Presidente da UNE, Virginia Barros, pediu para justificar que não se fez presente por motivo de força maior.

O nosso Vicente Celestino entrou naquela do minutinho, mas vai me explicar se o seu nome tem a ver com o Vicente Celestino.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – É mais uma homenagem a meus avós: minha avó era Vicência e meu avô, Celestino. Então, houve uma feliz coincidência. Também gostavam de Vicente Celestino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não vai cantar para nós...

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Não. Na próxima eu trago o violão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então fica acertado.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Eu só quero dar um pequeno aviso, porque pedi ao Secretário da Comissão de Relações Exteriores que recebesse os estudantes que vieram de vários Estados.

Agradeço o sacrifício que vocês fizeram. Teve gente, Senador, que fez rifa para chegar aqui e homenagear. Eu quero uma salva de palmas para vocês. (*Palmas.*)

Muito obrigado. Vocês deram um exemplo para todos nós. Há gente que viajou desde ontem, às quatro da manhã, chegou aqui à meia-noite, mas chegou. Nossa gratidão à boa vontade de todos vocês.

Nós vamos ter, às 14 horas, na sala próxima à da Comissão de Relações Exteriores, uma reunião com o Secretário da Comissão, Alexandre, que vai nos explicar os próximos passos do Projeto nº 399, porque é importante que todos conheçam. Um diz uma coisa, outro diz outra. Ele concordou em se sentar um pouquinho com a gente só para explicar quais são os próximos passos, para onde vai o projeto.

Como nós temos interesse no andamento desse projeto, ele vai nos receber às 14 horas, aqui na sala da Comissão de Relações Exteriores. Acho que é a terceira ou quarta depois desta. E eu convido os nossos colegas para, às 14 horas, nós nos encontrarmos lá.

E amanhã, às 8h30min, nós teremos um encontro na Câmara Legislativa de Brasília, porque nós temos um projeto de admissão de diplomas do Mercosul, com o Deputado Wasny de Roure, que é o Presidente da Câmara Distrital.

O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Vamos encerrar então.

O Senador Cristovam diz que se sente contemplado com a fala de todos.

Eu só pedi para confirmar, porque não queria errar os números. Em 11 setembro nós nos lembramos de dois momentos tristes da história da humanidade. E que este seja um momento de alegria, este novo 11 de setembro.

Em 11 de setembro houve o ataque às torres gêmeas. Está fazendo doze anos. E foram também 40 anos do golpe militar no Chile, com a morte do Presidente Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973.

É uma data que entrou para a história, que tem um lado negativo, e que tenha o lado positivo, com a aprovação em definitivo do projeto de interesse de todos nós que estamos aqui, seja o seu projeto original, seja outro substitutivo que resolva de uma vez por todas essa questão.

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

Eu queria ainda entregar o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013 aos três Senadores convidados. É uma radiografia da educação básica no Brasil. Pediria aos Senadores que viessem aqui na frente.

Estou entregando aqui para a senhora...

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

ATA DA 72ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 14 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia dez de dezembro de dois mil e treze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Vice-Presidente **Senador João Capiberibe**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, João Capiberibe e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 114 de 2013, aprovado em 04/12/2013, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: *“A situação da República Saharaui e apoio à campanha internacional de solidariedade aos povos saharauis em decorrência do processo de colonização daquele País, ocasionando 526 desaparecidos e o assassinato de civis por forças militares marroquinas”*. A Presidência comunica que esta Audiência

Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania – link: bit.ly/CDHSaharai, e do Alô Senado pelo número 080061-2211. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e convida-os a tomarem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Laura Daudén, Jornalista e Co-autora do Livro “Nem Paz Nem Guerra, Três Décadas de Conflito no Saara Ocidental”; Mohamed Laarosi Bahia, Embaixador da República Saharaui. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores presentes. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra a Ex-Deputada Federal, Maninha (PSOL/DF), e à Deputada do Reino do Marrocos, Amina Maelinine. É registrada a presença dos seguintes Deputados do Reino do Marrocos: Ali Yazghi e Samir Belfkih. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: enviar Ofício ao Executivo Federal acerca da situação de presos políticos no Reino do Marrocos, conforme lista entregue pelo Senhor Mohamed Laarosi Bahia. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe, Ana Rita e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, *Tânia Márcia Oliveira de Andrade*, Secretária-Adjunta, Interina, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **João Capiberibe**, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Declaro aberta a 72ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 114, de 2013-CDH, de autoria do Senador João Capiberibe, aprovado em 04/12/2013, para debater o tema: “A situação da República Saharaui e apoio à campanha internacional de solidariedade aos povos saharauis em decorrência do processo de colonização daquele país, ocasionando 526 desaparecidos e o assassinato de civis por forças militares marroquinas.”

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo pelo Portal e-Cidadania, com o *link* que vamos mostrar na tela, conforme aparece na tela, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convido para compor a Mesa o Sr. Mohamed Laarosi Bahia, Embaixador da República Saharaui no Brasil. *(Pausa.)*

Convido o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinheiro, Subsecretário-Geral Político III do Ministério das Relações Exteriores. *(Pausa.)*

A informação que tenho é de que ainda não chegou aqui.

Convido a Srª Laura Daudén, jornalista e coautora do Livro *Nem Paz Nem Guerra, Três Décadas de Conflito no Saara Ocidental*. *(Pausa.)*

Deputada Maninha, seja bem-vinda à nossa Comissão.

Senhores e senhoras...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – É o que está na programação. Nós temos uma programação antecipada. Vamos aguardar o representante do Ministério das Relações Exteriores. São as três pessoas que constam dessa programação.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, senhoras e senhores, por favor, sintam-se em casa, pois o Senado Federal é uma Casa da democracia, uma Casa da República, que pertence ao conjunto do povo brasileiro. Toda causa em defesa da democracia, da autodeterminação dos povos e da liberdade é também uma causa da sociedade brasileira.

Esta é uma das audiências mais complexas e graves dentre as quais tive a honra de presidir e participar durante o ano de 2013, aqui na Comissão de Direitos Humanos.

A República Saharaui Democrática, localizada no noroeste da África, na parte ocidental do místico deserto do Saara, sofre um brutal processo de colonização há séculos. A Conferência de Berlim de 1884, que fez a última grande partilha colonial do continente africano e dividiu o território da África entre as potências coloniais do período, destinou o Saharaui para o domínio da Espanha. Atualmente, os conflitos pela independência envolvem o Marrocos.

Como sabemos, o brutal processo de colonização africana desrespeitou as relações étnicas, a tradição e cultura dos diversos povos habitantes do continente africano. O território do Saharaui é habitado milenarmente por povos tradicionais.

A estratégia colonial de ocupação da África e as suas diretrizes socioeconômicas e político-militares traçadas pelos poderosos do mundo mantém os seus tentáculos na República Saharaui até hoje. Tais tentáculos estão presentes em todos os territórios e sobre todos os recursos naturais que consideram lhes pertencer, como a América Latina e o Oriente Médio. Isso precisa mudar. Passou da hora de esse quadro ser alterado.

A luta pela descolonização e pela independência do povo saharai é uma luta universal pelos direitos humanos e pela autodeterminação dos povos.

Os graves crimes e violação aos direitos humanos na República Árabe Saharaui Democrática, o chamado Saara Ocidental, são ocasionados pelo violento processo de colonização da região. O quadro deve ser objeto de atenção especial do Governo brasileiro e de todas as Nações do mundo comprometidas com a democracia, com a autodeterminação dos povos e com a defesa dos direitos humanos.

Por essa razão, convocamos esta audiência de hoje, para ouvirmos oficialmente o Sr. Hach Ahmed, *Ministro para América Latina y el Caribe* da República Saharaui, que não está presente por motivos de compromissos fora do Brasil; o Sr. Mohamed Laarosi Bahia, Embaixador da República Saharaui no Brasil. Também aproveitaremos a oportunidade desta audiência para obtermos uma explanação detalhada acerca do posicionamento do Governo brasileiro sobre o caso, a ser feita pelo Embaixador Paulo Cordeiro, a quem estamos aguardando.

Em pleno século XXI, é inadmissível o chocante número de cidadãos civis assassinados vítimas de torturas e da existência de grande número de presos políticos em decorrência da anexação militar do território do Saharaui, envolvendo o Marrocos, na disputa pela independência.

Como se isso não bastasse, outra situação inacreditável coexiste nessa conjuntura: a existência de um gigantesco muro de concreto armado, o chamado Muro de Marrocos, por detrás do qual soldados marroquinos vivem entrincheirados protegendo a extração de minérios. O objetivo do muro dá pistas sobre as reais intenções do colonizador, que é o saque das riquezas, uma brutalidade, assim como ocorre em toda a colonização. Esse muro é o cúmulo do absurdo, reflexo de um histórico processo colonial de espoliação que se impõe ao mundo todo.

Gostaria de solicitar aos ilustres representantes do povo saharai na Mesa, que darão os seus depoimentos em seguida, que explicassem detalhadamente a quantidade de pessoas presas atualmente, as circunstâncias, os responsáveis pelas prisões e, se possível, a localização desses presos. Esperamos colher subsídios e informações para que o Senado Federal possa fortalecer a ação em defesa dos direitos humanos, da liberdade, da dignidade, da integridade do povo saharai.

A aliança internacional em defesa do povo saharai deve ser fortalecida e ampliada. Nossa expectativa é de que o Brasil tenha um papel decisivo nesse desafio.

Com essas considerações iniciais, tenho a honra de passar a palavra aos nossos convidados, reforçando a esperança de todos aqueles que aspiram por liberdade e lutam por autonomia.

Dito isso, eu gostaria de começar esta audiência pública dando a palavra à jornalista, que é brasileira e que vai poder fazer um retrato da situação do povo saharai. Portanto, passo a palavra à Laura Daudén.

A SR^a LAURA DAUDÉN – Obrigada, Senador.

Ex^{mo} Sr. Senador João Capiberibe, demais Senadores, autoridades presentes, senhoras e senhores, venho trazer a esta audiência pública a minha perspectiva sobre o Saara Ocidental, território para o qual eu viajei em 2009 a fim de produzir, ao lado da jornalista Giovana Suzin, o livro-reportagem *Nem Paz Nem Guerra*, e com o qual mantenho, até hoje, laços afetivos e profissionais.

Além da extrema importância política, eu gostaria de ressaltar a relevância simbólica desta reunião, que, ao ser realizada no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, evidenciando os grandes desafios para a consecução dos objetivos expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a dificuldade de levar justiça a quem tem o direito internacional dos direitos humanos ao seu lado.

Esse é o caso do povo saharai. Apesar de receberem pareceres consultivos, resoluções e declarações favoráveis desde 1963, quando o Saara Ocidental passou a integrar a lista da ONU de territórios pendentes de descolonização, os saharais seguem alheios ao direito à autodeterminação previsto no art. 1º da Carta da ONU e reforçado pela Resolução nº 1.514, que trata da independência dos países e povos colonizados.

Nos últimos 50 anos, 48 resoluções da Assembleia Geral e 64 do Conselho de Segurança foram adotadas; nenhuma foi efetivamente implementada.

Gostaria de reforçar esse aspecto porque somente através dele é possível compreender a complexidade e a origem das violações a que estão submetidos hoje os saharais, que aguardam a resolução do conflito

esquecido tanto nos territórios ocupados pelo Marrocos como nos acampamentos de refugiados na Argélia. Esse é, em última instância, um caso de descolonização.

Essa é uma questão que precede, inclusive, o debate sobre a independência do território. Desde 1991, quando o cessar-fogo firmado entre as partes permitiu estabelecimento de uma missão de paz da ONU a fim de elaborar um referendo, a consulta ainda não aconteceu. O processo se arrasta há duas décadas, bloqueado por interesses geopolíticos, sobretudo econômicos, enquanto a situação da população saharauí se deteriora com rapidez alarmante.

Vou dividir o restante da minha apresentação em duas partes, para mostrar como essa situação toma forma nos territórios ocupados por um lado, e nos acampamentos de refugiados e zonas liberadas por outro.

Para facilitar, eu trouxe um mapa que mostra um pouco como a região está dividida neste momento.

Essa linha laranja, que divide a parte mais amarela da parte mais clara, é o muro que o Senador mencionou, um muro de 2.200km, que corta o país inteiro, de norte a sul. Então, a gente tem os territórios ocupados em amarelo. As chamadas zonas liberadas na parte mais clara. E, ali em cima, na fronteira com a Argélia, bem pequenininho, dá para ver onde estão localizados os cinco acampamentos de refugiados e a sede administrativa da República Árabe Saharaui Democrática.

Nos territórios sob controle do Marrocos, portanto, do lado ocidental, na parte amarela, o que mais salta aos olhos é a violência policial e social em que vivem os saharauís que optaram por não deixar o país durante a guerra, que foi de 1976 a 1990. Centenas vivem uma rotina de entrada e saída de prisões marroquinas, como é o caso de muitos dos ativistas, com quem tive a oportunidade de conversar.

Sua situação melhora apenas ligeiramente quando voltam para casa. Ouvi repetidas vezes tal qual um mantra que a única diferença entre ser condenado e absolvido é o tamanho da prisão.

Um deles é Brahim Dahane...

Essa é uma foto do muro um pouco distante. Essa, talvez, um pouco aproximada.

Brahim Dahane, o ativista que aparece em primeiro plano na primeira foto no canto superior, é presidente da Associação Saharaui de Vítimas de Graves Violações de Direitos Humanos cometidas pelo Estado marroquino. Menos de seis meses depois de nossa visita, ele foi preso pela quarta vez e só liberado em abril de 2011, depois de passar por torturas e por um tribunal militar, mesmo sendo civil.

Hoje nos lembramos com tristeza da incansável luta de Nelson Mandela pela liberdade, mas mantemos sob a sombra histórias de outras centenas de ativistas que sobreviveram a outros estados opressores.

Sidi Mohamed Dadach, por exemplo, que é o que aparece no meio, na foto em que há três pessoas, passou 24 de seus 52 anos nos porões do regime marroquino. Chamam-no, na capital ocupada de El Aaiún, de Mandela saharauí.

Outro exemplo é Brahim Sabbar, que aparece na primeira foto inferior. Ele ficou preso durante dez anos sem nunca ter passado por nenhum julgamento. Por seis meses, ficou vendado e com as mãos amarradas. Ele me falou o seguinte – abro aspas: “Perguntava-me a todo o momento quando me matariam e como.”

Em informe de 2012, o relator especial da ONU para tortura, Juan Méndez, afirmou que a prática de tortura nas prisões marroquinas acontece com frequência suficiente para que o governo não possa ignorá-la.

A família do ativista Bahim Sabbar, durante todo o tempo que ele passou na prisão, nunca soube de seu paradeiro. Para todos, ele tinha morrido na prisão.

O pesadelo do Sabbar se repetiu em 2005: ele foi preso novamente durante uma manifestação e liberado apenas dois anos depois.

Foi impedido de viajar ao exterior até o ano 2000, quando, pela primeira vez, conseguiu tirar um passaporte. Segundo a Anistia Internacional, ainda há 526 casos de desaparecimentos forçados não resolvidos no Saara Ocidental.

O bloqueio de opositores, observadores internacionais e jornalistas, é sistemático. Eu julgo importante mencionar que, durante nossa estada na capital ocupada de El Aaiún, fomos deliberadamente perseguidas e vigiadas pelas forças de segurança marroquinas. Havíamos pedido autorização para o governo antes da viagem, fornecemos as datas de chegada e de saída dos territórios ocupados. No entanto, por conta de uma alteração em nosso cronograma, tivemos de antecipar a visita em três dias. Se, por um lado, essa mudança permitiu que a gente visitasse, com alguma liberdade, ativistas saharauís de direitos humanos, por outro, despertou a ira do delegado de comunicação local. Quando nossa presença se tornou evidente na cidade, fomos convocadas pela polícia a comparecer na delegacia. Na conversa que transcorreu com o delegado, foram dadas a nós apenas duas opções: ou seguíamos a agenda de visitas e entrevistas imposta pelo governo marroquino, ou teríamos de deixar a cidade imediatamente.

É importante notar que todas essas violações aconteceram e seguem se repetindo sob os olhos da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (Minurso). Desde 1991, quando foi instalada, seu

mandato é renovado pelo Conselho de Segurança sem incluir a questão da garantia dos direitos humanos. Essa é a única missão da ONU que não possui essa atribuição.

O bloqueio parte principalmente da França, aliada histórica do Marrocos e maior interessada na manutenção da balança de poderes na região.

Eu gostaria de mostrar duas fotos que foram feitas no quartel da Minurso na cidade de El Aaiún. Todos os funcionários que trabalham nesse QG se queixam da vigilância constante que é feita através dessas antenas, que estão coladas ao escritório. Por outra parte, nessa entrada da missão da ONU, é curioso ver que para cada bandeira das Nações Unidas há três do Marrocos.

Há pistas para entender o embargo militar e midiático a que estão submetidos os saharauis sob domínio marroquino. O Saara Ocidental guarda sob suas areias 9% das reservas mundiais de fosfato, mineral usado principalmente na produção de fertilizantes. A exploração teve início na década de 70, coincidindo com o período da guerra.

A riqueza está na areia, mas também na água. A costa do Saara Ocidental é conhecida por guardar um dos maiores bancos pesqueiros do mundo. O mar é frio, rico em nutrientes vindos das profundezas, e multiplicou a vida marinha na zona.

Entre 2005 e 2010, segundo relatório do Greenpeace, as exportações de pescados marroquinas cresceram 60%, superando 600 mil toneladas. A capacidade total de produção é de dois milhões de toneladas por quilômetro quadrado. O maior importador desses pescados é a União Europeia, que hoje votou justamente um acordo de pesca com o Marrocos que inclui as águas do Saara Ocidental. A partir de agora, com a aprovação desse acordo, os barcos europeus terão direito a 126 licenças de pesca e também poderão levar, impunemente, as riquezas das águas disputadas. O Marrocos, por sua vez, ganhará, por ano, 40 milhões de euros até 2018.

Em 2002, foi solicitada ao Vice-Secretário Geral para Assuntos Legais da ONU, Hans Corell, uma opinião consultiva sobre os contratos firmados entre o governo marroquino e empresas petrolíferas. Sua conclusão é taxativa sobre a legalidade da exploração econômica de territórios não autogovernados, como é o caso do Saara. Apesar de os contratos não serem, em si mesmos, ilegais, a continuarem as atividades de exploração e exportação dos recursos sem se considerarem os interesses e os desejos da população autóctone, estarão violando os princípios da legalidade internacional – isso foi o que disse Hans Corell. A conclusão se apoia em diversas resoluções anteriores da ONU, como a 1.803, de 1962, que afirma que nenhum Estado tem o direito de promover ou encorajar investimentos que possam constituir um obstáculo para a libertação de um território ocupado à força. Vale reforçar: a Corte Internacional de Justiça de Haia já declarou que o Marrocos não possui soberania sobre o território do Saara Ocidental, nem *status* de administrador, o que lhe impede de se beneficiar legalmente desses recursos.

O Brasil – é importante notar – não está alheio à discussão. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior veiculados no dia 19 de novembro no jornal *Valor Econômico*, 8% de todas as importações vindas da África foram de adubos e fertilizantes do Marrocos. Os valores somaram quase US\$800 milhões, um aumento de 38% em relação a 2012. Não restam dúvidas de que o Brasil é um dos parceiros comerciais mais importantes da monarquia marroquina.

É fundamental agora que não haja dúvidas sobre a legalidade desses acordos.

Dei entrada, no dia 21 de novembro, a um pedido, através da Lei de Acesso à Informação, para conhecer detalhes dos contratos e a origem dos produtos que importamos. Mas ainda não obtive retorno do Ministério. O prazo para o processamento da resposta termina amanhã.

A exploração dos recursos naturais do Saara Ocidental é uma séria violação do povo saharauí, que hoje sobrevive de ajuda humanitária, de controlar e de se beneficiar de suas riquezas. Ela também dificulta a resolução de um conflito que já dura 37 anos.

Eu passarei agora ao outro lado do muro que divide o Saara Ocidental, uma área que se desdobra em duas zonas de interesse: os territórios liberados, que eu mencionei, que constituem a porção de terra que segue sob controle da Frente Polisário, e os acampamentos de refugiados, localizados do outro lado da fronteira com a Argélia.

Os chamados territórios liberados, apesar de estarem sob controle dos saharauis, são escassamente povoados. Por lá transitam militares e os poucos nômades que, para não perderem o que lhes resta de sua vida e cultura, arriscam-se entre os campos minados.

Esta é uma das nômades que a gente encontrou nessa zona do deserto.

Segundo a ONU, a contaminação por minas terrestres atinge 100 mil quilômetros quadrados, uma área maior do que a do Estado de Santa Catarina.

A ONG britânica Landmine Action, a única que trabalha na descontaminação do terreno, afirma que essa área é potencialmente maior. O diretor de assessoria técnica dessa organização disse-nos acreditar que o terri-

tório ao redor do muro seja um dos maiores campos minados do mundo. Em relatório de 2012, a organização fala em mais de 2.500 mortos e feridos por minas terrestres nas terras ocidentais do Saara Ocidental. A falta de um acordo de paz aqui também impede que o trabalho de descontaminação evolua.

Esta é uma imagem das pedras pintadas de vermelho por essa ONG britânica, que servem para marcar, no deserto, as áreas que são potencialmente perigosas para o trânsito de saharauis.

Avançando para o interior do deserto, chega-se aos cinco acampamentos de refugiados saharauis e à sede administrativa da República Árabe Saharaui Democrática. Eles estão localizados na argelina, uma das regiões mais inóspitas do Deserto do Saara, onde as temperaturas superam os 60 graus no verão e despencam a níveis negativos no inverno.

É do escritor uruguaio Eduardo Galeano a melhor descrição do que se vê ao chegar aos acampamentos: “É o mais deserto dos desertos. É um vastíssimo nada, rodeado de nada, onde só crescem as pedras”.

Vencendo as probabilidades, os saharauis ali conseguiram organizar sua vida política, construir as estruturas mínimas para sua sobrevivência. Ao longo das décadas, naturalizaram o exílio à distância, aprenderam a viver com a separação física de suas famílias e de suas terras.

As estimativas para o número de habitantes dos cinco acampamentos variam entre 150 e 200 mil pessoas. Muitos não conhecem outra vida além daquela que se constrói sobre as areias.

Uma dessas pessoas é Manina, que conheci aos 12 anos. Apesar de ter nascido nos territórios ocupados, suas únicas memórias são as do exílio. Ela é uma das 8 mil crianças que são acolhidas durante todos os verões, quando o calor é insuportável, por famílias espanholas. O programa Férias pela Paz existe há 18 anos e é uma das mais importantes iniciativas humanitárias da sociedade civil espanhola, a mais engajada no alívio da emergência saharauis.

Esta, de fato, é a maior violação contra os refugiados saharauis na Argélia: a privação de tudo. A água, como não poderia ser diferente, é racionada. Os alimentos provêm quase que exclusivamente da ajuda internacional, que, depois de tantos anos, já mostra claros sinais de fadiga.

As carências refletem na deterioração da saúde dos refugiados: 45% das mulheres sofrem abortos espontâneos durante a gestação; 66% têm anemia; o índice de escorbuto, que provoca o sangramento da gengiva por conta da falta de vitamina C, chega a 27% da população. Segundo o Programa Mundial de Alimentos da ONU, a desnutrição crítica atinge 18% da população dos acampamentos, e a desnutrição crônica, 31,4%.

O Brasil doou recursos humanitários aos refugiados saharauis em apenas uma ocasião, em 2010. No total, foram repassados US\$300 mil, através do Programa Mundial de Alimentos, um valor que, definitivamente, não condiz com a importância da economia brasileira.

Ex^{mos} Senadores e Senadoras, demais presentes, esse foi um breve relato das informações que coletei, do que vi e ouvi em minha passagem pelo Saara Ocidental e durante os anos que se seguiram, através de pesquisas, notícias e relatos pessoais dos saharauis com os quais mantenho contato.

Recentemente, vi ampliar a lista de países que reconhecem a República Árabe Saharaui Democrática, hoje composta por 86 nações, além da União Africana, da qual apenas o Marrocos não faz parte. Vi crescer, por outra parte, o poder de influência e mediação do Brasil no cenário internacional, o que nos colocou em situação privilegiada para discutir questões aparentemente estancadas pela polarização político-ideológica que por tanto tempo marcou as relações internacionais, e esse conflito em particular.

Tendo isso em vista e aproveitando o espaço que me foi dado nesta audiência, quero reforçar uma última percepção, talvez a mais importante: a cada dia que passa, a resolução do conflito e a proteção dos direitos humanos dos saharauis se fazem mais difíceis. A paulatina colonização da costa e a expansão da administração marroquina sobre terras saharauis vão aos poucos inviabilizando o plebiscito e fazendo emergir teorias de que a consagração do direito à autodeterminação através da consulta já não é uma solução realista. Já vimos situações similares, ainda que com consequências diferentes, em Timor-Leste e na Palestina, apenas para mencionar dois exemplos, e todos conhecemos suas consequências nefastas.

Estamos diante de um conflito colonial protagonizado por um povo que fez da espera uma das mais poderosas formas de resistência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Sr^a Laura Daudén, que fez um extenso relato da situação vivida na República Saharaui, sobre a situação em que vive esse povo.

Eu queria também registrar a presença da Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, a quem indago se gostaria de presidir a reunião. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Também gostaria de registrar a presença, mais uma vez, da Deputada Maninha, e de Josiane Lima, que está aqui representando a Deputada Janete Pietá.

Registro também a presença entre nós de membros do Parlamento marroquino, Deputada Amina Maelimine, do Deputado Ali Yazghi – espero que eu não esteja... Peço que os senhores se sentem mais à frente, por favor, na primeira... – e do Sr. Deputado Samir Belfkih.

E também temos representantes aqui da Embaixada do Marrocos presentes nesta audiência pública.

Eu consulto a Senadora Ana Rita se gostaria de usar da palavra imediatamente. *(Pausa.)*

Nós ouvimos a jornalista Laura Daudén, que escreveu um livro relativo às questões e aos conflitos no Saara Ocidental. Ela fez um relato da situação de violação dos direitos humanos promovida pelo Marrocos, que ocupa uma parte, ou quase toda a superfície, o espaço da República Saharaui.

Agora, então, nós vamos ter a oportunidade de ouvir o Sr. Embaixador Mohamed Laarosi Bahia, a quem passo a palavra.

O SR. MOHAMED LAAROSI BAHIA *(Tradução por profissional habilitado.)* – Muito obrigado, Excelência Senador Capiberibe, agradeço também a presença da Presidenta da Comissão de direitos humanos do Senado, agradeço a presença de nossos amigos, amigas, deputados, senadores, ex-deputados, senadores, chefes de gabinete de um grupo importante de deputados da Câmara. Agradeço outra vez o Senador Capiberibe por ter ele a coragem, junto com um grupo importante de senadores, de dedicar um pouco mais de atenção a um tema atual, que envolve o povo saharauí, que envolve e preocupa um bom número de povos na África mas, também, pelos valores que estão em jogo num tema como o do Sahara ocidental, também envolve o Brasil. Envolve o Brasil como governo, também como forças políticas, e como uma nação que tem feito muitíssimos sacrifícios em prol de princípios como a liberdade, a democracia e o direito à autodeterminação dos povos. Tanto como saharauí quanto como representante da Frente Polisario, estou sumamente honrado por estar aqui, entre democratas, entre homens e mulheres livres do Brasil que têm feito da causa da autodeterminação, da defesa do direito à descolonização e à luta contra o colonialismo um dos pilares básicos sobre os quais se fundou este país, e princípios hoje consagrados na Constituição. Agradeço também a presença dos amigos e amigas marroquinas, deputados, deputadas, membros de forças políticas, da Embaixada do Reino de Marrocos. Creio que é também uma profunda satisfação o fato de que estejam aqui. Alguns têm estado conosco nos campos de refugiados saharauís há pouco tempo, em uma iniciativa muito audaciosa. Agradeço ao deputado aqui presente que tenha sido um dos poucos marroquinos que tentaram aproximar-se pessoalmente dos refugiados.

Mas, basicamente, além do que a jornalista colocou, o que venho dizer é que a questão do Sahara Ocidental assenta em dois princípios básicos. E todo o drama, e todo o sofrimento do povo saharauí tem a ver com o não-respeito desses dois princípios básicos. Um tem a ver porque é um conflito que é consequência do aborto de um processo de descolonização. Espanha era uma potência que colonizava o Sahara, não cumpre suas obrigações, sai fugindo do território em circunstâncias políticas muito concretas – a morte do ditador Franco – e essa circunstância é aproveitada para que Marrocos e Mauritânia, dois países vizinhos, façam um acordo de divisão do Sahara Ocidental. Lembro uma nuance deste tema: Marrocos, que atualmente continua a ocupar boa parte do território do Sahara Ocidental, em supostos acordos tripartites de Madri, de 1975, divide nosso território com Mauritânia e reconhece a soberania da Mauritânia sobre o Sahara Ocidental, sobre a parte sul do Sahara. Quando nós conseguimos vencer Mauritânia e quando Mauritânia saiu do território do Sahara Ocidental, sendo hoje um dos países que reconhecem a República Saharaui Democrática, curiosamente, Marrocos passou a ocupar também, ilegalmente, a parte que um dia atribuíra à Mauritânia. Tem aqui, portanto, uma dupla... dupla... violação, não é? E outro é que, em consequência disso, em 40 anos não se pôde, não se deixou o povo saharauí exercer seu direito à autodeterminação e à independência. A questão do Sahara Ocidental é um dos 16 casos ainda inscritos na agenda das Nações Unidas como uma questão de descolonização. Por isso, não é um discurso do Polisario destinado a seus aliados. As Nações Unidas, para eles o Sahara é duas coisas: um território pendente de descolonização, e consideram a presença marroquina uma presença de ocupação ilegal. E a terceira, é que nenhum dos países, nem Mauritânia naqueles dias, nem Marrocos, poderiam exercer soberania sobre um território cujo povo ainda não se manifestou sobre seu destino. Assim, além de qualquer interpretação que se possa ter dado, começa uma acumulação de sofrimentos que é consequência da violação desses dois princípios. Uma invasão militar atroz, a obrigação, para quase 200.000 pessoas, de fugir do território e refugiar-se em países vizinhos e, aqui no Sahara, até hoje, continuamos a ter uma inumerável lista de presos políticos saharauís. O caso mais recente é o dos 25 que foram julgados por um tribunal militar marroquino, 9 dos quais vão passar o resto de sua vida num cárcere porque foram condenados à detenção perpétua, 7 deles a 30 anos de detenção, outro grupo importante a 25 anos, outros a 20 anos e assim em diante... Uma centena de saharauís foram julgados, ao longo dos últimos 40 anos, por um tribunal militar marroquino, simplesmente por terem reivindicado, por vias pacíficas, o exercício do direito do povo saharauí à autodeterminação ou, no

mínimo dos casos, direitos sociais e econômicos dos saharauís. Mas isso foi o suficiente para que tribunais militares marroquinos os condenassem a detenção perpétua ou a penas gravíssimas.

A terceira manifestação desse drama é o muro. Muro esse que divide o Sahara Ocidental em duas partes, de 2.700 km, que divide famílias saharauís há 40 anos, que assegura a uma potência ocupante, como o é a marroquina, a exploração ilegal dos recursos do Sahara Ocidental – lembremos que não é um território pobre, o Sahara abriga uma das jazidas de fosfato maiores do mundo e tem um dos bancos de pesca, creio eu, mais prósperos. Infelizmente, hoje também, quando estamos realizando esta audiência, recentemente, esta manhã, o Parlamento Europeu votou a favor de um acordo de pesca com o Reino de Marrocos que inclui, ilegalmente, águas territoriais saharauís. E nesse sentido também, como Frente Polisario, como governo saharauí, estamos e estaremos muito perto, seguindo muito bem os acontecimentos dos acordos comerciais que Marrocos venha a celebrar com terceiros na região e, concretamente, com o Brasil. Todos nós aqui estamos conscientes do direito soberano dos povos sobre seus recursos naturais.

Portanto, o que se pede, além da nossa versão dos fatos, versão aliás constatada por organismos internacionais – o próprio Alto comissariado para os direitos humanos, em 2006, tenho aqui seu relatório, pôde constatar essas violações sistemáticas dos direitos humanos, e diz uma coisa muito interessante: que o prosseguimento da violação dos direitos humanos de forma sistemática no Sahara Ocidental tem a ver com o não-cumprimento do exercício do direito do povo saharauí à autodeterminação. Deixemos que o povo saharauí exerça seu direito à autodeterminação, Marrocos tem falado nos últimos anos de uma proposta de autonomia, já são 5 ou 7 anos em que Marrocos fala de uma suposta proposta de autonomia que ninguém compra, porque ela padece, segundo nosso ponto de vista – compartilhado por boa parte da comunidade internacional – de um aspecto não menos importante, que é o aspecto democrático. Qualquer solução, seja a autonomia, seja a independência, seja a plena integração com Marrocos, deve ser submetida ao parecer dos saharauís. Os saharauís são os únicos e somente eles, os saharauís, os que podem e devem escolher seu futuro político. Chame-se ele autonomia, plena independência ou integração. Portanto, digamos, o não-cumprimento ou o não-respeito do direito do povo saharauí à autodeterminação por parte de Marrocos tem outra implicação séria para Marrocos. É negar que a solução seja não apenas pacífica, justa e duradoura, como também tem que ser democrática. E as soluções democráticas, os povos, os países, ao menos hoje, em pleno século 21, chama-se consultar os povos. Que os cidadãos digam o que é que querem.

Bom, então, de repente amanhã os saharauís talvez queiram continuar a formar parte de Marrocos – eu não, claro – mas pode ser que os saharauís queiram isso, mas é preciso perguntar-lhes, dar-lhes essa oportunidade, tem que marcar um dia e uma hora, é tão simples como isso, não é? E então, enquanto nossos amigos no trono marroquino – e digo “no trono” porque ultimamente parece que já se trata de uma questão da monarquia e não mais das forças políticas, o rei de Marrocos recentemente chamou a sociedade civil marroquina e os partidos para refletirem sobre uma solução desse tipo – pois, tem que saber que no século 21 as soluções são soluções democráticas. E a questão do Sahara Ocidental não pode ser, de maneira nenhuma, uma exceção à regra da legalidade internacional e do que ela diz em relação à autodeterminação dos povos: referendo de autodeterminação! Assim foi em Timor-Leste, um caso muito próximo dos brasileiros, vocês o conhecem muito bem, e a Indonésia não desmoronou, não é? E assim foi, recentemente, em nossa região, no Sudão do Sul. Também não desmoronou Sudão do Norte. Assim que eu creio que o projeto de integração, de paz, de estabilidade, não apenas na África como também no Norte da África, tem dependido e continua dependendo sempre de que se resolva, conforme a legalidade, conforme a justiça e conforme os usos democráticos, o tema do Sahara Ocidental. Portanto, não me estenderei mais e reitero ao senador e à Comissão o fato de ter colocado em sua agenda um tema de muita atualidade, como é o tema do Sahara Ocidental e, enfim, exortar vocês, como senadores, como deputados, a seguir de perto este tema, exortar o governo do Brasil a que, em suas relações internacionais e em seu anseio de tornar-se um país de maior peso no cenário internacional, com crescente interesse pela União Africana e os povos que a compõem, tenha em conta o tema do Sahara Ocidental, a última colônia na África.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Passamos, imediatamente, a palavra à Presidente da nossa Comissão, Senadora Ana Rita. Depois, a Deputada Maninha certamente vai se manifestar, assim como os deputados marroquinos, não sei em que língua, mas nós vamos nos entender.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero, primeiramente, cumprimentar o Embaixador da República Saharauí, Mohamed Laarosi Bahia; cumprimentar a Laura Daudén, jornalista e coautora do livro *Nem Paz Nem Guerra – Três Décadas de Conflito no Saara Ocidental*.

Não pude escutá-la desde o início, pelo que eu lamento. Mas, pelo que pude ouvir, é um relato importante da situação que vive essa população saharai.

Eu também cumprimento aqui os deputados marroquinos, a nossa Deputada aqui presente e quero cumprimentar e parabenizar o Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, que tem um olhar muito profundo sobre a questão dos direitos humanos e que, sempre que possível, traz para debate temas que extrapolam diretamente a realidade brasileira, mas traz também temas ligados aos direitos humanos que têm rebatimento em outras realidades do mundo, como é o caso do povo saharai.

Este momento é muito oportuno, porque hoje, 10 de dezembro, é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Nós sabemos o quanto já avançamos no Brasil, mas muito ainda temos que avançar. Acredito que, nos últimos anos, principalmente nos últimos 10 anos, com as presenças dos Governos Lula e Dilma, nós tivemos a oportunidade de avançar significativamente em políticas públicas de defesa dos direitos humanos, se defesa daqueles que dependem do apoio do Estado para ter uma vida um pouco melhor, uma vida digna.

A grande meta da nossa Presidenta Dilma é acabar com a extrema pobreza no nosso País. Em três anos de Governo da Presidenta Dilma, e mais oito anos do Governo do Presidente Lula, nós já avançamos muito nessa área. Hoje, nós temos uma parcela menor, bem menor, pequena, de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza. Também já avançamos no que se refere à inclusão social de pessoas com deficiência, no enfrentamento à violência contra as mulheres, com a criação de diversas políticas públicas, e avançamos muito na área da educação, na área da saúde. Hoje, podemos dizer que regiões do nosso País, Municípios do nosso País que não se beneficiavam com determinados serviços públicos já se beneficiam, porque é o Governo indo até as pessoas para garantir dignidade à maioria da nossa população, principalmente à população mais sofrida, mais pobre do nosso País, que, aos poucos, vai melhorando suas vidas, com Programas como o Minha Casa Minha Vida, o Minha Casa Melhor e tantos outros programas que buscam resgatar a dignidade das pessoas.

No enfrentamento diretamente dos direitos humanos, nós ainda temos muita coisa para fazer, principalmente na área da demarcação das terras indígenas. Nós temos territórios indígenas ainda sob conflito. Recentemente, índios foram assassinados em conflitos nessas áreas, por quem ocupou esses territórios que, historicamente, pertenciam a essas comunidades indígenas. Nós ainda temos comunidades quilombolas para serem demarcadas, porque há um conflito muito grande, ainda temos altos índices de homicídios contra as mulheres e contra a juventude, nós ainda temos um sistema carcerário que nos entristece por suas más condições e pela precariedade em que ainda se encontram, enfim, nós vivemos uma situação em que temos avanços, temos conquistas, em que passos importantes foram dados, num País tão grande como o nosso, num País de dimensões continentais, com uma realidade muito diversa, com enormes desafios, nós conseguimos avançar muito, mas também nos deparamos com muitos desafios.

E, aqui, hoje, o Senador João Capiberibe nos traz um tema muito importante, que é a situação da República Árabe Saharaui, uma nação cujo governo, pelo que eu sei, está no exílio. É um território anexado ao Marrocos e que ainda vive sob o domínio dos marroquinos, mas que ainda não tem a sua autonomia política, sua autonomia econômica, sua liberdade. E isso já vai fazer mais de 30 anos. É uma realidade que, pelo que vi nas fotos, é muito triste, muito cruel.

Eu penso que um dos valores básicos para garantir a dignidade de um povo é a sua autodeterminação, a sua autonomia. É o primeiro passo. Se ele não tem a sua autonomia econômica e política, ele tem muita dificuldade de avançar em outras conquistas, em outros direitos. O Brasil viveu essa história. Nós passamos por um período da ditadura militar. Conseguimos passar por cima, dar a volta por cima, conseguimos construir um País, hoje, democrático, que tem uma Constituição Federal, fruto da participação efetiva da sociedade, que assegurou diversos direitos, temos eleições diretas em todos os níveis, temos autonomia para escolhermos nossos representantes, mas também precisamos avançar cada vez mais nesses aspectos. E eu fico imaginando um povo, uma nação, cujo governo está exilado, que não tem a sua autonomia, que não tem condições de sobreviver por conta própria, pelo que eu percebo e pelo que eu consegui captar da fala de vocês, e que ainda vive sob o domínio de outro território.

Então, a minha pergunta – se as minhas afirmações estiverem equivocadas, eu gostaria que vocês me corrigissem – é: qual a expectativa de vocês quanto à atuação desta Casa ao participarem desta audiência pública? Como nós, em particular esta Comissão de Direitos Humanos, poderíamos colaborar? Pergunto se nós podemos colaborar de alguma maneira. Que tipo de iniciativa nós poderemos tomar, além da realização desta audiência pública, que dá visibilidade a essa situação, a essa realidade, tão própria e tão específica? Pergunto se nós podemos fazer alguma coisa além disso.

Eu deixaria esta pergunta para que vocês possam nos orientar e nos ajudar nesse aspecto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Senadora Presidenta da Comissão Ana Rita.

As perguntas serão feitas logo em seguida as falas, quando a Mesa vai se manifestar.

Temos, entre nós – faço o anúncio com grande satisfação, Sr. Embaixador e senhora jornalista – o Senador Randolfe Rodrigues, que também é um dos pré-candidatos à Presidência da República do nosso País, Senador pelo meu Estado, a quem passo a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com muita honra, Senador Capiberibe, cumprimento V. Ex^a por esta audiência pública, por estar presidindo esta reunião; quero cumprimentar o Mohamed, que representa aqui, diplomaticamente, a República Saharai, e cumprimento também a Laura, que traz importante contribuição teórica de informações a esta audiência pública.

Presidenta Senadora Ana Rita, antes de falar sobre o tema desta audiência pública, peço que V. Ex^{as}, Senadora Ana Rita e Senador Capiberibe, vejam como é importante a nossa Comissão. Em nenhuma outra Comissão teria abrigo esse debate aqui no Senado a não ser aqui na Comissão de Direitos Humanos. Nenhuma outra Comissão, neste Congresso Nacional, daria abrigo aos debates das minorias, daria abrigo aos índios, como tem dado esta Comissão. Nenhuma outra Comissão, neste Congresso – não estou falando mais do Senado, estou falando do Congresso Nacional, porque a Comissão de Direitos Humanos da Câmara foi praticamente fechada recentemente. virou palco de qualquer outra coisa, menos de direitos humanos –, nenhuma outra Comissão tem dado, no Congresso Nacional, palco a índios, à luta pela memória, verdade e justiça, como o espaço que tem dado a nossa Subcomissão, Senador Capiberibe, com esse tema, como esta Comissão tem dado, e a temas como este de que estamos tratando, que tem importância fundamental para as relações diplomáticas do nosso País e para o tema internacional dos direitos humanos.

Hoje de manhã eu quase caí para trás! O Relator do Regimento Interno do Senado, um Senador pelo Maranhão, o Senador Lobão, propõe acabar com a Comissão de Direitos Humanos.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Ele quer acabar com a Comissão de Direitos Humanos. Só isso. Acho que não...

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Randolfe está coberto de razão. Essa informação me chegou agora pela manhã. O que mostra como esta Comissão está sendo tratada pelo Senado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Ele, no relatório, disse que a Comissão de Direitos Humanos deve ser um detalhe, não deve ser tratada com importância. Aliás, o Relatório do Senador Lobão é a Lei Falcão, Senador Capiberibe, do século XXI, porque ele retira todos os direitos de minorias.

Eu acho que a Bancada do Maranhão nesta Casa deve ter alguma coisa em particular contra nós, Senador Capiberibe, porque ela só tem mirado na gente. A gente tem sido alvo a todo instante. V. Ex^a sabe muito bem a que estou me referindo. Esta é a segunda vez. Houve um ataque anterior, no decorrer deste ano, e este é o segundo ataque.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – V. Ex^a me permite?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Uma pequena intervenção. É que eu acabei de receber, agora, agora, uma intimação da Ministra do Supremo Tribunal Federal,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Encerrando, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – ... Rosa Weber, comunicando que as duas acusações contra mim e V. Ex^a foram arquivadas. Já são quatro denúncias. Eu aproveitei, Senador, e já comuniquei ao Presidente desta Casa que as três denúncias contra nós dois e uma especificamente contra mim, meu privilégio... Eu comuniquei ao Presidente da Casa que a Justiça já se manifestou e que o Conselho de Ética até agora continua em silêncio.

Era esta a informação, mas V. Ex^a já tem conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Exatamente.

E essa alteração, essa proposta do Regimento Interno, acaba com todos os direitos de minorias da Casa e complementa acabando com a Comissão de Direitos Humanos. Deve ser porque acha que deve ser um detalhe essa história de direitos humanos. Não deve ser algo muito importante esse trabalho que estamos fazendo de resgatar a memória, da verdade e da justiça. Eu defendo a minoria, Senadora Ana Rita. Eu acho que eles acham... Defender índios. Porque, para alguns, na atualidade, defender índios não deve ser algo muito importante, nem defender temas como estes.

Mas eu tenho certeza de que aqui há três Senadores que não vão aceitar ir para o cadafalso calados. E teremos mais, porque não é aceitável um espaço como esse, que vai travar debates como este que está sendo

travado hoje, ser fechado nesta Casa, o único espaço do Congresso Nacional que tem espaço para esse debate ser fechado.

Eu sei que alguns se acostumaram com a ditadura, mas eles também vão ter que entender que esse período, página infeliz da nossa história, se encerrou.

Feita esta preliminar, Sr^a Presidente e Sr. Presidente, Senador Capiberibe, eu queria, sim, fazer a consideração sobre o tema desta audiência.

Nós estamos diante da situação de um povo que já vem de uma luta, de uma das mais belas lutas da história humana, que é a luta pela independência, pela soberania e pela autodeterminação, a luta anticolonial. Esse povo está insistindo em uma luta que vem travando desde 1975. Só que o problema é que, inicialmente, os colonizadores eram os espanhóis; agora a colonização e a opressão se encontram dentro do próprio continente africano e com o apoio das potências internacionais. A guerra anticolonial e a libertação da Espanha por parte do povo saharauí procedeu em 1975. Desde então existe uma intervenção clara, uma intervenção militar sobre o povo saharauí, e o último capítulo dessa intervenção militar...

É incrível como esse tema não atrai atenções. É incrível como parece que há uma seleção sobre os muros da vergonha. Condenou-se o muro que se ergueu sobre Berlin, mas não se condena o muro que tem sido erguido, que tem sido construído, um muro de 2.700 quilômetros, com fortificações militares, com o apoio das potências europeias, com o apoio da Espanha, da França e com o apoio militar norte-americano, um muro que tem dividido o povo saharauí.

Toda vez que tenho conversado com as representações diplomáticas do povo saharauí eu não vejo nenhuma reivindicação, nenhuma reclamação deles de conflito com o povo do Marrocos. Aliás, eu vejo o interesse deles de conviver em paz com o povo marroquino e com todos os povos africanos. E eu acho que só existe possibilidade de coexistência em paz no continente africano e em qualquer canto do mundo se é dado a um povo o seu direito elementar de autodeterminação. É um direito elementar que qualquer povo tem, seja ele saharauí, seja ele palestino, seja ele de qualquer civilização, de qualquer cidadania, de qualquer povo que seja, que tenha este direito elementar.

O nosso País, Sr. Presidente e Senadora Ana Rita, tem uma tradição política, tem uma tradição da nossa diplomacia, está na nossa Constituição, aliás, é um dos objetivos da República Federativa do Brasil defender a autodeterminação dos povos. Esse é um dos objetivos da nossa República, um dos nossos princípios fundantes. Como objetivo da nossa República, eu não vejo como consequência desse princípio, desse nosso objetivo, objetivo fundante, porque está na nossa Constituição, do art. 1º ao art. 4º, são fundamentos da República Federativa do Brasil. Está lá como fundamento da República Federativa do Brasil porque funda a República, porque é o alicerce, o baldrame sobre o qual se alicerça a República Federativa do Brasil. Então, a defesa da autodeterminação dos povos é um dos nossos princípios. Como consequência desse princípio, eu não vejo outra decisão a ser tomada por parte da nossa diplomacia e por parte do nosso Governo senão o reconhecimento. Primeiramente, a intermediação para o diálogo, obviamente, entre a República do Saharauí e o Governo do Marrocos, mas, assim como o Brasil fez em relação à Palestina, o reconhecimento da existência da República do Saharauí com o reconhecimento da sua missão diplomática aqui no Brasil. Esta é a medida que considero necessária a ser tomada.

Sr^a Presidente, digo que esta é uma proposta que ainda não estamos... Esta reunião não é deliberativa, mas esta é uma proposta que eu apresento a V. Ex^a, Senador Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão, para que a encaminhe como sugestão desta audiência pública, para ser tomada como deliberação da Comissão de Direitos Humanos, como proposta da Comissão de Direitos Humanos: que o Brasil reconheça a existência da missão diplomática da República e do povo saharauí aqui no Brasil e estabeleça isso como mecanismo de início de diálogo, isto é o mínimo, para estabelecer o diálogo, para que esse povo possa viver em paz e possa ter o seu direito elementar de constituir-se como nação soberana.

Vivendo no século XXI, após o mundo ter vivido o drama que viveu no século XIX, de toda a África ter sido saqueada e colonizada – toda a África, durante os séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX, foi saqueada e colonizada pelas grandes potências europeias –, não cabe para o mundo do século XXI continuar a viver e continuar a assistir, passivamente, à existência de povos subjugados e de nações sem o direito à autodeterminação e de países que não têm o direito de se organizar soberanamente. Não é possível assistir, no século XXI, à não existência da soberania entre nações, à não existência da autodeterminação dos povos.

E é uma consequência basilar do princípio fundante da nossa República e uma consequência basilar de nossa atuação ter esse encaminhamento aqui por parte da nossa Comissão de Direitos Humanos, e uma consequência, eu diria, do Brasil fazer este reconhecimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe. Nós vamos encaminhar...

Tem a palavra a Sr^a Presidenta desta Comissão.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Capiberibe, eu estou sendo demandada para uma agenda. O pessoal já está me esperando para uma atividade fora do Senado. Eu estou precisando ir para retornar para a sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Certo.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, eu vou pedir licença ao Embaixador e à jornalista e pedir licença aos Parlamentares que aqui estão, porque vou precisar sair. Mas quero deixar registrado o nosso compromisso, da Comissão de Direitos Humanos, para fazer os devidos encaminhamentos, conforme as sugestões aqui já colocadas pelo Senador Randolfe. Se surgir outra sugestão, nós nos colocamos inteiramente à disposição para fazer os devidos encaminhamentos. E o Senador João Capiberibe, como Vice-Presidente, poderá conduzi-los da melhor forma possível aqui, como sempre tem feito – e aproveito para agradecer o Senador João Capiberibe pelo esforço.

Todavia, neste instante, lamentavelmente, preciso me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Presidenta.

Eu apenas queria fazer um esclarecimento: nós convidamos o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinheiro, mas, como houve um equívoco no encaminhamento, o convite foi parar em outro lugar. Dessa forma, o Ministério das Relações Exteriores não tem nenhuma culpa no episódio, pois, realmente, como disse, foi um encaminhamento equivocado de nossa parte.

Eu queria passar a palavra à Deputada Maninha, aqui do Distrito Federal.

A SR^a MARIA JOSÉ MANINHA – Sr. Presidente, Senador Capiberibe, jornalista Laura, meu amigo e Embaixador encarregado de negócios aqui no Brasil, Mohamed Laarosi, Senadora Ana Rita, que está de saída, Presidente desta Comissão, eu queria começar, Senador Capiberibe, lembrando que a nossa geração – eu sou da geração de V. Ex^a – viveu essa discussão da autodeterminação do povo saharauí, quando, nas universidades, fazíamos atos e debatíamos a Frente Polisário. Essa discussão, durante muito tempo, fez parte da nossa vida estudantil, quando promovíamos não só os debates, mas também iniciativas de solidariedade para aquele momento, meados dos anos 1968, 1969, 1970. Tantos anos se passaram e, no Brasil, essa causa silenciou; nunca mais ouvimos falar sobre este assunto que, agora, começamos a retomar a discussão.

Eu quero, aqui, fazer uma lembrança a V. Ex^a de que, ainda quando Deputada Federal, promovemos, na Câmara Federal, uma audiência pública também para debater essa situação. Criamos uma frente parlamentar, que existiu muito curtamente, visto que, como não fui reeleita, não conseguimos dar consequência a essa frente. Porém, tentamos, inclusive com o governo brasileiro, algumas iniciativas para que se fizesse, no mínimo, como se fez com Taiwan, o reconhecimento comercial, a fim de que aqui também pudesse haver um representante que falasse pela República Democrática Saharaui. Infelizmente, não conseguimos.

Eu estive nos territórios ocupados em dezembro de 2006, onde conheci a vida daquelas pessoas que, no deserto, conseguem sobreviver. Eu fui até o muro. Eu conheci a representação parlamentar e também o governo da República Democrática Saharaui. A partir daí, eu me considero também parte dessa trincheira e uma das lutadoras, enquanto eu viver, para que esse povo consiga a sua autodeterminação. Lá temos crianças que não têm acesso à educação, à saúde, como aqui demonstrou a jornalista Laura; são mulheres com condições de vida precárias. Ainda assim, há algo dentro desse povo que faz com que ele consiga se organizar, não só do ponto de vista político, mas também da sua organização social; há nesse povo algo que a gente só vê naqueles que lutam pela sua liberdade como povo.

Tudo isso nos comove, mas não podemos ficar apenas na comoção. O Parlamento brasileiro tem a obrigação, como sempre fez, dentro das Comissões de Direitos Humanos, na de Relações Exteriores – e, lá, na Câmara, quando fui Vice-Presidente, tentamos várias iniciativas –, de buscar, junto ao Executivo, algumas modificações dessa posição que o Brasil assume neste momento, uma posição passiva em relação à República Democrática Saharaui, mas não passiva em relação ao Marrocos.

O Brasil, aqui, toma parte; ele não está neutro nessa questão. É necessário que nós busquemos, por meio do Parlamento, que o nosso Ministério das Relações Exteriores diga claramente qual a posição brasileira frente a essa circunstância.

Todas as vezes em que procuramos o Ministério – e não foi uma só vez que o procurei como representante deste Parlamento –, sempre ouvimos a mesma resposta: “Nós não temos nenhuma posição contra, mas também não externamos nenhuma posição claramente favorável a que haja um desfecho da situação colocada, inclusive, pela própria ONU”.

Eu ouvi aqui a Senadora Ana Rita falar de todos os avanços do governo brasileiro, mas eu gostaria de dizer que houve um retrocesso no que tange à diplomacia brasileira. Nós já vivemos momentos muito melhores, quando o Brasil, de fato, buscava ter iniciativas em relação aos povos africanos. Quanto à América Latina,

nós presenciamos isso, bem como em outras relações, como, por exemplo, o Haiti, mas em relação à África, o Brasil tem, hoje, uma postura que eu considero de atraso.

A Argélia, durante muito tempo, tentou avançar – e V. Ex^a conhece a Argélia muito mais do que eu, conhece os laços que nós temos com o povo argelino –, propondo iniciativas no sentido de que o governo brasileiro pudesse debater esse assunto.

Lembro-me, Senador Capiberibe, de uma importante cúpula, acontecida aqui em Brasília ainda durante o governo Lula, a Cúpula Brasil-África, para discutir economia, acordos bilaterais etc. Esteve aqui presente, à época, o Primeiro-Ministro da Argélia, Bouteflika, que, em seu discurso, fez questão de citar o povo saharauí, e indagou qual era a posição brasileira em relação a tudo isso. E o Brasil se silenciou em relação a essa questão.

Então, eu acho que a iniciativa que o Senador Randolfe aqui coloca é muito importante, porque é uma iniciativa do Senado brasileiro, que representa o povo brasileiro. E eu acrescentaria algo mais: que nós pudéssemos também criar mecanismos de pressão, como, por exemplo, uma frente parlamentar mista (Câmara e Senado) de solidariedade à luta do povo saharauí. Poderíamos também promover outra audiência pública, já com a presença do nosso Ministério das Relações Exteriores, para que ele diga, de forma clara, qual a posição oficial brasileira. Poderíamos trazer aqui também um assessor da Presidente Dilma, que tem um papel muito importante, o Sr. Marco Aurélio Garcia, para que ele possa falar também sobre essa questão.

São iniciativas que se somam e que podem trazer o tema ao debate brasileiro, tal como trouxemos o Timor-Leste, quando se criou uma rede de solidariedade nacional do povo brasileiro, e não apenas do Executivo ou do Parlamento, mas do povo brasileiro. A gente ouvia nas ruas, por exemplo, as pessoas se referirem ao Timor-Leste como se fosse algo do povo brasileiro. Nós queremos também transformar a luta do povo saharauí em uma luta do povo brasileiro. Que cada cidadão e que cada cidadã deste País entendam essa questão e possam transformá-la em um ato solidário, um ato de ajuda.

Eu fiquei extremamente comovida quando percorri os campos e, lá, no meio desses campos, onde todos falam espanhol, de modo que podemos nos comunicar fluentemente, nós ouvimos – meu marido, o Toninho, e eu, juntamente com a delegação de Deputados brasileiros – quando uma criança nos abordou e exclamou: “Brasil! Ronaldinho!” E, hoje, quando eu liguei a televisão, ouvi de um marroquino exatamente a mesma expressão: “O Ronaldinho Gaúcho vai jogar aqui no Marrocos!”

Então, os povos se unem, os povos têm a mesma intenção, que é a intenção da paz, da solidariedade, da luta social, da integração. E nós poderemos ser aliados de tudo isso; nós poderemos dar esse passo para que o governo brasileiro, como disse o Senador Randolfe, reconheça uma delegação saharauí como representantes aqui em nosso País.

Eu não gostaria, Senador, de presenciar, todas as vezes que o nosso embaixador tem que entrar ou sair de um país, ter que dar explicações; ele é um diplomata e tem que ser reconhecido como tal, representante de uma República que nós reconhecemos e que o nosso País tem que reconhecer de fato.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – MUITÍSSIMO OBRIGADO.

Eu acho que todas as sugestões que estão sendo apresentadas aqui serão encaminhadas na próxima reunião deliberativa da Comissão, para que possamos, no conjunto da Comissão, estabelecer o consenso em torno dessas ideias. Eu acho que é muito importante que nós tenhamos um número maior de parlamentares dispostos a encampar essa luta do povo saharauí.

V. Ex^a tem uma experiência, conheceu o terreno. É verdade que, quando fala da política de relações exteriores do Brasil, mesmo comparada com a ditadura, lá atrás, posso aduzir que, em 1974 ou 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola; depois, a de Moçambique. E não só o reconhecimento da independência, mas a nossa embaixada se fez presente e cooperou muitíssimo com esses países desde a sua independência.

Eu acho, pois, que nós temos de destravar essa política, que impede os avanços da autodeterminação dos povos.

Mas eu gostaria muitíssimo de ouvir os parlamentares marroquinos que aqui estão, até porque faz parte da democracia ouviremos as duas versões. Eu só não sei como proceder, porque eu acho que nós teremos de quebrar aqui o protocolo...

Dos deputados, alguém fala português? (*Pausa.*)

Apenas francês. E parece que a embaixada não autorizou o tradutor.

Nós podemos fazer o seguinte: eu posso ajudar na tradução, porque, como os senhores e a senhora vieram aqui, não permitiremos que saiam sem se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP. *Fala em idioma francês traduzida por profissional habilitado.*) – Vou passar-lhe a palavra e tentarei traduzir. Vamos nos entender primeiro porque

eu tenho um pouco de dificuldade. Então, peço que a senhora fale muito devagar para que eu possa repassar para a Mesa e para todas as pessoas que estão aqui.

A SRª AMINA MAELIMINE (*Pronunciamento em idioma francês traduzido por profissional habilitado.*) – Bom, obrigada, eu me apresento, primeiramente eu me apresento, sou Amina Maelimine, deputada parlamentar na primeira câmara, na Câmara de Representantes de Marrocos. Primeiramente, agradecemos aos senhores, como Comissão dos direitos do homem no âmbito do Senado, por terem organizado este debate para um tema que é importante, já que diz respeito a um conflito que tem durado, de fato, entre Marrocos e a Argélia.

Sou membro da Comissão dos direitos do homem em Marrocos, na Câmara de Representantes. Eu sei até que ponto é importante, no concernente a um conflito, chegar à verdade, apenas à verdade. Sim, então, aprecio, aprecio que tenham organizado este debate interativo para debater esse tema, mas o que eu notei, porque se se deseja chegar à verdade, primeiramente, os senhores convidaram o Sr. Mohamed Laarosi como embaixador da República Saharauí, isso requer que exista realmente um Estado reconhecido pelo Estado dos senhores. Este não é o caso, não é realmente o caso. Em segundo lugar, é uma responsabilidade, primeiramente política, jurídica, mas também ética, quando se deseja debater um conflito, é preciso ter as duas versões, então, os dois pontos de vista. Agora, os senhores têm efetivamente alguém que representa o Polisario, a Frente do Polisario, mas não era difícil para os senhores convidarem a segunda parte, é Marrocos, para ter um ponto de vista equilibrado sobre esse conflito. Então, os senhores invitaram uma parte, mas a outra parte, que é Marrocos, está ausente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP. *Fala em idioma francês traduzida por profissional habilitado.*) – Eu vou traduzir, estou traduzindo. Vou tentar traduzir...

A SRª AMINA MAELIMINE (*Pronunciamento em idioma francês traduzido por profissional habilitado.*) – Não, estou falando é de interveniente oficial. Então, felizmente, felizmente, estamos aqui, como parlamentares marroquinos, para assistir ao Fórum mundial sobre os direitos do homem.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Por favor, entendam que eu sou o tradutor. Tudo o que ela disser, eu sou obrigado a repetir.

A SRª AMINA MAELIMINE (*Pronunciamento em idioma francês traduzido por profissional habilitado.*) – Então, por isso é que estamos aqui.

Primeiramente, quero fazer uma pergunta à Sra. Laura Daudén, porque ela é jornalista e autora de um livro sobre o Sahara Ocidental, é muito importante, mas acho que... eu lhe faço uma pergunta, primeiramente, será que a senhora já visitou Marrocos, então, as províncias de Marrocos e a Frente do Polisario no território argelino? Porque, a partir do que eu ouvi, acho que a senhora precisa realmente visitar outra vez Marrocos. E a gente convida a senhora, agora, para visitar Marrocos, porque aprecio o trabalho que a senhora fez para ter um ponto de vista, mas eu disse no início, procura-se sempre a verdade! Como jovem parlamentar, posso dizer-lhe que Marrocos fez uma grande evolução em relação aos direitos do homem. A gente reformou nossa Constituição, agora a gente constitucionalizou todos os direitos do homem... A gente criou um Conselho nacional dos direitos do homem, que faz parte das INDHs reconhecidas pelo Conselho dos direitos do homem. Sim, faz parte das INDHs. E a gente tem comissões regionais que trabalham nas três regiões do Sahara: Ed Dahab, Laâyoune e Al Guelmin.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu vou pedir aqui a contribuição de uma pessoa que pode nos ajudar na tradução.

Por favor, Tomás! O Sr. Tomás é nosso Assessor no gabinete. Eu acho que ele trabalhará melhor. Contudo, vou estabelecer um tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP. *Pronunciamento em idioma francês traduzido por profissional habilitado.*) – A gente tem um tempo, porque dentro de pouco temos que ir a...

A SRª AMINA MAELIMINE (*Pronunciamento em idioma francês traduzido por profissional habilitado.*) – Mas, ele vai resumir, ele vai resumir? Porque o que eu quero dizer, realmente, é que, em Marrocos, a gente não tem nada a esconder, porque os processos, os mecanismos internacionais reconhecidos pela ONU sempre vêm a Marrocos. Ao mesmo tempo, a gente tem um grupo de trabalho sobre a detenção arbitrária... Eu estava dizendo que, em Marrocos, a gente não tem nada a esconder. A gente convida frequentemente os mecanismos e os processos da ONU a virem a Marrocos. A gente recebeu mais de vinte mecanismos... Os grupos de trabalho, os relatores, etc. Agora, em Marrocos, a gente invitou o grupo de trabalho sobre a detenção arbitrária, neste mesmo momento. Vai visitar as províncias do Sahara. Ao mesmo tempo, para os campos do Polisario no território argelino, o que a gente realmente quer é chegar ali. E ver um ponto de vista sobre o estado, a situação dos direitos do homem. Infelizmente, não é o caso, porque o mecanismo da ONU não pode aceder sobre o território argelino, porque o Polisario não é realmente um Estado reconhecido por...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP. *Fala em idioma francês traduzido por profissional habilitado.*) – Desculpe-me, a gente tem uma reunião, eu e o Senador Randolfe temos que estar presentes nela.

A SRª AMINA MAELIMINE (*Pronunciamento em idioma francês traduzido por profissional habilitado.*) – O que eu quero dizer, é que a gente convida os senhores a irem a Marrocos, porque a gente está motivada para achar uma solução para esse conflito. Eu faço parte de uma família sahariana que sofreu realmente com essa separação entre membros de uma mesma família. A iniciativa marroquina está na mesa, aí, para negociar, é o Plano de Autonomia, e a gente espera a boa-fé da outra parte para mostrar que se pode realmente chegar a uma solução que deve ser justa. A gente está aqui para apoiar o Brasil, porque o organismo, agora, um Fórum mundial para os direitos do homem, o Marrocos é realmente uma exceção na região marroquina, africana e mediterrânea neste plano. Então, a gente está aqui para apoiar a organização do Brasil no Fórum dos direitos do homem. Obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Estamos aqui com uma dificuldade, não é?

V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, na verdade, para uma questão de ordem. Por força regimental, inaugurada, aberta a sessão do Senado ou do Congresso Nacional, qualquer outra reunião ou audiência pública que esteja ocorrendo na Casa tem que ser imediatamente suspensa em função da sessão que está acontecendo.

Por isso, peço aos colegas parlamentares que entendem que, por força do Regimento, já que teve início agora uma sessão do Congresso Nacional, nós estamos sendo chamados para votar. Portanto, o Regimento determina que seja suspensa esta reunião. V. Exª pode suspendê-la, e, terminado a votação no Congresso, nós poderemos retornar a inda hoje, ou, então, em um outro momento retomariamos esta audiência pública.

A SRª AMINA MAELIMINE (*Pronunciamento em idioma francês traduzido por profissional habilitado.*) – Já que a gente está aqui, a gente pede realmente que organizem uma reunião entre nós, parlamentares marroquinos e brasileiros, para aprofundar a discussão sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Em função do que já foi colocado, ou seja, que somos obrigados a suspender esta reunião porque, em seguida, teremos de estar em plenário, quero dizer que vou suspender esta reunião, que ficará inconclusa, para ser reaberta em uma próxima oportunidade. Aí, então, vamos corrigir a nossa falha, convidando representantes do Marrocos para defender posição junto à próxima Mesa que vamos formar.

Passo a palavra ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Perfeito.

Sr. Presidente, inclusive era essa a sugestão que eu faria. Parece-me que desde o primeiro momento houve a disposição para a presença do Marrocos neste debate. E essa disposição continua em aberto, caso haja a disponibilidade da presença da representação marroquina neste debate. Isso, inclusive, melhorará o debate.

O SR. MOHAMED LAAROSI BAHIA (*Pronunciamento em idioma espanhol traduzido por profissional habilitado.*) – Anotei, senador. Quando nos aproximamos à Comissão de direitos humanos, fomos nós, o Polisario, que dissemos não haver qualquer inconveniente em que a parte marroquina estivesse na Mesa. Portanto, deputados, deputadas... deixem-me concluir. Tem aqui alguém que não está fazendo seu trabalho, e é sua embaixada. Não faz seu trabalho. Ou seja, não tem que ir atrás da gente para explicar o ponto de vista marroquino. Vocês são livres para apresentar as iniciativas que quiserem, nesta Casa e em qualquer outra, para explicar seu ponto de vista. Se não fosse por esta reunião, proposta por um grupo de senadores e pela Frente Polisario saharauí, vocês, como deputados, talvez não teriam encontrado os deputados e senadores. Mas sua embaixada tem que fazer seu trabalho. Isto, quanto a uma parte. E quanto a outra, senhora deputada, é incrível que me diga, a mim, que diga perante os deputados e senadores que Marrocos é uma referência em direitos humanos, quando tem em seus cárceres centenas de compatriotas do meu país, cumprindo penas de detenção perpétua, de 30 anos, 25 anos, quando a Comissão de direitos humanos marroquina – não foi a saharauí! – reconheceu o sumiço de centenas de saharauís por causa do seu ponto de vista, por causa do seu ativismo pela independência. É incrível que a senhora, uma deputada marroquina, venha aqui e me diga, a mim, que Marrocos abriu e está disposto a permitir que a ONU observe e utilize todos os mecanismos de observação dos direitos humanos, quando seu país é o que continua vetando, com o apoio da França, para que a Minusco seja a única missão das Nações Unidas no mundo que não zela pelos direitos humanos. Se Marrocos é tão democrata e respeitoso dos direitos humanos, por que não deixa a ONU verificar? Isto, de uma parte. Dois. Se quiser que eu lhe lembre o que disseram os relatores das Nações Unidas de que falou, posso lembrar-lhe. Posso lembrar o que disse o

Relator contra a tortura, o argentino Méndez, em sua visita dos territórios ocupados do Sahara Ocidental no ano passado. Cito, textualmente: “A tortura parece ser um mecanismo sistemático exercido contra os saharauís”, fecho aspas. Quer também que eu lhe lembre o que disseram os outros relatores, como o da liberdade de associação, da liberdade de imprensa, etc., etc.? Portanto, eu não questiono os avanços que a senhora diz que possa ou não possa ter feito Marrocos. Em todo caso, os saharauís continuam submetidos a uma ocupação militar ilegal do seu território, e continuam tendo nos cárceres centenas de presos. Mas repito o que eu disse no começo: peçam à sua embaixada que organize, que explique qual o ponto de vista de Marrocos sobre o conflito do Sahara Ocidental, e não andem tanto atrás da gente, porque do contrário vão cansar-se ao final, e não encontrarão ouvidos. Muito obrigado, senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado a todos vocês.

Eu recebi, aqui, uma lista com nomes de presos e condenados, presos políticos saharauís que estão encarcerados no Marrocos. Peço à Secretaria da Comissão que encaminhe ofício ao Ministério das Relações Exteriores no sentido de solicitar informações a respeito dessa lista de pessoas presas.

De acordo com o Regimento Interno, tenho de suspender esta audiência pública, que terá continuidade em uma próxima oportunidade.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES COMPOSTA PELA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PELA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e três de maio do ano de dois mil e doze, no Plenário número sete, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Márcio Macêdo, Presidente da CMMC, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, com a presença do Senador Fernando Collor, Presidente da CRE, da Senadora Vanessa Grazziotin, dos Senadores Sérgio Souza, Wellington Dias, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda, e dos Deputados André Zacharow, Luiz Noé, Alfredo Sirkis e Ricardo Tripoli, membros das Comissões. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião dando início à apreciação da primeira parte da Pauta destinada à realização de Audiência Pública para “debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, em conformidade com aprovação do Requerimento nº 2, de 2012-CMMC e nº 20, de 2012-CRE, por iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito pelo Senador Sérgio Souza, com a presença dos seguintes convidados: Embaixador Alejandro A. Gordillo, Secretário-Geral da OTCA; Ministro Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores e representante da República Federativa do Brasil na OTCA; e Embaixador do Equador no Brasil Horácio Sevilla Borja, Presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica – CCOOR. Após a exposição dos convidados, usam da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Sérgio Souza, os Deputados Alfredo Sirkis e Luiz Noé e, também, o Senhor Presidente, Deputado Márcio Macêdo. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Passa-se à segunda parte da Reunião. A Presidência submete à apreciação os seguintes Requerimentos no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas: **Requerimento nº 3, de 2012-CMMC.** “requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS e com a Comissão de Finanças e Tributação – CFT, ambas da Câmara dos Deputados, para debater o tema ‘Economia Verde e Tributação’. A iniciativa tem o propósito de promover a discussão de questões relacionadas ao uso de instrumentos tributários na estruturação de incentivos ao desenvolvimento da Economia Verde no Brasil”. **Autoria:** Deputado Márcio Macêdo. **Resultado:** Aprovado. **Requerimento nº 4, de 2012-CMMC.** “requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, com a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, destinada a debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, no dia 21 de junho, durante a RIO+20, na cidade do Rio de Janeiro”. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **Requerimento nº 5, de 2012-CMMC.** “requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, no dia 19 de junho do corrente, às 16:00

horas, na cidade do Rio de Janeiro, durante a realização da Rio+20, para debater o tema ‘os princípios da Política Nacional de Mudanças Climáticas, nos marcos da sustentabilidade’, com os seguintes convidados: Ministra Isabella Teixeira, do Meio Ambiente; Luiz Pinguelli Rosa, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. **Autoria:** Deputado Márcio Macedo. **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta 19ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, composta pela 7ª Reunião da CMMC e pela 28ª Reunião da CRE, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC – Senador **Fernando Collor**, Presidente da CRE.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Boa tarde a todas as Sr^{as} e Srs. presentes, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, a todos os que nos assistem neste momento pela TV Senado e pela Internet e pela TV Câmara.

Eu queria iniciar esta audiência pública de hoje.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes compostas pela 7ª Reunião da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional mediante a Resolução nº 4, de 2008; e pela 28ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

A pauta desta reunião destina-se à audiência pública para debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 2 de 2012, da CMMC, e do Requerimento nº 20 de 2012, por iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito pelo Senador Sérgio Souza.

Queria registrar que já compõem a Mesa o Embaixador Alejandro Gordillo, Secretário-Geral da OTCA; o Ministro Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores e representante da República Federativa do Brasil na OTCA; o Embaixador do Equador no Brasil Horácio Sevilla Borja, Presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR).

Queria iniciar saudando a Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente desta Comissão e o Senador Sérgio Souza, Relator desta Comissão, a quem convido à Mesa.

Queria cumprimentar os palestrantes da tarde de hoje, senhoras e senhores, Deputados e Senadores aqui presentes, aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pela Câmara.

Estamos hoje reunidos para uma sessão conjunta da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Esta iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, que contou também com o apoio do nosso Relator, Senador Sérgio Souza, para ouvir os ilustres representantes da OTCA vem em boa hora. Há 32 anos, os países que abrigam a Bacia Amazônica acordavam importante e bem-sucedido regime internacional e multilateral, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

Iniciava-se ali um processo de coordenação e cooperação que, desde então, permitiu o desenvolvimento de ampla gama de ações de cooperação. Com o sucesso do tratado, em 1978, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela, reconhecendo o caráter transfronteiriço da Amazônia, firmaram o Pacto Amazônico, com objetivo de promover a integração dos povos que habitam a floresta, seu desenvolvimento sustentável e a proteção de seus imensos recursos naturais.

Sob a influência da 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada alguns anos antes, reafirmaram sua soberania sobre suas respectivas porções da Floresta e o caráter estratégico da Amazônia para o equilíbrio ambiental global.

Naquela oportunidade, os países que abrigam a Floresta Amazônica chamaram a atenção do mundo para a relação intrínseca que existe entre a preservação de sua biodiversidade e o combate à pobreza de seus habitantes. Só com a promoção do desenvolvimento sustentável será possível preservar seus recursos e garantir o bem-estar das múltiplas culturas que ali habitam.

Vinte anos mais tarde, em 1998, os países decidiram dar mais um passo neste processo e criaram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com sua Secretaria Permanente aqui em Brasília.

Desde então, o incremento da pesquisa científica e tecnológica, o intercâmbio de informações, a utilização racional dos recursos naturais, a liberdade de navegação, a preservação do patrimônio cultural, os cuidados com a saúde, a criação de centros de pesquisa, o estabelecimento de uma adequada infraestrutura de transportes e comunicações, e o incremento do turismo e do comércio fronteiroço tem marcado a atuação da OTCA.

No momento em que o Congresso Nacional prepara sua participação na Rio+20, reputo da maior importância a iniciativa tomada pelos nobres Pares Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Sergio Souza de convidar os representantes da OTCA para falar um pouco da experiência e dos resultados desta importante organização.

Antes de ouvirmos os nossos ilustres convidados, quero chamar atenção para alguns temas relacionados com a missão da OTCA que considero relevantes para os futuros debates que vão ser promovidos na Comissão Mista, não só com relação à Rio+20, como citei anteriormente, mas também pensando na reunião das Partes do Protocolo de Nagoya à Convenção da Biodiversidade, que acontecerá no mês de outubro próximo, na Índia e na COP 18 do Protocolo de Kyoto à Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, que acontecerá no final do ano, em Doha, no Qatar.

Em relação à Rio+20, considero de fundamental importância que as delegações dos países que compõem a OTCA se articulem para uma intervenção mais efetiva frente aos debates em torno dos problemas que afetam a floresta tropical, seus rios maravilhosos e sua gigantesca biodiversidade.

Esta articulação não deve envolver apenas os parlamentares que lá participarão, ainda que devamos tomar iniciativas imediatas neste sentido. Como Presidente desta Comissão penso que podemos e devemos iniciar tratativas com a Secretaria da OTCA no sentido de construirmos uma agenda com vistas a Rio+20 que envolva os parlamentares dos países que compõem o Pacto, buscando o diálogo permanente com os governos e as organizações da sociedade civil.

Na próxima semana, estaremos de volta aqui para debater a agenda da Rio+20 e não veja como falar da economia verde e governança sem levar em conta o papel que a Amazônia, como grande espaço ambiental, continuará desempenhando nas próximas décadas.

Fica a minha sugestão e disposição de colaborar com essa articulação. Logo que passar a Rio+20, teremos que nos debruçar sobre a questão da biodiversidade. Este Congresso precisa aprovar a adesão do Brasil ao Protocolo de Nagoya e nossa legislação sobre o uso da biodiversidade carece de uma urgente reformulação.

Estou defendendo junto à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados a imediata instalação de uma comissão especial para discutir e agilizar a tramitação dos muitos projetos que tramitam em ambas as Casas Legislativas, em especial os projetos da ex-Senadora Marina Silva e do ex-Deputado Jaques Wagner, hoje Governador da Bahia. Essa Comissão não poderá ficar à margem desse debate. Pelo contrário, defendo que sejamos protagonistas.

Quando olhamos para a imensa riqueza da biodiversidade dos biomas brasileiros, em especial da Amazônia, temos a impressão de estarmos diante de um novo pré-sal, nos termos do potencial de riqueza que pode gerar se soubermos explorar de forma sustentável, assim como do potencial de ameaça que pode representar para o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, se não formos criteriosos e cuidadosos na sua exploração.

Assim penso que seria de enorme valia para esta Comissão se pudéssemos fazer o debate sobre a diversidade biológica mantendo o diálogo permanente com os nossos vizinhos, no que a OTCA pode cumprir um papel importante.

Finalmente, voltaremos a nos debruçar mais para o final do ano sobre o tema que é a razão da existência desta Comissão Mista: a mudança climática. As negociações em torno da Plataforma de Durban já estão acontecendo desde o dia 14 último em Bonn e esperamos aprovar no final do ano um novo acordo em torno das emissões de gás de efeito estufa que tenha força legal.

Temos esperança de que sejamos capazes de gerar uma versão revigorada do Protocolo de Kyoto, que abrigue todos, ricos e pobres, a cumprir regras para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e adotar medidas de adaptação às mudanças climáticas.

Como é chamada popularmente “pulmão do planeta”, a Amazônia é um trunfo que temos, não só o Brasil, mas também nossos vizinhos, que compartilham conosco essa dádiva, para obrigar os países mais desenvolvidos em torno de medidas efetivas de controle de suas emissões antrópicas.

Penso que o debate em torno da redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD) é outro ponto de articulação com a OTCA, que devemos explorar com a vista a uma intervenção mais efetiva no cenário regional e global.

Quero agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Sérgio Souza por essa iniciativa e colocar a Presidência desta Comissão à inteira disposição da OTCA no encaminhamento dos resultados deste que eu espero seja o primeiro de muitos encontros com os nossos vizinhos e amigos da Amazônia.

Muito obrigado.

Gostaria de passar a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin e, sem seguida, ao Senador Sérgio Souza e, depois, aos nossos palestrantes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Boa tarde a todos os presentes, nossos convidados.

Antes de falar pouquíssimas palavras, gostaria de ceder o lugar que eu estou aqui ao nosso Relator... não, o nosso Presidente já está; é importante que V. Exª venha para cá, Senador Sérgio Souza, e eu falo dali.

Então, eu falo e, depois, o senhor vem aqui.

Primeiro, quero assinar embaixo do pronunciamento do nosso Presidente, Deputado Márcio Macedo, que expressa o que é a nossa preocupação em relação à convenção sobre biodiversidade e ao que nós teremos no final do ano.

Essa nossa iniciativa de trazer para cá não só no âmbito da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, mas também da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal é uma sinalização que nós estamos dando ao papel que tem a OTCA, que, como acordo de cooperação, existe, salvo engano, desde 1978 e, como organização, a partir de 1998. Não é isso? Vinte anos depois, entendeu-se que, para que esse acordo pudesse ser viabilizado, criou-se uma organização composta de todos os membros cuja secretaria geral é ocupada através de um rodízio entre todos os partidos. Hoje, nós temos, salvo engano, o Embaixador Gordillo na presidência e, depois, será o Suriname, a partir do mês de julho próximo, ou seja, daqui a um mês teremos mudança na direção.

Mas todos os países participam. A sede da OTCA fica aqui em Brasília e o nosso objetivo é formar essa parceria com essa importante organização para que a gente possa contribuir naquilo que for possível e se faça necessário não só na elaboração de políticas que tratem do desenvolvimento sustentável da Amazônia não mais brasileira, mas a Amazônia global. O Brasil, apesar de deter mais de 60% do território amazônico, não partilha sozinho desse bioma.

Temos, além do Brasil, Suriname, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru e Guiana, que compartilham o mesmo bioma. Então, ações conjuntas são extremamente necessárias.

Quero agradecer a presença de todos e pedir que, ao final da reunião, a gente possa analisar um novo requerimento também relativo – se V. Exª, Relator, permitir – a esse assunto.

O nosso Relator ocupará aqui o seu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE) – Obrigado a Senadora Vanessa.

Senador Sérgio, para sua consideração inicial. E, depois, iremos aos nossos palestrantes.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Primeiro, eu acho que, no mínimo, é deselegante...

Boa tarde a todos.

Faço uma reflexão bem rápida sobre a nossa reunião de hoje e me reservo para fazer perguntas e comentários maiores ao final.

Primeiro, esta Comissão tem se prestado a oferecer à sociedade brasileira grandes debates. E tem buscado fazer as reuniões semanais. Nem mesmo as comissões permanentes do Congresso, da Câmara e do Senado, às vezes conseguem promover as suas reuniões semanais.

Mas nós temos um objetivo muito bem elaborado e uma meta para chegarmos ao final deste ano, o ano da Rio+20, com o relatório que sirva para o Congresso Nacional, que sirva para a sociedade brasileira como uma proposição, uma ideia geral de como é o tratamento das mudanças climáticas e demais fatos atinentes às mudanças climáticas.

É bom que a sociedade brasileira, o Congresso Nacional conheçam um pouco do que é a Organização do Tratado da Amazônia. É um órgão criado há mais de 30 anos, 34 anos, e pouco se conhece sobre isso. E a Comissão de Mudanças Climáticas, através da iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, entendeu que isso é tão importante quanto qualquer outra reunião desta Comissão. Então, a iniciativa de promovermos esta reunião e com a presença das pessoas que mais entendem do assunto, eu acho que vamos ter, Presidente Márcio, uma reunião muito profícua no sentido de conhecermos um pouco como funciona, entendermos isso e sabermos ao que se propõe a OTCA, quais são as metas, os objetivos, como será daqui a 30 anos, o que estamos pensando para a Amazônia – não de hoje, mas a Amazônia de amanhã também.

Era isso, Sr. Presidente, agradecendo a presença de todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE) – Antes de iniciar os nossos debates, gostaria de registrar que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, o ex-Presidente e atual Senador Fernando Collor esteve aqui recepcionando os nossos palestrantes e, por motivos de força maior, de compromisso anterior agendado, ele pediu licença para se ausentar dos nossos debates de hoje, mas quero registrar a deferência que o Senador Collor teve de estar aqui presente no início dos nossos trabalhos.

Queria também cumprimentar o Deputado Federal Noé, do PSB do Rio Grande, e assíduo membro desta Comissão.

Então, vamos iniciar os nossos trabalhos, passando para o palestrante Ministro Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento da América do Sul II. Vamos trabalhar com até 15 minutos.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Márcio Macedo, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas; Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente desta Comissão e uma, como ela disse em Manaus em novembro do ano passado, servidora da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico; Senador Sérgio Souza, com quem já estive o prazer de participar de um debate sobre água, juntamente com o Presidente da ANA; Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, prazer reencontrá-la; Embaixador Gordillo; Embaixador Sevilla; nossos companheiros de jornadas na OTCA; para mim é um grande prazer, uma honra estar aqui novamente justamente nesta Comissão – se não me engano, esta é a terceira vez que venho aqui – para debater, para conversar um pouco sobre o tema do Tratado de Cooperação Amazônico.

Esse tratado foi firmado desde 1978, há 34 anos, como dito aqui pelo Senador, e, desde 2006, temos uma sede em Brasília. E justamente neste ano de 2012, completam-se de dez anos de assinatura do Acordo sede entre o Brasil e a Organização.

Eu vou contar um pouco o passado da Organização. Ela tem uma importância que transcende a região. A região amazônica, no início dos anos 2000 – 2001, 2002 –, por diversas vezes, os nossos governos, os governos dos países amazônicos sofreram diversas e duras críticas dos países desenvolvidos – e isso era textual – de que os nossos países não tinham competência, não tinham condições de proteger a Amazônia e, daí, ser necessário internacionalizar a região amazônica.

Eu acho que esta foi a primeira vez que houve uma reação conjunta, coordenada dos países amazônicos ao condenar esse tipo de crítica, esse tipo de declaração. Se não me engano, foi em 2007 que a OTCA emitiu uma declaração à imprensa refutando, em nome de todos os países amazônicos tal declaração.

Então, de lá para cá, houve um pouco esse caminho de fixar, de divulgar o que a OTCA produz, o que a OTCA faz. Eu participo das reuniões do Conselho aqui em Brasília desde 2006 ou 2007 e, portanto, tenho quase cinco anos e vejo que, de dois a três anos para cá... porque, anteriormente, nos anos de 2007 e 2008, houve uma espécie de congelamento das ações da OTCA em função de que não havia um secretário-geral eleito pelos oito países amazônicos. Daí, então, houve a eleição, antes do Embaixador Gordillo, estava o Embaixador Manuel Picasso, que, por razões de saúde, solicitou a sua saída e assumiu o Embaixador Gordillo.

Como disse a Senadora Grazziotin, a partir de julho, teremos um sistema de rodízio, e teremos um embaixador do Suriname – atualmente, ele é vice-chanceler do Suriname – como o próximo Secretário-Geral da OTCA.

Então, politicamente, esse órgão é o único organismo internacional com sede em Brasília e se tornou muito prioritário na política externa brasileira. Houve um reforço ou um esforço, digamos assim, do Governo brasileiro, em dar visibilidade à organização. O Brasil, por diversas vezes, sediou reuniões de presidentes da OTCA, em Manaus – aliás, as três reuniões de presidentes foram em Manaus –, reuniões de ministros de relações exteriores. A última foi em novembro do ano passado, também em Manaus.

O Governo brasileiro também realizou um seminário sobre a OTCA, justamente para divulgar um pouco o que a organização faz porque ela ainda é muito desconhecida, inclusive na região da Amazônia brasileira. Poucas pessoas conhecem o que faz.

Então, há um grande esforço do Governo de um pedido, aliás, que houve na declaração de Lima de ministros de relações exteriores, em 2010, de um relançamento da OTCA, o revigoramento da OTCA.

Então, em função dessa atitude, dessa declaração de Lima, nós estamos trabalhando para que a OTCA tenha o seu relançamento de seus objetivos reconhecidos, não somente na região da América do Sul, mas em escala mundial.

Portanto, coloco a Rio+20 como a ocasião ideal para que se dê uma maior visibilidade ao trabalho que está sendo feito pela organização.

Atualmente, entre vários outros projetos que estão sendo feitos para aplicação na região amazônica, em todos os países amazônicos, temos um projeto de fundamental importância, que esperamos seja assinado durante a Rio+20, que são os recursos do Fundo Amazônia do BNDES – esses fundos, que são da ordem de US\$11,5 milhões, seja aplicados em todos os países amazônicos no sentido de monitorar o desmatamento.

Será, eu acho, o primeiro grande projeto que vai abarcar todos os países amazônicos. Então, a partir da assinatura desse projeto – que esperamos agora na Rio+20 –, possa haver um novo fôlego, um revigoramento aos trabalhos da Organização.

Eu não quero me alongar muito aqui. Eu daria oportunidade para os nossos Embaixadores, Gordillo e Sevilla, para que um pouco complementem o que foi dito aqui. E coloco-me à disposição de todos para responder a qualquer pergunta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE) – Muito obrigado, Ministro Clemente.

Gostaria de passar a palavra ao Secretário-Geral da OTCA, Embaixador Alejandro Gordillo para suas considerações.

O SR. ALEJANDRO GORDILLO (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É muito importante para a OTCA, para sua divulgação, para seus trabalhos e para seu desenvolvimento que os parlamentos nacionais diretamente e por meio do Parlamento Amazônico (o Parlamaz) se interessem pelos trabalhos da organização.

Se não me engano é a segunda vez que estou numa comissão deste Senado explicando os alcances da organização. Gostaria de assinalar, Sr. Presidente, que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica se encontra num processo de relançamento, como indicado pelo Ministro Baena Soares. Esse processo de relançamento teve como plataforma a adoção numa reunião de chanceleres da OTCA realizada em Lima no fim do ano de 2010 da atualização dos regimentos dos órgãos da organização, com diretrizes para as relações de cooperação internacional, a modernização do sistema de comunicações, uma nova estrutura internacional, o monitoramento e a avaliação dos projetos, o reforço das comissões nacionais permanentes e uma série de regras relativas ao financiamento da organização.

Mas isso constitui somente a plataforma de relançamento porque, ao mesmo tempo, foi aprovada uma agenda estratégica de cooperação amazônica. Neste momento a agenda estratégica é um roteiro para a organização. A agenda estratégica pressupõe a existência de planos, ações para os próximos oito anos, bem como ações para curto, médio e longo prazo.

É importante, dentro dessa agenda estratégica, algo que foi mencionado em sua introdução pelo Sr. Presidente, pois os oito países membros da organização estão de acordo com a visão que possuem da Amazônia. Existe uma visão compartilhada dos oito membros do que querem da Amazônia, de qual é o futuro que anteveem para esta região tão importante para todos os nossos países. Mas além disso, nessa agenda estratégica, existe uma visão de futuro para a organização, uma missão a ser alcançada e objetivos estratégicos definidos.

Os assuntos contemplados nessa agenda estratégica são os assuntos oriundos do Tratado de Cooperação Amazônica, mas foram incorporados alguns novos temas emergentes que surgiram desde a assinatura do tratado. A agenda está construída sobre dois eixos transversais: a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o desenvolvimento sustentável.

Os assuntos abordados na agenda estratégica referem-se à conservação dos recursos naturais, a temas indígenas, de saúde, assuntos ligados ao turismo, à infraestrutura, à comunicação, a temas de conhecimento e pesquisa e de inovação tecnológica, sobre os quais existe uma série de ações sobre as quais já se chegou a um consenso na agenda estratégica.

A aplicação da agenda estratégica foi iniciada no ano passado, no mês de janeiro do ano de 2011, e até o momento podemos considerar que o desenvolvimento, a forma pela qual vem se desenvolvendo a aplicação da agenda é auspiciosa, basicamente porque os oito países membros da organização se deram conta de que têm em mãos uma ferramenta que lhes é útil para o desenvolvimento de suas respectivas regiões amazônicas.

E assim, nas reuniões técnicas setoriais realizadas no decorrer de todo o ano passado e deste ano, o comparecimento dos países membros tem sido quase completo na maior parte dos casos – em pelo menos 80 a 85% das reuniões técnicas o comparecimento foi completo. E quando houve algum caso de comparecimento incompleto, só um país faltou, nunca faltou mais de um país. Isso é um dos indicadores da importância que os países membros têm dado a essa organização.

Outro símbolo é que a maior parte dos países membros está em dia no pagamento de sua contribuição. É muito importante que analisemos a forma de adquirirmos gradativamente autonomia financeira. E, finalmente, outro símbolo dessa importância é que alguns projetos que se encontravam arquivados puderam ser iniciados e esses projetos são importantes, um deles foi o mencionado pelo Ministro Baena Soares relacionado ao monitoramento do desmatamento, mas temos outro ligado aos recursos hídricos que neste exato momento aqui em Brasília está realizando uma oficina. E temos também mais alguns projetos ligados às populações em isolamento voluntário ou em contato inicial e outro relativo à saúde das populações amazônicas.

Quanto à secretaria, desde que se iniciou a aplicação da agenda estratégica, assumiu como atividades prioritárias a continuação da promoção do diálogo político entre os países membros, o avanço nas atividades de curto prazo estabelecidas na agenda estratégica, a implementação dos novos regulamentos e a aplicação do novo marco de relação com a cooperação internacional. Nas relações com os países membros, a secretaria

permanente participou da instalação ou reinstalação da maior parte das comissões nacionais permanentes, que são as instituições nacionais dos países membros encarregadas de aplicar em seus respectivos países os acordos definidos dentro da organização. E também realizamos uma série de visitas aos diferentes países membros.

Em relação aos contatos fora da região, posso lhes informar que temos relações próximas com várias organizações latino-americanas como a UNASUL, sobretudo na área da saúde, e com a Comunidade Andina. E estamos a ponto de aprovar um novo acordo de cooperação com a OPS no tocante à saúde, com o BID, que está financiando alguns projetos nossos que estão em curso, projetos de proteção das populações em isolamento voluntário e em contato inicial e projetos referentes à saúde ambiental, com a CELAC, com questões também ligadas à saúde e com a CEPAL, que nos prestará apoio na atualização de nosso sistema de informática. No âmbito internacional temos contato com o GEF e o PNUMA, responsáveis por financiar parte do projeto de recursos hídricos cuja oficina está sendo realizada hoje, com a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO), com a qual estamos trabalhando para o monitoramento do desmatamento, com a Convenção de Diversidade Biológica e estamos também negociando um memorando de entendimento com a COMIFAC, que agrupa os países ribeirinhos do rio Congo, e com a ASEAN, que tem o rio Mekong – trata-se de uma região de floresta tropical igual ao Congo e à Amazônia.

No ano passado, como mencionou o Ministro Baena Soares, tivemos também uma nova reunião de ministros de Relações Exteriores em Manaus e durante essa reunião foi aprovado o compromisso de Manaus, compromisso esse que traz um novo mandato para a organização que se soma ao que já temos na agenda estratégica. É importante destacar alguns pontos desse compromisso em Manaus.

Em primeiro lugar, os chanceleres dos países membros renovaram o apoio político ao processo de relançamento no qual a organização se encontra. Também foi recomendado que houvesse uma maior proximidade da organização com as populações amazônicas, a fim de haver uma maior divulgação da existência da organização e de seus trabalhos. Também foi recomendado que houvesse seminários nacionais em cada um dos países membros. E após a realização desses seminários nacionais haverá um seminário regional para o qual já existe uma sede fixa, a Bolívia, e data de realização, o mês de outubro.

Igualmente, nesse compromisso de Manaus destaca-se a conveniência da criação de uma universidade regional amazônica e do estabelecimento de um programa regional de intercâmbio. Acrescenta-se nesse compromisso um tema novo, muito importante e atual, que é o da inclusão social e da luta contra a pobreza e a erradicação da pobreza extrema. O Brasil ofereceu-se para sediar a primeira reunião do grupo de trabalho sobre esse assunto. Também no compromisso de Manaus foi aprovada a criação de um observatório amazônico. Há também menção à proteção dos conhecimentos tradicionais e igualmente uma preocupação com a questão da mineração ilegal, que também será em breve discutida em reunião de um grupo de peritos no assunto. Nesse compromisso também foram mencionadas novas alternativas de financiamento, como é o caso do BNDES e também o caso de algo a ser executado em breve, a Autoridade Nacional de Águas do Brasil.

Os chanceleres reunidos em Manaus aprovaram uma declaração destinada à Rio+20. Consideramos que a organização tem algo a mostrar nessa conferência tão importante e chegamos a uma agenda estratégica de cooperação, com o consenso dos oito países membros – foi realmente um modelo de acordo. Por outro lado, queremos demonstrar que a organização é um modelo importante de cooperação Sul-Sul, de cooperação horizontal. Os seis chanceleres igualmente manifestaram seu interesse na conferência Rio+20, a fim de que sejam levados em conta os elementos sociais da sustentabilidade. O Sr. Presidente mencionou a próxima conferência do meio ambiente e desenvolvimento, chamada Rio +20, e a participação da OTCA.

A OTCA decidiu, por meio dos delegados do Conselho de Cooperação Amazônica, que deve haver um evento paralelo e teremos também um stand, além da declaração já emitida pelos chanceleres. A declaração dos chanceleres foi posteriormente apoiada numa reunião de ministros do Meio Ambiente realizada em Lima no último mês de março.

Concluindo, Sr. Presidente, podemos destacar a preocupação principal dos países membros da OTCA e o que foi mencionado pelo Ministro Baena Soares com relação a soberania. Acredito que por meio da OTCA está sendo demonstrado que nossos países membros, os países amazônicos, são não só suficientemente responsáveis por proteger sua soberania sobre a Amazônia, mas também por preservar e conservar o meio ambiente e desenvolvê-lo por seus próprios meios. As palavras do ministro de Relações Exteriores espelham a importância da OTCA. Devemos nos reunir a cada dois anos de acordo com o regimento. Atualmente as reuniões estão ocorrendo anualmente. Houve reunião em Lima no mês de novembro de 2010, em Manaus em novembro de 2011 e este ano será no Equador no mês de novembro.

Agora o que estamos buscando, Sr. Presidente, é alcançar autonomia financeira e para isso foram aprovados vários documentos e mandatos para buscarmos formas ousadas de financiamento e isso nos permitirá uma maior projeção internacional, uma maior projeção nos países membros. E isso seria de suma importância,

pois a organização da OTCA, que é a única organização internacional atualmente sediada em Brasília, poderá contar com uma série de acordos devido à sua relevância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Muito obrigado, Embaixador Alejandro.

Eu queria passar a palavra ao Embaixador do Equador no Brasil, Horácio Sevilla Borja.

O SR. HORÁCIO SEVILLA BORJA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senadores, Deputados, considero uma grande honra ter recebido o convite conjunto da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão Mista de Mudanças Climáticas para comparecer a esta reunião.

Os parlamentos na atualidade têm uma importância fundamental na formulação da política externa dos Estados, de tal forma que, seguindo a tradição do Parlamento brasileiro, estamos muito contentes por poder discorrer e dialogar com o Congresso brasileiro sobre os problemas enfrentados e as realizações alcançadas pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

O Sr. Presidente, a Vice-Presidente Vanessa e o Relator Sérgio Souza em suas palavras iniciais nos disseram uma grande verdade: por um lado há a importância desta organização e por outro a oportunidade que temos, como membros dela, de poder nos coordenar nos oito países, inclusive em outros contextos e nas questões relacionadas aos problemas fundamentais da humanidade: todas as reuniões sobre mudanças climáticas, biodiversidade, desertificação, ou seja, todos os temas relativos à defesa do meio ambiente. E reunidos no âmbito da OTCA podemos nos coordenar melhor. O Sr. Relator tinha toda razão ao dizer que infelizmente essa organização é pouco conhecida e portanto precisamos do apoio dos parlamentos dos oito países – inclusive do brasileiro – para termos o respaldo político necessário para seguir em frente com o trabalho.

Serei muito breve, pois os meus dois companheiros, o Ministro Baena Soares e o Embaixador Gordillo, já fizeram uma explicação detalhada sobre os trabalhos realizados pela OTCA. Eu gostaria de fazer uma intervenção curta, muito mais política para lhes dizer, como eles já o fizeram, que a organização vive o melhor momento de sua existência e está numa curva ascendente em seus trabalhos. E isso se iniciou, creio eu, quando o Presidente Lula teve a grande iniciativa de convocar em Manaus no ano de 2009 uma reunião de presidentes. Dessa reunião saiu um grande impulso para a OTCA e dela nasceu a agenda estratégica, que é o próprio roteiro a ser seguido pela organização.

Essa ação do Presidente Lula em 2009, com o apoio dos outros sete presidentes da OTCA, voltou a ter grande força quando, já no governo da Presidenta Dilma Rousseff, o Chanceler Patriota convocou no ano passado em Manaus, novamente, a terra de da Vanessa Grazziotin, uma reunião de ministros de Relações Exteriores, da qual nasceu o que ficou conhecido como Compromisso de Manaus, que é outro grande documento de trabalho para o futuro.

Sr. Presidente, a OTCA é, como ouviram nas exposições dos meus companheiros, uma organização técnica e está realizando uma série de trabalhos técnicos para alcançar o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Mas além disso é uma organização fundamentalmente política, e vou explicar o porquê.

A meu ver, a OTCA tem três objetivos e três razões de ser fundamentais. A primeira é que, por meio da OTCA, podemos, os oito países amazônicos, exercer efetivamente a soberania nacional tanto em nossos próprios territórios nacionalmente quanto coletivamente, agindo como bloco de oito.

O Ministro Baena Soares nos contou que atualmente na comunidade internacional há determinados setores provenientes dos Estados desenvolvidos que fazem campanhas, emitem documentos e fazem declarações dizendo que, devido à grande riqueza para a humanidade existente na Amazônia e devido à aparente irresponsabilidade de nossos oito Estados no tocante à conservação da riqueza da região amazônica, essa zona deve ser internacionalizada. Isso é inaceitável. O principal objetivo da organização deve ser que, por meio dela, possamos exercer efetivamente nossa soberania sobre a região amazônica. E essa questão está sempre em voga. Eu gostaria de contar aos senhores que li numa revista de circulação nacional brasileira no fim de dezembro passado uma enquête encomendada por essa revista a uma agência com várias perguntas feitas a pessoas do mundo inteiro. Uma das perguntas era: Você acredita que a Amazônia deve se controlar pelos países amazônicos ou deve ser internacionalizada? Essa sondagem foi feita nos Estados Unidos, no Canadá, em vários países da Europa, no Japão e na Austrália e os resultados são preocupantes. Entre 60% (nos países que menos apoiavam a internacionalização) e 80% das opiniões públicas de todos esses países diziam que a Amazônia devia ser internacionalizada e que não podia ser controlada pelos países que fazem parte dela. Portanto temos aí um grande desafio, um desafio político: exercer a soberania. Em segundo lugar, precisamos demonstrar à comunidade internacional que somos eficientes no controle dessa soberania, ou seja, esse é o primeiro grande ponto, a meu ver, para a OTCA. E o segundo ponto importantíssimo é que, por meio da OTCA e de seus esforços, devemos ser os reais conhecedores da realidade e das riquezas de nossa região, ou seja, temos que reforçar totalmente a pesquisa, a ciência, a tecnologia e a educação na região amazônica.

A realidade – e é duro admiti-la – é que os conhecimentos sobre a Amazônia estão nos centros de pesquisa dos Estados desenvolvidos, e isso é inadmissível, somos nós que temos de fazê-lo, e por isso devemos fazer um grande esforço em pesquisa, tecnologia e educação. Para isso a OTCA está se preparando: criou o observatório amazônico e começou a discutir a criação da universidade regional amazônica, que seria uma rede dos melhores centros de universidades existentes nos oito países da Amazônia para elevar o nível de pesquisa, a fim de que sejamos nós – e não os países desenvolvidos – que possuamos os dados valiosíssimos de todas as potencialidades e riquezas da região amazônica.

Em terceiro lugar, depois da soberania e do conhecimento científico, o terceiro grande desafio da OTCA é alcançar o desenvolvimento sustentável na região, com base nos quatro pilares que discutiremos no Rio de Janeiro, os quatro pilares do desenvolvimento sustentável. Primeiro, o econômico. Seria irreal e insustentável que na Amazônia aplicássemos os sistemas econômicos de mercado, os sistemas econômicos baseados nas necessidades de mercado e no desperdício energético à base de combustíveis fósseis. Na Amazônia deve existir um sistema econômico muito especial, que mude o sistema econômico em uma região tão sensível como a Amazônia.

Em segundo lugar, o pilar social. Infelizmente, nos oito países as camadas mais pobres de nossa população estão na Amazônia. Por isso é fundamental lutar contra a pobreza e pela erradicação da miséria na região amazônica. Esse é o segundo grande objetivo.

O terceiro é o ambiental, obviamente defender a Mãe Terra, sobretudo numa região tão sensível e delicada como a Amazônia.

Em quarto lugar, o pilar cultural. Temos na Amazônia populações e povos ancestrais com grande riqueza cultural e valores muito próprios que devem ser desenvolvidos e respeitados. Temos inclusive mais de 60 populações ou nacionalidades que não querem contato com a nossa “civilização ocidental” e que devem ser totalmente respeitadas.

Assim, esses são os grandes desafios que temos na organização e é preciso encontrar meios de enfrentá-los política e tecnicamente.

Sr. Presidente, a Agenda Estratégia e o Compromisso de Manaus traçaram um plano muito ambicioso e infelizmente a organização conta com recursos financeiros muito limitados, como nos explicava o Secretário-Geral, o Embaixador Gordillo. A organização agora busca, além das contribuições dos Estados, outros recursos, mas é claro que não podemos aceitar que provenham de setores interessados do mundo desenvolvido que desejam, por meio dessa possibilidade, ter mais influência em nossa região. Portanto, temos de ser muito criativos e os Estados estão fazendo um esforço para pagar suas contribuições. Por esse motivo é que dizemos que precisamos do respaldo dos parlamentos e da população, não só dos governos.

Nessa linha eu gostaria de reforçar algo mencionado pelo Embaixador Gordillo e recorrer aos senhores, membros da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Mudanças Climáticas, para pedir que apoiem o Itamaraty nos esforços que está envidando para que a OTCA tenha maior facilidade econômica ao contar com uma sede própria. Boa parte dos recursos da OTCA destina-se ao aluguel de um edifício. Eu gostaria de sugerir que o Brasil faça o que já feito por outros países da América Latina. Meu país, o Equador, quando da criação da Unasul ofereceu uma sede em Quito e está construindo um edifício lá, oferecido pelo governo do Equador a essa organização. O mesmo fez a Venezuela com a criação do CAF ou da Celac, ou o Peru com a CAN, o Uruguai com a Aladi e a Guiana com Caricom. São apenas alguns exemplos. A OTCA é a única organização internacional que está aqui em Brasília e por isso acredito que se os senhores apoiassem os esforços feitos pelo Itamaraty para termos um edifício próprio isso serviria a dois propósitos: primeiro para demonstrar que esta organização pouco conhecida conta com grande respaldo político dos Estados membros e do próprio país que abriga sua secretaria permanente. E em segundo lugar, seria um alívio econômico para as dificuldades financeiras enfrentadas por esta organização.

Mais uma vez, muito obrigado, Sr. Presidente, por ter nos recebido.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero agradecer a intervenção do Embaixador Horácio Borja.

Vamos iniciar os debates nesta tarde de hoje. Antes, porém, quero registrar que por aqui passaram o Senador Wellington Dias e o Deputado Federal Ricardo Tripoli.

Quero passar a palavra ao Deputado Federal Alfredo Sirkis, do Rio de Janeiro.

Sirkis, há uma lista onde consta a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Sérgio Souza. Só depois V. Ex^a. Gostaria de lhe pedir desculpas porque não tinha visto e atrapalhei a ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas seria um prazer se o Deputado Sirkis...

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – O erro foi meu. Vamos seguir a ordem de inscrição. Em primeiro lugar, a Senadora Vanessa Grazziotin e, depois, o Senador Sérgio Souza, e depois, o Deputado Alfredo Sirkis.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento a todos os meus companheiros parlamentares que aqui estão, Deputados e Senadores, e, mais uma vez, nossos convidados.

Em primeiro lugar, quero dizer da minha alegria de ter colaborado com todos que aqui estão para que trouxéssemos para cá efetivamente o debate em torno da Amazônia.

Deputado Sirkis, eu sou daquelas que penso que temos que, em primeiro lugar, dominar, discutir e apontar soluções para os nossos próprios problemas. Então, diante da existência dessa organização tão importante, que é a OTCA, que busca a integração da nossa região, dos oito países que compõem o Bioma Amazônico, penso que não nos resta outro caminho senão ajudar a fortalecer esse órgão de extrema importância.

Durante esses anos todos, o Ministro Baena deixou um pouco claro e foi quem da Mesa historiou sobre o nascimento da OTCA. Primeiro, ela veio como um tratado, mas depois se mostrou necessário que houvesse uma organização para coordenar a execução do tratado.

Acredito que nessas três décadas de existência da OTCA ainda temos muito que avançar e consolidar, porque quando tratamos de uma região tão sensível e tão carente de ações públicas, precisamos ter clara a necessidade de dar prioridade a essas ações.

Entretanto, não deverão ser ações de um único país. Não vejo como possível, nem mesmo como eficiente, ações diferentes, adotadas de formas diferenciadas e em tempos diferenciados entre os oito países.

Pego o exemplo do Amazonas. Por que Manaus? Talvez Manaus tenha sido a cidade eleita como a sede quase que de todas as reuniões, de boa parte das reuniões pelo ponto onde se localiza. Se estivéssemos na Comissão de Relações Exteriores, lá eles têm tudo preparado para colocar um mapa aqui. A Comissão de Relações Exteriores é muito eficiente nisso. Se pudéssemos colocar o mapa aqui, veríamos que Manaus fica quase no centro da Amazônia.

O Tratado, no meu entendimento, só vai vigorar na sua plenitude, na hora em que se transformar em ações práticas. Este deve ser o objetivo dos senhores e o objetivo de todos aqueles que defendem a região e que têm a clareza, primeiro, de uma ação soberana em relação à região. Não sou daquelas que acha que não existem interesses outros, pelo contrário, as ações de biopirataria mostram como nossa região é sensível, como ela contribui com o mundo, mas, infelizmente, com as grandes corporações e como pouco contribui para as nossas nações internamente, para aqueles que lá vivem.

Vinte e cinco por cento dos medicamentos comercializados no mundo têm a base do seu princípio ativo extraída do Bioma Amazônico. Esse não é um dado fictício, mas um dado real e reconhecido internacionalmente. Eu mesma vou relatar um projeto hoje que trata da diminuição de áreas de proteção ambiental para dar conta de projetos energéticos importantes na nossa região, tais como a construção de algumas grandes hidrelétricas, como a Belo Monte, as duas hidrelétricas do rio Madeira.

Quando o Governo brasileiro faz isso, ele aponta, por outro, para a compensação. Mas falamos de projeto como geração de energia na região, energia da qual o povo da região não tem acesso. Então, a plataforma e o que significa desenvolvimento sustentável é exatamente isto: como contribuir para as nossas nações, mas garantindo o bem-estar daqueles que lá vivem. A energia passa por cima, mas não fica lá para a população.

Enfim, são essas as questões que considero importante.

E muito me anima o fato da OTCA ter tomado em suas mãos, porque poderia ter ficado parada, um projeto cuja decisão do Governo brasileiro foi anunciada ainda na Conferência das Mudanças Climáticas na África do Sul. Lá estávamos o Deputado Márcio, o Deputado Sirkis e eu. Daqui estávamos os três. E o ponto alto da intervenção da Ministra do Meio Ambiente foi exatamente o anúncio da decisão do Governo brasileiro em compartilhar o monitoramento da Amazônia em relação ao desflorestamento com todos os países do mesmo bioma.

De lá para cá, Deputado Sirkis, a OTCA juntamente com o Ministério de Ciência e Tecnologia, o INPI e o Meio Ambiente elaboraram um projeto que está pronto, em análise no BNDES. Se tudo der certo e se nós apoiarmos, Deputado Márcio, se esta Comissão apoiar muito – e eu, semana passada, estive com o Presidente Luciano Coutinho –, teremos a possibilidade de uma aprovação do projeto por parte do BNDES, projeto que será financiado pelo Fundo da Amazônia, Fundo Amazônico, que é um fundo do Governo brasileiro, mas que pode ter parte, 20% dos recursos utilizados junto com outros países que compõem o bioma. E lá na Rio+20, a Presidenta Dilma, juntamente com todos os chanceleres e os Ministros de Relações Exteriores assinaram esse convênio. E quem coordenará todo esse projeto será a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Vejo isso como um passo muito importante, mas somente o primeiro passo. Não sei se os senhores todos prestaram atenção, todos eles, nossos convidados, falaram da Universidade da Amazônia.

Acho que, dado o primeiro passo do monitoramento do desflorestamento, vai contribuir não só com a preservação do Bioma Amazônico brasileiro, mas de todo o Planeta, porque nós dependemos da Colômbia... A maior bacia hidrográfica do Brasil, que é o rio Amazonas, não nasce no Brasil, nós pegamos a parte de baixo do rio. Então, qualquer interferência lá em cima, quem sofre somos nós.

Portanto, cientificamente, é mais do que lógico, é necessário essa ação conjunta. E o segundo passo que penso a partir disso é o que os senhores colocam como parte, talvez a mais importante, da agenda estratégica, que é a criação dessa Universidade da Amazônia Global, e uma universidade que, imagino, voltada muito para a biodiversidade, para as questões ambientais, para o desenvolvimento sustentável, aproveitando os recursos naturais que essa mais rica diversidade biológica do Planeta nos brinda, já que somos nós os detentores da maior diversidade biológica do Planeta: nós, o Equador, a Bolívia, Peru, enfim, todos os países desse Bioma.

Então, quero ouvir dos senhores como vêem a ajuda que o Parlamento poderia dar. Que tipo de ajuda esperam do Parlamento brasileiro? Porque temos várias comissões que podem fazer interface: Relações Exteriores, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente, tanto da Câmara quanto do Senado. E exatamente que tipo de ajuda e contribuição o Parlamento brasileiro poderia dar? E se os senhores têm feito interlocuções com os parlamentos dos outros sete países que compõem o Tratado de Cooperação? Se há também, com eles, um diálogo como nós estamos procurando estabelecer e, mais do que isso, consolidar esse diálogo e essa parceria?

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Senadora Vanessa, o mapa já está ali.

Queria estabelecer a seguinte metodologia. Estão inscritos o Senador Sérgio Souza e o Deputado Alfredo Sirkis.

Vamos fazer um bloco dos três. Se o Deputado Noé quiser também usar a palavra. Depois, os senhores responderão e farão as suas considerações finais.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^a Vice-Presidente, Senadora Vanessa, Deputado Sirkis, Deputado Noé, caros palestrantes, Alejandro Gordillo, Embaixador e Secretário-Geral da OTCA; Ministro Clemente Baena Soares, frequentador assíduo desta Casa e de diversas Comissões; Embaixador do Equador no Brasil, Horácio Borja; tenho percebido que parece que cai um pouco no esquecimento ou não se dá a importância devida à OTCA. Percebo que desde 1978, Senador Inácio Arruda, que nos prestigia com a sua presença, houve um desenvolvimento lento.

Dentro desse cenário, saindo da perspectiva da defesa nacional e de protecionismo para enfrentar os grandes temas do desenvolvimento sustentável, indago aos senhores se o projeto de monitoramento do desflorestamento, aproveitamento florestal e mudanças do uso de solo da OTCA objetiva aprimorar a governança nos temas florestais amazônicos. Qual a contribuição desse projeto para os debates na Rio+20?

Na qualidade de Relator desta Comissão, importa indagar acerca do projeto da OTCA, intitulado “Gestão Integrada Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do Rio Amazonas”. E é nesse sentido que o Ministro Clemente esteve na Comissão da Água, da qual sou Presidente, recentemente debatendo as águas transfronteiriças.

Mas pergunto aos senhores, considerando a variabilidade e as mudanças climáticas, qual a avaliação que possuem quanto a esse projeto em relação à exploração dos recursos hídricos da região tendo em vista os transportes, a mineração e a construção de barragens.

Por fim, indago aos senhores se são favoráveis à ratificação do Protocolo de Nagoya adicional à Convenção sobre Diversidade Biológica. A OTCA tem debatido esse protocolo? E quais seriam as medidas de implementação necessárias na Região Amazônia para implementar esse protocolo?

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero passar a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis, do PV do Rio de Janeiro.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Sr. Presidente, ilustres convidados, salta aos olhos quando olhamos o mapa da Amazônia que ela é de vários países sul-americanos e que necessita de uma governança compartilhada entre esses vários países.

Sabemos que a Amazônia, neste momento, está exposta a vários perigos. Existe o processo de devastação direta que ocorre e que no nosso País, graças a Deus, nos últimos anos, conseguimos reduzir substancialmente seu desmatamento, embora ainda se dê em índices alarmantes. É um processo que, como a bicicleta, não se pode parar de pedalar, senão cai. Ou seja, não é absolutamente algo já conquistado, mas pelo menos podemos dizer que a situação é muito melhor do que era nos anos 80, nos anos 90.

No entanto, as motosserras e o ataque de certos segmentos da economia predatória à floresta não são o único vetor de destruição e nem a única ameaça que paira sobre a Amazônia. Além disso, há também a ameaça do processo de mudanças climáticas já em curso nos dias de hoje.

Então, a Amazônia, de um lado, sofre ameaça do processo de devastação por baixo e, por outro lado, sofre as consequências das mudanças climáticas já acontecidas.

Tivemos, em 2005 e 2010, duas secas sem precedentes e estamos tendo, neste ano, enchentes também sem precedentes na Região Amazônia e que tem, evidentemente, uma ligação com mudanças climáticas em função do aquecimento já registrado de 0,8°, em comparação com o início da era industrial.

Essa situação se torna muito preocupante quando vemos que se nada for feito, se continuarmos no *business as usual*, no final do século, ainda no escopo de vida dos nossos netos, teremos aumentos de temperatura possivelmente ultrapassando cinco graus e uma acentuação extrema das consequências sobre várias regiões do Brasil: a Região Sul Sudoeste, com o agravamento das enchentes e outros fenômenos meteorológicos extremos que já se notam; no Nordeste brasileiro, a desertificação do semi-árido; e na Região Amazônica, um risco muito grande de um processo de savanização, de descaracterização, de mudança profunda na característica física da própria Floresta Amazônica.

Diante disso, uma colaboração cada vez mais intensa e estreita entre os nossos países na luta pela preservação da Amazônia e pelo desenvolvimento de uma economia que seja compatível com a preservação e que, inclusive, tire partido dessa preservação para poder obter também avanços econômicos me parece fundamental.

O Brasil desenvolveu, através do Inpi, uma capacidade de monitoramento por satélite de toda a região, que é invejável e não deixa a dever a nada que possa existir tecnologicamente no norte do Planeta. Pelo contrário, não há, neste momento, sistema mais preciso de monitoramento do desmatamento e de outras situações que se dão na floresta do que aquele que foi desenvolvido pelo Inpi. Inclusive, procuramos colaborar com a Indonésia e outros países, mas evidentemente que, no marco amazônico, essas ferramentas têm que ser disponibilizadas para o conjunto de países amazônicos.

Por outro lado, seria recomendável, e isso é uma tarefa de parlamentos e de governos, que procurássemos, na medida do possível, evidentemente respeitando questões culturais e históricas, chegar a ter uma legislação ambiental a mais próxima possível de um país para com o outro. Que houvesse, realmente, certa homogeneidade nas regras ambientais entre os vários países, partindo das regras mais rigorosas dos países que têm regras mais rigorosas. Esse deve ser o denominador comum e não as menos rigorosas. É isso que se deve buscar, embora seja um processo complexo, que não se atinja do dia para noite. No entanto, deve ser buscado porque, futuramente, será uma ferramenta importante.

Foi falado aqui sobre a questão da universidade. Penso que é extremamente importante todos os nossos países investirem muito mais em pesquisa, em desenvolvimento de tecnologias apropriadas e no conhecimento mais profundo do potencial econômico da nossa biodiversidade do que aquilo que tem acontecido até agora.

E nesse sentido não vejo dificuldade de buscarmos a colaboração de países no espaço extracontinental. Penso que temos a maturidade, a experiência e a capacidade para poder diferenciar entre aquilo que, de fato, pode nos ajudar e aquilo que podemos considerar dispensável.

Nesse sentido, Sr. Embaixador, não tenho medo da internacionalização da Amazônia. Isso era um discurso da extrema direita militar brasileira nos anos 80, através do qual combatia aqueles que defendíamos a Amazônia, que buscávamos, como Chico Mendes, tragicamente assassinado em 1988, denunciar a ação desmatadora de interesses madeireiros, latifundiários, de criação de gado e por aí adiante, que estava destruindo a floresta e acusavam aqueles como Chico Mendes, que se opunham, de serem agentes da internacionalização da Amazônia. Esse é um discurso da extrema direita. Pelo menos aqui no Brasil.

Não vejo nenhum governo oficialmente afirmar. Há uns dois anos apareceu um *fake* na Internet que fez um sucesso danado, com milhares e milhares de visitas. Era um mapa da Amazônia internacionalizado. Depois se descobriu que, de fato, era um *fake*.

Acho que a melhor maneira de exercermos a nossa soberania sobre a Amazônia é fazer o que, em grande medida, já está sendo feito, ou seja, nos unirmos enquanto países sul-americanos e trabalharmos juntos e, de uma forma muito séria e incisiva, combater o processo de destruição da floresta e realmente transformarmos a Amazônia e as suas cidades, a sua área interior, em um laboratório de tecnologias apropriadas.

Fala-se muito aqui das grandes barragens. Não vou entrar nessa discussão. Mas penso que a maior parte das comunidades amazônicas estará muito melhor servida por uma geração descentralizada de energia elétrica, que nos pode ser dada, por exemplo, por luz solar.

Hoje mesmo estava conversando com determinados técnicos que me falavam de placas solares que podem ser binárias, servem ao mesmo tempo para gerar energia elétrica e para aquecer a água até o ponto de desinfetá-la. Isso é uma tecnologia com um potencial extraordinário para localidades remotas para as quais, por um lado, seria muito devastador trazer as linhas de transmissão das grandes barragens e, por outro lado, seria pouco apropriado e muito caro, como tem sido construir termoelétricas a óleo combustível ou a óleo

diesel, cujo transporte é extremamente encarecedor e as comunidades amazônicas que são servidas por esse tipo de geração de eletricidade pagam um preço muito elevado.

Então, de fato, é necessário investir em tecnologias novas. Mas infelizmente nosso País não investe suficientemente nessas tecnologias.

Eu diria que considero extremamente auspicioso o fato da OTCA estar se consolidando. Penso que o Brasil pode jogar um papel até maior do que tem jogado nesse processo e podem estar certos de que o Parlamento brasileiro responderá de forma muito positiva a tudo o que seja no sentido de defender melhor a Amazônia. E para defender melhor a Amazônia é necessário darmos o exemplo de governança supranacional, porque esse tipo de governança não significa apenas aquilo que se dá sob a égide da ONU e das suas instituições. É extremamente importante e me parece mais fácil haver governança supranacional em uma fase inicial entre países vizinhos, entre países amigos, entre países próximos que compartilham de certo número de problemas em comum e compartilham de certo número de possibilidade de superá-los de forma integrada e em conjunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço as palavras do Deputado Alfredo Sirkis.

Vamos passar para os palestrantes responderem...

Antes, porém, tem a palavra o Deputado Luiz Noé. Você não se inscreveu...

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – É porque V. Ex^a tinha dito que eu ia falar após os três.

Faço parte do Rio Grande do Sul, portanto uma realidade extremamente diferente da que vocês presenciavam. O primeiro questionamento para qualquer um dos palestrantes é: hoje a diferença física é maior do que a diferença política? Já existe legislação, conceitos ou tratados entre os países que compõem a Amazônia que já estão mais harmonizados? Já existe o mesmo conceito, a mesma prática em termos de tratado de acordos entre os governos?

É claro que a estrutura física, como os senhores colocaram, tem que ser construída, mas ainda falta bastante.

O segundo ponto que pergunto: essa realidade brasileira que estamos conseguindo ter avanços, claro que não negando o passado, já que houve um passado de agressão, um passado onde trabalhamos fortemente a questão da depredação, mas hoje o País e a realidade brasileira trabalham em outro sentido. Essa mesma realidade é acompanhada pelos outros países? Levando em consideração que o fator cultural e econômico dos outros países também interfere nessa relação, por exemplo, até mesmo como o Sr. Representante do Equador, o Equador está conseguindo ter as atitudes que o Brasil está tomando? E não faço a pergunta diretamente ao senhor, mas aos outros países que compõem essa situação.

E um terceiro ponto de vista que pergunto aos painelistas: é claro que hoje não se percebe a invasão institucional de um país, mas se percebe claramente a biopirataria, que é uma invasão que tira os nossos princípios ativos, o nosso patrimônio e a riqueza da própria Amazônia. Nesse sentido, existe algum órgão jurídico da entidade que proteja essas riquezas em organismos internacionais? Ou a entidade fica dependendo da defesa de cada país membro nesses órgãos internacionais?

Seria isto.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Vamos passar aos palestrantes para responderem as indagações e fazerem as suas considerações finais. Vamos trabalhar com até dez minutos para cada palestrante.

Vamos começar com o Ministro Clemente Baena Soares.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Obrigado, Sr. Presidente. São perguntas dos Srs. Parlamentares que provocam ou estimulam um debate muito interessante, pois é um debate o qual as pessoas que tratam o assunto dentro do Ministério sempre quiseram ter.

Sempre quisemos ou almejávamos que o Parlamento ou que o Congresso se envolvesse nas questões da OTCA, como foi colocado pela Senadora Grazziotin e daí uma pergunta que partiu da própria Senadora: como o Congresso brasileiro, e eu diria que os Parlamentos amazônicos, poderiam auxiliar os trabalhos da organização?

No caso do Brasil... O Brasil se comprometeu... O Brasil, atualmente, paga cerca de 40% do orçamento da organização. Na reunião de Lima, de Ministros das Relações Exteriores, em 2010, houve um acordo entre todos os Ministros de aprovar um incremento nas quotas anuais da OTCA. E o Brasil aumentou sua contribuição em 70%, ou seja, passamos de US\$400 mil para US\$680 mil.

É pouco. É muito pouco. Por quê? Porque a OTCA não sobrevive somente com o orçamento regular que é pago pelos países contribuintes. A OTCA tem diversos projetos, tem diversos acordos assinados com outras agências internacionais. Mas se dou o dinheiro, quero que esse dinheiro seja aplicado em determinada área, em determinado tema.

Muito se evoluiu dentro da própria OTCA, porque, antigamente, esses recursos passavam pelos órgãos superiores da OTCA, mas não eram, digamos, examinados e discutidos com maior profundidade dentro dos

próprios países. Mesmo porque esses recursos eram aplicados nesses países e, muitas vezes, sem o conhecimento dos próprios países.

Então, uma das grandes reformas dentro da OTCA foi atualizar o seu regulamento: regulamento do Conselho de Cooperação, regulamento de pessoal, regulamento de assinatura de acordos de cooperação com agências internacionais.

Ou seja, a partir do momento em que há uma iniciativa da OTCA em buscar recursos fora dos países amazônicos, esta tem que ser imediatamente comunicada a todos os oito países. O assunto tem que ser debatido dentro da OTCA e tem que ser aprovado pelos países da OTCA, depois de vários questionamentos, de várias perguntas que sejam feitas tanto à OTCA quanto à agência cooperante.

Desse modo, houve uma maior transparência na assinatura e, especialmente, na aplicação desses recursos em todos os países. Isso foi uma evolução, uma atualização dos regulamentos da OTCA, fundamental, eu diria, para dar transparência em todo o processo, em toda a circulação dos recursos dentro da OTCA.

Então, primeiro seria o envolvimento do Parlamento, digo do Brasil, na questão de ajudar, de apoiar esse incremento na quota do Brasil de aumentar em 70%. Isso implica no orçamento do Itamaraty, que passa pela aprovação do Congresso.

Portanto, respondendo um pouco a pergunta da Senadora, em primeiro lugar, seria a questão de recursos. E volto a dizer, os recursos que o Brasil e que os demais sete países contribuem para a OTCA são insuficientes para a implementação de vários projetos na Região Amazônica.

Acho importante dizer isto por quê? O que acontece em decorrência disto? Passamos a depender dos recursos de fora da OTCA. Perdemos uma certa autonomia na aplicação desses recursos. Mas não é só o Brasil que precisaria aumentar sua contribuição; os demais países também concordaram em aumentar. Não sei qual é exatamente o orçamento da OTCA aprovado – *Pausa* –, R\$1.6 milhões. Totalmente insuficiente para que se implementem todos os acordos e projetos que beneficiem a Região Amazônica nos oito países.

E volto a falar de recursos porque é a nossa maior dificuldade dentro da organização. A OTCA possui diversas coordenadorias: Coordenadoria Indígena, Turismo, Infraestrutura, Educação, Saúde, todas têm por volta de 10 a 15 projetos para implementar. Assim, além dos recursos regulares, quer dizer, dos recursos dos países, dos recursos das agências especializadas, haveria necessidade de um terceiro elemento. Ou seja, buscar recursos na iniciativa privada, em empresas estatais mistas, como a Petrobras, ou, no caso da Venezuela, a PDVSA; ou no Equador... E buscar também outras formas alternativas de financiamento aos projetos da organização. Isso também o Congresso poderia se envolver.

Se não me equivoco, temos um Parlamento Amazônico, o chamado Parlamaz, mas me parece que é virtual, pois acho que nunca se reuniu ou pelo menos não foram identificados os integrantes, os membros. Poderíamos ter a formalização deste Parlamento Amazônico, que passa a existir formalmente. Seria mais um envolvimento do Congresso brasileiro, que poderia estimular a existência desse parlamento.

Ainda há outras perguntas, inclusive sobre o Protocolo de Kyoto, mas vou deixá-la para o nosso Secretário-Geral, que tem mais intimidade com o tema.

O Deputado Sirkis falou sobre uma legislação homogênea ambiental dos países. Podemos chegar lá. No momento, seria o único foro dos países amazônicos, onde há pelo menos uma tentativa de coordenação no assunto florestas, pois é o momento em que se reúnem, na ONU, os oito países para debater uma posição comum com relação a questões plurais(?), mas só.

Poderia se ampliar a temática para outras áreas. Pode se chegar, sim, a uma legislação... Mas é um trabalho complexo, como o próprio Deputado Sirkis apontou, pois cada país tem a sua legislação e aprovada pelos seus respectivos congressos. Então, seria... Mas pode se chegar lá. É um trabalho árduo, trabalho longo, mas tem que ser iniciado o processo.

O senhor perguntou sobre...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Pode concluir.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Obrigado, Sr. Presidente. O senhor perguntou como é o tratamento de outros países. Também deixo esta pergunta para os demais convidados.

Sobre a biopirataria, como é tratada, se há algum órgão jurídico envolvido na questão de defender esses países em foros internacionais.

Infelizmente, Deputado, não temos. O que podemos fazer é se chegar a um acordo entre os oito países para que se defenda o Brasil, o Equador, o Peru, a Colômbia, enfim, para que se defendam os oito países em nome desses oito países, nesses foros.

Mas não há previsto, no regulamento, na legislação que rege a atuação das atividades da OTCA, um órgão jurídico que possa defender os países amazônicos em outros foros. Só há uma possibilidade: fazer uma reunião desses países para debater sobre o tema e daí ter uma posição comum sobre determinado assunto.

Ficaria por aqui, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Muito obrigado a Clemente Soares, Ministro do Itamaraty, pela sua explanação e por ter vindo a esta Comissão enriquecer este debate.

Passo a palavra ao Embaixador Alejandro A. Gordillo, para as suas considerações finais.

O SR. ALEJANDRO GORDILLO (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Ministro Baena respondeu à maior parte das perguntas feitas pelos Srs. parlamentares. Eu me referiria em primeiro lugar à pergunta sobre os recursos hídricos, quanto ao transporte, já há algo redigido. Acredito que o Sr. Relator mencionou três temas em relação aos recursos hídricos, transportes, mineração e hidrelétricas.

Quanto aos transportes pelos rios amazônicos já redigimos um regulamento que foi aprovado por sete dos oito países membros da organização. Até a aceitação do oitavo país não pode entrar em vigor. Assim estamos neste momento em negociação com esse país para que aprove o regulamento. Trata-se de um regulamento aprovado no ano passado numa reunião realizada no Rio de Janeiro mais ou menos nesta mesma época, por volta do mês de maio ou junho – sei que faz quase um ano. Foram feitas uma série de gestões frente ao país que falta, e ainda estamos à espera de sua resposta definitiva.

Com relação à mineração ilegal, já mencionei que está para ser convocada a reunião de um grupo de trabalho. Na última reunião do Conselho de Cooperação Amazônica realizada na semana passada em Cochabamba, Bolívia, decidimos dar máxima prioridade a esse assunto. Assim, esperamos nos reunir o mais breve possível no grupo de trabalho, se possível em agosto, para abordarmos a questão da mineração ilegal, que se tornou um problema grave em nossos países, devido principalmente ao aumento do preço do ouro.

Quanto às hidrelétricas, esse tema ainda não foi abordado pela organização.

Com respeito ao Protocolo de Nagoya, vários países membros já o firmaram. Se não me engano, o Brasil o assinou, bem como o Peru e também a Colômbia, creio eu. E há outros países que na realidade não estão de acordo com o Protocolo de Nagoya, então nem foi possível discutir essa questão na organização. No momento é tudo que eu teria a responder.

O Sr. congressista pediu... Perdão, o senhor é Senador ou Deputado? Desculpe, esqueci. O Sr. Deputado perguntou se os demais países estavam fazendo o mesmo esforço que o Brasil no tocante à Amazônia. Cada país está agindo de acordo com suas próprias possibilidades e o que é importante é que todos os países membros estão dando maior prioridade ao desenvolvimento da Amazônia. Uma prova disso é a participação de todos eles nas reuniões técnicas setoriais que realizamos na organização para aplicar a Agenda Estratégica. Dessas reuniões setoriais participam normalmente as autoridades responsáveis pelo assunto em seus próprios países; por exemplo, tratando-se de florestas, o diretor de assuntos florestais, tratando-se de águas, o diretor de assuntos hídricos, tratando-se de temas indígenas, a autoridade que se ocupa dos temas indígenas e assim por diante.

Na realidade, uma das virtudes do Tratado de Cooperação Amazônica é justamente permitir aos países membros trocar experiências e conhecimentos sobre questões amazônicas. E os que têm mais conhecimento e experiência compartilham conosco, como é o caso do Brasil na questão do monitoramento do desmatamento – estamos utilizando uma tecnologia do INPE.

Isso é tudo o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Para as considerações finais, o Embaixador do Equador, Horácio Sevilla Borja.

O SR. HORÁCIO SEVILLA BORJA – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que concordo com o Deputado Sirkis, que infelizmente não está mais aqui, no sentido de que a OTCA deve ser um exemplo de governança supranacional. As políticas públicas conjuntas que nós, os oito países membros, podemos exercer deveriam constituir exatamente isto: um exemplo de como um grupo regional ou sub-regional de países pode criar uma governança supranacional eficaz.

E ao Deputado Noé, eu gostaria de dizer que, além das ações conjuntas que nós, os oito países, realizamos, também temos iniciativas individuais, e ainda que não sejam compartilhadas, são valiosas, pois todas elas contribuem, ainda que sejam individuais, para melhorar a situação da região amazônica.

Eu gostaria de citar o exemplo do Equador. Tomamos uma decisão unilateral sobre uma região da Amazônia equatoriana, talvez a mais rica, a mais sensível, a de um parque nacional, o Parque Nacional Yasuní. Nesse parque foi descoberta uma extraordinária e imensa reserva de petróleo, e todas as companhias internacionais estão interessadas em explorar essa riqueza.

O governo do Equador tomou uma decisão unilateral: jamais será explorado esse petróleo, mas permanecerá embaixo da terra como forma de contribuir primeiro para a preservação dessa região tão rica da Amazônia, e segundo como uma contribuição às políticas globais universais. O CO² que seria emitido com a extração desse petróleo equivaleria a um ano de emissão de CO² de um país desenvolvido como a França, por exemplo. Então estamos fazendo essa contribuição unilateral, e qualquer contribuição de qualquer Estado é muito valiosa, além das políticas comuns.

Eu gostaria de responder diretamente à Senadora Vanessa Grazziotin, que nos lançou um grande desafio: o que o parlamento brasileiro pode fazer pela OTCA? Ocorrem-me seis pontos.

Primeiro, o apoio político. É fundamental que o Congresso brasileiro se lembre da existência da OTCA e dê apoio a ela. A realização desta reunião já é um apoio político importantíssimo. Teríamos de ver outros tipos de apoios políticos, mas é disso que mais precisamos e também buscaremos o mesmo apoio dos diferentes parlamentos dos outros sete países.

Em segundo lugar, algo já mencionado: deve existir uma relação interparlamentar entre os parlamentos dos oito países, seja por meio do Parlamento Amazônico que deveria se constituir, seja de qualquer outra forma. Ou seja, os parlamentos dos oito países precisam ter uma relação entre si em prol da Amazônia e com a organização que a representa, a OTCA.

Em terceiro lugar, uma ótima sugestão, também do Deputado Sirkis, no sentido de buscarmos uma legislação ambiental de comum acordo, coordenada, para que não existam, dentro da região, legislações ambientais diferentes. Eu diria também que essa coordenação de atividades entre nossos países precisa existir nas políticas que devemos conduzir em matéria de desenvolvimento sustentável nos quatro eixos.

Em quarto lugar, a questão financeira, que é importantíssima. O Ministro Baena já nos disse aqui que precisamos de mais recursos, e do Brasil podem vir três importantes iniciativas. Primeiramente, aumentar, como pediu o Ministro Baena, a contribuição financeira brasileira. Em segundo lugar, como também foi falado aqui, a construção de um edifício para a OTCA, como respaldo político e financeiro. E em terceiro lugar, o empenho do parlamento e de seus legisladores individualmente para que empresas públicas ou privadas do Brasil entrem em contato com a secretaria da OTCA para financiar determinados programas que lhes interessem.

Por último, e creio que o parlamento brasileiro também poderia contribuir muito nesta questão, aliás já iniciada, é o apoio que nos concede junto ao BNDES com vistas a levantar os fundos necessários para melhorar todo o programa de monitoramento da OTCA. É fundamental que demos uma resposta à comunidade internacional, que quer nos internacionalizar sob pretexto de descuido no tocante à situação do desmatamento indiscriminado das florestas nos oito países da Amazônia. Com os fundos do BNDES poderemos melhorar os trabalhos de monitoramento para prevenir e deter esse desmatamento indiscriminado. Acredito que isso poderia ser também muito positivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Muito obrigado pelas suas palavras, Embaixador Horácio Borja, do Equador.

Quero pedir um pouco de paciência aos nossos palestrantes, porque vamos colocar em discussão para aprovação três requerimentos. Em seguida, encerraremos a nossa Mesa de hoje.

O primeiro requerimento, de minha autoria, é para realização de uma audiência pública conjunta da Comissão de Meio e Desenvolvimento Sustentável com a Comissão de Finanças e Tributação, ambas da Câmara dos Deputados. O requerimento já foi aprovado nas Comissões e a audiência será no dia 31 de maio, às 10 horas da manhã, no Plenário 2.

Quero colocar em discussão e votação este requerimento.

Há alguma posição contrária dos Srs. Parlamentares aqui presentes, Deputados e Senadores? *(Pausa.)*

O tema será sobre Economia Verde e Tributação.

Não havendo posições em contrário, aprovado o requerimento.

Há um segundo requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, que passo a ler.

“Requeiro, nos termos regimentais, realização de audiência pública no âmbito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destinada a debater os objetivos, os alcances e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, no dia 21 de junho, durante a Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro.

Os nomes dos convidados serão posteriormente fornecidos à Secretaria da Comissão.”

Em discussão o requerimento.

Algum Parlamentar tem posição contrária? *(Pausa.)*

Não havendo posições contrárias, está aprovado o requerimento.

O terceiro requerimento, também de minha autoria, está previsto no nosso plano de trabalho.

“Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, no dia 19 de junho do corrente, às 16 horas, na cidade do Rio de Janeiro, durante a realização da Rio+20, para debater o tema “Os princípios da Política Nacional de Mudanças Climáticas nos marcos da sustentabilidade”, com os seguintes convidados: Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente; Luiz Pinguelli Rosa, Secretário Executivo do Fórum de Mudanças Climáticas; Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; e o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.”

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo posição contrária, aprovado.

Quero lembrar que teremos nossa reunião ordinária no dia 30 no mesmo horário e mesmo local. E teremos a reunião conjunta da Comissão de Meio e Desenvolvimento Sustentável com a Comissão de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados, no dia 31, às 10 horas da manhã, no Auditório 2, da Câmara dos Deputados.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 19ª reunião conjunta das Comissões Permanentes referente à 7ª reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e à 28ª reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

As Sras e os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a presença de todos os parlamentares presentes e dos três palestrantes que aqui se dispuseram a fazer esta Mesa de debate riquíssima, na tarde de hoje, e parabeno a Senadora Vanessa Grazziotin pelo requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e quinze minutos do dia dois de abril de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Luiz Henrique, Alvaro Dias, José Agripino, Cyro Miranda, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques, Roberto Requião, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro**. Assina a lista de presença os Senadores não membros desta Comissão **Aécio Neves, Wilder Moraes e Paulo Davim**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Tem início a apreciação da **PAUTA: Audiência Pública** para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela; em atendimento ao RRE nº 32/2014 – CRE. O Presidente convida a Deputada **María Corina Machado** a compor a Mesa e faz pronunciamento sobre o tema desta Reunião. Em seguida concede a palavra à Deputada para fazer a sua exposição. Usa a palavra o Senador **Eduardo Suplicy** e o Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Faz, então, a sua exposição a Deputada convidada. Usam a palavra os Senadores **Aécio Neves, Pedro Taques, José Agripino, Álvaro Dias, José Agripino, Randolfe Rodrigues e Roberto Requião**, e as Senadoras **Vanessa Grazziotin e Ana Amélia**. A Deputada responde os questionamentos apresentados. O Presidente registra a presença de Parlamentares da República Francesa: Senador **Albéric de Montgolfier**, Senador **Jean-Claude Lenoir** e Deputado **Michel Herbillon**. Do Embaixador **Denis Pietton**, da França no Brasil. Do Presidente da *Air France*. Do Deputado **Hugo Napoleão**, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-França, no Congresso Nacional. E do Senador **Molina**, da Bolívia. A Deputada responde os questionamentos apresentados. O Presidente concede a palavra ao Deputado Federal **Raul Lima**. A Deputada convidada faz suas considerações finais. O Presidente agradece a presença da Deputada. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às dezessete horas e treze minutos, lavrando, eu, **José Alexandre Girão Mota da Silva**, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito boa-tarde senhoras, muito boa-tarde senhores, Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debatermos o aprofundamento, o agravamento da crise política, institucional, evidentemente com impactos sociais no dia a dia da vida da Venezuela, em atendimento ao Requerimento nº 32, que foi aprovado nesta Comissão.

Para participar desta reunião convidamos a Deputada Maria Corina Machado, que já se encontra entre nós. Solicito que o Senador Aloysio Nunes Ferreira acompanhe a Deputada Corina, para que possamos dar início à nossa audiência pública. (*Palmas.*)

Sr^{as} e Srs. Senadores, seja a Deputada venezuelana María Corina Machado muito bem-vinda ao Parlamento brasileiro, em especial à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República. É uma honra e uma alegria receber V. Ex^a neste que é um espaço vital da democracia brasileira.

María Corina Machado elegeu-se Deputada em 2010, com a maior votação da história da Assembleia Nacional venezuelana. Trata-se da Parlamentar que mais votos recebeu para ocupar a Assembleia Nacional venezuelana em toda a história.

Na semana em que lembramos meio século do golpe de 1964, é obrigação de nossa geração cultivar as bases da democracia e do respeito aos direitos humanos, sobretudo à pluralidade de opiniões.

Cumpramos, para esclarecimentos das Sr^{as} e Srs. Senadores e de todos aqueles que nos acompanham, que esta reunião é decorrência de um encontro que tivemos, o Senador Aloysio Nunes Ferreira e eu, há poucos dias, em Lima, no Peru, com a Deputada María Corina, no âmbito de um seminário da Fundação Internacional pela Liberdade, presidida pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa. O Senador Aloysio e eu representamos o Senado e esta Comissão nesse evento. Já no primeiro dia do evento, em 24 de março, recebemos da própria Deputada María Corina a notícia de que seu mandato havia sido cassado pelo Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, em caráter e em rito sumaríssimos, com prejuízo às garantias de ampla defesa e do devido processo legal.

O noticiário sobre confrontos entre venezuelanos com vítimas fatais oferece motivo para preocupações não apenas do Governo brasileiro, mas também no seio de nossa sociedade, particularmente no que se refere às populações que vivem, sobretudo, nas regiões de fronteiras, aos brasileiros domiciliados naquele país e, evidentemente, a um conjunto relevante de empreendedores brasileiros que operam a densa teia de interesses econômico-comerciais entre nossos países.

Por longa tradição diplomática e até por mandamento constitucional, o Brasil não intervém em questões domésticas de países amigos; defende o primado do entendimento e da solução pacífica de desavenças políticas. Por outro lado, há também uma longa tradição, segundo a qual impera, nos momentos de crise de instabilidade, o dever da solidariedade entre países que amam a democracia. É disso que tratamos aqui: solidariedade institucional, de facilitar o diálogo entre as partes em controvérsia e de prover, caso isso se demonstre construtivo, o espaço do Parlamento brasileiro para que as diversas vozes possam ser ouvidas e consideradas pelo Parlamento brasileiro.

Passo a palavra a S. Ex^a a Deputada María Corina Machado, para que possa se manifestar e se pronunciar perante o Senado da República.

A palavra é de V. Ex^a, pelo tempo que julgar adequado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu quero cumprimentar o Presidente, Senador Ricardo Ferraço, e a Deputada María Corina Machado e informá-la de que, quando foi apresentado e aprovado o requerimento da visita de S. Ex^a à Comissão de Relações Exteriores do Senado, avaliei que seria importante também que pudéssemos ouvir um representante da coligação que apoia o Presidente, para que tivéssemos ambos os pontos de vista. Eu até fiz o requerimento no sentido de que pudéssemos convidar o Deputado Rodrigo Cabezas, que é Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Parlatino e com quem eu tive um bom relacionamento. Com outros parlamentares do Equador e do Uruguai elaboramos um projeto sobre a instituição, por etapas, da renda básica de cidadania, para ser apresentado – o Brasil já aprovou isso – em todos os países da América Latina e do Parlatino. Inclusive, foi aprovado o requerimento para que ele pudesse vir. E ele encaminhou uma carta a mim agradecendo o convite, mas informando que a direção da Assembleia Nacional da Venezuela indicou a Vice-Presidente e Líder Blanca Eekhout, atual Vice-Presidenta, para aqui comparecer. Eu até ontem comuniquei ao Presidente Ricardo Ferraço a respeito. Não daria tempo para ela estar aqui também, mas eu gostaria, Sr. Presidente, que, concluída a exposição, pudesse V. Ex^a considerar o requerimento que, em princípio, já tinha sido aprovado. Agora é apenas um requerimento de natureza semelhante, mas com a substituição do Deputado Rodrigo Cabezas pela Sr^a. Blanca Rosa Eekout Gómez.

Então, se isso puder ser considerado, sem prejuízo agora da exposição... Mas acho importante até para a Deputada María Corina Machado verificar como será o procedimento aqui na Comissão de Relações Exteriores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós acolhemos a manifestação e a iniciativa de V. Ex^a. E com a mesma honra e a mesma satisfação que nós estamos acolhendo nesta data a Deputada María Corina, nós vamos formalizar o convite para que nós possamos, com a mesma honra, receber S. Ex^a a Deputada Blanca Gómez neste espaço reservado à democracia, à controvérsia e à civilidade.

Agradeço a V. Ex^a e vamos formalizar esse convite ainda no dia de hoje, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Essa senhora que virá aqui representa quem?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ela é membro da Comissão de Relações Exteriores ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E é indicada por quem para representar ...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... e Defesa Nacional. A Deputada Blanca Gómez é a 2^a Vice-Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Portanto, faz parte da Mesa que cassou o mandato da Deputada Corina Machado de uma maneira arbitrária, inconstitucional, selvagem, que merece toda a nossa rejeição.

É isso.

Quero dizer que não virei a essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de S. Ex^a a Deputada María Corina.

A SR^a MARÍA CORINA MACHADO (*Tradução por profissional habilitado.*) – Boa tarde, excelências, senadores do Congresso do Brasil. Para mim, é uma honra estar aqui representando o povo da Venezuela que me elegeu como sua deputada e ao qual tenho a imensa responsabilidade de representar dentro e fora da Assembleia Nacional, dentro e fora de meu país. Por circunstâncias da vida, venho casualmente no momento em que seu país relembra os 50 anos do início da ditadura. Sei que isso traz de volta muitos sentimentos dolorosos para sua pátria, lembranças de famílias destruídas, de perseguições, de tortura e de abusos. Isso nos une, nos une porque é isso que precisamente a Venezuela está vivendo nesta hora. Estamos vivendo um regime sem escrúpulos que não se detém diante de nada para reprimir e para calar as vozes dos cidadãos que exercem nessa hora seu direito de viver livremente numa democracia. Mas além dessa dor, nos une um futuro, nos une um futuro em uma Venezuela de enormes oportunidades, uma Venezuela com um povo decidido a avançar por um caminho de paz, de trabalho, de prosperidade e, sem dúvida, de liberdade. Porque esta é uma luta por valores na Venezuela. Porque, quando vemos que a América Latina avança, como a América Latina progride, como tantos países da região conseguem melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos, a Venezuela, infelizmente, está à beira da ruína não somente econômica como institucional e moral. Eu sou María Corina Machado. Eu sou venezuelana, mãe de três filhos e deputada. E talvez alguns dos senhores se recordem das imagens de um ano atrás quando fui golpeada, terrivelmente golpeada, dentro do próprio plenário da Assembleia Nacional. Fui golpeada e tive a face fraturada por uma colega parlamentar e até hoje não há investigação nem culpados dessa agressão. Mas ontem fui impedida, com utilização de força, a ingressar em meu lugar de trabalho, ao que me corresponde dentro da Assembleia Nacional. Isso demonstra a situação da democracia e da independência dos Poderes em meu país. A Venezuela está vivendo uma crise sem precedentes, uma crise econômica que é injustificável quando pensamos que a receita proveniente da venda do petróleo aumenta a cada ano devido ao aumento do preço do petróleo. Quando o regime atual assumiu o governo faz 15 anos, o preço do petróleo estava em US\$9,00 dólares. Hoje o preço do barril já se encontra por volta de US\$100. Então, como explicar que a vida das mães venezuelanas hoje é passar seis, oito, dez horas fazendo fila para comprar leite, que não conseguem; farinha, que não conseguem; medicamentos, que não conseguem. As mulheres venezuelanas são marcadas nos braços com números como se fossem animais nas filas.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Solicito...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero a Segurança do Senado. Tirá-los para fora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Já está acionada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – São bandidos!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Solicito que a Segurança...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Canalhas!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...conduza essas pessoas por falta de civilidade à nossa Comissão.

Aqui não admitiremos qualquer tipo de manifestação que possa ser contrária à liberdade de expressão e à democracia.

Vamos continuar ouvindo a Deputada María Corina.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO *(Tradução por profissional habilitado.)* – Esse tipo de evento demonstra aos senhores o que vivemos todos os dias. A esse tipo de agressão estão submetidos os Deputados dentro do plenário todos os dias. Essas são as agressões que sofremos ao entrar e ao sair do Parlamento e a cada vez que para lá nos encaminhamos. São pessoas mobilizadas e obviamente financiadas pelo regime que quer dessa maneira atemorizar, aterrorizar e calar as vozes dos que têm a obrigação de falar a verdade.

Mas eu estava me referindo à situação econômica por que passa a Venezuela. É injustificável que, hoje em dia, a Venezuela tenha a inflação mais alta do mundo. Pelo índice oficial: 57% no ano passado. Mas a inflação dos alimentos está acima dos 80%. Em um país onde nem sequer há gás de cozinha, apesar de sermos um país produtor de petróleo que exportava gasolina e hoje a importa.

A crise social não pode ser mais terrível, mais dolorosa. Nesses 15 anos, ocorreram mais de 250 mil homicídios. Os senhores sabem qual percentual desses homicídios não foi esclarecido, nem ao menos investigado? Noventa e oito por cento. Números oficiais da própria Procuradoria-Geral da República. Essa é a razão pela qual, no início deste ano, os jovens venezuelanos saíram às ruas. Quando num país, quando numa sociedade são fechadas as vias institucionais. Quando não há confiança na justiça, quando não há confiança no parlamento, quando não há confiança na administração da saúde, da segurança, na questão educacional e quando, ao mesmo tempo, buscam cercear as vozes dos cidadãos, criminalizar e inviabilizar seus desejos e aspirações, as pessoas têm duas opções: ou calam ou vacilam. Ou aceitam viver sob dominação ou saem às ruas pacificamente para lutar pela liberdade. E foi exatamente isso que aconteceu faz oito semanas no nosso país. Os jovens e os estudantes saíram às ruas e apelaram à consciência dos venezuelanos e apelaram aos valores que definem uma sociedade. Desse modo, seja por razões reivindicativas, pois a qualidade de vida é cada vez pior e humilhante para os venezuelanos, seja por razões de injustiça e insegurança e pela morte de seus companheiros, o fundamental é que esse movimento dos jovens transcendeu aos valores humanos; essa luta e esse movimento cidadão, sem precedentes, referem-se e tem a ver com a dignidade humana, com a soberania nacional e com a liberdade. Com a liberdade. Por isso, é uma força inabalável e, por isso, se espalhou por todas as cidades e povoados do nosso país. É inédito, nunca antes tinha havido um movimento cívico dessa natureza na Venezuela. É abrangente: são jovens e velhos, mulheres, homens, ricos, pobres, negros, brancos, civis e militares é todo um país ao redor desses valores que nos unem e que nos mobilizam. Por isso, o senhor Maduro diante desse grande movimento cívico, esse movimento irreversível, tomou uma decisão e a decisão foi reprimir, reprimi-lo brutalmente, reprimi-lo pior do que jamais tínhamos visto, inclusive nas ditaduras militares do século 20. E como eu sei que os senhores vão entender e se sensibilizar com a forma como hoje vivem as mães, os jovens, os pais e os trabalhadores venezuelanos e, até mesmo, os que já se foram, com suas imagens, com seus testemunhos que poderiam dar aqui hoje para chegar aos corações de cada um dos cidadãos deste país, aos quais os senhores têm a honra e o dever de representar, vou apresentar-lhes um vídeo de três minutos que resume o que a Venezuela está vivendo neste momento.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – *(Tradução por profissional habilitado.)* – Faria aniversário no sábado passado, foi assassinada na porta de casa em Naganagua. Saía com cinco amigos batendo panelas quando chegaram por trás dois guardas nacionais em motocicletas. Um atirou para o chão e apontou a arma para o rosto da jovem, mas hesitou se atirava ou não. O guarda que vinha logo atrás ordena ao outro: atira, à queima roupa, no rosto. Geraldine morreu dois dias depois; sua mãe Rosa Orozco foi comigo à Organização dos Estados Americanos para que o mundo conhecesse seu testemunho, mas não permitiram que ela falasse. Por isso, hoje eu quero dizer-lhes que há pessoas na Venezuela que estão sendo objeto de uma violação sistemática e maciça dos direitos humanos. Mais de dois mil detidos nessas últimas oito semanas. Mais de 700 feridos. Sesenta e dois casos de torturas graves, muito graves, reportadas. Quando me refiro a torturas graves, estou falando de descargas elétricas. Jovens pulverizados com gasolina, duramente espancados. Alguns amarrados e abandonados de joelhos sobre cacos durante horas. Um jovem que foi violentado – uma tortura psicológica

brutal para ele e sua família. Há 115 denúncias de jornalistas agredidos ou detidos e há, ainda, a perseguição política brutal, como no caso de Leopoldo López que está em uma prisão militar, vítima de um julgamento sumário, acusado de delitos terríveis, simplesmente por apoiar o protesto que é um direito constitucional. Até a situação de dois prefeitos, dois prefeitos, legitimamente eleitos, que, por decisão do Tribunal Constitucional, convertido em tribunal penal, foram destituídos e um deles foi preso sem mandado judicial. Retirado à força de um hotel na cidade de Caracas por funcionários que nem ao menos portavam identificação. Foram destituídos de seus cargos e submetidos um a 10 meses e o outro a 12 meses de prisão.

Não contente com isso, vemos como o senhor Maduro, em cadeia nacional, se dedica a estimular e a incentivar a atuação de grupos paramilitares, fortemente armados, que na Venezuela são chamados de “coletivos do terror”. Quando o senhor Maduro dá essa ordem: *“Candelita que se prende, candelita que se apague”*, visa aniquilar o protesto em todo o país. Em poucos minutos, em 15 estados da Venezuela, começa a atuação brutal e criminosa desses grupos paramilitares, em muitos casos, de forma coordenada com a própria Guarda Nacional. Isso está documentado em fotos, em vídeos e em testemunhos. Não nos meios de comunicação venezuelanos, pois esses têm terror de transmitir a verdade. Hoje o exercício da liberdade de expressão na Venezuela é praticamente um ato de heroísmo, e os senhores têm conhecimento disso graças às redes sociais, graças à imprensa internacional e graças aos parlamentares deste hemisfério que demonstram coragem, firmeza e coerência com os princípios democráticos. Todos nós sabemos o que vinha ocorrendo na Venezuela antes disso. Sabemos que não existe autonomia dos Poderes. Por uma ordem dada originalmente pelo senhor Maduro, eu fui destituída, fui destituída violando tudo o que estabelece a Constituição. Porque a Constituição estabelece que um Deputado não pode deixar de sê-lo, a não ser por morte, renúncia, revocatório ou sentença de um tribunal depois de um audiência preliminar sobre o mérito diante do Tribunal Supremo de Justiça e a posterior cassação de sua imunidade parlamentar. Nada disso ocorreu, pois o sistema judiciário da Venezuela e o Tribunal Supremo de Justiça estão absolutamente prostrados a serviço do regime no poder. Na Venezuela não existe estado de direito, a Constituição é violada todos os dias. Na Venezuela a liberdade de expressão praticamente não existe mais. Os senhores viram como os meios de comunicação, inclusive os internacionais e até mesmo os canais de televisão a cabo, foram expulsos do país, por dizer a verdade, por divulgar a verdade. No dia de ontem, não obstante todos os eventos que ocorreram no nosso país, nenhuma só emissora nacional divulgou uma dessas notícias. Sem dúvida, os senhores viram como se viola a soberania nacional. Eu lhes pergunto, como os senhores se sentiriam, estimados colegas Parlamentares, se o sistema de identificação de seu país fosse administrado por funcionários de outro país? Se os cartórios e os registros comerciais fossem dirigidos e supervisionados por funcionários de outro país? Como se sentiriam se, nas Forças Armadas do Brasil, estivessem militares, nesse caso cubanos, como acontece na Venezuela, dando ordens aos nossos generais, oficiais e soldados? Por isso, também, nossa luta é uma luta pela soberania nacional.

Hoje eu quero dizer-lhes que nós venezuelanos entendemos a magnitude do desafio histórico que vivemos. Não se trata somente de uma terrível qualidade de vida humilhante para as mães, para as donas de casa, para os trabalhadores, para os sindicalistas ou para os estudantes. Não se trata apenas de uma situação de ruptura da coesão social e de uma enorme aflição. Hoje em dia, o que está em jogo na Venezuela é a democracia, é a liberdade. Que os façam acreditar que isso se move em um espectro midiático de esquerda ou de direita, ou um país enfrentando um risco de guerra civil. Não se equivoquem, não se confundam, na Venezuela o que há é uma guerra contra os civis. O que existe é um grupo de pessoas agarradas ao poder, disposto a tudo para preservá-lo, e uma cidadania que está nas ruas lutando por sua dignidade, lutando por justiça, lutando por construir um país onde possamos nos reconhecer como cidadãos. Quero trazer-lhes e quero falar aos senhores e por intermédio dos senhores ao povo do Brasil, porque nossos países são signatários da Carta Democrática Interamericana, que estabeleceu compromissos coletivos entre os países deste hemisfério para a defesa e a promoção da democracia na região. Para os venezuelanos, é incompreensível ver como os países da América Latina foram tão ativos como nas crises políticas havidas no Paraguai e Honduras e diante do que ocorre na Venezuela nos dão as costas. Que mais deve acontecer na Venezuela? Quantas maiores violações aos direitos humanos? Quantos mais venezuelanos assassinados, perseguidos e torturados para que os democratas do hemisfério escutem nossa voz? O problema que temos na Venezuela nós venezuelanos vamos solucionar. Mas necessitamos da solidariedade dos povos da América Latina, de seus Parlamentos e de seus Governos e, por isso, estou hoje aqui. Ontem sofri sérias ameaças, não sabia se poderia sair do país. Vieram com violência, inclusive utilizando gás lacrimogêneo e a força da Guarda Nacional; não nos permitiram avançar juntamente com meus colegas Deputados pelas ruas de Caracas e não me permitiram ingressar na Assembleia Nacional. De maneira ilegal e inconstitucional, dizem que fui deposta da minha condição de deputada. Mas devo dizer, hoje eu sou Deputada venezuelada, dentro e fora da Venezuela, porque fui eleita pelo povo da Venezuela e continuarei sendo até que o povo da Venezuela assim o queira. Por isso, hoje estou aqui com enorme orgulho,

emoção e admiração para falar em nome do meu país no momento em que meu país mais precisa e nosso povo mais necessita dos democratas. Dos democratas valentes, que põem de lado as diferenças políticas porque isso não é ideológico. Isso não tem nada a ver com esquerda ou direita. Tem a ver com direitos humanos, com democracia e com liberdade. E nesse espectro entre ditadura e democracia, onde estamos posicionados? Entre a humilhação e a dignidade, qual a posição de nossos países? Entre a justiça e o ultraje, como se posicionam as instituições e os governos latino-americanos? Por isso, hoje lhes peço: entre um regime repressor e um povo que clama por liberdade, apoiem o povo venezuelano. E transmitam a todo o povo brasileiro, que os senhores representam, não somente o carinho e o afeto de um passado compartilhado, como também a convicção de que construiremos uma Venezuela de prosperidade, de oportunidades, de inclusão e de liberdade, que, de mãos dadas com o Brasil e com os demais países da América Latina, avançaremos em direção à liberdade.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputada María Corina, no processo constituído para a cassação do mandato que o povo da Venezuela lhe concedeu, do que V. Ex^a é acusada? Como se deu o processo de julgamento? Foi facultado a V. Ex^a o direito de defesa?

A SR^a MARÍA CORINA MACHADO (Tradução por profissional habilitado.) – Quero dizer que fui acusada de vários delitos no passado. Por exemplo, em 25 de agosto do ano passado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^{as} são todos muito bem-vindos! Deputada María Corina, peço que V. Ex^a... A palavra é de V. Ex^a.

A SR^a MARÍA CORINA MACHADO (Tradução por profissional habilitado.) – Boa tarde. Muito obrigada aos senhores senadores que chegaram agora.

O Presidente da Comissão de Relações Exteriores acaba de me formular uma pergunta relativa ao julgamento, à investigação e ao ultraje que tenho sofrido nesses últimos tempos. Dizia aos senhores que eu havia sido acusada de vários crimes nos últimos anos. Dar-lhes-ei um único exemplo apenas: em 25 de agosto do ano passado, fez um ano a tragédia de Amuay, um incêndio na principal refinaria da Venezuela na zona de Paraguaná, onde morreram pelo menos 50 venezuelanos. Durante esse ano, a partir desse acidente, eu e um grupo de colegas Parlamentares fizemos uma investigação, tendo em vista que a Assembleia Nacional Venezuelana negou-se a investigar essa tragédia desse que foi o maior acidente em refinarias do mundo. Fizemos chegar ao escritório da PDVSA em Paraguaná um laudo produzido por técnicos que dava conta da responsabilidade da direção da PDVSA no referido acidente, haja vista a detecção de falhas na manutenção das instalações. Algumas horas depois, a governadora do Estado de Falcón, onde se encontra a mencionada refinaria, acusou-me, na Procuradoria-Geral da República, de ser eu a culpada por todos os incêndios em refinarias de petróleo que ocorreram na Venezuela. Fui acusada, ainda, de atos de terrorismo, vinculados aos incêndios e de sabotagem às instalações de segurança na Venezuela. São acusações assim que sofrem na Venezuela os que não vacilam e não fazem concessões quando se trata de princípios, tais como a defesa da Constituição e da democracia. Pois bem, na semana retrasada, como os senhores possivelmente tomaram conhecimento, fui convidada a falar no Conselho Permanente da OEA para expor a posição do povo da Venezuela diante dessa onda brutal de repressão. Até aquele momento, a OEA só tinha ouvido a opinião do regime venezuelano e não a opinião do povo da Venezuela. Infelizmente a maioria dos países, dos estados, que fazem parte da OEA, primeiro votou a favor de se fazer uma sessão secreta e, em seguida, votou por excluir a questão venezuelana da pauta. Por isso, a única maneira que me restou para falar, e os que me acompanhavam – entre eles, a mãe de Geraldine Moreno, uma das jovens assassinadas – pudessem estar ali e ser ouvidos, foi aceitar a generosa oferta do Panamá de sentar-me em sua cadeira. Uma prática que já foi utilizada na OEA numerosas vezes. De fato, o próprio regime venezuelano, no ano de 2009, ofereceu a cadeira da Venezuela ao ex-chanceler do presidente Zelaya, que, a partir daquele assento, falou ao Conselho Permanente da OEA. Pois bem, por ter falado ao Conselho Permanente por alguns minutos, relatando a dor que vivem as mães, os estudantes e os trabalhadores venezuelanos, o regime do senhor Maduro decidiu julgar-me por traição à pátria e declarar que eu havia perdido a minha investidura como Deputada na Assembleia Nacional. A Constituição da Venezuela é muito clara: a única maneira de se destituir um deputado da Assembleia Nacional é por morte, renúncia, referendo revocatório ou sentença transitada em julgado de um tribunal, depois de ser concedida ao Deputado a garantia constitucional de audiência preliminar sobre o mérito diante do plenário do Tribunal Supremo de Justiça. Nada disso aconteceu; portanto, eu sou deputada. Mas o senhor Cabello, o capitão Cabello, Presidente da Assembleia Nacional, determinou que eu nunca mais voltasse a entrar no Parlamento venezuelano. Determinou que os meus assistentes não mais se aproximassem do Parlamento. Desconsidera todas as minhas credenciais. E, pior ainda, decidiram julgar-me por traição à pátria, por terrorismo e por assassinato. Essa é minha situação por ter falado diante da Organização dos Estados Americanos e ser a voz dos venezuelanos que eles querem

calar. E digo mais, eu estava exercendo a minha função de deputada como a estou exercendo hoje aqui. E se esse for o preço que tenho que pagar na Venezuela para defender os venezuelanos e para ser a sua voz, uma e mil vezes voltarei à OEA e a qualquer outra instância internacional que me ofereça a oportunidade de que a verdade do que ocorre na Venezuela seja conhecida pelo mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, por ordem de inscrição. Em seguida, ao Senador Pedro Taques e, posteriormente, aos Senadores Aécio Neves, José Agripino, Alvaro Dias e Vanessa Grazziotin.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Deputada María Corina Machado, quero, em primeiro lugar, dizer a V. Exª que é com muita honra que nós a recebemos hoje na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado brasileiro.

Recebê-la aqui é um dever, um dever de solidariedade para com uma parcela considerável do povo venezuelano, solidariedade aos que sofrem com os desmandos, com a crise econômica, com o agravamento da situação social do seu país e solidariedade com aqueles que lutam pela liberdade, aqueles que foram vítimas desse regime opressor. Ao mesmo tempo, no meu ponto de vista, repúdio ao governo que deu ordens à Mesa Diretora da Assembleia Nacional para cassar o seu mandato. Repúdio a um governo que assassina seus opositores, que manietta a imprensa, que submeteu o Poder Judiciário a ponto de desfigurá-lo no exercício das suas funções, que se vale da ação de grupos paramilitares, verdadeiras brigadas fascistas, para tentar aterrorizar aqueles que se opõem a seus desígnios.

Mas ao mesmo tempo também é, Srª Deputada, uma manifestação que compartilho seguramente com muitos colegas, Deputados e Senadores que aqui estão e que desejam, por parte do Governo brasileiro, que o nosso Governo, o Governo de um país democrático, um Governo que fez sua transição para democracia já há muitos anos, que vem sendo governado por pessoas que se opuseram nas mais diferentes trincheiras à ditadura militar ininterruptamente, que este Governo, levando em conta evidentemente um dos mandamentos norteadores da nossa política externa, que é o respeito à autodeterminação dos povos, possa igualmente fazer valer e transformar na prática da sua ação internacional o princípio da prevalência da defesa dos direitos humanos, direitos humanos que estão sendo violados, como a senhora disse, de maneira generalizada e maciça no seu país.

O Governo brasileiro não pode permanecer equidistante. Eu, pelo menos, não fico equidistante. Minha vida política é longa, como de muitos colegas aqui. Tenho, com colegas aqui presentes, divergências em relação a muitas questões que dizem respeito a políticas públicas, opções do Governo em matéria de prioridades para esse ou aquele assunto. Temos divergências no dia a dia da nossa vida política aqui no Congresso, mas uma coisa que, para mim, é fundamental, que eu ergo acima de tudo é a liberdade, a defesa da democracia. Eu não faço, em relação ao governo do seu país, Srª Deputada, embora tenha muitas restrições à condução que o Governo Chávez e agora o Governo Maduro têm dado às questões de política interna no âmbito econômico e social, temas em que eu creio que ele usurpa o nome de Simón Bolívar... Simón Bolívar era um homem do século das luzes; era um herdeiro do século das luzes. Mas não cabe a mim julgar a orientação do Governo da Venezuela em matéria econômica e social, mas em matéria de liberdade, de democracia, eu não posso calar o meu repúdio.

Recebi aqui – tenho cópia da carta – do Sr. Deputado Rodrigo Cabezas, que, declinando do convite que lhe foi formulado por iniciativa do Senador Suplicy, nos informa que “o alto mando político do nosso processo e a direção da Assembleia Nacional da Venezuela delega a responsabilidade de vir aqui à sua compatriota Blanca Eekhout”. Eu quero dizer que não virei, porque eu não fico equidistante entre a senhora, que luta pela liberdade do seu povo, pela democracia do seu país, que é vítima da repressão, que foi agredida no recinto da Assembleia Nacional venezuelana, agredida fisicamente por uma colega sua, sem que essa Mesa Diretora, que agora pretende enviar um representante seu para falar aqui... Nessas circunstâncias, eu não virei. Eu fico com a senhora.

Dirão: “Ah, o povo venezuelano apoia o atual governo.” Pode ser. Mas, durante muito tempo, o povo alemão apoiou o regime de Hitler. Durante muito tempo, o povo italiano apoiou o fascismo de Mussolini. Aqui mesmo, no Brasil, a ditadura militar, que matou, assassinou, exilou teve, durante muito tempo, apoio popular, como teve o regime de Pinochet, como teve o regime militar na Argentina, a ditadura uruguaia. Durante muito tempo, tiveram apoio popular. Não importa.

Eu creio que há valores que transcendem as conjunturas políticas, que transcendem as fronteiras partidárias. São valores universais. E a presença da senhora aqui hoje é a presença de alguém que fala em nome destes valores universais: da liberdade e da dignidade da pessoa humana. Conte conosco! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Exª o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Caríssimo Presidente Ricardo Ferraço, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustre Deputada María Corina Machado, em primeiro lugar, na qualidade de Presidente Nacional do Partido da Social Democracia Brasileira, dou as boas-vindas a V. Ex^a. *Bienvenida* ao Brasil!

Em uma rápida explanação, ilustre Deputada, quero dizer que, por uma dessas coincidências da vida, nesta semana, nós marcamos os 50 anos de uma noite muito triste que se abateu sobre o Brasil, em 31 de março de 1964, e que nos levou a 21 anos de autoritarismo, de repressão, de perda de liberdades, mas também de perdas de vidas de inúmeros brasileiros. Foi a luta de muitos desses brasileiros que não estão aqui hoje e de tantos, como o Senador Aloysio, que agora acaba de usar da palavra, e de tantos outros que nos permitiu, há 30 anos, o reencontro com a democracia. Por isso, ilustre Deputada, nós a prezamos imensamente.

Vemos o povo venezuelano como um povo irmão, como os demais povos irmãos da América do Sul. Por isso a liberdade, a democracia, o respeito aos direitos humanos que queremos para nós – e lutamos para que não se percam outra vez – nós queremos para os nossos vizinhos. E, neste instante, nós os queremos, especialmente, para o povo venezuelano.

Acompanhamos com imensa apreensão o cerceamento crescente das liberdades do país de V. Ex^a e nos preocupa imensamente a posição passiva, quase de omissão grave, do Governo brasileiro, que, pela importância que tem – e vou até além, pela importância econômica, demográfica na região, mas até pelas relações que cultivou ao longo dos últimos anos com o Governo da Venezuela – deveria ter, a nosso ver, a obrigação de ter uma palavra de autoridade na busca do resgate das prerrogativas do povo venezuelano e, em especial, dos representantes do povo venezuelano.

A violência de que foi vítima V. Ex^a é uma violência contra todos os democratas, contra cidadãos e cidadãs que compreendem que, apenas a partir do respeito às liberdades e aos próprios adversários, é que vamos construir um tempo de maior justiça social e de maiores avanços econômicos.

Queria que V. Ex^a, neste instante, compreendesse, se não para todos os brasileiros, infelizmente, para muitos dos brasileiros – alguns que aqui estão – e tantos outros que representamos, a causa de V. Ex^a é a nossa causa. Nesta Casa do Congresso Nacional não faltará em qualquer instante abrigo, não apenas físico, a V. Ex^a – talvez dele V. Ex^a prescindia –, mas à palavra de V. Ex^a, à coragem de V. Ex^a e à esperança que essa coragem e essa palavra levam a tantos venezuelanos.

Quero eu, ilustre Deputada, que desta tribuna a voz de V. Ex^a possa ecoar pelo Brasil, por outros países vizinhos, mas, em especial, também pela Venezuela. Porque nós estaremos absolutamente atentos para daqui, como irmãos de fé, elevarmos, sempre que necessário, a nossa voz contra a opressão e contra um regime que, infelizmente, tem demonstrado muito pouco apreço pelas liberdades e pela própria democracia.

A voz de V. Ex^a, tenho certeza, não é a voz de uma Parlamentar – e V. Ex^a é Parlamentar e por nós é recebida como Parlamentar, na legitimidade do exercício da sua função – mas é a voz de muitos venezuelanos, que, nas ruas, nas barricadas, nas entidades de classe, se manifestam, pedindo apenas algo que é elementar: respeito, dignidade e sobretudo possibilidade de, através de um debate franco e sério, encontrar convergências.

O que nós esperamos é que a voz de V. Ex^a possa cada vez vibrar mais em defesa daquilo que ambos prezamos: o respeito às liberdades, ao Estado de direito, às instituições.

Espero, para encerrar, ilustre Deputada, que, dentro de algum tempo, esteja eu visitando o país de V. Ex^a quem sabe em uma outra condição e possa ser recebido por V. Ex^a na Assembleia Nacional Venezuelana, no exercício pleno das suas funções que lhe foram confiadas por seu povo e que não podem ser tiradas pela violência de quem quer que seja. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Pedro Taques, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Deputados que nos honram com a presença, Deputada convidada Maria Corina.

Deputada, V. Ex^a não está aqui nesta data por um favor do Congresso, mas está aqui em razão do cumprimento da Constituição da República. A Constituição brasileira, no art. 4º, determina as nossas relações internacionais e por isso V. Ex^a está na Comissão de Relações Exteriores.

Como princípios das nossas relações internacionais, o art. 4º da nossa Lei Maior fala na prevalência dos direitos humanos, fala em concessão de asilo político. E isso independente de Governo, porque a nossa Constituição não é uma constituição de Governo, é uma Constituição do Estado brasileiro.

Muito bem, para nós, só existe democracia quando alguns requisitos se fazem presentes. O primeiro requisito: liberdade de imprensa. Eu gostaria de indagar a V. Ex^a se existe liberdade de imprensa na Venezuela. É a primeira pergunta.

A segunda pergunta: para nós, só existe democracia se houver independência entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Aqui no Brasil, o Poder Judiciário não é submisso ao Poder Executivo. Eu gostaria de saber de V. Exª se na Venezuela existe ou não submissão do Poder Judiciário ao Poder Executivo.

Uma terceira pergunta a V. Exª: para nós, aqui no Brasil, Parlamentares – eu sou Senador da República pelo Estado de Mato Grosso –, Deputados Federais e Senadores têm imunidade parlamentar, eles são invioláveis pela sua fala, pela sua manifestação. Eu gostaria de saber se na Venezuela, hoje, existe imunidade e inviolabilidade do exercício da função parlamentar.

Eu gostaria de ouvir de V. Exª se a cláusula democrática prevista no Tratado de Assunção, que cria o Mercosul encontra-se respeitada, na opinião de V. Exª. Porque, de acordo com a reunião do Mercosul, quando o Mercosul suspendeu o Paraguai desse concerto desses Estados sul-americanos, o Paraguai teria quebrado a cláusula democrática. Gostaria de uma reflexão de V. Exª a respeito disso.

Só existe democracia no Brasil se o cidadão, independente de ser Parlamentar, tiver liberdade de manifestação. Se na Venezuela existe essa liberdade de manifestação.

Agradeço a presença de V. Exª aqui no Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador José Agripino, a palavra é de V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Deputada Maria Corina Machado, eu queria, inicialmente, dizer a V. Exª que V. Exª já ouviu a palavra do Líder do PSDB, que é o principal Partido de oposição, Senador Aloysio Nunes; ouviu a palavra do Senador Aécio Neves, que é ex-Governador de Minas Gerais, um dos mais importantes Estados do Brasil, e pré-candidato a Presidência da República; o Senador Pedro Taques, que é do PDT, um Partido que eu não diria de oposição porque ele faz parte da Base de Apoio ao Governo, mas é um cidadão independente, com opiniões e com coragem. Eu sou Presidente nacional do meu Partido, o Democratas, e estou aqui acompanhado de um grande número de Deputados Federais, de Parlamentares colegas de V. Exª que fizeram questão de vir aqui. À frente o Líder do meu Partido na Câmara, o Deputado Mendonça Filho; o ex-Líder, Deputado Ronaldo Caiado; vários Deputados do PSDB e de outros Partidos. O Líder do PPS aqui se encontra presente; há Parlamentares do PMDB, claro; a Senadora Vanessa Grazziotin, que é do PCdoB; o Senador Suplicy, que é do PT; o Senador Randolfe Rodrigues, que é do PSOL, pré-candidato à Presidência da República. Eu gostaria que V. Exª tivesse a consciência de que aqui está a essência de uma boa expressão da política no Brasil, que veio lhe ouvir.

É uma ocasião muito especial para a Comissão de Relações Exteriores, que, pela iniciativa do Presidente Ricardo Ferraço, que é um democrata por excelência, ele que é do PMDB, mas que tem independência de posição, traz V. Exª aqui para trazer luzes sobre uma coisa que preocupa a América Latina e o Brasil principalmente, que é país líder da América Latina.

Nós temos tido manifestações de inquietação em muitos países da América Latina. E os meios de comunicação do Brasil não mostraram inquietações nem perto do volume, do perigo e da violência do que tem ocorrido na Venezuela. É caso absolutamente singular. O Brasil não tomou a posição para valer. O Brasil não tomou posição, até este momento, para valer, com relação à questão dos conflitos internos que estão ocorrendo na Venezuela. Não se trata de tomar partido a favor ou contra o Governo, mas tomar partido a favor da legalidade e da solidariedade à sociedade venezuelana, ao povo venezuelano, por quem temos enorme apreço.

Eu, pessoalmente, fui contra a inclusão da Venezuela no Mercosul – eu e muitos do que aqui se fazem presentes –, por uma razão só: a cláusula democrática, que é uma exigência fundamental para participação de países no Mercosul, na minha opinião e pelo que V. Exª acabou de expor, não é preenchida na Venezuela. A Suprema Corte da Venezuela, ao que me está informado, foi praticamente toda preenchida pelos dois últimos Governos: Hugo Chávez e Maduro. O Poder Legislativo – eu posso estar enganado e não quero aqui cometer nenhuma levandade – é, em grande medida, operado pelo Poder Executivo, que manobra adesões ao sabor dos interesses do Poder Executivo. A cláusula democrática, portanto, na Venezuela está comprometida.

Aí entra a minha colocação sobre a coragem de V. Exª. V. Exª é a única que, das escaramuças que o seu país vive, tem a coragem de, no dia seguinte em que é impedida violentamente de entrar na Casa para a qual V. Exª foi eleita, até com o uso de bomba de gás lacrimogênio, viaja da Venezuela a São Paulo, chega a Brasília e chega a esta Comissão prestar um depoimento para esclarecimento ao Brasil, um país líder, sobre o que está acontecendo na Venezuela.

Para provocar o quê? A solidariedade, que é o mínimo, Senador Ricardo Ferraço, que a Comissão de Relações Exteriores tem que colocar à apreciação, para que o Brasil se manifeste se está ou não solidário com os fatos que ela veio aqui expor, veio mostrar em vídeo, veio colocar.

Eu acho que a questão dos direitos humanos, a questão do respeito a princípios que são fundamentais... É incrível ouvir o que ouvimos da Deputada María Corina. Parlamentares da Venezuela são eventualmente comandados por militares cubanos! Eu tenho informação de que o Programa Mais Médicos, que é um programa sobre o qual não quero fazer crítica nenhuma, teria chegado à Venezuela às vésperas da eleição como efeito eleitoreiro, chamado Barrio Adentro, e queria que V. Ex^a confirmasse se procede essa informação. O Programa Mais Médicos hoje se implanta no Brasil com o uso de médicos cubanos. Não vai aqui nenhuma restrição nem crítica ao programa de atendimento ao povo, mas a pergunta que lhe faço: se nas proximidades da eleição, um programa semelhante ao Mais Médicos teria se instalado na Venezuela, o Barrio Adentro, com fins eleitoreiros.

Há coisas incríveis de relações de governo movidas por sentimento ideológico. O que me preocupa, Deputada María Corina, é um fato só, para terminar: eu admito que o governo Chávez tenha tido êxitos e tenha tido acertos.

A Venezuela é um grande produtor de petróleo. A PDVSA é uma grande petroleira no mundo, tem receita e o Presidente Chávez, enquanto essa receita existiu e o modelo econômico, foi capaz de produzir na Venezuela, distribuiu a renda com os mais pobres; daí as eleições sucessivas. Ocorre que a gestão é defeituosa e, do ponto de vista ideológico, pode ter sido comprometida. Ela produziu uma última eleição de Maduro, que entrega o país em condições de perda de capacidade de produzir as necessidades fundamentais do cidadão. O desabastecimento na Venezuela, ao que eu estou informado, é um fato decorrente de mau governo, de má gestão de governo, que está levando o povo às ruas. E o povo não vai às ruas se não houver uma fundamentação que o leve às ruas, se não houver uma insatisfação clara que faça com que o povo vá às ruas dar seu grito de aflição.

De modo que, com essas colocações, eu quero fazer o registro do aplauso à sua coragem e de agradecimento, porque sua presença aqui é uma manifestação de resistência democrática não na Venezuela, mas num continente inteiro, que tem assistido muitas manifestações, até trocas de governo de forma pacífica. Mas não pode ser. Acho que o redentismo e a indignação têm que ser manifestações de caráter, têm de traço de personalidade, em cada país, em cada circunstância. E V. Ex^a traz ao conhecimento desta Comissão a indignidade do seu país, a Venezuela, com o sofrimento de um povo, decorrente de aflições produzidas por governos que estão mostrando claramente que, por razões ideológicas, caminham para o fracasso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu peço licença a V. Ex^a que uma companheira nossa, do PSDB Mulher aqui de Brasília, entregue à Deputada María Corina Machado uma lembrança como sinal de boas-vindas e da nossa amizade.

Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^a María Corina, é verdadeiramente uma aberração típica de regime ditatorial a cassação de seu mandato pela Assembleia Nacional da Venezuela.

Aqui do Brasil, nós acompanhamos esse itinerário tortuoso vivido pelo povo venezuelano, agora nas ruas do país tentando salvá-lo dos déspotas. Violência, morte, censura à imprensa, cerceamento da liberdade, afronta aos direitos humanos é um cenário deprimente que exige uma reação internacional, até porque a liberdade não deve ter fronteiras.

É por essa razão que apresentamos um requerimento com voto de repúdio ao Governo venezuelano – e peço ao Presidente Ricardo Ferraço que, na primeira oportunidade, submeta-o a voto nesta Comissão –, para manifestar a posição que o Governo brasileiro, até agora, não ousou manifestar; mas, para manifestar o nosso repúdio, o repúdio do Parlamento brasileiro às afrontas e violências assacadas contra as liberdades democráticas na Venezuela.

A prepotência, a corrupção e a incompetência empurram o seu país para um abismo social sem precedentes. E a sua ação heroica é certamente a luta do seu povo para recuperar o seu próprio destino.

Eu tenho duas ou três indagações, que faço agora.

Aduzindo ao que já disse o Senador Pedro Taques, tenho a impressão de que o Poder Judiciário no seu país é uma extensão do Executivo e está ao seu serviço. Uma espécie de almoxarifado, onde o Poder Executivo pode buscar, quando quer, o produto que deseje.

É inevitável concluir que a pior ditadura é aquela que veste a roupa da democracia. E que faz essa enenação dos três Poderes interdependentes, quando, na realidade, eles só são aceitos quando servem passivamente e, de forma submissa, rastejam para aceitar as imposições do todo-poderoso de plantão.

A história da Venezuela é evidente que nós conhecemos em parte, mas sabemos deste tortuoso itinerário que percorre seu povo neste momento.

A indagação que formulo, portanto, na extensão da pergunta do Senador Pedro Taques, é exatamente sobre o comportamento do Poder Judiciário. A cassação de V. Ex^a, acolhida e avalizada pelo Poder Judiciário é a demonstração de que ele não existe como Poder Judiciário, mas, sim, como almoxarifado a prestar serviços ao Poder Executivo do seu país, avalizando essa aberração que, como V. Ex^a diz, é típica de regime ditatorial.

A outra indagação, na linha construtiva, é se V. Ex^a entende que a estratégia de sugerir negociações do Governo, de sugerir negociações, valendo-se da intermediação do Vaticano ou de um grupo de chanceleres da Unasul, poderia produzir solução consensuada, apta a pacificar o país e a conduzi-lo até as novas eleições. Eu não pergunto se Maduro seria eleito em uma nova eleição, porque o que vislumbramos a distância é que a sua derrota seria, sem dúvida, acachapante.

Enfim, concluo, Sr. Presidente, manifestando as nossas homenagens.

Antes, porém, creio que cabe mais uma indagação. Há alguns anos, oito ou nove anos, estive em Caracas e presenciei a guarda pessoal do Presidente Hugo Chávez constituída por jovens soldados cubanos que vestem uniforme venezuelano.

A notícia que nos chegou, através das redes sociais, é que, nesses momentos cruciais da luta do povo pela redemocratização da Venezuela, chegavam delegações de soldados cubanos, que, travestidos com uniforme do Exército venezuelano, iam para as ruas combater as manifestações que desejavam se constituir em manifestações pacíficas e democráticas e acabaram submetidas à violência do autoritarismo.

Em um regime que – para concluir, agora, Presidente – não podemos considerar de esquerda ou de direita; não podemos considerar comunista, socialista, fascista, trotskista. Um governo como esse, sem alma e sem sensibilidade humana, não possui ideologia: a sua ideologia é a da truculência, é a da prepotência inusitada. Portanto, se nós pudéssemos carimbar esse regime, certamente teríamos que carimbá-lo, na melhor das hipóteses, de um regime fascista truculento. Mas preferimos dizer que esse regime não tem ideologia, porque é o regime da prepotência, da violência e do desrespeito aos direitos humanos.

Concluindo agora, creio, Deputada María Corina Machado, que V. Ex^a chegou pelo voto ao Parlamento; dele foi retirada por lutar pelo voto e pela democracia e, certamente, a ele será devolvida pela democracia e pelo voto logo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Pela ordem, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Uma sugestão à Mesa. Como foram feitas cinco intervenções, por parte de cinco Senadores, acho que seria oportuno que a Deputada María Corina já pudesse responder a algumas indagações eventualmente feitas, para que não juntassem tantos assuntos na hora de responder. É uma sugestão que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos acolher a contribuição de V. Ex^a.

Antes, vamos ouvir a Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, devolveremos a palavra à Deputada María Corina, para que ela possa se estender no seu diálogo com Parlamentares brasileiros.

Com a palavra S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Quero cumprimentar a Sr^a María Corina Machado e só lembrar aqui, de forma preliminar, que certamente este Senado receberá tão bem a Parlamentar Blanca, que virá posteriormente à sua vinda, da mesma forma que nosso Presidente deverá organizar uma comitiva de Senadoras e Senadores para, brevemente, estar na Venezuela, para um diálogo importante com os nossos irmãos Parlamentares venezuelanos.

Mas quero, antes de mais nada, dizer que, de nossa parte, não temos qualquer tentativa de nos intrometer num assunto interno da Venezuela, nenhuma.

Para iniciar, quero dizer que discordo de muito do que foi dito aqui anteriormente. Para iniciar a minha fala, vou citar exatamente o Presidente Pepe Mujica, Presidente de um país vizinho, um pequenino país. É um homem que ficou preso durante muitos anos da sua vida, um homem, que, apesar de ser Presidente da República de um país, ainda vive da forma mais humilde que um cidadão pode viver. É um homem respeitado no mundo inteiro. O que disse Mujica?

Estou lendo apenas o que um *site* publicou – da RBA, <http://www.redebrasilatual.com.br>; nem sei que *site* é esse –, cuja manchete diz o seguinte: “Mujica diz que Estados Unidos não aprendem nada com a história e pede respeito à Venezuela. Presidente do Uruguai afirma que administração Obama desconhece que impo-

sição de sanções serve para prejudicar os mais fracos e diz que venezuelanos devem resolver seus problemas sem ingerência externa". E abre aspas porque é tudo o Presidente Mujica que fala:

"Quando o mundo inteiro pede aos EUA para arquivarem sua política de bloqueio econômico de Cuba, surgem vozes desse governo ameaçando a Venezuela com sanções. [Diz ele] Você não aprendeu nada com a história? Será que essa atitude serviu para resolver alguma coisa que não seja impor dificuldades aos mais fracos em diferentes sociedades?"

Mujica se referiu assim às recentes declarações do secretário de Estado dos EUA, John Kerry, que revelou que seu governo estudava a possibilidade de impor sanções a funcionários venezuelanos [...]

Desde o início da atual crise [...], em 12 de fevereiro, os Estados Unidos trabalham pela imposição de constrangimentos internacionais ao chavismo. A primeira tentativa de imposição de uma missão internacional para avaliar o caso falhou na Organização dos Estados Americanos (OEA). O pedido apresentado pelo Panamá recebeu [senhores e senhoras] apenas três votos [só três votos! Além, obviamente, do Panamá, país que a senhora representou – a senhora não esteve na reunião representando o seu país, mas representando o Panamá –, obteve o voto dos Estados e o voto do Canadá. Nenhuma outra nação do nosso continente americano acatou o pedido.]

Em seguida, a administração Obama sofreu novo revés na OEA quando se tentou promover um depoimento...

A matéria se refere ao seu depoimento, de que nos falou aqui. A senhora tem sido uma das principais líderes das mobilizações contra o chavismo, portanto, de oposição. A maioria dos países acatou a intervenção, segundo diz a matéria aqui, porque V. Ex^a estava representando o Panamá, mas o fez de portas fechadas. Por que de portas fechadas? Porque – dizem os chanceleres, não só os brasileiros, mas todos –, em relação à proposta, dentro do regime de um organismo internacional, a opinião da maioria prevalece. E a opinião da maioria é que aquilo apenas seria um *show* e que ninguém merecia um *show* patrocinado por Washington – isso diz o Presidente Mujica.

Eu quero concordar com ele e dizer que, infelizmente, nessas situações, quem mais sofre é o povo. Diferentemente de colegas meus – à época eu não era Senadora, era Deputada –, eu sempre defendi a entrada da Venezuela no Mercosul pela importância do país, porque uma nação não se mede pelo seu governo. Uma nação se mede pela nação. Hoje o Presidente é Maduro, amanhã será outro; hoje é um partido, e amanhã será outro. Enfim, Venezuela entrou no Mercosul e isso tem sido muito importante. Tenho certeza de que ajuda não só o Brasil, mas ajudará também a Venezuela.

Creio que, neste momento, a forma como podemos ajudar não é incitando. Temos exemplos. Em junho do ano passado, o Brasil vivenciou as maiores manifestações já vistas neste País. Milhões, dois milhões, três milhões de pessoas nas ruas, em manifestações que, num primeiro momento, foram pacíficas, mas depois se transformaram em manifestações violentas.

Parece que é um pouco isto, Senador Ferraço, que acontece na Venezuela: manifestações que se tornaram violentas, porque, assistindo ao que nós assistimos aqui, o que fica parecendo? Qual foi a mensagem que tentaram nos passar naquele filme? Que nenhum defensor do governo sofreu qualquer tipo de ato violento; que apenas morreram e que sofreram violência os opositores. E o que nós sabemos, pela imprensa brasileira e pela imprensa internacional, é que as mortes têm ocorrido de ambos os lados, seja dos opositores, mas também daqueles que defendem o governo.

Se a manifestação parte da juventude, fica difícil para a gente, daqui de longe, entender por que universidades são depredadas. Se a manifestação é contra o desabastecimento, fica difícil a gente, daqui de longe, compreender por que caminhões repletos de alimentos, de utensílios são depredados, são queimados, enfim.

Eu quero dizer que isto aqui que a gente está vendo hoje... Meus colegas Deputados Federais, quero cumprimentar a todos; temos uma excelente convivência, temos posições políticas divergentes, muito diferentes, mas uma excelente convivência. Quero dizer que lamento muito por ter visto o que acabo de ver: uma foto aqui de um boneco de pano enforcado, representando o médico cubano. Essa foto seria da Venezuela. Um médico cubano sendo enforcado.

Ontem o Brasil assistiu a um episódio um pouco parecido. Em relação aos médicos, uma das médicas que pediu a saída do convênio foi bem recebida exatamente por esse grupo de Parlamentares que aqui está, a Ramona, a quem o grupo deu todo o apoio. Mas ao programa Mais Médicos os quase 10 mil médicos cubanos que estão no Brasil foram muito bem-vindos. A princípio, a oposição aqui tentou ser contrária, mas todos votamos a favor do projeto, porque, o que mais importa para nós outros não é se o médico é cubano, se o médico é peruano, colombiano, se o médico é indiano. O que mais importa é que o povo brasileiro não tem médico. E eles vêm para ajudar o povo brasileiro. Isso fala muito mais alto.

Essa fotografia que eu vi, de enforcamento de médicos cubanos, parece muito com uma faixa que foi es-tendida ontem na Câmara dos Deputados, num ato que relembra o triste episódio da nossa história ocorrido em 1964, quando os militares, com o apoio norte-americano, também fizeram o golpe. A faixa dizia o seguinte: “Parabéns, militares. Graças a vocês o Brasil não é Cuba.”

Eu gostaria de não ter vivido os 21 anos de ditadura e de ter sido privada, como todos do povo brasileiro, por 21 anos, de poder falar, de poder ter direito a nada.

Enfim, há outros cartazes aqui: Javu – Javu deve ser a Juventude Ativa Venezuela Unida. O que diz o car-taz? “Venezuela necessita de ti. Mata um chavista.” Repito: “Venezuela necessita de ti. Mata um chavista.”

Não sei quem é Carlos Montero. Diz aqui que é um correspondente da rede CNN espanhola – aliás, o Senador Roberto Requião já havia me mostrado algumas fotos – e que pede desculpas pelo Twitter dizendo: “Essa foto que eu postei no Twitter” – ele é um jornalista, ele é um correspondente da CNN espanhola, e ele mesmo se desculpa: “Essa foto que eu postei não foi de um episódio na Venezuela, como fizeram entender; isso aconteceu em Cingapura”. E pediu desculpas pelo Twitter, o próprio Carlos Montero.

Enfim, nós estamos diante, parece, de uma situação muito complicada, e para que a paz se estabeleça naquele país tem de haver boa vontade.

Aí eu questiono a senhora, Srª Corina: por que a senhora não aceitou participar de uma conferência de paz que tinha o aval – porque a senhora pode até dizer: “Mas eles são maioria, eles mandam, eles mandam, a gente não pode falar, a gente não tem direito a nada” –, que tinha o aval da Unasul, do Mercosul? Não seria importante para quem quer a paz, como diz a senhora? Não aceitar...

Eu não quero entrar na questão da sua destituição do cargo. Sinceramente não quero, porque a Vene-zuela, como nós, tem uma constituição. Mas para nós não seria... Não sei, duvido... Qualquer um de nós que fosse utilizar outro país para falar num organismo, sabendo que a constituição não permite isso, sabendo que a constituição não permite isso...

Por fim, eu pergunto à senhora: eu lamento muito ter assistido a esse filmeto, porque para todos nós, não sou uma *expert* da área de comunicação, mas, aquilo é uma montagem da mais grotesca. Pega algumas falas do Presidente Maduro, eleito pelo povo, um episódio e outro episódio, e corta, e coloca como uma posição política pretende colocar. Eu perguntaria à senhora: quem fez esse filmeto? Quem fez a tradução do filmeto?

E peço à senhora: não faça mais isso. Não é um desrespeito a mim e a minha posição política; eu que sou militante do partido comunista desde os meus 17 anos de idade. Isso é um desrespeito ao Senado do Brasil, Srª Corina. É um desrespeito. Qualquer pessoa, até uma criança vê que aquilo é uma montagem. Não queira nos enganar com aquilo, porque, daquela forma, não engana absolutamente ninguém.

No mais, seja bem-vinda ao Brasil! Blanca será bem-vinda. E certamente nós seremos... Nós não, não sei nem se eu vou; o Presidente formará a comissão para ir à Venezuela tentar... Mas sempre na busca da paz. Na paz.

Se o movimento começou pela saída... E aqui há uma foto sua chamando para o ato do dia 12, pela desti-tuição do Presidente. Depois o movimento tomou um outro rumo, o rumo da violência. Aqui no Brasil foi assim também, mas aqui todos nós nos unimos contra a violência, absolutamente todos.

Então, espero ver a senhora brevemente, sentada numa dessas conferências, com o patrocínio dos orga-nismos internacionais, buscando a paz. Eu acho que isso ajuda muito mais do que qualquer outro tipo de ação.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deputada María Corina, são muitas as questões oferecidas pelas Srªs Senadoras, pelos Srs. Senadores, algumas convergentes, outras divergentes, mas todas feitas num ambiente de absoluta civilidade, respeito e, diria que, carinho por V. Exª por nos honrar com sua presença aqui.

Portanto, passo a palavra a S. Exª para que possa dialogar com os Senadores que lhe formularam questões.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Em primeiro lugar, obrigada a todos, a cada um dos senhores aqui presentes e, principalmente, obrigada por podermos discutir pontos de vista divergentes sem agressão, algo que não existe no Parlamento venezuelano. Por isso, estar aqui, e viver este momento com todas nossas diferenças, faz com que eu me sinta muito próxima da democracia que queremos resgatar para nosso país. De modo que, a cada um dos senhores individualmente e em representação de seus respectivos partidos e organizações políticas, em nome da Venezuela, agradeço-lhes de coração estar aqui hoje.

Iniciarei com as perguntas muito diretas do senador Pedro Taques. Em matéria de liberdade de impren-sa, o exercício do jornalismo na Venezuela hoje é um ato de heroísmo. Os meios audiovisuais, televisão e rádio, estão absolutamente aterrorizados pela censura e autocensura. Não somente por leis que são impostas para restringir a possibilidade de difundir mensagens e de impor as mensagens do governo. Os senhores devem conhecer o que é a figura da cadeia. A cadeia nacional de rádio e televisão é a prerrogativa que o presidente tem de determinar que todas as emissoras de televisão e rádio, públicas e privadas, difundam sua mensagem

às vezes durante três, quatro ou cinco horas, impondo uma só mensagem, uma mensagem que estimula o ódio, a divisão, que ofende aos que pensam de forma distinta, que mente. Por exemplo, os fatos de ontem – para ser bem direta, quando houve repressão brutal em pelo menos seis estados do país, houve ataques com bombas de gás lacrimogêneo contra 50 deputados, quando caminhávamos em direção à Assembleia, com bombas de gás lacrimogêneo que nos afetaram a todos – não apareceram como notícia nem no rádio nem na televisão. Uma ou outra rádio se atreveu, mas não apareceu uma imagem na televisão. Resta-nos uma parte da imprensa escrita. Que fez o regime? Fechou o seu acesso a verbas para que não possam importar papel. Como consequência, jornais que teriam 20, 30 e 50 páginas hoje têm uma ou duas e a outros restam apenas alguns dias de existência. Por outro lado, os periódicos que são favoráveis ao regime crescem, sobretudo, com muita propaganda oficial. Os jornalistas na Venezuela estão aterrorizados e estou certa de que muitos dos correspondentes que estiveram na Venezuela podem relatar aos senhores o que é de fato o exercício do jornalismo no país.

Com relação à independência dos Poderes, vou lhes dar apenas um único exemplo. Há 15 anos havia na Venezuela mais de 2 mil juízes, mais de 2 mil juízes em todas as varas e tribunais. Dez anos depois, ou seja, há uns cinco anos, sabem quantos desses juízes restavam em seus postos? Menos de 20. Todos foram substituídos, foi um ataque. Porque todo aquele que não era absolutamente submisso ou leal às instruções políticas era rapidamente substituído. Hoje mais da metade dos juízes venezuelanos são temporários, de modo que podem ser facilmente removidos se não seguirem uma determinada linha política. Nunca poderemos nos esquecer daquela ordem dada pelo presidente Chávez pela televisão, determinando que se detivesse e condenasse a 30 anos de prisão a juíza Maria Lourdes Afiuni porque ela havia dado uma sentença contra o interesse político do regime, embora a sentença estivesse alinhada com uma recomendação do relator de direitos humanos da ONU, das Nações Unidas. E foi presa, segue em prisão domiciliar.

Em matéria de imunidade parlamentar, já falei do meu caso. Mas eu vou relatar-lhes o caso da deputada María Mercedes Aranguren ocorrido no ano passado. O fato é que o senhor Maduro queria uma lei habilitante. Sabem o que é uma lei habilitante? Por meio dela, tira-se a capacidade legislativa do Congresso, do Parlamento. Para que se possa aprovar uma lei habilitante na Venezuela, são necessários 3/5 dos votos, ou seja, 99 votos dos 165 que havia no parlamento. Acontece que o senhor Maduro tinha 98 e não 99 votos. Pois decidiram perseguir e abrir uma investigação e expulsar a deputada María Mercedes Aranguren, depois de terem, inclusive, oferecido a ela todo tipo de benefício econômico, aos quais ela resistiu durante vários meses e assim o denunciou. E a tiraram à força, cassaram sua imunidade parlamentar, porque conseguiram persuadir seu suplente a apoiar o regime. Dessa forma conseguiram o deputado 99 e assim, em novembro do ano passado, foi aprovada uma lei habilitante que retirou a capacidade legislativa do parlamento venezuelano.

Sobre o meu caso, já falei e os senhores conhecem suas implicações. Tiraram-me, pois queriam me calar, porque eu incomodava dentro e fora do Parlamento e porque pensaram que a minha cassação serviria de exemplo aos demais líderes das forças democráticas do país. Mas conseguiram precisamente o contrário. Cada abuso cometido potencializa a nossa voz.

E quanto à cláusula do Mercosul, é verdadeiramente lamentável. Como é possível que, contra um país como a Venezuela, onde são violados um por um todos os elementos essenciais da democracia, não haja uma reação firme dos organismos dos quais participa? A OEA pretendeu passar a página e enterrar a Venezuela com a resolução de 6 e 7 de março, não queriam saber mais nada de nós, não queriam saber a realidade. E eu pergunto: é uma organização de Estados americanos ou é um clube de presidentes? Sendo uma organização de Estados americanos, as pessoas não têm o direito de ser ouvidas? Não é o Parlamento também um dos braços fundamentais do Estado? Por isso, eu fui falar ali. E a censura, a censura que asfixia os venezuelanos – seu braço chegou à OEA. Por isso, pretenderam calar-me. Mas eu atuei como Deputada e até o próprio José Miguel Insulza, em uma comunicação que enviou na sexta-feira passada a Ramón Guillermo Aveledo, secretário-geral da Mesa da Unidade Democrática, assim coloca por escrito, diz: “A Deputada María Corina Machado atuou como deputada venezuelana em uma função casual através de um mecanismo que a OEA contempla e que é utilizado em várias oportunidades e para o qual me faculta o artigo 191 da Constituição Venezuelana”. De modo que eu tenho imunidade parlamentar. Eu sou Deputada da República e o que aconteceu foi uma afronta que viola a soberania popular venezuelana e o Parlamento. Não são meus direitos, são os direitos dos venezuelanos que exerceram os seus votos. Recordemos que, nessa eleição parlamentar, 52% dos venezuelanos votaram nas forças democráticas, mas as trocas, as fraudes e as ilegalidades no sistema eleitoral – uma vez que o Conselho Nacional Eleitoral é também submisso ao Executivo – fizeram que com 52% dos votos somente tivéssemos 40% dos assentos. Expliquem-me, como funciona a representação proporcional nesse caso?

E finalmente, a liberdade de manifestação a que o senhor se referiu, senador Taques, é um direito humano universal e, além disso, está previsto no artigo 68 de nossa Constituição. E é dessa forma que os estudantes têm-se manifestado, de forma pacífica, não temos armas. Nossos jovens saem às ruas e são atacados por gru-

pos paramilitares e pela Guarda Nacional. A violência só convém ao regime. A violência só convém ao regime. Eles têm medo de um movimento cívico e pacífico e, por isso, querem desprestigiar-lo, infiltrá-lo, sabotá-lo. Por quê? Porque, se existe violência, eles legitimam sua própria violência. Se há atos de violência, as pessoas ficam inibidas a continuar participando – os jovens, suas mães, os velhos. De modo que repudiamos esses atos de violência desde o primeiro dia. Senador acredite, o senhor não descobrirá uma palavra minha, nem de algum dirigente da força democrática, nem de algum dirigente estudantil incitando a violência. Não conseguirá uma palavra. Tudo o que temos dito é para repudiar a violência e estimular a organização cívica e pacífica.

Mas não vamos permitir que, com ameaças de violência, de chantagem e de repressão, eles consigam submeter o povo da Venezuela. Não vamos permitir. Pois, como o senhor bem dizia senador, hoje na Venezuela existe um regime que é muito mais complexo e prejudicial do que as ditaduras clássicas, pois, ao se disfarçar dessa maneira, ele pretende legitimar-se diante de certos atores e setores que possam ter boas intenções – ideológicas e geopolíticas. Mas nossos jovens retiraram do regime essa máscara pseudodemocrática do senhor Maduro, porque a repressão dessas oito semanas não tem precedentes e está documentada, embora os meios de comunicação tenham divulgá-la, ela está nas redes sociais. Aí estão os vídeos. Talvez eu devesse passar-lhes as cinco horas de intervenção do senhor Maduro sem edição. Creio que os senhores preferem evitar essa experiência. Mas o que está aqui, cada uma dessas palavras está documentada nos meios de comunicação. Se os senhores têm dúvidas do que mostramos, busquem as informações nos meios independentes, nos meios de comunicação brasileiros, nas redes sociais, aí está. Ninguém pode esconder a verdade no mundo de hoje, por isso, o senhor Maduro cruzou uma linha vermelha e àqueles governos, parlamentares, cidadãos do mundo que há dois meses estavam indiferentes ou acompanhavam esse projeto, eu quero dizer que hoje, diante do que vem ocorrendo na Venezuela, a indiferença tem um só nome: cumplicidade. Porque diante da violação dos direitos humanos, da tortura de estudantes e do assassinato de manifestantes, não pode existir neutralidade, quem está neutro colabora.

E quero encerrar falando sobre o caso que os senhores mencionaram da Unasul e o diálogo da conferência de paz. Nos últimos 15 anos, a cada vez que o regime sente que o povo está-se organizando, que protesta e que a sua legitimidade democrática é questionada internacionalmente, temos escutado o chamado para a paz e para o diálogo e o temos respondido. E os senhores sabem o que aconteceu no passado? Cada um dos acordos alcançados e firmados foram violados e traídos pelo regime. Cada um desses acordos. Por isso, hoje, os venezuelanos, os estudantes, os dirigentes sindicais, os sindicalistas, os jornalistas, a própria igreja e os dirigentes políticos não vamos permitir que nos enganem novamente com um chamado ao diálogo se não existir vontade real para as reformas políticas e para a transição democrática. Não vamos permitir que seja um engano para desmobilizar os protestos, para ganhar legitimidade internacional e para ganhar tempo. E, por isso estamos exigindo uma série de condições. Eu lhe pergunto senadora: como pode haver um chamado pela paz, pela televisão, se para as ruas enviam a Guarda Nacional para lançar gás nos estudantes que estão protestando no mesmo momento? O senhor Maduro estava propondo uma conferência de paz em Táchira e, nessa mesma noite, a Guarda Nacional entrou em habitações privadas, dizendo estar protegendo os estudantes e os levaram à força. Ontem em San Cristóbal, lançaram bombas de gás lacrimogêneo dentro das casas às 4 da manhã, às 3 da manhã e, quando as pessoas saíram asfixiando-se, foram levadas presas. Estavam dormindo. Como podem falar em paz quando estudantes permanecem presos, quando foram cassados dois prefeitos, porque se recusaram a reprimir os protestos? O Tribunal Constitucional os julgou e os destituiu porque os prefeitos não quiseram reprimir os protestos, porque essa não era sua atribuição. De modo que queremos provas de que há um desejo de se avançar em um processo de transição para a democracia.

E para encerrar o tema Unasul, tenho a dizer o seguinte: faz um ano, em 19 de abril de 2013, em Lima, reuniram-se os Presidentes da Unasul, depois de uma eleição presidencial venezuelana muito questionada, como todos os senhores devem ter conhecimento. Esses presidentes da Unasul em Lima firmaram um acordo com cinco pontos. Um deles era levar adiante uma auditoria completa dos votos da eleição de 14 de abril; outro ponto era o envio de uma missão da Unasul à Venezuela a fim de se investigar os atos violentos que haviam ocorrido na ocasião. Houve alguma resposta? Ainda estamos aguardando a auditoria daqueles votos e ainda aguardamos o envio da missão da Unasul à Venezuela. Portanto, os senhores precisam compreender que o povo da Venezuela tem sérias dúvidas acerca da objetividade da Unasul no que tange ao conflito terrível e à crise que vivemos em nosso país. E, mais ainda, o povo da Venezuela sente-se pessoalmente ofendido, quando chanceleres e embaixadores da Unasul referem-se ao drama que nós venezuelanos vivemos como um circo ou como um *show*. Machuca-nos profundamente, porque estamos demonstrando a dor de um país no qual estão matando nossos jovens e não aceitamos ser ofendidos assim. Portanto, é óbvio que queremos dialogar e acreditamos no diálogo por ser ele a essência da democracia. Mas esse diálogo deve ser verdadeiro, não uma

farsa, um diálogo que permita que a Venezuela avance em direção à transição democrática, que é para onde os que hoje ocupam as ruas estão decididos a levar o nosso país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dando continuidade, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Estou sendo convocado agora pelo Presidente da Casa para uma reunião que antecederá o início da Ordem do Dia. Recebi neste instante a convocação do Presidente, assim como o Senador José Agripino. Por essa razão, deveremos nos ausentar agora, em razão desta convocação.

Antes disso, quero reiterar a expressão da minha solidariedade e do meu afeto à Deputada María Corina Machado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, se V. Ex^a...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador José Agripino. Em seguida, Senador Randolfe.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Só para apresentar minhas escusas pela minha saída e para solicitar à Deputada María Corina, sobre a pergunta que fiz a respeito do programa Barrio Adentro, uma resposta; se ela confirma ou não.

A SR^a MARÍA CORINA MACHADO (*Tradução por profissional habilitado.*) – Sim, esse programa existiu e muitos venezuelanos tiveram uma enorme ilusão e confiança no mesmo. Não dispomos dos números exatos de quantos médicos cubanos chegaram à Venezuela, nem mesmo de quantas pessoas que não exerciam a medicina também chegaram como parte do programa. O que é mais preocupante são os custos do programa. Cifras obtidas com o governo e também com outras fontes dão conta de valores da ordem de 200 a 250 mil dólares por médico ao ano. Esse é o valor pago ao Governo de Cuba, enquanto que ao médico cubano, na Venezuela, paga-se uma miséria, uma ínfima parte daquele enorme montante. De modo que fica claro tratar-se de uma profunda injustiça e de uma verdadeira exploração, porque não existe outro nome para dar à situação dessas pessoas que vêm para ajudar com a maior boa vontade o nosso país. Existe outro assunto relacionado a esse que tem preocupado muito os médicos venezuelanos sobre a capacitação real e a preparação real que possuem esses médicos cubanos, que não tiveram de cumprir um requisito definido na Lei de Exercício da Medicina da Venezuela, de que qualquer médico que vier do exterior, do Brasil ou de qualquer parte do mundo, deve ser aprovado numa série de exames e de provas para comprovar que de fato está capacitado para exercer a medicina. Esse não é o caso desse programa. Mas é claro que toda a ajuda que venha de fora para melhorar a situação do nosso país será recebida de bom grado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Randolfe. Em seguida, Senador Roberto Requião.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Presidente, eu tenho uma dúvida. Eu ouvi um cifra de US\$250 mil médico/ano. É só isso que eu queria confirmar. Foi essa a informação?

A SR^a MARÍA CORINA MACHADO (*Tradução por profissional habilitado.*) – Eu posso fazer chegar às suas mãos, senadora, a informação de onde obtivemos essas cifras.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas foi essa a informação? Foi isso?

A SR^a MARÍA CORINA MACHADO (*Tradução por profissional habilitado.*) – Sim, sim. Essa é a informação que lhe entregarei.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Ex^a, a reunião para a qual o Senador Aloysio e o Senador Agripino irão é a reunião do Colégio de Líderes, para a qual eu também estou sendo convocado. Com a aquiescência de V. Ex^a e dos demais colegas, se for possível, após o Senador Suplicy, eu poderia fazer minha indagação à Deputada Corina?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a aquiescência do Senador Suplicy e da Senadora Ana Amélia, que são os oradores inscritos. Da minha parte não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Se está inscrita a Senadora Ana Amélia, peço para falar após ela. As mulheres sempre à frente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem! V. Exª está absolutamente correto.

Senador Roberto Requião, que pede a palavra pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Absolutamente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – As mulheres e, com a competência da Senadora Ana Amélia, sempre à frente!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mas eu preciso do senhor na reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Roberto Requião, V. Exª pede a palavra pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu cheguei atrasado à reunião por motivos que não dizem respeito ao tema que estamos debatendo. Eu queria saber como foi organizada a reunião e se terei oportunidade de conversar com a Deputada María Corina Machado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª está inscrito. Fará o uso da palavra o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Ana Amélia, o Senador Randolfe e, em seguida, V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pede a palavra...

O SR. RAUL LIMA (PP – RR) – Na ordem não está o Deputado Raul Lima?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quero consultar o conjunto dos Senadores. Temos aqui alguns Parlamentares, alguns Deputados que nos honram com suas presenças. Os Deputados pedem a palavra, e pergunto se algum dos Srs. Senadores se opõe a que os nossos colegas Deputados Federais que desejam participar tenham a palavra. Se ninguém se opuser, nós vamos ouvir os Senadores e, em seguida, vamos ouvir os Deputados que nos honram com suas presenças.

Finalmente, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – No Brasil, isso é possível, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas perguntas objetivas à Deputada María Corina Machado.

Primeiro, se ela reconhece o resultado das eleições presidenciais de 2013, em que o Presidente Nicolás Maduro obteve 7.505.338 votos e o seu principal concorrente, Henrique Capriles, 7.270.403 votos, com 50,66% para Maduro e 49,07% para Capriles.

Se reconhece o resultado, por que iniciou uma campanha, a partir de janeiro de 2014, para propor a saída do Presidente, pedindo para os jovens e as pessoas ascenderem às ruas em luta? Por que não se empenhou para que, na próxima eleição presidencial e nas seguintes, pudesse haver uma nova oportunidade de persuadir as pessoas de seus objetivos?

Eu também gostaria de lhe perguntar por que, de início, V. Exª fez algumas críticas à situação da Venezuela, mostrando que a Venezuela está passando por uma situação de inflação muito alta – citou mais de 56% ao mês. É isso? Ao mês ou ao ano?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ao ano. Mas é muito alta, sem dúvida. Estamos com algo perto de 5,9%. Então, é muito alta, de fato.

V. Exª também mencionou que as mães hoje precisam fazer filas muito longas para adquirir os seus produtos, os seus alimentos, mas eu pergunto se reconhece que, desde que se iniciou o governo Chávez, desde 2002 para cá, se houve alguns avanços de natureza muito significativa que poderiam até explicar as razões da popularidade que teve Hugo Chávez, que conseguiu a sucessão de seu sucessor, Maduro.

Alguns dados reconhecidos internacionalmente mostram que melhorou significativamente. Por exemplo, o Índice Gini, diminuiu 54%; a pobreza absoluta despencou de 70,8%, em 1996, para 21%, em 2010; a extrema pobreza caiu de 40%, em 1996, para 7,3%, em 2010; o que faria a Venezuela se colocar muito bem no cumprimento das Metas do Milênio da ONU.

Pergunto também se houve progressos. Pelo menos são dados normalmente divulgados e reconhecidos pela Unesco que a educação, principal determinante da saúde e da pobreza, teve uma atenção especial. O resultado é que a Unesco reconhece que a Venezuela se tornou um país livre do analfabetismo; que do jardim de infância à universidade, a educação é gratuita; que 72% das crianças frequentam escolas públicas; que 85% das crianças e adolescentes em idade escolar também frequentam escolas; que há um número muito significativo de escolas; e também que houve alguns avanços – por exemplo, a dívida pública da Venezuela tem sido reduzida, pelo menos até 2011, pois era de 20,7% e baixou para 14,3%, e outros.

Eu lhe pergunto quais são os instrumentos de política econômica e social que V. Ex^a recomenda que sejam modificados ou introduzidos ou se acha que tudo na Venezuela está muito mal e não reconhece qualquer avanço nas diversas áreas.

Eu também gostaria de lhe fazer algumas perguntas, até porque o Presidente Ricardo Ferraço disse que teremos oportunidade de ouvir a Vice-Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Blanca Eekhout Gómez, e é capaz de ela aqui nos dar informações que eu gostaria que V. Ex^a nos explicasse até em sua defesa.

O noticiário informa que, segundo o art. 149 da Constituição da Venezuela, os funcionários públicos e as funcionárias públicas não poderão aceitar cargos, honrarias ou recompensas de governos estrangeiros sem autorização da Assembleia Nacional e, ainda pela explicação do noticiário, a Sr^a Deputada María Corina Machado, como cidadã e funcionária pública, tinha a obrigação de cumprir com o fundo e as formas previstas na Constituição da Venezuela. Acontece que V. Ex^a aceitou substituir o Representante Alterno da República do Panamá, a senhora substituiu a Cadeira da República do Panamá na conferência que se realizou sobre a Venezuela, na reunião da Organização dos Estados Americanos, e por essa razão, como teria V. Ex^a descumprido esse artigo, a Assembleia Nacional a teria destituído. E isso foi objeto de consideração pela Corte Suprema de Justiça da Venezuela, que teria confirmado em que medida teve V. Ex^a a oportunidade de rebater, de se defender primeiro na Assembleia Nacional e, depois, perante a Corte Suprema de Justiça da Venezuela.

V. Ex^a mencionou que a Corte Suprema é designada pelo Presidente Maduro e pelo anterior, Chávez, que não são independentes. Mas eu lhe pergunto: os ministros, os magistrados, os membros da Corte Suprema da Venezuela são, como nós no Brasil ou em outros países, designados pelo Presidente, mas então, arguidos pela Assembleia Nacional e uma vez submetidos à arguição são aprovados. Só para dar um exemplo aqui, o fato de, digamos, o Presidente Lula ter designado diversos ministros para que o Senado viesse a aprovar para o Supremo Tribunal Federal e depois também a Presidenta Dilma não significou que os Ministros do Supremo Tribunal tivessem qualquer – e isso demonstraram publicamente – ordem de estar obedecendo aos desígnios do Palácio do Planalto. Ao contrário, mostraram sua independência.

Então, eu gostaria de ouvir de V. Ex^a se há alguma citação. E gostaria também de saber se acredita que há muitos passos que foram dados pelo Brasil no campo da economia, dos programas sociais e dos programas que ainda serão objeto de realização pelo Brasil, porque já são objeto de lei, se conhece esses programas e se considera que poderão ser objeto de consideração na Venezuela.

Coloco-me à disposição de lhe informar mais aprofundadamente sobre isso.

Muito obrigado, Presidente Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Nós que agradecemos a intervenção de V. Ex^a.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia e, finalmente, em seguida, ao Senador Randolfe.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Faço questão que o Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Faço questão que seja a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Faço questão que vocês se entendam. (Risos.) E me tirem desse constrangimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Senador Randolfe.

Senadora Ana Amélia, a palavra é de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Ricardo Ferraço, caros colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, esta é uma Casa democrática e, particularmente, a Comissão de Relações Exteriores. Eu queria cumprimentar V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, por esta oportunidade e dizer também que, como Casa democrática, aqui se pratica o contraditório, e esta é a essência da democracia. Eu também considero importante a presença da representante, Deputada Blanca Gómez, para demonstrar exatamente que aqui é o exercício da democracia e do contraditório. Estarei aqui também para ouvi-la.

Conheci um pouco, muito pouco, da história da Deputada Maria Corina Machado e fiz até, da tribuna do Senado, dois dias depois da sua cassação, uma manifestação solidária como mulher, Parlamentar, de primeiro mandato, e também pela condição, pela forma como se deu sua cassação, aparentemente com uma justificativa constitucional que não se sustenta do ponto de vista institucional e político.

Mas eu queria perguntar para a senhora se antes da sua cassação a senhora já havia sofrido dentro do Parlamento venezuelano algum tipo de violência dos seus colegas. Que tipo de violência? Por que a senhora foi vítima de violência dentro do Parlamento? A senhora corre hoje riscos? Que tipo de riscos? Sua família tem

algum problema com a segurança? A senhora pensa em deixar o país? Existem condições, na sua opinião, pacíficas para a solução da crise da Venezuela?

O que a gente percebe, pelo noticiário, é que as oposições ficaram divididas, com dois líderes. Um líder com, digamos, uma estratégia mais radical, está preso, e Capriles, de quem vimos até algumas fotos, estendendo a mão a Maduro no momento da morte daquela jovem, conhecida, não sei se atriz, estudante, uma modelo, mas, enfim, uma pessoa muito conhecida na Venezuela. Essa divisão das oposições não agrava os problemas no sentido de uma saída pacífica?

São essas as indagações que tenho a V. Ex^a em relação a esse problema. Nós queremos que a Venezuela encontre sua própria solução, sem intervenção ou a interveniência de qualquer país estrangeiro.

Quero dizer-lhe também que estamos hoje, no Brasil, vivendo um problema em relação a uma grande empresa petroleira, com a tentativa de fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A Venezuela tem também no petróleo sua principal fonte de renda, sua principal receita, sua principal riqueza, como exportadora de petróleo. Como é que a situação financeira da estatal venezuelana, a PDVSA, hoje, está representando no seu país? Porque advém dela as questões relacionadas a financiamento de programas sociais.

Então, as minhas questões, Sr^a Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Senador Randolfe, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Deputada Maria Corina Machado, seja bem-vinda ao Brasil, assim como certamente será bem-vinda também a Deputada Blanca, que, acredito, virá semana que vem, correto, Senador Ricardo Ferraço?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós já formalizamos o convite e estamos na dependência, basicamente, de acordarmos uma data. Mas, naquilo que depender desta Comissão, será já na próxima semana, para que o contraditório possa se estabelecer, até porque a democracia e a liberdade de expressão nesta Comissão são uma premissa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, e que assim seja, porque creio que é importante esta Comissão ouvir os dois lados da crise política existente na Venezuela.

Deputada Maria Corina, Sr. Presidente, colegas Senadores, Deputados aqui presentes, senhoras e senhores, eu não acredito em nenhuma alternativa fora do Estado democrático de direito, e tem significado e diagnóstico o que nós estamos vivendo esta semana. Há 50 anos, o Brasil viveu a interrupção da vida democrática e, recuperando as manchetes dos jornais do nosso País de 50 anos atrás, quando ocorreu o golpe civil e militar de 1964, eu recupero, Senador Paulo Davim, Senador Roberto Requião, a manchete do *Correio da Manhã* de 1º de abril de 1964, que vem com o editorial “Fora!” ao Presidente João Goulart.

Presidente Ricardo Ferraço, eu tenho aversão à palavra de ordem “fora” a um presidente constitucionalmente eleito. Eu tenho aversão a palavras de ordem “fora”, “saia já”, porque isso é fora da ordem democrática.

Nós já tivemos um procedimento aqui, no nosso processo pós-redemocratização, depois de 1988, de um *impeachment*, tivemos manifestações de rua por isso, mas tudo dentro da regra democrática. Tivemos essa experiência no Brasil, mas dentro da regra democrática, dentro do jogo democrático. Nossa democracia foi experimentada para isso. Não foi fora da regra democrática.

Em 1964, poder-se-ia dizer que o Brasil estava dividido. De fato, não estava, é bom que se diga isso. Pesquisas do Ibope dizem que o Presidente João Goulart tinha o apoio de 60% dos brasileiros – são pesquisas que vieram à tona hoje. De qualquer forma, dizia-se que o Brasil estava “dividido” – entre aspas – na época, mas nada justifica, em 1964 – e hoje no Brasil há um consenso sobre isso –, a vida civil do País, a ordem constitucional ter sido interrompida, em especial em 1º de abril de 1964.

Assim como, Sr. Presidente, eu abomino qualquer interrupção da ordem constitucional que ocorra em qualquer lugar da América Latina. Eu reitero o que disse o Presidente da nossa Assembleia Nacional Constituinte em 1988, Presidente Ulysses Guimarães: devemos ter ódio e nojo de ditadura, ódio e nojo de qualquer interrupção de ordem constitucional, ocorra onde ocorrer, em qualquer lugar da América Latina.

Falo isso, Sr. Presidente, porque as notícias que tenho é que as últimas manifestações do dia 12 de fevereiro, Deputada Corina, de que V. Ex^a participou, tinham por objetivo pedir a saída, a destituição do governo do Presidente Maduro. Eu não acho que esse seja um bom caminho. Pode-se divergir politicamente do Presidente Maduro. É um direito democrático, sou o primeiro a defender. O direito à liberdade de manifestação, o direito à liberdade de expressão, serei o primeiro a defender. Mas os presidentes dos países latino-americanos, os presidentes sul-americanos, hoje, são eleitos. Há um reconhecimento, mesmo por pequena margem, da eleição do atual Presidente da Venezuela.

Ademais, Deputada, consta aqui – pelo menos são os documentos que me vêm, a senhora pode contestar – sua participação, pelo menos sua assinatura em uma lista daqueles que legitimaram o golpe de Estado

que manteve, por um curto espaço de tempo, a junta de governo do Sr. Pedro Carmona, que derrubou, por um curto espaço de tempo, de 24 horas, o governo constitucional do Presidente Hugo Chávez. Pode-se divergir do Presidente Hugo Chávez, não condeno quem divirja. Mas há de se reconhecer que em 2002 houve um golpe de Estado, houve uma tentativa de golpe de Estado contra o governo do Presidente Hugo Chávez, e esta tentativa há de ser condenada. Como qualquer tentativa de golpe de Estado na América Latina, nos últimos 50 anos, causou, para o povo latino-americano, dor, sofrimento e morte, isso tem que ser condenado.

Então, eu acho que a Venezuela tem que ser chamada para o diálogo, para o entendimento. Quero qualquer solução para a Venezuela, desde que ela seja dentro da ordem democrática e dentro das resoluções, através do voto. Fora do voto e através de golpes não pode haver alternativas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Roberto Requião.

Em seguida, vamos ouvir o Deputado Raul Lima.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Quero cumprimentar o desempenho da Deputada Maria Corina Machado. Brilhante Deputada, discurso articulado e bem posto.

Mas quero ir um pouco mais além dessa visão colocada até aqui por V. Ex^a. Quero partir de uma análise da situação da Venezuela hoje e gostaria de saber se V. Ex^a concorda com essa análise ou não.

O problema básico da Venezuela hoje é desabastecimento. A Venezuela está com menos divisas, menos petróleo. Nós poderíamos dizer, inclusive, que isso decorre de uma fraca administração por parte da PDVSA. É um problema na condução da PDVSA na Venezuela que nós, por nossa vez, sentimos aqui no Brasil também em relação a nossa Petrobras.

A PDVSA vende petróleo para a Alba, para a Petrocaribe, para a China, para pagar empréstimos, por preços muito baixos e, em função dos problemas de abastecimento, recebendo uma parte desse valor em bens de alimentação e outra parte em dólar, mas sempre a preço muito baixo. A PDVSA oferece petróleo à população da Venezuela, nafta, gasolina, a preços tão baixos que até a gorjeta que o motorista dá ao frentista é maior do que o valor da nafta colocada em seu veículo.

Essa crise de abastecimento, que pode ser chamada também uma crise da administração da PDVSA, se dá num país que importa 53% de tudo que consome. E eu lembraria que essa situação já foi muito pior à época que a PDVSA era administrada pelos norte-americanos, em que um barril de petróleo era vendido no mercado americano, no mercado internacional dos americanos a US\$7,00. O barril de petróleo hoje está sendo cotado a US\$97,00, mas a baixa produção viabiliza a falta de divisas e provoca uma crise de abastecimento.

Dentro desse quadro, nós tivemos um acidente, um crime ocorrido na capital de Táchira, em San Cristóbal, na universidade. Uma moça foi estuprada. E lá, como aqui, isso provocou uma grande comoção popular, e aí começa o processo todo que levou à mobilização de grandes massas populares e às manifestações que estamos vendo até hoje.

No entanto, eu estive dando uma olhada na situação e na reação do governo venezuelano até agora. O governo criou um sistema de taxa de câmbio livre, porque o problema, na verdade, era câmbio, inflação e abastecimento. Chama-se Sicad 2. E o dólar paralelo, na Venezuela, caiu de 93 pontos, em relação ao dólar oficial, para 60, 70 pontos. E ontem – ontem, na data de ontem – caiu para 49,80. Então, de certa forma, é um avanço e um resultado positivo da política do governo.

A situação de governabilidade e de administração é uma situação que criou o clima para as revoltas populares, mas isso tudo tem sido objeto de uma tentativa, inclusive, de mediação por parte da Unasul, com a possibilidade de o próprio Vaticano entrar no processo de mediação; a participação do Vaticano não é uma participação improvável.

A Venezuela tem, de certa forma, reagido a esse processo. As crises, de certa forma, estão sob controle. Em quatro ou cinco Estados ou províncias continuam; em Táchira, Mérida e Carabobo, fundamentalmente. O governo tem erros, como, de resto, todos os governos têm, maiores ou menores erros, mas está tomando essas medidas em relação ao câmbio, à inflação. O processo da inflação, que é um processo corretivo da crise, que leva ao aumento do preço do petróleo nas bombas, por exemplo, vai agredir duramente as bases chavistas, que são os mais pobres, que, sem a menor sombra de dúvida, tiveram a sua condição social e econômica melhoradas.

Há uma ação muito clara de governo. Eu vi a crítica da ilustre Deputada em relação ao cerceamento da condição democrática e não coloco em dúvida muitas coisas do que V. Ex^a pontuou, até porque isso ocorre em qualquer governo sempre que há um conflito e que a polícia e o exército interferem no processo. Mas, na verdade, o que eu gostaria de saber em profundidade, dando consequência a sua vinda aqui, não transformando essa vinda apenas num lamento comovente, sem a menor sombra de dúvida, é o que o grupo a que V. Ex^a pertence na Venezuela faria se tivesse o poder hoje. Voltaria o petróleo a US\$7,00. Teríamos um aumento de 800% do combustível. Esse ascenso das populações beneficiadas com o chavismo seria liquidado da noite para o

dia. Seria, Senador Suplicy, como se retirássemos, no Brasil, todas as bolsas compensatórias, de uma hora para outra, com o ascenso do governo neoliberal. Isso, sem a menor sombra de dúvida, provocaria um protesto tão ou seguramente mais violento que o protesto que estamos vendo hoje, porque atingiria todo esse grupo da população que tem sustentado o chavismo eleitoralmente, que elegeram o Maduro e que foi beneficiário das políticas sociais do Governo venezuelano.

Então, em síntese e de forma clara e definitiva, o que faria V. Ex^a e seu grupo se estivessem no poder da Venezuela hoje com a suposta caída do Presidente Maduro? Neoliberalismo à moda do Chile, depois da queda do Allende? Quais seriam os caminhos? Deixando de lado a lamentação, a crise dos exageros policiais, que existem lá e existem aqui sem que a nossa crise tenha essas dimensões, quais seriam os caminhos da condução de um governo comandado pelas ideias que a levam a protestar?

É essa a questão que coloco, acredito, com bastante clareza.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião, pela intervenção.

Sou instado pelos Senadores, Deputado Raul, porque a Ordem do Dia está se iniciando, a ceder a palavra à Deputada María Corina Machado para, em seguida, poder ouvi-lo.

Antes, porém, gostaria de registrar, com enorme prazer, que estamos recebendo uma visita em nossa Comissão de S. Ex^{as} os Parlamentares da República Francesa. Eles nos honram com a sua presença. Entre nós, o Senador Albéric, o Senador Jean-Claude e o Deputado Michel. Além disso, estamos também recebendo a presença de S. Ex^a o Embaixador Denis Pietton. Também consta a presença aqui de S. Ex^a o Embaixador do Brasil na França, Embaixador José Maurício Bustani. *(Pausa.)*

Não estou vendo, mas me parece que está aqui.

De igual forma, a presença do nosso queridíssimo Deputado e ex-Senador Hugo Napoleão, Presidente do Grupo da Amizade Brasil-França. Também a presença do Presidente da Companhia Air France, que hoje está comemorando o voo inaugural entre Paris e Brasília. Saudações à companhia e aos nossos homólogos do Parlamento Francês do Senado ou da Câmara pela presença.

Estamos nesta data recebendo S. Ex^a a Deputada María Corina Machado, Parlamentar da Assembleia Nacional Venezuelana, a quem vou conceder a palavra. *(Palmas.)*

Sejam todos muito bem-vindos.

Vou devolver a palavra à Deputada Maria Corina. Em seguida, vamos ouvir o Deputado Raul.

A SR^a MARÍA CORINA MACHADO *(Tradução por profissional habilitado.)* – Bem, farei um enorme esforço, senhores senadores, para tratar de abordar todos os temas levantados, que são muitos, alguns eu já havia abordado no início da minha exposição, mas são muito relevantes. Caro senador Eduardo, claro que a legitimidade de um governo democrático tem muito a ver sobre como se alcança o poder, como se chega ao poder, mas também em como se exerce o poder. As eleições de 14 de abril, as eleições presidenciais de 14 de abril na Venezuela foram seriamente questionadas. Cada uma dessas dúvidas foi documentada e apresentada imediatamente, não apenas à discussão da opinião pública, como também à reunião da Unasul, que, como eu mencionei antes, se reuniu em 19 de abril, em Lima. Uma diferença de 200 mil votos, embora tivéssemos centros de votação com mais de um milhão e meio de votos sob suspeição. Havia legítimas razões para se fazer uma auditoria completa dos votos, e o senhor Maduro comprometeu-se, diante dos presidentes na Unasul, a levá-la a termo para, imediatamente após a aprovação desse acordo, violar e trair a sua palavra e a auditoria nunca foi feita. Por isso, dois recursos foram apresentados ao Tribunal Supremo de Justiça com toda a documentação acerca das denúncias sobre as irregularidades cometidas desde então. Portanto, nós como cidadãos temos o direito de provocar o Tribunal Supremo de Justiça para levar adiante as audiências, abrir investigações e concluí-las. Contar os votos. Henrique Capriles disse: se Maduro ganhar pela diferença de um voto, eu reconheço sua vitória. Não houve recontagem de votos, estimado senador, e os recursos foram ignorados. Não houve investigação.

Agora deixemos de lado a forma como o senhor Maduro chegou ao poder. O mais grave é a forma como tem exercido o poder, prezado senador. Na Venezuela é impensável um debate como este, vejam como chegamos à Assembleia, sob agressões, sob gritos, sob ameaças, sob golpes. Não é possível haver uma discussão nem ao menos comissão do Senado. Retiraram-nos todas as presidências e vice-presidências que nos correspondiam. Não cumprem o regulamento interno e debatem o fim dos nossos direitos a propor discussões ou investigações. Os senhores sabem quantas das centenas de solicitações de investigação de corrupção que temos apresentado no plenário ou na comissão de auditoria foram abertas? Sabe quantas, senador? Zero. Nenhuma. Portanto, assim funciona o Parlamento.

Já sabemos, como eu descrevi anteriormente, como funciona o sistema judiciário. Não existe liberdade de expressão. Não há respeito à propriedade, estimados senadores. Foram expropriados mais de 4,5 milhões de hectares produtivos. Empresas pequenas, médias e grandes são expropriadas sem indenização. Vejam a per-

seguição aos meios de comunicação. Os líderes políticos são presos por terem ideias distintas. O sindicalismo encontra-se absolutamente perseguido e criminalizado. Existem mais de 200 crimes associados ao sindicalismo, sindicalistas assassinados, sem que haja investigação.

Eu lhes faço a mesma pergunta que fiz antes: como se chama um regime que persegue? Como se chama um regime que censura? Como se chama um regime que tortura estudantes detidos? Como se chama um regime que assassina estudantes ou manifestantes pacíficos nas ruas? Como se chama? E, em função disso, eu lhes pergunto, em função dessa conclusão: não é legítimo que, pela via constitucional – e lamento muito que o Senador Randolfe tenha ido embora –, pelas vias estabelecidas na Constituição, nós venezuelanos possamos pedir a mudança do regime? Eu concordo 100% com o que disse o Senador Randolfe. Somos contra um golpe de Estado e contra a ruptura constitucional, mas o que acontece quando o golpe de Estado parte do próprio Estado? O que acontece quando o próprio Poder Executivo viola a Constituição e os direitos humanos? Isso não é repudiado pela comunidade internacional. Porque é isso o que está acontecendo na Venezuela nos dias de hoje. Há um golpe de Estado a partir do Estado contra os cidadãos. E esse tipo de golpe de Estado não é repudiado por alguns governos deste hemisfério. Por isso, eu lhes digo, é claro que reconhecemos avanços, a transferência direta de recursos produzidos que são transferidos aos setores mais pobres da sociedade foi enorme. O barril de petróleo passou de US\$ 7,00 para US\$ 100,00 e o presidente Chávez dizia que tinha sido graças a ele. Os senhores são livres para pensar se isso funciona assim no mercado do petróleo mundial. Mas o fato é que houve uma enorme transferência de fundos diretos. Mas essa transferência não gerou empregos e nem foi competente para desenvolver habilidades na população. A forma correta para se superar a pobreza é com o emprego produtivo, com educação. Somente assim uma sociedade pode-se superar e tornar-se independente. Esse sistema destruiu o emprego privado. Compra e fecha as empresas. Chama isso de expropriação, mas não paga indenizações. E o resultado disso é uma sociedade cada vez mais dependente do Estado. E quando essa dependência começa sendo econômica, em seguida, facilmente, torna-se dependência política e depois dependência social e, por fim, controle espiritual, senadores. Que país nós queremos? Um país de homens e mulheres livres e iguais com condições de crescimento, com oportunidades para todos, com esforço próprio. Que para com aqueles que nascerem em locais mais vulneráveis toda a sociedade assuma um compromisso de ajudá-los pela aliança entre setores, mas não os tornando dependentes do Estado. Ao contrário, dando-lhes oportunidades para que se desenvolvam e se superem com seus esforços para alcançar de fato a liberdade. É nessa sociedade em que acreditamos. Estamos trabalhando por uma sociedade assim.

Como está PDVSA? PDVSA produzia 3,3 milhões de barris ao dia em 1998; hoje, segundo a Opep, produz menos de 2,3. PDVSA exportava mais de 400 mil barris diários de gasolina e diesel; hoje importa mais de 50 mil barris ao dia. PDVSA produzia 180 mil barris diários de gás e houve uma redução para menos de 120 mil. Como consequência, temos de importar gás e os lares populares, que é onde mais se utiliza o gás de cozinha, sofrem com sua falta. Senadores, as mães precisam ficar horas nas filas para comprar gás por três, quatro ou cinco vezes o valor de tabela para poder cozinhar em suas casas. Sabem quanto é o salário-mínimo hoje em dia na Venezuela? Menos de US\$60, ao mês. Sabem quanto custa a cesta básica de alimentos? O triplo. Os senhores acreditam que os pobres estão bem?

Na Venezuela, não há medicamentos nos hospitais nem nas clínicas, senadora. Faz um mês que estive-mos numa organização, um instituto do Ministério da Saúde que se chama Sefar, porque os trabalhadores de lá entraram em contato comigo e, por confiar em mim, abriram as portas, e sabe o que encontramos? Depósitos e depósitos de medicamentos com prazos de validade vencidos que haviam acabado de chegar. Já chegam vencidos por intermédio de Cuba. Compram os medicamentos na iminência de vencer e depois os queimam. Pois é um grande negócio. Não há medicamentos nos hospitais, senador. Mas são gastos US\$40 milhões por semana na compra de medicamentos vencidos que vêm por Cuba. Posso ter me equivocado, pois acho que o valor é bem maior, mas 40 milhões já é uma cifra escandalosa. A dívida venezuelana estava por volta de US\$35 bilhões, em 1998. Mas hoje, não sabemos ao certo, estimamos que esteja acima dos US\$200 bilhões.

Esse governo nem ao menos foi capaz de pagar a dívida aos provedores, aos importadores. Perguntem às empresas petrolíferas brasileiras na Venezuela. Se não são capazes de pagar sua própria dívida, o que dizer de seus dividendos? Como será com os demais venezuelanos? Pois as empresas transnacionais têm que as defenda, mas os cidadãos, não. E nós, que queremos defendê-los, somos maltratados no Parlamento ou ameaçados de prisão. Desse modo, a situação econômica e social na Venezuela é terrível, desastrosa e, por isso, saíram nossos jovens a protestar. Porque lhes retiraram o futuro. Pois sentem que não há futuro para um jovem na Venezuela. Estão matando seus amigos. A cada 20 minutos, um jovem venezuelano é assassinado. E as maiores vítimas são os mais jovens e os mais pobres. A cada 20 minutos. A impunidade chega a 98% dos homicídios. Não há como pedir para uma mãe que teve o filho assassinado que espere. Esperar o que, se não existe justiça? Que se assassine outro. Ao pai que não consegue dar comida aos seus filhos, que espere. Que espere que

morram de fome? Ao trabalhador, ao produtor de quem tiraram a sua propriedade, pois o Estado quer ser dono de tudo. Que espere o quê? Não temos direitos. Queremos respeito aos nossos direitos econômicos, sociais e políticos. Sim, nós queremos paz e sim haverá uma solução pacífica para a Venezuela. Sim, vai haver, porque o povo venezuelano está nas ruas não para lutar povo contra povo. Não é verdade que haja uma guerra civil. O que existe é uma guerra de um grupo pequeno que está no poder, disposto a tudo, contra os civis. Pois, enquanto na Venezuela estamos passando fome e dificuldades, presenteiam Cuba com US\$12 bilhões ao ano. Em troca de quê? Em troca da submissão do Governo da Venezuela e da entrega da nossa soberania nacional. É trágico, é triste, é humilhante e, por isso, estamos lutando, pois se trata de uma questão de dignidade. Uma questão de dignidade humana e nacional.

Vou terminar com o meu caso. Muitas questões foram levantadas. Quero encerrar com a minha situação. O artigo 149 diz que é proibido aceitar cargos em tempo integral, que compitam com o exercício da atividade parlamentar. Mas o artigo 191 diz que um deputado pode exercer cargo de docência e funções acidentais. Não quero que os senhores acreditem na minha palavra, mas leiam a comunicação do secretário-geral da OEA, Sr. Insulza, na qual ele afirma que eu atuei na condição de deputada, exercendo uma função acidental para poder falar, para poder dizer-lhes o que tenho dito aqui. E foi isso que eu fiz. Falei pelo povo venezuelano. E digo mais, se antes de me sentar aqui me ameaçassem de destituição inconstitucional do parlamento, de traição à pátria, de terrorismo, de homicídio e que iriam condenar-me à prisão, eu me sentaria e falaria, pois o faço por ser o meu dever como venezuelana no momento em que estamos enfrentando uma ditadura na Venezuela. É o meu dever, é o que esperam os cidadãos de mim, com essa demonstração de coragem que estão dando juntamente com os estudantes nas ruas.

Olhem senadores, estive em Valência com a mãe de Geraldine Moreno, horas antes de sua morte e havia dois rapazes baleados, com muitos ferimentos da cabeça aos pés e, ao vê-los, comecei a chorar, eles têm a idade do meu filho. E Juan Carlos, um dos jovens que ali estava, me disse: María Corina, estou apenas esperando que curem a minha perna para voltar à rua com meus companheiros. E a mãe de Geraldine e a mãe de Jimmy Vargas, que assassinaram em Táchira, ao meu lado numa concentração em San Cristóbal – não tinham passado nem três dias do assassinato do seu filho – disse-me: “Não me deem seus pêsames, não chorem, lutem, lutem.” É uma questão de valores e princípios. Senadores, diante disso, nada vai nos deter. Não há repressão, não há ameaça, não há prisão. E poderão me colocar de lado ou me prender, pois esse movimento possui milhões de líderes, senadores. Milhões. E outros tomarão nosso lugar. Eu já sofri outras agressões antes, os senhores talvez se recordem do dia 30 de abril do ano passado no plenário da Assembleia Nacional, quando uma Deputada da situação agrediu-me e me jogou no chão. Sofri cinco fraturas na face. Confesso que naquele momento não senti dor. De fato não sentia dor naquele momento, fui sentir dor muito tempo depois. Mas, naquele exato momento, subi à tribuna e disse ao Deputado Cabello, Presidente da Assembleia Nacional: “Abram as portas – que haviam sido trancadas com cadeados –, deixem de apontar as câmeras para o teto – pois no parlamento venezuelano, a mídia privada não entra. Eles controlam tudo –. E não desliguem o microfone, nem as câmeras de televisão e disse: Pare esta repressão, pare a sessão.” E, enquanto estava falando com o presidente, a mesma Deputada retornou, me jogou no chão e começou a me chutar. E no momento em que eu estava sendo espancada, o Sr. Cabello sorria. Na semana passada, eu estive em mobilização pacífica em Porto Ordaz, Srs. Senadores, havia milhares de venezuelanos. E quando chegamos ao aeroporto, percebi que havia 50 pessoas muito agressivas e armadas, que me impediam de entrar no aeroporto para regressar a Caracas. Eu estava com uns dez colaboradores, não mais que isso, pois os demais haviam permanecido na passeata. E aquele grupo, liderado pela mesma Deputada, começou a nos agredir. Por acaso também estava presente o Bispo de Guayana, Monsenhor Parra, que certamente havia estado na conferência de paz. Sabem o que fez a Deputada quando ele tentou interceder a nosso favor? Empurrou-o e lhe jogou um café em cima. Somos submetidos a isso. Minha família atemorizada. Meus filhos não dormem. Porque todos aqueles que levantam a voz por seus direitos na Venezuela estão diante da mesma ameaça. Qualquer jornalista, dirigentes sindicais. Há estudantes presos acusados de terrorismo em prisões militares, neste exato momento. Devo dizer: talvez não tenha sido uma coincidência depois de tudo que disse aqui, quando os senhores relembrem os 50 anos dessa data nefasta e quando nós estamos passando pelo mesmo problema. O lado positivo é que esses acontecimentos nos sensibilizam a ambos os povos, a aceitar que temos o mesmo destino. Nós estamos decididos a conquistar a democracia e a liberdade. Confiem no povo da Venezuela, lutaremos pacificamente tendo como marco a nossa constituição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A senhora teve a oportunidade perante a Assembleia Nacional de se defender, como faz agora?

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – Não, não tive. Não me deram essa oportunidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de dizer que, entre outros aqui, transmitirei à Deputada Blanca Eekhout Gómez que a Assembleia Nacional deve lhe dar o direito de defesa.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – Eu lhe agradeço, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu direi isso a ela.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO (*Tradução por profissional habilitado.*) – Duas coisas, perdão por me estender, mas tem a ver com os detalhes levantados pelos senhores, que foram muito precisos, e eu não quero deixar nada sem resposta. Os senhores mencionaram algumas cifras de órgãos internacionais e nacionais. Estimado Senador, essas cifras são levantadas e construídas pelo Governo e não resistem a nenhuma auditoria. Eu os convido para que venham à Venezuela e com seus próprios olhos constatem a real situação social do meu país. Não tive direito de defesa nem na Assembleia, nem no Tribunal Supremo de Justiça. E o único espaço que tive para levantar a minha voz está sendo aqui – entre os democratas do mundo, com os quais, apesar das diferenças, compartilhamos valores – e, obviamente, as ruas da Venezuela que é o lugar onde defenderei os meus direitos e os dos venezuelanos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Roberto Requião pede a palavra pela ordem.

A palavra é de V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mais uma vez, ouvi a descrição de um conflito de um povo dividido, mas a pergunta que fiz não foi respondida.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – Qual é a pergunta?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Qual é a sua proposta para a economia da Venezuela? Volta o barril para os americanos dirigirem a PDVSA a R\$7,00, numa época em que o preço estava em pouco mais de R\$150,00. É o corte duro das vantagens sociais e das políticas compensatórias estabelecidas pelo chavismo?

A descrição do conflito foi perfeita, e a senhora é uma mestra nesse tipo de exposição, mas eu não vi uma única proposta de solução para a crise. O que fazer com a PDVSA, que não está funcionando bem? O que fazer com o país, que consome 53% dos bens importados de fora? “Precisamos criar um mercado próprio.” Como se cria um mercado próprio, cortando todos os benefícios sociais e levando a Venezuela a um período pré-Chávez?

Perdoe-me a franqueza. A senhora é uma mestra na descrição do conflito. É mesmo comovente. Mas, ao lado desse contexto emocional, o que de concreto se propõe para a Venezuela?

A SRª MARÍA CORINA MACHADO – Obrigada, Senador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Já que o Senador fez uma réplica, quero dizer que foi muito mencionado aqui que a oposição está exercendo uma ação golpista. Quero só lembrar que o ex-Presidente Hugo Chávez, quando era coronel, tentou um golpe sem sucesso. Ele foi preso, foi, posteriormente, anistiado e chegou à presidência. Então, essa é uma referência, penso, para avivar a memória. São dois pesos e duas medidas em relação à situação política do seu país. Faço apenas esse lembrete adicional sobre a questão do golpe.

A SRª MARÍA CORINA MACHADO (*Tradução por profissional habilitado.*) – Meu ponto fundamental, senadora, uma vez que já está se retirando, é que só atuamos sob o marco constitucional. Sabemos quais são nossos deveres e também quais são os nossos direitos. E para eles nos voltamos e avançamos e a proposta maior é o povo da Venezuela. Sobre a sua colocação, senador, de fato concentrei minha exposição sobre o tema político e de direitos humanos, pois entendo que fui convidada para falar desses assuntos. Agora me deixe fazer uma colocação: o principal na Venezuela é o resgate da confiança. Só após o resgate da confiança dos cidadãos nas instituições e por certo dos investidores no país é que poderemos ver uma Venezuela que não importe 53%, senador – esse número ficou abaixo, importamos mais de 70% – do que comemos hoje em dia. É um país devastado em termos de sua capacidade produtiva. Enquanto estamos discutindo, as últimas empresas estão fechando. Estão encerrando suas atividades produtivas e o próprio comércio. Ou seja, é um país economicamente à beira da ruína, incluindo a PDVSA. Por isso, devemos entender que, somente com respeito ao estado de direito e com respeito à lei, é que haverá confiança no país, para que o Estado e a sociedade possam concentrar-se na prioridade que é a atenção aos excluídos e aos mais vulneráveis, para que possamos ter uma economia vibrante que respeite às instituições e que seja aberta como a brasileira, como podemos ver o México e outros países da região avançando. Somente assim conseguiremos obter um aumento real dos inves-

timentos externos, uma melhora da qualidade do emprego e, em consequência, uma melhora da qualidade de vida. É nisto em que acredito: na justiça, no respeito à lei e, sobretudo, acredito no indivíduo e na sua capacidade criadora. E foram essas coisas que foram extintas na Venezuela. Criou-se um Estado a serviço do cidadão e não um que se sirva dele. E isso requer um enorme esforço de reinstitucionalização do país. É complexo, não será fácil, vai exigir um enorme esforço e, sobretudo, um grande trabalho de reconciliação dos venezuelanos. E aqueles que temos sido objeto de perseguição, de agressões, de golpes e de injustiças terão de ser os primeiros a dar o exemplo da nossa capacidade de perdoar. De perdoar, de curar feridas e de reencontrar um país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Finalmente, ouço, com alegria, o Deputado Raul Lima.

O SR. RAUL LIMA (PP – RR) – Srs. Senadores, eu queria agradecer a todos a oportunidade.

Especialmente neste momento, é muito emocionante para mim ter essa conversa com a Deputada Maria Corina Machado.

A partir deste momento, Rocha, você não precisa mais traduzir nada.

Deputada Maria Corina Machado, minha mãe é venezuelana. Tenho três mandatos de Deputado e estou aqui em Brasília agora. As informações que tenho, sobre o que se passa na Venezuela, não foram lidas em um jornal, foram repassadas por minha família venezuelana. Essa é a minha situação. Julgar o governo de Maduro não é nosso objetivo principal. Mas eu fui eleito pelo Estado de Roraima, que faz fronteira com o Estado de Bolívar e eu vou muito à fronteira. Na fronteira, o Governo venezuelano cria problemas, constantemente. Visitei prisões na Venezuela. A prisão de Vista Hermosa em Bolívar é muito pior que o presídio de Carandiru aqui no Brasil. E o que mais me afeta no dia a dia da fronteira são os maus tratos a brasileiros na Venezuela, no atual governo. Já estive na Embaixada da Venezuela aqui em Brasília e não obtive nenhuma posição referente à defesa dos direitos humanos desses brasileiros presos na Venezuela. Temos todos os tipos de casos. Casos de pessoas que foram presas em Santa Helena por posse de quantidades insignificantes de gasolina, quando quem vende a gasolina, quem faz tráfico de gasolina internacional é a própria Guarda Nacional e os militares. Aqui se crê no seguinte: na Venezuela era muito ruim, mas depois chegaram os chavistas, o senhor Maduro e tudo na Venezuela passou a ser melhor. E por esse motivo, agora vou passar a falar em português.

Basicamente, o que quero explicar para os Senadores e para as pessoas que estão aqui presentes é que, há muito tempo, quando eu era criança, quando morei na Venezuela, já que minha mãe me levou para lá, a situação na Venezuela era muito boa. Era uma época em que a democracia realmente existia. O valor do petróleo aumentou, e a situação na Venezuela decaiu, piorou. Isso não foi bom para a Venezuela. O sistema de lá não é o melhor. Com o valor do petróleo, com o tanto de dinheiro que entrou na Venezuela, posso falar para o senhor, Senador, que me deu este presente de ter a palavra nesta sessão: a situação na Venezuela piorou muito.

Agora, o que isso afeta o meu Estado, o Estado de Roraima? Por questões insignificantes, brasileiros são presos na Venezuela, e não existe um processo definido, claro, transparente para que eles sejam julgados. Eles são julgados por coisas irrelevantes. Vejam bem o que acontece na fronteira. Para os senhores terem uma ideia, nós estamos falando de coisas abrangentes, mas vamos tentar falar de coisas pequenas, como a bomba de gasolina, o posto de gasolina internacional na fronteira. Todo o câmbio e todas as operações comerciais são feitos pelo governo venezuelano, mas o posto de gasolina vende gasolina para os brasileiros a preços internacionais. Esse dinheiro não entra no caixa da Venezuela, e essa gasolina é usada no Brasil para sonegar impostos. Nesse processo, as pessoas vão para Santa Elena para comprar combustível. A Guarda, o Exército prende as pessoas. E, por 30 litros de gasolina, a pessoa perde o automóvel, perde a propriedade, é agredida e passa a morar em Vista Hermosa, naquela cadeia da qual falei no início em espanhol, por um tempo indescritível nas suas vidas.

Vejam bem! O que quero falar para os senhores? Essa crise venezuelana não é apenas dos venezuelanos, porque muitos roraimenses estão sofrendo nas cadeias venezuelanas. Aquelas pessoas cometeram um crime A ou B, mas isso não significa que não sejam seres humanos. Seus direitos precisam ser respeitados. Então, nesse contexto todo, Srs. Senadores e aquelas pessoas que me ouvem, vejo que temos de partir para o ponto humanitário. A sensibilidade, o ser humano, a unidade da sociedade precisam ser respeitados especialmente neste momento.

Há a necessidade, Senador Ricardo Ferraço, de que esta Casa decida pelo bem, para ir lá e dar uma olhada de perto no que acontece naquele país. Isso seria algo interessantíssimo. Aproveito a oportunidade para me manifestar neste sentido: se precisarem de alguém que tem um conhecimento amplo e que, há muitos anos, vive com o coração partido entre dois países, podem contar comigo.

Muito obrigado, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Deputado Raul Lima, pela manifestação de V. Exª e por sua participação nesta reunião, em que temos o prazer de ouvir a Deputada Maria Corina Machado.

Deputada, agora, vamos ao plenário do Senado da República, oportunidade em que V. Exª terá contato com o conjunto das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores. Estamos num dia de sessão ordinária. Queremos passar a palavra a V. Exª, para que possa concluir sua manifestação. Quero convidá-la a ir ao plenário do Senado da República, onde estamos em sessão deliberativa.

A palavra é de V. Exª, para apresentar suas conclusões.

A SRª MARIA CORINA MACHADO (*Tradução por profissional habilitado.*) – Eu quero muito especialmente, senador Ferraço, agradecer-lhe esta oportunidade e agradecer a cada um de vocês parlamentares e amigos por sua presença e por seu apoio nesta hora, reafirmando o que disse antes: tenham confiança no povo da Venezuela, essa é a grande lição desses últimos dois meses. Muitos acreditavam que a Venezuela no início do ano estava resignada, aterrorizada, dividida, paralisada e um chamado à consciência e aos corações por parte de nossos estudantes despertou o país. E esse é um processo irreversível que vai transformar a Venezuela e sei que terá enormes consequências para as nossas relações com este grande país que, assumindo a liderança que tem exercido nesses anos, também demonstrará sua coerência e sua consistência na promoção da democracia dentro e fora das suas fronteiras. Muito obrigada por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A Comissão de Relações Exteriores do Senado da República agradece a presença de todos.

Registramos aqui a presença do Senador Molina, do vizinho país amigo Bolívia.

Agradeço a presença de todos.

Sinceramente, acredito que demos uma importante contribuição dando voz à Deputada Maria Corina Machado, que pôde aqui, ao longo dessas horas, dialogar, debater com o Parlamento brasileiro e expressar, manifestar livremente suas opiniões, denunciando aquilo que, a seu juízo, tem representado uma extraordinária violação aos princípios democráticos universais.

Dessa forma, a Comissão de Relações Exteriores vai continuar se conduzindo, manifestando-se com absoluto equilíbrio e abrindo voz e oportunidade para que possamos discutir princípios, valores e premissas que são fundamentais no exercício da atividade pública e política não apenas em nosso País, mas em toda a nossa região.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 13 minutos.*)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **Roberto Requião**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Ana Amélia e Flexa Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão **Wellington Dias** e a Deputada Federal **Benedita da Silva**. Justificam ausências os Senadores **Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique e Aloysio Nunes Ferreira**. O Presidente declara aberta a Reunião e apresenta os convidados presentes, à mesa: Exmo. Sr. Guillermo Carmona, Deputado Nacional pela Província de Mendoza; e Exmo. Sr. Embaixador Daniel Filmus, Secretário para Assuntos relativos às Ilhas Malvinas. O Presidente registra, também, a presença de delegação argentina composta pelos seguintes membros: Sr. Ministro Gonzalo Urriolabeitia, diplomata do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina; Sr. Secretário Maximiliano Alaniz, diplomata da Embaixada da Argentina; Sr. Secretário Juan Navarro, diplomata da Embaixada da Argentina; e Sr. Federico Pensado, tradutor. Tem início a apreciação da pauta: primeira parte – **Visita de Autoridades argentinas. Finalidade:** Recepção de Parlamentares e Secretário Argentinos. **Convidados:** **Deputado Guillermo Carmona**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Culto da Câmara dos Deputados da Argentina – CREyCULTO; e **Embaixador Daniel Filmus**, Secretário de Assuntos Relativos às Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os Espaços Marítimos Circundantes no Atlântico Sul do Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina – MREyCULTO. O Pre-

sidente concede a palavra ao Deputado Guillermo Carmona e, em seguida, ao Embaixador Daniel Filmus. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Eduardo Suplicy. O Presidente concede a palavra ao convidado da 2ª PARTE desta Reunião, Sr. Adriano José Alves Moreira, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa – ACAD. Os expositores apresentam suas considerações finais. O Presidente agradece a presença dos convidados e dá por encerrada a primeira parte desta Reunião. **MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA:** às dez horas e quarenta e três minutos assume a presidência o Senador Cristovam Buarque, até o término desta Reunião. Passa-se à segunda parte da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA. Finalidade:** debater “A Extensão da Plataforma Marítima de Exploração Econômica Pacífica dos Países Lusófonos”, para um primeiro colóquio defendendo o reconhecimento internacional da extensão da soberania de exploração dos recursos minerais e petrolíferos nas plataformas continentais oceânicas dos países de língua portuguesa, com limites a serem fixados com os vizinhos e aceitos pela organização das Nações Unidas; em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2014–CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque. **Convidados:** Adriano José Alves Moreira, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa – ACAD; e Marcus Henrique Paranaguá, Subchefe da Divisão do Mar, Antártida e Espaço do Ministério das Relações Exteriores – MRE. O Presidente convida os expositores a comporem a mesa, convida também o Professor Vamireh Chacon. O Presidente registra a presença de 15 alunos do curso de Relações Internacionais da FAAP, São Paulo, acompanhados pela Professora Fernanda Magnotta; e, também, dos seguintes membros do corpo diplomático: Embaixador da Guiné Equatorial, Dr. Benigno-Pedro Matute Tang e o Encarregado de Negócios da Embaixada da Guiné Bissau, Sr. Jorge Luís Mendes. O Presidente concede a palavra ao Sr. Adriano José Alves Moreira, para a sua exposição; em seguida ao Sr. Marcus Henrique Paranaguá. Usa a palavra o Senador Wellington Dias e o Senador Eduardo Suplicy. Os expositores fazem suas considerações finais. O Presidente concede a palavra ao Embaixador da Guiné Equatorial, Dr. Benigno-Pedro Matute Tang; depois faz suas considerações finais e agradece a presença dos convidados. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A primeira parte desta reunião destina-se a recepcionar autoridades argentinas.

Já, na mesa, à minha direita, o Deputado Guillermo Carmona, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Culto da Câmara dos Deputados da Argentina; e, à minha esquerda, o Embaixador Daniel Filmus, Secretário de Assuntos Relativos às Ilhas Malvinas.

Registro a presença dos outros integrantes da delegação argentina: Ministro Gonzalo Urriolabeitia, Diplomata do Ministério de Relações Exteriores e Culto da República Argentina; Secretário Maximiliano Alaniz, Diplomata da Embaixada da Argentina; Secretário Juan Navarro, Diplomata da Embaixada da Argentina; e Federico Pensado, tradutor.

Informo aos convidados que terão a palavra para exporem as razões de sua visita.

Como começamos isso, Carmona? Começa você ou começa o embaixador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Então, com a palavra, Guillermo Carmona, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Culto da Câmara argentina.

O SR. GUILLERMO CARMONA *(Tradução por profissional habilitado.)* – Obrigado, Senador Roberto Requião.

Antes de mais nada, quero expressar uma afetuosa saudação para os Parlamentares brasileiros que se encontram presentes e quero destacar que viemos nos encontrando em diferentes âmbitos tanto com Deputados como com Senadores brasileiros, compartilhando uma tarefa que consideramos sumamente importante para nossos países e para nossa região no seio do Parlamento do Mercosul. E nesse sentido quero destacar o importante papel que desempenha o Senador Roberto Requião, como um dos vice-presidentes do Parlamento do Mercosul.

Desde o ano passado, temos incrementado a atividade do Parlamento e isso significa uma enorme oportunidade, não somente para conduzir o processo de integração de nossos países no marco do Mercosul, mas também para gerar uma efetiva articulação parlamentar entre os Congressos e as Assembleias Nacionais nos diferentes Estados membros. Destaco nesse sentido, não somente a consolidação do Mercosul com os quatro membros fundadores, mas também a recente incorporação da Venezuela já plenamente incorporada também ao Parlamento do Mercosul; e o processo de incorporação que está juntando a Bolívia ao bloco. No caso da Argentina, no dia de ontem, já outorgamos o parecer da comissão necessário para que seja ratificada pelo

Congresso argentino a incorporação da Bolívia ao Mercosul e acreditamos que isso seja um passo importante também em vista à consolidação do nosso bloco regional. No caso da Argentina, já temos meia sanção do Senado da lei que ratifica o ingresso da Bolívia ao bloco e esperamos rapidamente obtermos a sanção definitiva da Câmara dos Deputados.

Hoje nos reunimos em razão de um tema que é especialmente relevante para a República Argentina, mas que, como defende nossa presidente, é uma temática que tem alcançado uma dimensão de causa regional e causa global que é a questão das Malvinas. E nesse sentido, acredito que é uma oportunidade especial para agradecer e reconhecer a solidariedade e o apoio do povo brasileiro, do seu Poder Executivo e do Congresso brasileiro em respeito à posição argentina no reconhecimento da soberania argentina sobre Malvinas, Sandwich do Sul, Geórgia do Sul e o espaço marítimo circundante, ao mesmo tempo em que o Brasil acompanha ativamente a reclamação de abertura de diálogo e negociações que vem realizando a República Argentina. Por isso, é importante destacar que, no caso da Argentina, não se trata somente de um tema de Governo, de um tema do Poder Executivo ou de um tema dos blocos governistas na Câmara dos Deputados e na Câmara dos Senadores; ao contrário, trata-se de uma política compartilhada com diferentes forças políticas e nós estamos avançando para a construção de uma política de Estado que vamos mais além dos matizes das posições partidárias, o que foi demonstrado pela primeira vez no Congresso Nacional e em uma posição comum adotada por todas as forças políticas a partir de fevereiro de 2012, em que nós denominamos Declaração de Ushuaia, um instrumento que define a posição do Congresso argentino em matéria de reivindicação dos direitos soberanos da Argentina sobre as Malvinas.

Agora a dimensão regional que essa causa alcança nos países irmãos da América do Sul, da América Latina e Caribe que apoiam a posição argentina e que são ativos na geração de instâncias que apontem para o diálogo entre a Argentina e o Reino Unido pela soberania das Malvinas. E, nesse contexto, acreditamos que é fundamental retribuir com objetos e ações concretas, da parte do Congresso argentino, a demonstração de solidariedade e apoio. Por isso, é que hoje estamos aqui acompanhando o Secretário de Assuntos Relativos às Malvinas, Daniel Filmus.

A Secretaria de Assuntos Relativos às Malvinas é uma secretaria que foi criada recentemente em dezembro do ano passado. Ela é consequência desse processo de geração de política de Estado da Argentina, assumindo como primeiro titular dessa secretaria o Sr. Daniel Filmus, que até dezembro do ano passado, se empenhou como Presidente da Comissão das Relações Exteriores do Senado, na República da Argentina. Destacamos sua trajetória como Ministro da Educação durante o Governo de Néstor Kirchner, sua trajetória destacada como Senador na defesa dos direitos da Argentina sobre as Malvinas e no forte impulso que se deu no Senado Nacional nos temas de integração regional. Destacamos, neste momento, a possibilidade que significa capitalizar sua experiência como Ministro da Educação e como Parlamentar em um tema central para a política exterior argentina e um tema que constitui, sem dúvida nenhuma, causa regional.

Nós, com o agradecimento, queremos nesta ocasião propor-lhes o compartilhamento de uma agenda que possa unir os congressos da República Argentina, do Brasil e outros congressos nacionais e parlamentos regionais em uma ação comum que permita, por um lado, propagar o conteúdo da causa das Malvinas, e, por outro lado, criar condições que possam ser favoráveis para o estabelecimento do diálogo entre Argentina e Reino Unido. Por isso, Roberto, quero agradecer especialmente a oportunidade que nos brinda hoje de compartilhar com vocês este encontro e esperamos também poder contar com a presença de vocês em uma próxima oportunidade no Congresso Nacional da República Argentina no sentido de que possamos dar continuidade ao diálogo que hoje estamos abrindo aqui no Brasil.

Obrigado Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Em seguida, com a palavra o Embaixador Daniel Filmus, Secretário de Assuntos Relativos às Ilhas Malvinas.

O SR. DANIEL FILMUS (*Tradução por profissional habilitado.*) – Obrigado, Senador. Bom dia a todos. Vou tentar falar devagar para que seja possível me fazer entender. Queria, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Requião e aos Senadores que estão aqui o convite que nos foi feito para compartilhar esse momento no Senado do Brasil e salientar, como fiz recentemente com meu colega Guillermo Carmona, que o objetivo de vir aqui no Brasil, nesta visita que fizemos de dois dias, tem a ver em primeiro lugar com o agradecimento. Ontem nos reunimos com o Ministro de Defesa Celso Amorim, nos reunimos com o Secretário-Geral do Itamaraty, Eduardo dos Santos, e com uma boa parte da direção do Itamaraty tratando em particular a questão das Malvinas, e o que temos encontrado em todos os lugares que temos estado é justamente a solidariedade e o apoio que o Governo do Brasil e o povo do Brasil deram à Argentina pelo tema Malvinas durante todos esses anos, e nos parece realmente uma enorme demonstração de irmandade e amizade, o apoio incondicional que o Brasil nos tem dado, devo dizer, desde 1833, porque o Brasil foi o primeiro país que apoiou e protestou pela causa Mal-

vinas, logo que ela foi tomada militarmente pelos ingleses. Realmente, desde 1833 em diante, o país tem nos acompanhado de forma permanente nesta causa.

Só queria destacar dois ou três aspectos que me parecem importantes. Tendo o mapa das Ilhas Malvinas à vista, convido a todos a uma reflexão de que no século 21, no ano de 2014, ainda há uma parte da América Latina que depende de uma potência colonial. O que temos que pensar é que todo o processo de independência da América Latina, que se iniciou no século XIX, ainda não terminou. É incrível que uma potência, que está a 14.000 km das ilhas que vemos ali, siga dominando uma parte da América Latina. A América Latina e a América do Sul não vão ser totalmente independentes, até que as Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul voltem a ser da região da América Latina, em particular, da Argentina. Por que, depois de quase 200 anos, o Reino Unido ainda mantém as Ilhas Malvinas sob seu domínio? Bem, em princípio existem quatro elementos fundamentais que não têm a ver unicamente com Argentina e sim, como se falou ontem com as autoridades brasileiras, têm a ver, sem dúvida, com toda a região.

A primeira questão é que, apesar de o Brasil, a Argentina, o Uruguai e os países da Costa Africana terem declarado o Atlântico Sul como zona de paz e, apesar de que, na reunião da OEA que será realizada nos próximos 15 dias em Assunção no Paraguai, onde se discutirá um projeto que já teve votação na agenda prévia em que o Brasil e a Argentina votaram juntos para que se trate de um projeto do Equador, declarando a América Latina como zona de paz, existe hoje nas Malvinas a base militar mais importante do Atlântico Sul.

Estou destacando, as Malvinas são o lugar do mundo onde há a maior quantidade de soldados por habitantes e onde há a maior quantidade de armamento por habitante. De acordo com o reconhecido pelo próprio Reino Unido, vocês sabem, há 600 pessoas nas Malvinas, conforme o último censo de 2000. O Reino Unido reconhece que tem mais de um soldado para cada dois habitantes. Não existe um lugar de tanta concentração de soldados e armamento em nenhum outro lugar do mundo e isso está ocorrendo na zona da América Latina do Atlântico Sul, zona que compartilhamos com o Brasil.

Que sentido tem essa presença militar? Bem, nós pensamos que existem três sentidos muito importantes. Alguns o Brasil sofreu particularmente. A presença militar tem a ver, seguramente como vimos, com o tema de inteligência na região. A presença militar tem a ver com a defesa dos interesses econômicos que existem na região, que é uma zona com uma rica e diversa fauna marinha e com a presença de hidrocarbonetos o que, sem dúvida, tem a ver com o interesse econômico britânico na região. Mas é uma zona que, quando olhamos no mapa, como todos podemos nos dar conta, tem duas características geopolíticas enormes: em primeiro lugar, é a zona que habilita o acesso à Antártica e que facilita em sua projeção os interesses que tem Reino Unido sobre a Antártica. Devo dizer que ano passado o Reino Unido denominou uma zona da Antártica, justamente a que também tem a presença do Chile e da Argentina, com o nome da rainha, mostrando assim a competição existente em uma zona que para nós é fundamental para o futuro da humanidade e, como sabemos também, as Malvinas são a chave para o corredor bioceânico entre o Atlântico e o Pacífico e, inclusive como disseram países africanos também, entre o Atlântico e o Índico. Não há outra base militar na região, não há outra possibilidade que não seja passar pelas Malvinas para acessar esse território.

O que é que a Argentina pede nessa situação e o que vem apoiando o Brasil, seu Congresso, seu Governo, seu povo? Bem, o que pede a Argentina é o cumprimento de uma resolução das Nações Unidas. O que pede a Argentina é simplesmente que se cumpra uma resolução da Assembleia das Nações Unidas, não uma resolução, e sim numerosas resoluções das Nações Unidas que pedem aos dois governos, Reino Unido e Argentina, que se sentem para dialogar. Essa é a reclamação da Argentina. A reclamação argentina não é no mundo o apoio à posição fundamental da Argentina que, claro, estamos convencidos da soberania argentina. O que a Argentina pede é que a Resolução nº 2.065 das Nações Unidas, que completa 50 anos no próximo ano, seja cumprida.

Sabemos que alguns países são até invadidos militarmente por não cumprirem as resoluções das Nações Unidas e, no caso das Malvinas, há uma resolução que no próximo ano vai completar 50 anos e que exige o diálogo direto entre o Reino Unido e a Argentina que não se cumpre e realmente, como aponta nossa presidente, há um padrão duplo e neste caso as Nações Unidas e a comunidade internacional não podem fazer absolutamente nada. E é realmente importante esse diálogo porque confiamos no diálogo.

Ao contrário do que fez a ditadura militar na Argentina que provocou um conflito bélico, desde o ano 1983 a democracia Argentina tem defendido sempre que o único caminho que temos para recuperar as ilhas Malvinas é a paz, a diplomacia e a negociação. A Argentina vai seguir nesse caminho e, por isso, realmente a Argentina reivindica o apoio das nações do mundo.

Duas questões para terminar. A resolução das Nações Unidas é muito clara, diz que a negociação para resolver o conflito de soberania é entre o Reino Unido e a Argentina, mas disse a seguinte frase: "essa negociação tem que contemplar os interesses de quem vive nas ilhas".

O Brasil foi um dos que intervieram no momento da discussão no ano 1965. Por que interesses e não desejos? Está-se falando em respeitar os interesses, não os desejos. Os britânicos que vivem nas ilhas não podem decidir de quem é esse território. Esse é um tema que tem que ficar muito claro porque a posição argentina é de respeito, muito respeito para que os insulares possam defender – como diz a Constituição nacional – seu modo de vida. No entanto, as Nações Unidas em todos os outros casos de descolonização, em todos, estabelecem claramente que a descolonização tem que ser por autodeterminação dos povos. No caso das Malvinas, as Nações Unidas não disseram autodeterminação dos povos, mas sim negociação bilateral entre duas nações. Por quê? Porque o povo das Malvinas, quem vive nas Malvinas não são os colonizados, não são os subjugados e sim os que vieram com a potência colonizadora e desalojaram os que viviam ali, que eram argentinos. Então, não fala as Nações Unidas de um povo colonizado e sim de um território colonizado. E no território colonizado, dizem as Nações Unidas, ao julgar o §6º da Resolução nº 1.514, o que prima é a integridade territorial, é devolver ao país o território que lhe foi tomado.

Esse é para nós um tema fundamental para explicar por que a Argentina busca e exige a negociação direta com o Reino Unido e só se explica porque estamos falando de uma potência colonial. Só se explica porque há uma intromissão de uma potência extrarregional, que não é da América, com uma base militar enorme na América Latina e que pretende se perpetuar ali. E insisto, sem dúvida, em virtude de suas riquezas econômicas. Não cabe nenhuma dúvida, é um lugar geopoliticamente muito importante para que o Reino Unido tenha presença, mas principalmente porque há uma base militar, que, como disse o Governo do Uruguai, por meio do Ministério de Defesa faz duas semanas: não é uma ameaça só para a Argentina e sim que o poder da presença militar é uma ameaça para toda a região. Brasil e Argentina, como toda a América Latina, trabalhamos para que seja uma zona de paz para que não exista essa base militar e estamos confiantes e volto a agradecer ao senador Requião, aos senadores que estão aqui e ao Governo do povo do Brasil pelo apoio que nos deram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – A Mesa agradece a exposição dos dois argentinos, o Deputado Carmona, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e do Embaixador Daniel Filmus; e esclarece ao nosso plenário que pesquisas internas na Inglaterra viabilizaram a manifestação da população inglesa favorável à independência das Malvinas. Agora, é evidente que os interesses econômicos são muito grandes. E se a pesquisa for feita nas Ilhas Malvinas, ela será feita com os ocupadores das ilhas, e o resultado será diverso.

Quero passar a palavra ao plenário.

Está inscrito para uma intervenção o Senador Cristovam Buarque. Com a palavra o Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, manifestar a satisfação de estar aqui junto com colegas argentinos numa luta que eu quero dizer que não é só deles, é de todos nós.

Fico muito feliz de ver aqui o Daniel Filmus, meu velho amigo, que, por razões protocolares, falou espanhol, mas fala português perfeito, aprendido em Niterói, Rio de Janeiro.

Eu quero dizer a vocês que, na sua luta, podem contar conosco aqui. Eu diria que não posso falar em nome dos Senadores todos, mas de uma grande parte, especialmente do Senador Requião, que sempre tem tido uma posição muito clara de defesa do espírito latino-americano.

Queria sugerir – tendo em vista a presença aqui entre nós do Dr. Adriano Moreira, que é um ex-Primeiro-Ministro, Vice-Primeiro-Ministro de Portugal em momentos muito decisivos – que façamos aqui, sobre o Atlântico Sul, o que ele vem trazer como proposta aqui hoje: ele vem trazer a proposta de um grande pacto marítimo entre os países de língua portuguesa, ou seja, que atravessaria. Eu acho que valeria a pena a gente fazer um sobre o Atlântico Sul no lado de cá, se fosse o caso, até acrescentando a África também. Sugiro que levemos essa ideia aos Ministérios de Relações Exteriores e, quem sabe, fazermos uma audiência aqui, como esta que vamos fazer hoje com o Dr. Adriano, em um breve tempo, chamando pessoas de diversos países do Atlântico Sul, ou até mesmo só Brasil e Argentina.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Cristovam, há uma proposta, que foi discutida e aprovada no Parlasul, na nossa última reunião, no Uruguai, para realizarmos uma reunião no Parlasul sobre as Malvinas em Buenos Aires – proposta do Deputado Carmona, que foi aprovada. Então, na verdade, essa sua proposta se concretizará, num primeiro momento, lá, e nada impede que, num momento posterior, nós façamos o mesmo tipo de simpósio, de reunião, aqui no Senado da República.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Essa está ótima. Eu gostaria de participar. Eu me ofereço, Senador Requião, mas acho que vale a pena fazermos sobre todos os problemas envolvidos na questão marítima. Sobre as Malvinas – tem que manter só para as Malvinas também, senão dispersa –, mas, além disso, discutir todos os outros aspectos, como o próprio aparecimento de petróleo nessas águas

territoriais de um país que a gente pode considerar que é do continente. Então, fica aqui a sugestão de, além dessa das Malvinas e sem diluir a questão das Malvinas no resto dos problemas marítimos, que façamos um debate sobre os interesses marítimos comuns entre os nossos países.

Eu não sei se o português saiu inteligível ou não.

Eu quero dizer a vocês que ouvi uma história muito interessante esses dias e é importante o Dr. Adriano tomar conhecimento. Eu soube que o Embaixador do Cabo Verde foi apresentar suas credenciais ao Papa Francisco e o Papa Francisco disse: "Aqui pode falar em português, mas do Brasil, porque o dos portugueses eu não entendo nada". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador, assim como o nosso Embaixador aprendeu o português no interior do Rio de Janeiro, o nosso Deputado Carmona fala o português do Carnaval baiano.

Com a palavra, Deputado.

O SR. GUILLERMO CARMONA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Acredito que a proposta do Senador resulta absolutamente pertinente e ajustada a uma preocupação regional que seja manifestada e que tem a ver justamente com a preservação do Atlântico Sul como zona de paz.

Quando falamos do Atlântico Sul, nos referimos ao Atlântico Sul que corresponde à América do Sul, mas também nos referimos ao Atlântico Sul que corresponde à África, e cabe destacar nesse quadro a importância que tem este conjunto de países do Atlântico Sul na zona de paz do Atlântico Sul; este acordo "Sopacas" na sigla em espanhol, não sei se corresponde à mesma em português, vem desenvolvendo uma política em respeito desta área do Oceano Atlântico.

Não é casual que a totalidade dos países africanos já manifestou a posição de apoio à Argentina em relação às Malvinas. Isso tem a ver com um trabalho que se vem realizando desde muitos anos e que no ano passado se concretizou com uma declaração da totalidade dos países africanos em favor da reclamação do diálogo e da negociação diante da República Argentina, o que acredito ser um passo muito significativo.

Mas o que o Senador propõe me dá a oportunidade de comentar algumas ações parlamentares concretas que estão sendo levadas adiante desde a Argentina e também desde o Parlamento do Mercosul. O Senador Requião apontava a decisão do Parlamento do Mercosul de realizar uma sessão para abordar a questão das Malvinas, proposta que foi apoiada por todas as delegações do Parlamento do Mercosul e a isso se soma outra decisão muito importante que foi tomada pelo Parlamento do Mercosul, que é criar, no marco da Comissão de Assuntos Internacionais, uma subcomissão para abordar de maneira específica e permanente a questão das ilhas Malvinas.

Essa subcomissão, que estimamos iniciar seus trabalhos no mês de junho, é um espaço onde os parlamentares dos diferentes países que integram o Mercosul poderão fazer um acompanhamento permanente do estado da questão Malvinas e onde nós argentinos procuraremos divulgar, em especial, toda a informação que surge da atuação de nossa Chancelaria e de outras áreas do Governo, como também do Congresso.

Vamos apoiar calorosamente a proposta de gerar um debate sobre o Atlântico Sul, pois nos parece que é muito importante levar essa proposta adiante. Colocamo-nos à disposição dos senhores, com a finalidade de trazer ao debate argentinos conhecedores da temática, tanto funcionários do poder Executivo como parlamentares.

Eu, em particular, queria aproveitar a ocasião para contar-lhes que o Congresso Argentino, nos dois últimos anos, tem legislado sobre o Atlântico Sul, sobre a área de plataforma continental argentina. Isso foi feito em dois temas que consideramos fundamentais com o objetivo de garantir a proteção dos recursos naturais no Atlântico Sul.

Em primeiro lugar, sancionamos mediante lei a criação de uma área marítima protegida, denominada Área Marítima Protegida Namuncurá Banco – Burdwood. É uma área que se encontra ao sul das Malvinas, entre as Malvinas e as ilhas dos Estados. Vocês ali no mapa podem visualizar as ilhas dos Estados, esta continuação da Ilha da Terra do Fogo para a direita. Para uma melhor localização geográfica, ela encontra-se a leste. Bem, ali se localiza uma zona especialmente sensível no Atlântico Sul, é uma área de reprodução da fauna marítima que é fundamental para garantir a permanência e a preservação deste recurso renovável que tem a ver com a pesca. Essas espécies que se reproduzem na zona de área marítima protegida logo são capturadas mediante pesca mais ao norte das Malvinas. Essa é uma iniciativa concreta que demonstra a vontade da República Argentina de preservar seus recursos naturais, com uma decisão concreta, específica e que de nenhuma maneira atenta contra a perspectiva também que temos de exploração. Perspectiva atual e futura da exploração dos recursos naturais do Atlântico Sul, na área que corresponde à República Argentina, área de sua plataforma continental.

Gostaria de falar sobre outra iniciativa que foi sancionada no ano passado e que implicou a modificação do regime penal argentino em relação à exploração e à prospecção do recurso petrolífero.

A República Argentina já tinha criado no ano de 2010 um regime específico para a exploração e prospecção de petróleo e gás no mar argentino e na plataforma continental da República Argentina. Nessa legislação se estabelecia um regime de sanções administrativas àquelas empresas, àquelas pessoas físicas e a pessoas jurídicas que realizassem exploração ou prospecção de petróleo e gás na área de soberania argentina, sem a autorização da República Argentina.

No ano passado, demos um passo fundamental que foi o estabelecimento não só de sanções administrativas ou sanções pecuniárias, mas também o estabelecimento de sanções penais. Hoje, os diretores de empresas, as tripulações e as pessoas físicas que realizem exploração ou prospecção petrolífera, na área compreendida pela plataforma continental argentina, sem a autorização da República Argentina, são passíveis de sanções penais. Graves sanções penais que estão estabelecidas nesse novo regime. Até o ponto que essa decisão tem gerado uma série de consequências relativas a previsões adotadas por diferentes empresas interessadas na exploração e prospecção de petróleo no Atlântico Sul, no que diz respeito aos perigos que significam realizar tais explorações ou a eventual prospecção sem a devida autorização da República Argentina.

Fundamentalmente isso nos propiciou um instrumento jurídico sumamente apto para bloquear as tentativas de exploração ou prospecção de petróleo por parte do Reino Unido, autorizando empresas britânicas ou empresas transnacionais na área. Isso também está relacionado: vocês já escutaram falar do projeto que tem a Argentina de exploração ou prospecção de petróleo em Vaca Morta. Qualquer empresa que participe de ações ilegais de exploração ou prospecção de petróleo no Atlântico Sul – ou seja, ilegais: sem contar com a autorização da República Argentina – está absolutamente proibida de operar na parte continental. Portanto, muitas das empresas estão considerando – dado o enorme potencial de petróleo e gás que tem a bacia de Vaca Morta – evitar situações no Atlântico Sul que possam complicar sua participação na exploração ou prospecção de petróleo e gás na parte continental da Argentina. Acreditamos que tomamos uma decisão efetiva que bloqueia a tentativa do Reino Unido de avançar nessas ações que tem a ver com o petróleo.

E o último aspecto que aproveito para destacar: a Argentina tomou a decisão de nacionalizar a YPF, tomou a decisão de realizar uma expropriação de 51% das ações da YPF que a Repsol detinha e com isso ficou o Estado Argentino com a maioria das ações e com o maior número de diretorias. Situação a que chegamos depois de analisar durante muito tempo e ponderar a experiência que outros países da região tiveram com suas empresas estatais de petróleo ou empresas nacionais que têm a ver com o petróleo. A articulação estratégica que a YPF está realizando com a Petrobrás e a articulação estratégica que a YPF está realizando com a PDVSA têm como objetivo principal aproveitar as experiências de operação *offshore* e operação em áreas marítimas – e nisso a experiência brasileira aparece para nós como uma experiência avançada no que diz respeito ao que a Argentina poderia ser no Atlântico Sul.

Nesse sentido, em mais de uma oportunidade, nossa presidente – inclusive na ocasião do último encontro com a presidente Dilma Rousseff – enfatizou esse aspecto da cooperação das empresas petrolíferas nacionais, com a finalidade de possibilitar – o que para nós consideramos que nos corresponde – um aproveitamento dos recursos naturais, nesse caso de combustíveis fósseis no Atlântico Sul, pelo qual a experiência brasileira é de especial relevância. Acredito que a associação, a cooperação tem que ser um caminho cada vez mais trabalhado, mais explorado entre nossos países, especialmente quando se trata do aproveitamento dos recursos naturais em nossa região. Nesse sentido, acredito que há muito a avançar e que os parlamentos e os congressos nacionais têm muito para contribuir e muito para discutir em relação a essas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não havendo mais nenhum Senador inscrito...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apesar de eu estar ansioso para escutar o Dr. Adriano, eu não sei se já está decidida a cidade onde vai ser feita essa reunião sobre as Malvinas. Se não estiver, eu gostaria de sugerir que, em vez de Buenos Aires – que nós todos adoramos, claro – seja numa cidade o mais próxima possível das Malvinas. Ali.

O SR. GUILLERMO CARMONA – Ushuaia. Não sei se o entendi. A proposta é que seja ali? (*Pausa.*)

Excelente. Ushuaia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Registrada a proposta do Senador Cristovam.

Senadora Vanessa Grazziotin, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Requião, quero cumprir a V. Exª e aos convidados para esta reunião.

Não pude estar aqui mais cedo por conta de outro compromisso, mas faço questão de registrar que, pessoalmente – não apenas eu, meu Partido – temos uma posição muito firme ao lado do povo argentino, desse vizinho, país amigo e irmão, no que tange à defesa da posse, do poder e da integração do território das Malvinas, e ilhas adjacentes, àquele país. Então, é apenas para expressar essa que, muito mais do que uma opinião minha, é uma opinião de meu Partido. Entendemos que a época das colônias já se foi e que essa é uma luta não só dos senhores, não só da Argentina, mas de todos aqueles que lutam por autodeterminação dos povos, por democracia, por Estados nacionais autônomos.

Sejam todos bem-vindos. Certamente foram tratados com muito carinho pelo nosso Senador Requião e pelo Senador Cristovam, que têm sido grandes Parlamentares, não só brasileiros, mas internacionalistas também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Suplicy, V. Ex^a deseja usar a palavra?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Também quero expressar minha solidariedade ao Embaixador Daniel Filmus e ao Deputado Guillermo Carmona, sobretudo a respeito dessa questão do direito da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, porque acho que, se existisse uma área tão próxima do Brasil onde estivessem residindo brasileiros, naturalmente deveria estar integrada ao território brasileiro, e também estaríamos solicitando a solidariedade dos Argentinos.

Tive um horário médico agora cedo e não pude estar presente desde o início da reunião, mas quero transmitir ao Deputado Guillermo Carmona, tendo em conta a importância dessa reunião presidida por nosso coordenador de ações no Mercosul, que tem levado para as reuniões do Parlamento do Mercosul a palavra sempre importante do estreitamento dos laços entre nós, países que compõem o Mercosul, que o Senador Roberto Requião tem papel fundamental nessa direção.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Requião, o Senador Cristovam comentou: “Mas você não falou o seu Partido.” Eu falei: “Mas todo mundo sabe.” Porém, estamos com pessoas de fora. Eu sou do Partido Comunista do Brasil, do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não há mais nenhum orador inscrito no plenário para se pronunciar. Pretendo, então, passar a palavra aos nossos convidados para suas despedidas, mas, antes, quero oferecer a possibilidade de o nosso palestrante da próxima reunião, Sr. Adriano José Alves Moreira, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, dizer alguma coisa sobre essa questão, se for de seu interesse.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, tenho a dizer que me sinto muito honrado por esse convite e julgo que nessa questão das Malvinas, embora seja proeminente o interesse nacional da Argentina, tem muito que ver com a vida política interna da Inglaterra. A questão surgiu num momento de grandes dúvidas sobre o destino do Partido Conservador durante as eleições, e não há nada que mais garanta uma melhora ou uma maioria do que ter uma questão patriótica em discussão a ocupar a população. Julgo que foi essa questão menor que determinou esse conflito tão grave, que é necessário eliminar rapidamente porque a situação mundial em que estamos é exigentíssima de que não haja atritos dessa natureza. Não é apenas no Atlântico Sul, mas é, fundamentalmente, para os nossos interesses imediatos, no Atlântico Sul. E por isso acho que essa questão merece uma solução internacional urgente, útil para a continuação da paz, que está extremamente ameaçada neste momento.

Não sei se o meu português é compreensível para seu espanhol, mas, às vezes, mesmo falando entre pessoas que pertencem à Língua Portuguesa... Lembro de um dito de Churchill, que diz que a América e a Inglaterra eram dois países separados pela mesma língua. Vamos ver se evitamos esse equívoco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para suas considerações finais, passo a palavra, inicialmente, ao Embaixador Daniel Filmus.

O SR. DANIEL FILMUS (*Tradução por profissional habilitado.*) – Eu queria lembrar que existe um texto memorável de meu colega, amigo e admirado Cristovam Buarque, que diz respeito à Amazônia quando se debateu sobre internacionalizar ou não a Amazônia. É um texto tão bom que em boa parte da minha vida dediquei-me a explicar que não foi Chico Buarque, mas sim Cristovam Buarque quem escreveu esse texto, porque se difunde por todos os lados como se fosse Chico.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas canta excepcionalmente bem, também. (*Risos.*)

O SR. DANIEL FILMUS (*Tradução por profissional habilitado.*) – Esse texto de Cristovam sobre a Amazônia fala da importância dos recursos naturais e da importância que tem a reserva da América Latina para o mundo; e termina apontando que, se alguém quer internacionalizar a Amazônia, também se internacionalize Paris,

Roma e tantos outros bens preciosos que tem a humanidade. Mas os países estrangeiros querem internacionalizar nossos recursos, nunca os recursos que eles possuem.

Falo isso porque o Brasil defendeu e nós apoiamos fortemente a proposta de plataforma continental que tem o Brasil, que dá lugar ao projeto Amazônia Azul. E a presidente argentina, há muito poucos dias, uns 15 dias mais ou menos, acabou de lançar um projeto que se chama "Pampa Azul". Não copiamos, foi por casualidade, totalmente casualidade, que demos um nome similar e que ocupa a zona que vocês veem aí como mais claro, azul mais claro. Estava olhando que a plataforma continental, em um texto aqui, no caso do Brasil, estamos falando de 4.450.000 km² no caso do Brasil. No caso da Argentina, são aproximadamente 5.000.000 km², outra Argentina. Duplica essa zona da plataforma continental além de 200 milhas, duplica o território. De qual território estamos falando? Um território marítimo que tem, segundo os estudos, a maior biodiversidade do mundo, onde existe a maior quantidade de peixes marítimos, uma riqueza de minerais enorme e existe ali sem dúvida riqueza petrolífera, de vida marítima e de todo tipo, que é o que, sem dúvida, desejam as potências colonialistas.

Nesse sentido, como é um projeto de paz o Amazônia Azul, também o Pampa Azul é um projeto científico de paz. Um projeto liderado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em que já existe acordo com o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e aspiramos para que seja um projeto comum entre os dois países e um projeto em que cada um deposite todo o seu conhecimento. Acredito que aí está o futuro. Muitas vezes, quando falamos das Malvinas, alguns acreditam que o assunto faz parte do passado, no sentido de que o tema tem a ver com a história colonial, mas, para a Argentina hoje, as Malvinas estão no futuro porque, sem dúvida, e inclusive por ser a porta de entrada da Antártica, estamos falando de uma boa parte do destino da humanidade. Sabemos de sua importância crescente para toda a humanidade e são riquezas que sem dúvida os países centrais desejam.

Termino com mais um agradecimento, senador. O Governo do Brasil, juntamente com outros governos da América Latina, aderiu à medida tomada pelo Mercosul de não permitir o ingresso ou a partida de navios de guerra e o ingresso ou a partida de aviões que não sejam por questões humanitárias desde e para as Malvinas e que também proibiu o ingresso de barcos com bandeira das Malvinas. Essa é uma contribuição importantíssima dada pelo Brasil, porque gera as condições de mostrar ao Reino Unido, como apontou aqui a senadora, que ele não está somente enfrentando o direito pleiteado pela Argentina, mas sim que está desafiando o direito que tem toda a região da América Latina de que não existam potências coloniais em seu território, de modo que realmente não há alternativa para nos integrar ao mundo globalizado que não seja pela mão do Brasil e da Argentina em conjunto com a América Latina. Essa postura solidária que o Brasil demonstra em relação à Argentina, seguramente, será retribuída ou já está sendo retribuída não só com a amizade da nossa presidente, mas também pela irmandade dos nossos povos para um futuro comum. Desse modo, muito obrigado senador, muito obrigado senadores e saibam que encontram em nós certamente amigos que apoiaremos nosso destino comum dos latino-americanos e da América do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para suas palavras finais, o Deputado Guillermo Carmona.

O SR. GUILLERMO CARMONA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Quero agradecer mais uma vez a possibilidade de compartilhar deste encontro. Para nós das Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e Senado da Argentina, é muito importante manter contato com nossos pares. Acreditamos que os parlamentares estão sendo chamados a ter um papel de destaque no apoio e na construção não somente das posições políticas exteriores de nossos países, mas também a exercer por meio da diplomacia parlamentar nas instâncias que sirvam para construir nossos processos de integração e ainda de reafirmação de nossa integridade territorial argentina, sul-americana, latino-americana e caribenha. E nesse sentido, quero contar a vocês, já para finalizar, que eu e o Senador Filmus, quando ainda era senador, tivemos uma experiência de manter contato com parlamentares britânicos e realmente foi uma experiência muito enriquecedora. Nós estamos buscando abrir um diálogo com o Reino Unido, nosso objetivo é que ambos os governos sentem-se à mesa de negociações a fim de encontrarmos uma predisposição positiva para trilharmos o caminho do diálogo parlamentar em que o tema Malvinas não fique excluído, em que o tema Malvinas também esteja presente – com posições divergentes neste momento, mas que esperamos que lentamente tais posições convirjam. Acreditamos que o parlamento britânico pode desempenhar um papel importante na criação de condições distintas das que atualmente defende o governo britânico. E nesse sentido lhes propomos de algum modo compartilhar essa ação, na União Inter-Parlamentar na Eurolat e em diferentes âmbitos onde nós parlamentares teremos a oportunidade de nos expressar, de interagir. Que trabalhemos juntos pela possibilidade de

estabelecer canais de diálogo efetivo com os parlamentares britânicos. Acredito que isso seria para nós uma enorme e significativa contribuição.

Ao mesmo tempo, neste caso, não somente Roberto Requião, mas também os outros parlamentares do Mercosul, como o senador, a senadora Ana Amélia que também é parlamentar do Mercosul. Acredito que aí temos um espaço realmente muito importante para trabalhar esses temas que têm a ver com a defesa dos recursos naturais de nossos países e da nossa região, com a possibilidade de seguir buscando a afirmação dos direitos soberanos da Argentina sobre as Malvinas e também a possibilidade de estimular esses debates como propõe o senador no que diz respeito à situação do Atlântico Sul. Chegou para mim a proposta de que façamos um encontro em Ushuaia. Vamos procurar, com o senador Requião, realizar a coordenação necessária para poder concretizá-lo; e aproveito para destacar que Ushuaia é a capital da província da Terra do Fogo: Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul, ou seja, pisar Ushuaia é pisar também solo malvinense. Nós sempre destacamos além do Daniel, que especialmente a promoveu, destacamos a identidade patagônica das Malvinas e a semelhança que existe entre a flora e a fauna – as características paisagísticas de Malvinas – com as que temos na parte continental ou na parte insular correspondente à Terra do Fogo. Assim, será uma satisfação podermos compartilhar com vocês um encontro em Ushuaia, onde convidaremos parlamentares da região a analisar a problemática, a temática do Atlântico Sul. Aceitamos essa proposta e vamos encaminhá-la com todo o entusiasmo. Agradecemos especialmente ao senador por tê-la formulado.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Agradecendo a presença do Embaixador Daniel Filmus e do Deputado Guillermo Carmona, nós suspendemos esta reunião, que, em seguida, será reaberta sob a presidência do Senador Cristovam Buarque, quando ouviremos o Sr. Adriano José Alves Moreira, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

Está encerrada esta primeira fase.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 30 minutos e reaberta às 10 horas e 43 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Dou por aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Na verdade, é a segunda parte da reunião, que se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater “A extensão da plataforma marítima de exploração econômica pacífica dos países lusófonos” para um primeiro colóquio, defendendo o reconhecimento internacional da extensão da soberania de exploração dos recursos minerais e petrolíferos nas plataformas continentais oceânicas dos países de língua portuguesa, com limites a serem fixados com os vizinhos e aceitos pela Organização das Nações Unidas, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2014, desta Comissão, de minha autoria.

Antes de passar a palavra ao Dr. Adriano José Alves Moreira e ao 1º Secretário da Divisão do Mar, Antártida e Espaço do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Marcus Henrique Paranaguá, quero dizer que é uma bela coincidência que estejamos fazendo esta audiência logo depois de uma reunião que terminou há pouco sobre o papel das relações internacionais dos países da América do Sul em relação ao direito Argentino às Malvinas.

Na verdade, as duas coisas têm a ver. Se houvesse o que o Dr. Adriano vem propor aqui já há algum tempo, a extensão da plataforma marítima de exploração econômica pacífica dos países da América do Sul, provavelmente o assunto das Malvinas estaria sendo tratado de outra maneira. Fico muito feliz pela coincidência desses dois eventos.

Antes de começar a reunião, eu queria convidar os que estão de lado a se sentarem aqui; os que quisessem, obviamente.

São os alunos do curso de Relações Internacionais da FAAP, em São Paulo, que vêm acompanhados pelo Prof. Fernando. Eu os chamo para que se sentem e assistam a esta sessão no lugar onde se sentam os Senadores. Professor, aqui no Senado, acostumamo-nos a fazer essas audiências mais para a televisão do que mesmo para cada um de nós Senadores, que estão neste momento em alguma Comissão, em seus gabinetes ou, como estamos em período eleitoral, em seus Estados, fazendo campanha. Mas, como tudo isso é transmitido pela televisão, nós temos, a partir disso, a criação de uma consciência nacional – mais até do que a ideia, a criação de uma consciência sobre o assunto.

Aqui estão também o Embaixador Deputado Guiné Equatorial, Benigno Pedro Matute Tang, e o Encarregado de Negócios da Embaixada da Guiné-Bissau, Jorge Luis Mendes.

O Dr. Adriano, figura das mais conhecidas na Europa, tem uma trajetória extremamente rica do ponto de vista acadêmico e do ponto de vista político. É um desses raros intelectuais que conseguem se dar na vida

pública com a competência e com a força que ele desenvolveu a partir das suas atividades, tendo sido Ministro do Ultramar de 1961 a 1963, Deputado entre 1979 e 1995, Presidente do Partido Centro Democrático Social, Vice-Presidente da Assembleia da República por quatro anos, entre 1991 e 1995, o que corresponderia, creio que pode dizer, a uma espécie de vice-Primeiro Ministro, já que o Primeiro Ministro é o Presidente da Assembleia ou, pelo menos, o Presidente do partido majoritário.

Então, nesse sentido, além de muitas outras atividades acadêmicas e políticas, para nós, Dr. Adriano, é uma grande honra tê-lo conosco. Por isso, passo-lhe a palavra, lembrando que esta reunião foi uma ideia sua, trazida pelo Prof. Vamireh Chacon. Então, é uma ideia de audiência que veio de fora, o que dá uma grandeza maior a ela.

Com a palavra o Dr. Adriano.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, seus assistentes, em primeiro lugar, quero dizer que uma das maiores honras que tenho recebido é ter sido convidado para vir a esta reunião, sobretudo porque – isso tem sido a minha vida – posso reparar uma injustiça da Universidade de Brasília. Sou o segundo Doutor *honoris causa* da Universidade de Brasília e fui preterido por um general de duas estrelas, que é o número um. Eu sei que ele se chamava De Gaulle, mas só tinha duas estrelas. E fui preterido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ou seja, De Gaulle foi o primeiro. Na verdade, De Gaulle foi o primeiro, Era o único. Então, a UnB deu o título ao senhor. Devo dizer que a Universidade de Brasília é uma das mais exigentes de todas na atribuição de *honoris causa*. Fui reitor lá e creio que não demos nenhum – aliás, talvez dois – salvo um que iniciamos, que foi ao Mandela. Iniciamos o *honoris causa* Mandela quando ele ainda estava preso. E, quando o processo terminou, eu já não era reitor, mas ele recebeu aqui, logo depois de solto, o seu título *honoris causa*.

Então, eu lhe agradeço por ter lembrado isso, porque eu havia esquecido. Para mim, ex-reitor, é um dos pontos mais altos da sua carreira.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA (Tradução por profissional habilitado.) – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, eu gostaria de explicar o porquê de estarmos aqui. Há cerca de dois anos, a Escola da Marinha de Guerra do Brasil realizou uma palestra no Rio de Janeiro sobre o mar azul e me convidou para que viesse encerrá-la. E quase tudo que vou dizer aqui hoje consta do que foi dito naquela ocasião e não tinha esperança alguma de que tivesse toda essa repercussão. Houve duas. Primeiramente, eu recebi e trouxe aqui todos os documentos que irei entregá-los ao Sr. Presidente.

O Chefe do Estado-Maior da Marinha de Angola, que é um dos países mais interessados no Atlântico Sul e o mais importante para Portugal e o Brasil, enviou-me um *e-mail* dizendo: “Estimado professor, antes de tudo quero desejar-lhe boa saúde – até aqui está cumprido – e sobre o assunto quero propor que o professor apresente a questão ao Chefe de Estado-Maior da Armada, para ele levar o assunto a debate no próximo simpósio das Marinhas de Guerra da CPLP; toda a decisão tomada sobre o assunto será submetida aos respectivos governos para possíveis decisões, esta é a melhor maneira de estimular um debate sobre o assunto”, e este interesse do almirante foi muito importante para mim. Consultei vários oficiais, e todos eles chegaram ao acordo que esse era um bom caminho, que uma coisa dita no Brasil e assumida pelo vice-almirante chefe do Estado-Maior da Armada Angolana, com certeza, é um problema que interessava a todos os países da CPLP. E porque isso tem tudo a ver com a situação internacional, naturalmente é uma questão antiga, como o problema das Malvinas que foi discutido aqui e o eventual protesto que foi apresentado para aquela intervenção que é puramente eleitoral, porém o motivo real é a plataforma continental e a riqueza que está em volta das Malvinas.

Do mesmo modo, nós temos um problema semelhante em Portugal com as ilhas Desertas, que repentinamente o Governo Espanhol, por haver a possibilidade de enfrentar dificuldades legislativas, de acordo com sondagens resolveu que não eram Ilhas, ou seja, não entrariam na definição da plataforma continental. O que significa que este tema das águas territoriais, plataforma continental é um problema cada vez mais importante na vida internacional e naquilo que diz respeito a Portugal, não se pode deixar de ter em mente também a própria situação internacional do mundo em que nos encontramos neste momento, e que não tenho visto suficientemente discutida, salvo nas aulas de Relações Internacionais em que os estudantes muitas vezes já têm uma opinião formada sobre esse assunto.

Vamos entender o que está acontecendo, se recordarmos o final da Guerra 39/45 em que o Brasil tomou uma grande parte, e nunca se pode esquecer do seu heroísmo em Monte Cassino, com intervenção das tropas brasileiras em defesa do Ocidente, em geral porque era esse o problema. Quando a Europa foi reconstruída, teve a intervenção de pessoas das quais, eu reconheço santidades, e porque o primeiro-ministro da França na Primeira Guerra havia sido imobilizado pelo exército alemão porque o seu território estava sob o domínio alemão e teve que viver ainda a Segunda Guerra lutando contra o nazismo na fronteira conflituosa da França com Alemanha, e o primeiro-ministro italiano que foi o mais jovem deputado do parlamento Austro-Húngaro. E

esses homens foram capazes de colocar o sofrimento a serviço da sabedoria; é necessário que isso nunca mais aconteça para não criar um mundo reivindicativo ou punitivo, e sim um mundo em que finalmente encontre um regime que seja de paz e de desenvolvimento geral.

Aquela famosa frase de Paulo Sérgio, das Nações Unidas: “A paz neste momento chama-se desenvolvimento geral”.

Neste momento a crise no Ocidente é evidente, onde não há diferença norte-sul, pois é um Ocidente que também está no sul. Mesmo na Europa, nós temos já uma divisão entre uma Europa pobre e uma Europa rica. Essa Europa pobre que abrange o Chipre, a Grécia, a Itália, a Espanha, Portugal, a Irlanda já começa a contaminar a França; se repararem, são as fronteiras do Império Romano a ressuscitar. A Europa pobre é o Antigo Império, e os caminhos por onde os bárbaros chegaram naquele Império agora são trilhados pela juventude à procura de emprego e futuro. Essa é a situação em que a Europa se encontra, sujeita a sanções econômicas tremendas de tal maneira que, muitas vezes, parece que o orçamento é o único objetivo governamental que é acessível ou que é dominante. Nessa mesma situação encontra-se também a agitação que há no Mediterrâneo que é enorme; a definição de democracia que será instalada lá é uma definição que vai aumentar as definições da democracia, têm sido muitas e variadas.

E, sobretudo nos últimos tempos, o presidente da Rússia anunciou um novo projeto estratégico para o seu país, e que alguns analistas já o chamam de o “Império do Meio”. E dou mais importância à imagem do que às palavras que ele disse, porque ele fez o seu discurso rodeado de militares fardados solenemente e todos com ar de prontidão para fazer e intervir à força. Tudo isso está conjugado no sentido de rumar em todas as latitudes, isso é extremamente importante, e o problema aqui, tal como resulta do *e-mail* que eu vou deixar do chefe de Estado-Maior da Armada de Angola, é um problema muito comum no Atlântico Sul, mas que abrange todos os países da CPLP, em que estão envolvidos Portugal e o Brasil, porque todos os países da CPLP são marítimos. Todos, com exceção do Brasil que já se mostra como um dos líderes da circunstância mundial que estamos vivenciando, todos são pobres e para todos eles a plataforma continental corresponde a um interesse vital, desde os que têm sua fronteira marítima no Atlântico até o pobre Timor, lá longe em que sua plataforma tem aquela ameaça aos países fracos por haver petróleo; com isso, surge uma condição internacional extremamente complicada e difícil.

Acontece que essa pretensão de Portugal e do Brasil, e a organização a que se refere o Chefe de Estado-Maior da Armada de Angola, implica que todos os membros possam ser envolvidos em questões internacionais, em relação a todos os países que constituem esta unidade que é a CPLP, e eu recordaria que a CPLP é uma organização única no mundo porque o poder colonial que se extinguiu com a Segunda Guerra Mundial pertencia praticamente só aos poderes ocidentais. A Espanha teve o maior Império do mundo, mas não teve nenhuma CPLP; a França teve um grande Império, teve desastres enormes para desfazer o império, mas não tem uma CPLP. A Inglaterra está aí, a Comunidade Britânica, onde só têm relevância os territórios de povoamento saxônico, os outros começam a se afastar dos interesses fundamentais da comunidade, o único país que teve responsabilidade nesta organização ocidental do mundo é que tem uma organização CPLP, os países que falam a língua portuguesa, e a outra coisa para ressaltar é que, sendo uma ideia antiga, ficaria ainda durante a descolonização com guerra, pretendia uma associação euro-africana, foi o caso do general De Gaulle também, de todos esses países a ideia foi portuguesa, a capacidade de levar a efeito foi brasileira.

Aconteceu o mesmo com o problema da língua que une esses países, a ideia foi primeiramente discutida, que eu saiba, no Recife, em um encontro de originários das várias latitudes onde se fala português, mas a ideia foi apresentada por um interventor português; quem levou a efeito foi o Brasil. O Brasil está na origem das duas organizações: a CPLP e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Devo dizer que sou contra os tratados sobre a língua; quando me convidaram, eu era presidente da Academia de Ciências, meu mandato acabou, agora tenho um instituto de altos estudos, e eu sou da opinião que é muito comum no Brasil, pelo menos no tempo que eu fui professor aqui, era uma opinião dominante: as línguas não se submetem a tratados, porque estas transportam valores e o Brasil tem na língua portuguesa valores que nós não temos, pois não tivemos povoados equivalentes que agregaram novos valores.

O pobre Timor, a que já me referi, tem na sua língua valores do invasor que participou do segundo genocídio da população timorense na mesma geração, mas todos falam português. Há uma maneira de estar no mundo que os une, há valores comuns que os une, mas a língua em cada lugar vai agregando valores que são próprios, que são exclusivos e isso acontece no português brasileiro, e no português que se fala em Portugal. Nós perdemos vogais que o Brasil manteve, perdemos musicalidade que o Brasil manteve, e mudamos significados de palavras que o Brasil tornou mais abrangente, e etc., houve várias modificações nesse sentido. Mas de qualquer modo, são duas instituições que não têm qualquer paralelo na Organização Internacional, e também ninguém pode ter dúvidas de que não é hegemonia que países com estes valores – e todos democrá-

ticos – queiram exercer sobre os outros, mas nenhum país está impedido de ter predomínio na concordância da liderança, ter ideias, pensamentos, projetos e é o que está acontecendo na CPLP e no Instituto Português da Língua Internacional da Língua Portuguesa.

É por isso que o chefe de Estado-Maior da Armada Angolana expõe o problema em relação à CPLP, mas a questão é bem específica em relação ao Atlântico. Em primeiro lugar, se eu quero caracterizar a situação internacional neste momento com a ajuda do que vai-me ensinando Chacon, que é o grande especialista nestas matérias, a designação que encontro é que vivemos em uma desordem internacional; espero que isso não desoriente os alunos, mas a palavra “ordem internacional” não é exatamente aquela que corresponde à situação em que vivemos. Dos 149 países, salvo engano, que são membros das Nações Unidas, mais da metade não tem nenhuma capacidade de enfrentar, sequer, os desafios da natureza como: tsunamis, terremotos, pestes, enfim, todas essas calamidades que nos afligem, a miséria que está cada vez mais extensa, mesmo dentro das Nações Unidas. Como é que ela responde? Acredito que esteja se transformando em um templo de orações, faz preces a um Deus desconhecido para que as coisas não sejam piores, e para que possam ser resolvidas em paz.

A Europa com estas divisões de Europa rica e Europa pobre, e naturalmente a situação complicada do Mediterrâneo, que é mais um cemitério do que uma via de comunicação, com a agitação dos países árabes que tornam absolutamente improvável que alguém seja capaz de dizer qual é o regime que será dominante naquelas localidades, e, portanto, se a solidariedade euro-africana possa rapidamente se consolidar.

Houve recentemente outro acontecimento extremamente importante: o presidente Obama declarou, em um dos seus vários discursos, que teria uma política mais cooperante, mais realista, mais de passos, disse ele, que deixem ligeira marcha no treno. Devo dizer que sempre observei entusiasmo nos discursos de “yes we can”, mas sempre imaginei que os efeitos de seus discursos só começariam quando ele se sentasse na sala oval, que era quando ele iria conhecer quais eram os problemas reais do país, e devo ressaltar que acredito que seja o único presidente dos Estados Unidos que terminou um discurso sem dizer “God Bless America” e disse: “somos todos americanos”, demonstrando um estado de espírito muito diferente em relação às minorias, não as tratando de maneira diferente. Apenas outro chefe de Estado disse, em circunstâncias muito diversas e justificadas. Mandela disse: “somos todos sul-africanos”, mas isso ocorreu em circunstâncias bem diferentes das do presidente dos Estados Unidos.

Aquela política significa “uma navegação à vista”, só que a navegação à vista bateu num rochedo inesperado que é chamado de Terceiro Império do Meio, e que é a política soviética. Esta questão põe a paz em perigo, gera uma pergunta em relação à Europa: “Existe algum parlamento europeu, algum orçamento europeu que tenha migalhas para organizar a segurança?” Eu penso que não haja nenhum orçamento europeu que tenha migalhas que possa organizar uma segurança nestes moldes. Isso quer dizer que a luta por direitos se torna mais necessária, a diplomacia capaz e competente torna-se mais cooperativa e indispensável; e, por isso mesmo, países como o Brasil e Portugal estão envolvidos em uma organização única no mundo que é a CPLP, mas principalmente no Atlântico, são obrigados a ponderar a evolução dessa situação, e a evolução dessa situação coincide com o fato de que o tráfego marítimo é o mais eficiente por ser o mais barato. Além disso, é um tráfego que aumentou ainda mais as áreas de perigo e criminalidade que é a dos transportes de materiais que são proibidos como as drogas. Portugal muitas vezes é o desembarcadouro dessas drogas e da criminalidade marítima em geral e, portanto, esse problema da segurança precisa ser visto e organizado e, sobretudo, o transporte deve ser estudado por esses países que são pobres e que sozinhos dificilmente terão frota. Nenhum deles tem frota suficiente de navios.

E o que animou o Chefe de Estado-Maior da Armada de Angola, por ter recursos, e contar com a cooperação de quem sabe fazer, é preciso saber fazer, é o fato de ser necessário consolidar a capacidade de tráfego desses países e a partir daí surgiu a ideia de haver uma frota comum da CPLP; eu sei que isso passa por dificuldades jurídicas, mas são as mais fáceis de vencer. Os juristas facilmente sabem adaptar a legislação à mudança dos tempos, e isso tornaria possível este fortalecimento entre os países; naturalmente para isso seria necessário um empenho com assistência diretiva por parte da Marinha do Brasil, e o saber fazer da Marinha Portuguesa, que é efetivamente uma das marinhas que sabem fazer; o que falta são meios para isso.

O que acontece é que, vou falar de Portugal por se tratar de uma questão mais íntima, mas não é só o Brasil, não é só a Argentina que possuem problemas de plataforma continental. Portugal possui a maior Plataforma Continental do Mundo, por causa dos arquipélagos, e os estudos estão bem avançados no âmbito dessa matéria, sobretudo universitários. Como sabem, por direito marítimo internacional, a definição da plataforma continental tem que ser aprovada, ou seja, declarado que a lei está sendo bem aplicada, por uma comissão das Nações Unidas. Essa declaração estava prevista para 2013. Já foi adiada para 2015. Quando os interesses são muito importantes, o tempo é que cresce, o tempo da decisão. Não é a decisão que encurta o tempo, a decisão vê o tempo alargar. O que acontece é que a Comissão Europeia fez um projeto de definição do mar eu-

ropeu. Eu tive – a palavra apropriada é – a honra de fazer o discurso da nomeação do presidente da Comissão Europeia na então Universidade Técnica de Lisboa, hoje Universidade de Lisboa, como doutor *honoris causa*; discurssei depois das palavras que correspondem ao mérito do candidato que recebe o título, acrescentei: “já que agora”, e isso foi para dizer o seguinte: “já que agora o senhor está aqui, eu vou sugerir que não defina o mar europeu antes de as Nações Unidas reconhecerem as plataformas continentais”, principalmente a nossa que era a que me interessava mais, mas dos países do Atlântico e da CPLP. Se a definição do mar europeu for anterior ao reconhecimento da plataforma continental, eu me recorro imediatamente o ultimato de 1890 e do mapa cor-de-rosa, e começo a ver os países, desde a Estônia, Letônia, Lituânia até aqui embaixo, a ditarem regras sobre a plataforma continental.

E nós, que somos os reais membros da União Europeia, não queremos fazer doação daquilo que é nosso; queremos prestar serviços com aquilo que é nosso, que eu acredito que seja uma atitude de um país responsável, que deseja a paz, e que seja uma atitude própria do Brasil ser cooperante, contributivo, responsável, mas ser pacífico. É cultivando a paz que se consegue e que se deve obter esses resultados. Não tivemos até hoje nenhuma resposta sobre essa questão, e eu julgo que é de interesse não apenas de Portugal e do Brasil a definição final das Nações Unidas sobre a plataforma continental; é nossa obrigação ajudar os países da CPLP que estejam longe do Atlântico; sempre penso no fragilizado Timor para que ele tenha um ganho de voto na definição da sua plataforma continental, se isso for decidido nas Nações Unidas, porque a voz do grupo é uma voz com um poder maior do que se fosse apenas a de um país defendendo seus próprios interesses.

Por que, apesar de tudo, continuo com esta fé em que a discussão, o diálogo é ainda um recurso? Porque acredito que o poder da palavra na maioria das vezes vence a palavra do poder, e é isso que a CPLP pode fazer em favor de todos os seus países membros, não apenas de nós países atlânticos, este é um chamado de interesse desses países, e também um chamado à paz geral, pois é o mesmo espírito que tem que ser aplicado nas Malvinas, é com paz geral e respeito pelo interesse das pessoas que tem que se resolver essa questão, não da forma armada pela qual passamos. Eu considero isso hoje um problema essencial para o destino da CPLP, para que Portugal recupere uma posição de dignidade igual na comunidade das nações que tem sido afetada pela presença da troica, que felizmente se ausentou, mas deixou o espírito presente, no último dia 15 deste mês, e que tem feito diminuir a qualidade de vida de uma maneira severa dentro do nosso país com a enorme colaboração da população.

Recordo-me e terminarei com umas palavras de Sophia de Mello Breyner, a poetisa faz parte do nosso patrimônio comum. Eu a vi jovem deputada no tribunal político do plenário servindo de testemunha, ela tinha por volta de 30 anos, e quando se levantou para sair, a plateia se levantou para ela sair e a poetisa deixou estas palavras: “protestem sempre, reclamem sempre, não se resignem, mas mantenham a paz”. E para aliviar um pouco a tensão dos portugueses e dos brasileiros também, pois a questão também é vossa, digo que na verdade nossa senhora deveria estar na CPLP, pois ela falou em português, mas como até agora não tem tido tempo para fazer um milagre, vamos rezando à Santa Sophia, para ver se ela consegue resolver em paz essa situação. Eu creio que o primeiro passo de confiança já foi dado, pois já foi decidido que ela, que o que resta dela, seja posto no panteão nacional, e que a memória dela e a esperança do que ela disse nos anime nessa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós que agradecemos. Passo a palavra, depois do professor, político, Dr. Adriano José Alves Moreira, ao Marcus Henrique Paranaguá.

O SR. MARCUS HENRIQUE PARANAGUÁ – Muito obrigado. Bom dia a todos.

Sr. Senador, é com muita honra que compareço nesta Comissão de Relações Exteriores do Senado para discutir um pouco as questões relacionadas à plataforma continental, de acordo com a regras da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar. Eu gostaria de cumprimentar também o Prof. Dr. Adriano Moreira, que conheço muito de nome, Servi na Embaixada do Brasil em Portugal entre 2004 e 2007 e tive oportunidade de ler muito, muitos artigos, e conheci-o muito, de televisão, de colóquios e conferências. Portanto, é uma grande honra compor esta mesa hoje na Comissão de Relações Exteriores na presença de tão ilustre figura acadêmica e política portuguesa.

Cumprimento também o Prof. Vamireh Chacon, cumprimento o Embaixador da Guiné Equatorial, país que atualmente integra a CPLP como observador e cumprimento também o representante da Embaixada da Guiné-Bissau, também presente aqui hoje, que muito nos honra.

Como bem explicou o professor, eu gostaria, antes de abordar o tema da plataforma continental de acordo com o que está prescrito na Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, de fazer uma breve recordação do histórico dessa negociação não apenas no âmbito das Nações Unidas, mas dos fundamentos jurídicos históricos que culminaram na adoção da Convenção do Mar. E aqui peço vênias ao professor porque

onde há cardeais, padre não fala. Sendo o Prof. Adriano Moreira um especialista consumado e reconhecido na área, peço vênia para fazer algumas considerações de cunho histórico jurídico,

Como os senhores sabem, a navegação, o direito do mar têm uma longa tradição de discussões que vêm desde o final da Idade Média. E, por aí, temos as discussões no Século XVI, da Escola Jusnaturalista Peninsular, com grandes expoentes portugueses e espanhóis, que debatiam a navegação. O Tratado de Tordesilhas dividiu o mar atlântico entre as Coroas de Portugal e de Castela. Com isso, tendo como fundamento histórico, jurídico e filosófico, as postulações dessa Escola Jusnaturalista, de fundamentação transcendental, ou seja, de todos os aportes dados pelo cristianismo primitivo desde São Paulo, passando pela patrística, escolástica, São Tomás de Aquino, todas essas discussões foram muito debatidas durante o Século XVI bem como o foram a navegação, o mar aberto e o mar fechado.

Todos nós – e aqui temos alunos de universidade – já ouviram falar na famosa discussão entre o jurista Hugo Grotius e os que defendiam a Escola Peninsular Ibérica.

Aqui é importante ressaltar – para o professor ver que fiz o meu dever de casa, até Serafim de Freitas cheguei a consultar – o célebre debate entre Hugo Grotius, que defendia a livre navegação dos mares, tendo em vista o apresamento de um navio português no Oriente, o que gerou enormes protestos da Coroa portuguesa. Os holandeses, a fim de defender sua posição em favor da livre navegação dos mares, contrataram o jovem jurista Hugo Grotius, que belamente construiu a teoria do mar livre. Essas discussões todas são fundamentos das discussões posteriores sobre direito do mar e oceanos.

Há um historiador chamado Louis Henkin que afirma que o convívio entre as nações pode ser medido num movimento civilizatório da força para a diplomacia e da diplomacia para o direito, e do direito para as instituições. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar é, portanto, a culminância de um processo histórico, jurídico, filosófico sobre os espaços oceânicos entre os países.

Para fazer uma breve recordação do processo que culminou na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, essas discussões mais recentes do Século XX começaram já na época da Liga das Nações e posteriormente com as Nações Unidas, já em 1958. Em 1963, houve a tentativa de Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que não redundaram sucesso, não houve consenso. A partir de 1967, sobretudo com o discurso do representante de Malta na Assembleia Geral das Nações Unidas, começou-se também a elaborar o convencimento, na comunidade internacional, do conceito de patrimônio comum da humanidade, que também veio a ser encapsulado pelas prescrições da convenção.

Em 1973, dá-se início à 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, que durou nove anos. Muitas sessões foram realizadas. E, finalmente em 1982, foi adotada, em Kingston, na Jamaica, a Convenção de Montego Bay, que é o tratado internacional que corporifica, ou seja, que é a culminância de toda essa discussão histórica, política, filosófica, jurídica e que nos dá os conceitos com os quais trabalhamos hoje em política internacional em relação a oceanos e Direito do Mar. Ela estabelece, de acordo com suas prescrições, o regime jurídico, delimitação das áreas marinhas, o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental, às quais os estados costeiros possuem direitos soberanos, e o alto-mar.

O acordo, a Convenção do mar consagra ainda a definição dos recursos minerais dos fundos marinhos e oceânicos e o seu subsolo para além dos limites da jurisdição nacional como patrimônio comum da humanidade, de acordo com o discurso de 1967, do Embaixador de Malta na ONU, que formulou o conceito de patrimônio comum da humanidade.

E essa relação, esse conceito tem a ver com a extensão da plataforma continental porque, ao ampliar o limite da plataforma continental além das 200 milhas, o estado invade o espaço, digamos, apropria-se de parte do espaço que é da área internacional, portanto, patrimônio comum da humanidade. E, aí, há uma relação entre o art. 76, que prevê a plataforma continental, com o art. 82, que é uma questão – não é o caso de se discutir agora – acerca da qual se poderia, Senador, organizar um seminário para se discutir as implicações do art. 76 tendo em vista o art. 82, que prevê pagamento de *royalties* para a exploração de recursos não vivos para além da plataforma das 200 milhas.

O Brasil, com base nas prescrições do art. 76 da Convenção do Mar, iniciou, através do plano de levantamento da plataforma continental brasileira, instituído pelo Decreto nº 98.145, de 1989, sob coordenação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – e aqui quero reconhecer a presença de dois integrantes da CIRM, dois comandantes da CIRM que coordenam programas no âmbito daquela comissão – realizou o levantamento da plataforma continental brasileira, a fim de ampliar a jurisdição nacional sobre porções da plataforma continental além das 200 milhas previstas na Convenção do Mar, de acordo com o art. 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Em maio de 2004, o Brasil submeteu à Comissão de Limites da Plataforma Continental, que é um dos órgãos criados pela Convenção, junto com o Tribunal Internacional do Direito do Mar e Autoridade Internacional

dos Fundos Marinhos, em Nova York, a sua proposta de delimitação de área além das 200 milhas marítimas, a chamada plataforma continental estendida. Ela foi distribuída nas seguintes áreas: Região Norte, no Cone do Amazonas, na região da Cadeia Vitória Trindade, no meio do País, e na Região Sul. Essas foram as três áreas em que o Brasil apresentou o pleito de aumento da sua plataforma continental em 960 mil km².

A foz do Amazonas, a cadeia norte brasileira, a cadeia Vitória Trindade, como eu disse e a margem continental sul. A comissão não fez objeções em relação à grande parte do pleito brasileiro. O Brasil pleiteou o aumento em 960 mil km², e a comissão, nas suas recomendações, em 2007, respondeu, questionando algumas posições do Brasil em relação a 190 mil km² ou aproximadamente 19% da área pleiteada.

Tendo por base o art. 8º do Anexo II da Convenção, que afirma que se o país não estiver satisfeito com as recomendações da comissão, poderá fazer uma nova submissão ou uma submissão revista, revisada para a Comissão de Limites da Plataforma Continental.

Tendo por base o art. 8º do anexo II da Convenção, o Brasil decidiu preparar uma nova proposta revisada dos limites exteriores da sua plataforma continental de forma a responder às recomendações da CLPC (Comissão de Limites da Plataforma Continental) e, assim, assegurar a totalidade do pleito brasileiro.

Em dezembro de 2008, o Leplac iniciou nova fase de coleta de dados na margem continental brasileira a fim de garantir que todo o pleito brasileiro seja endossado pela comissão. Essa fase foi concluída em 2010. Agora, passou-se à fase de processamento e interpretação desses novos dados coletados. Aqui, quero destacar o grande trabalho realizado pela Marinha do Brasil, pelo GT de que participam os técnicos da Marinha, os oficiais da Marinha, representantes da comunidade acadêmica brasileira. E, nessa segunda fase, há participação de empresas privadas também na elaboração dessa proposta revisada na qual o Brasil trabalha atualmente.

Em setembro último, a subcomissão para o Leplac, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, decidiu pela submissão parcial da proposta brasileira, da proposta revisada brasileira. Os senhores se recordam, temos três porções do nosso pleito de extensão da plataforma continental: Região Norte, no meio do País e na Região Sul. Tomamos a decisão de apresentar, de dividir a proposta realizada em três e realizar, num primeiro momento, os pleitos da Região Sul, dividindo-a em três áreas: sul, equatorial e leste, cada uma compondo uma submissão parcial.

Estamos trabalhando, no momento, nessa parte sul, que deverá ser a primeira área a ser submetida, a previsão é que ela seja finalizada ainda este ano. Não quero aqui dar datas, para não gerar expectativa, mas, em princípio, estima-se que seria possível, até o final do ano, concluir essa parte, a parte sul da submissão brasileira. A partir daí, portanto, será elaborada uma apresentação juntando os dados técnicos todos de morfologia, de batimetria, de todos aqueles dados que precisamos apresentar à comissão para que ela chancel o nosso pleito.

Além disso, será preparada e coordenada pelo Itamaraty a apresentação da parte política da submissão a fim de que possamos garantir a totalidade do pleito brasileiro junto à Comissão. O relatório da submissão, incluindo os aspectos políticos, legais e técnicos, como eu disse, era produzido por um grupo de trabalho coordenado pelo Itamaraty, e composto pelos Ministério de Minas e Energia, pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha, pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e pelo perito brasileiro na Comissão de Limites da Plataforma Continental e por peritos *ad hoc*. O atual perito brasileiro na Comissão é o Almirante Ribas, que foi eleito recentemente na reunião dos Estados Partes, há dois anos. Ele é o nosso representante na Comissão de Limites da Plataforma Continental, que é composta por 21 peritos, tendo por base o critério de distribuição geográfica. Essa Comissão se reúne em Nova Iorque três vezes por ano: durante o inverno, três semanas; depois, no verão; e depois, no outono, mais três semanas, porque a carga de trabalho da Comissão...

Inicialmente ela se reunia em menos sessões, mas tendo em vista o número crescente – atualmente são 73 submissões encaminhadas pelos países de extensão da plataforma continental além das duzentas milhas – foi necessário se tomar uma decisão de aumentar o tempo de trabalho dos peritos em Nova York, a fim de poder minimamente dar cabo desse trabalho, que é crescente, muito técnico e, em alguns casos, pode levar anos.

Há algumas submissões que podem ser feitas em um período de três sessões. Portanto, em um ano de análise da subcomissão e depois encaminhamento da comissão, pode ser equacionado, resolvido em um ano. Há casos de países que, desde 1995, se encontram sob análise da subcomissão e da Comissão de Limites.

Portanto, é um projeto de longo prazo. São 73 países que submeteram o pedido de extensão da plataforma continental. Então, levará muito tempo até que tudo isso esteja concluído e que essas fronteiras marítimas estejam definidas de acordo com as regras da Convenção.

O Brasil foi o segundo País a apresentar a sua proposta de extensão da plataforma continental, em 2004, como eu disse, logo após a federação russa. Portanto, o Brasil tem uma *expertise*, já adquiriu conhecimentos técnicos não só pelo trabalho primoroso que tem sido feito sempre pela Marinha e pelos pesquisadores tanto oficiais como civis – os membros da comunidade acadêmica, como eu disse – mas por empresas privadas

também, que deram e têm dado ao Brasil uma *expertise* na área da capacitação e formação de capacidades para coletar, interpretar e preparar essas submissões, que são de caráter muito técnico e são analisadas pela comissão, em Nova York. Por isso, o Brasil adquiriu...

Também pela tradição que o Brasil já tinha e tem nas discussões sobre o direito do mar, sempre o País procurou... Desde as primeiras convenções, as primeiras reuniões que redundaram na Convenção sobre o Direito do Mar, o Brasil sempre teve uma participação muito ativa, tanto político-diplomática como jurídico-técnica, e isso deu ao Brasil, no âmbito das Nações Unidas, certo protagonismo; e mais até do que protagonismo, uma certa responsabilidade nas discussões sobre direito do mar. Tanto é que durante muito tempo o Brasil, por intermédio de um Embaixador brasileiro já aposentado, coordenou as consultas para a Resolução Omnibus de Oceanos e Direito do Mar. Portanto, o Brasil tem credenciais na área de oceanos e direitos do mar, credenciais diplomáticas, políticas – como eu disse – e também técnicas.

Com relação à extensão da plataforma continental dos países da comunidade CPLP, até o momento, de acordo com a pesquisa realizada há dois dias, no *site* da Doalos (Divisão das Nações Unidas para Assuntos do Oceano e Direito do Mar), apenas Brasil, Portugal, Angola e Moçambique apresentaram o seu pleito de extensão. Com exceção do Timor Leste, os demais países da CPLP, portanto, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe não apresentaram, até o momento... Apresentaram porque havia um prazo estipulado pela Convenção segundo o qual em dez anos a partir do momento em que entrasse em vigor, estes países teriam de apresentar o seu pleito de extensão da plataforma além das duzentas milhas. Como muitos países, por ocasião da 11ª Reunião dos Estados-Partes em 2001, muitos países – e foi uma discussão muito importante naquele momento – reivindicavam um alargamento do prazo tendo em vista dificuldades técnicas de montar um pleito de extensão da sua plataforma. Naquela ocasião, decidiu-se pelo alargamento do prazo, ou seja, foi concedido que os países pudessem apresentar ainda que informações iniciais sobre o pleito que submeteriam posteriormente à Comissão. Essa reivindicação foi acolhida na decisão dos Estados-Partes, em 2001, dando portanto até 2009 para que os países apresentassem, ainda que inicialmente, e manifestassem, junto ao secretariado, o seu desejo de apresentar o pleito de extensão da plataforma.

Com isso, os países São Tomé, Cabo Verde e os demais, com exceção do Timor Leste, apresentaram suas considerações iniciais a fim de cumprir o prazo determinado pela Convenção.

O trabalho, como eu disse, de coleta dos dados, de preparação técnica, de análise de todos esses dados, a fim de comprovar... Porque, como os senhores sabem, o art. 76 da Convenção prevê a possibilidade de extensão da plataforma. De acordo com as regras da Comissão, temos as doze milhas das águas do mar territorial, depois há mais doze milhas de uma zona contígua. A partir daí, começa a zona econômica exclusiva até as 200 milhas, onde o País tem direitos absolutos sobre o solo, o subsolo e sobre a coluna de água sobre os recursos vivos e não vivos.

A plataforma continental, a extensão da plataforma continental, a possibilidade de extensão da plataforma continental consubstanciada no art. 76 dá aos países a possibilidade de ter o direito, porque a plataforma é de direito dos países *ab initio et de jure*, ou seja, é direito ainda de quem não seja signatário da Convenção, como é o caso do Timor Leste.

Os Estados Unidos não são signatários da Convenção do Mar e em 1943, se não me engano, houve uma proclamação do governo americano decretando os limites da sua plataforma continental. Ou seja, como eu disse, essas discussões vêm ao longo de muito tempo e culminaram na adoção dessas regras atuais da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Mas alguns países – como eu disse, os Estados Unidos – que não assinaram até hoje a Convenção, por proclamação do governo americano, delimitaram a sua plataforma continental. É uma *de jure* e *ab initio*.

Para os países que ainda não fizeram o pleito de extensão da plataforma continental de acordo com as regras do art. 76... E aqui é um tema absolutamente técnico e eu, por mais que já tenha lido tantas e tantas vezes sobre esse artigo e estudado sobre o assunto, muitas vezes ainda me confundo com as regras que o art. 76 cria. Daí a necessidade de um corpo técnico-jurídico preparado para montar a submissão desses países.

O Brasil, como eu disse, Senador, já tem *expertise* no assunto, tendo já ajudado Angola e Namíbia na elaboração do seu pleito de extensão da plataforma continental. É um processo que demanda recursos humanos de grande densidade; recursos econômico-financeiros, porque não é barato fazer uma coleta de dados, pois são muitas horas de navios e de pesquisa oceânica e de coleta de dados. Isso leva muito tempo e custa bastante dinheiro.

Alguns países podem sentir a necessidade de cooperação dos países maiores para a elaboração do pleito junto à Comissão. O Brasil tem, sim, capacidade para isso. Já participou da elaboração do pleito de Angola e da Namíbia, mas imagino que, tendo em vista os custos de elaboração de uma proposta dos demais países da Comissão, isso teria que ser muito bem analisado sobre como o Brasil poderia ajudar.

Por ocasião da Reunião dos Ministros do Mar ocorrido em Oeiras, em Portugal, em 2010, o Brasil ofereceu aos países da CPLP a possibilidade de uma cooperação inicial, levando os técnicos daqueles países a conhecerem a DHN e o Programa Leplac, para que eles pudessem começar a tomar consciência do desafio que terão pela frente.

A cooperação brasileira continua de pé. O Brasil está disposto e segue firme, tendo em vista não apenas o que prescreve a Convenção do Mar, mas também a sua decisão política de cooperação entre os países. Não só os países de língua portuguesa, mas também os países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Ou seja, o Brasil pode cooperar com os países de língua portuguesa, mas, como eu disse, em razão dos elevados custos, teria de ser feito em bases comerciais, provavelmente, porque os custos são muito altos.

Na proposta que apresentamos, em 2004, só para os senhores terem uma ideia, os custos estimados – e aqui são estimados – nessa primeira fase em que participaram a Marinha, técnicos das universidades e a Petrobras, eram de R\$40 milhões para a primeira fase do nosso plano de levantamento. Na segunda fase, que está no momento em processo, os custos são ainda maiores, tendo em vista a necessidade de o Brasil garantir os 19% daquela área de 160 mil km² que pleiteamos da plataforma continental estendida.

Assim é que, para concluir, gostaria de dizer da importância desse assunto, para o Brasil, da plataforma continental, nossa zona econômica exclusiva. E, com a possibilidade de que o nosso pleito seja atendido na totalidade, cumprimento aqui o Senador Wellington Dias, ilustre amigo, conterrâneo. É um prazer tê-lo aqui.

A possibilidade de extensão da nossa plataforma além das 200 milhas, que já é a garantia que nos dá a Convenção sobre o Direito do Mar, estenderá o território brasileiro e todos os recursos, na área da zona econômica exclusiva, vivos e não vivos, e na área da plataforma estendida, dos recursos não vivos, a uma área... O Brasil tem um território de 8,5 milhões de km². Com a zona econômica exclusiva a nossa plataforma continental de 200 milhas e mais a extensão da nossa plataforma, nós incorporaremos – se a Comissão de Limites da Plataforma Continental, em Nova York, atender à totalidade do nosso pleito – mais de 50% do que nós temos hoje. Ou seja, o que isso representa em termos de biodiversidade, recursos minerais, exploração de petróleo é de uma importância fundamental. Daí o engajamento de todos os Ministérios na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, como eu disse, e na importância que confere o Estado brasileiro a esses programas e a esse pleito brasileiro...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCUS HENRIQUE PARANAGUÁ – ... na Comissão de Limites da Plataforma Continental, a fim de garantir às gerações futuras do nosso País um patrimônio riquíssimo em biodiversidade e em recursos minerais e a presença brasileira no Atlântico Sul como um todo. Incorporar em área mais da metade do que já temos hoje é um desafio enorme e uma possibilidade magnífica para o Brasil.

Por isso o Itamaraty, juntamente com os outros Ministérios e com a Marinha do Brasil, tem trabalhado com afinco para que a nossa proposta de extensão da nossa plataforma seja reconhecida na sua totalidade pela Comissão de Limites da Plataforma Continental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Nós terminamos as duas apresentações. Temos uma pergunta vinda pela Internet e dois Senadores. Quero saber se algum quer usar a palavra. E deixarei para fazer a pergunta que veio de fora depois.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, saudando aqui o Prof. Vamireh Chacon; saudando aqui o Dr. Adriano José Moreira; e V. Ex^a, pois é um prazer muito grande cumprimentá-lo.

Quero apenas dizer do orgulho de todos nós piauienses e brasileiros pelo trabalho desenvolvido pelo Dr. Marcos Henrique Paranaguá, da região sul do Estado do Piauí, e tem dados grandes contribuições também ao nosso Estado e ao Brasil. Com certeza, esse trabalho feito, próprio da diplomacia e com a sua habilidade, aqui o que nós queremos é apenas manifestar não só a torcida, mas também o empenho e o apoio, para que tenhamos êxito nos propósitos aqui relatados.

Basicamente, Presidente, eu queria fazer esta saudação e dizer da alegria de recebê-lo aqui, no Senado, na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Caro Presidente, Senador Cristovam Buarque, cumprimento-o pela iniciativa de propor que o Prof. Adriano José Alves Moreira, a quem cumprimento, tenha vindo dar a sua contribuição.

O Presidente Cristovam Buarque nos transmitiu que o senhor veio aqui trazer esse depoimento tão significativo. Nascido em 1922, aos 92 anos, teve a disposição de viajar de Portugal para o Brasil e trazer esse depoi-

mento. Eu acho que isso é muito significativo. Quero cumprimentá-lo só por este ato generoso para conosco aqui, no Senado Federal, e para como Brasil.

Cumprimento também o Primeiro-Secretário da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, do Ministério das Relações Exteriores, Marcus Henrique Paranaguá, e o caro Professor Vamireh Chacon, que, acredito, vai poder colaborar conosco.

Mas eu tenho algumas indagações, porque estou muito aprendendo com os senhores, que têm se preocupado com o assunto, sobre o qual eu não tenho tanta familiaridade. Então, estamos aqui aprendendo.

Prof. Adriano Alves Moreira, eu gostaria, primeiro, que fizesse a gentileza de repetir o nome da professora, intelectual de tamanho significado, cujas palavras o senhor citou. Mas eu vou pedir a atenção de repetir o nome dela e as palavras que aqui mencionou, que me pareceram de grande significado. Peço que fale mais perto do microfone, para que eu compreenda melhor. Eu achei tão interessante, mas acho que eu perdi um pouco do sentido e percebi o grande significado que quis dar a ela.

O senhor mencionou que a comunidade de povos de Língua Portuguesa devem desenvolver um interesse muito grande, sobretudo pela riqueza extraordinária que temos nos oceanos, em especial, o Atlântico. O Timor Leste, por exemplo, está no Pacífico – South Pacific ou Pacífico do Sul. Eu já tive a oportunidade, até convidado pelo Presidente José Ramos Horta, de fazer uma visita ao Timor Leste. E, na oportunidade, por volta de 2008, estava ali se falando justamente da possibilidade de o Timor Leste, recém-independente, ter os direitos de exploração, digamos, do petróleo, logo em frente. Então, acho que é muito importante que possa o Timor Leste ter a possibilidade de usufruir dos recursos do mar que está em torno do seu território. Isto é mais do que de bom senso. Todavia, eu agradeceria se puder nos informar como é que o Timor Leste está desenvolvendo a exploração do petróleo e de outros eventuais recursos e como conseguiu estabelecer isso, uma vez que, até há pouco, estava sob domínio da Indonésia, tendo conquistado a sua independência apenas há pouco; e se, efetivamente, está conseguindo usufruir dessa riqueza e se, porventura, ali se estabeleceu o limite das 200 milhas, ou mais, já que está relativamente próxima da Indonésia e também de outros países. E em que medida ela está assegurando?

O senhor nos colocou aqui a importância de sermos solidários, como povos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, ao Timor Leste, para que ele tenha esse direito de bem usufruir da riqueza marítima de que dispõe em seu litoral.

Gostaria, ainda, de lhe perguntar que países, na sua avaliação, tiveram as melhores experiências na utilização da riqueza marítima. Eu também gostaria que o 1º Secretário Marcos Henrique, também, pudesse responder a essa pergunta: que países entre aqueles da Comunidade de Países de Língua Portuguesa desenvolveram muito bem a capacidade exploratória dos recursos do mar? Há exemplos, como possivelmente da Noruega e de outros países, como os Estados Unidos, de elevado grau de utilização das riquezas marítimas e que podem nos servir de exemplo?

Primeiramente, o Secretário Marcos Henrique nos disse de como o Brasil vem se empenhando – e esta me parece uma das suas principais atribuições – para estender os limites dos seus direitos de exploração para além das 200 milhas náuticas; e mencionou que há a possibilidade de se estender esse limite para, pelo menos, 50% a mais. Assim, agradeço se puder nos informar se esses 50% mais significam mais 100 milhas ou o que exatamente. E, ainda, se puder nos informar: no caso do Brasil, que, por exemplo, nesta última década, conseguiu desenvolver a capacidade exploratória e até encontrou a camada petrolífera do pré-sal, em que limite se deu exatamente isso? Dentro das 200 milhas? E foi detectado, por ventura, por parte da Petrobras ou demais empresas petrolíferas, que, se forem um pouco além disso, haverá recursos petrolíferos muito significativos que poderão, portanto, ser objeto de exploração? E com quem o Brasil estaria, eventualmente, disputando esse direito, uma vez que são águas internacionais? E em benefício de quem? Do Planeta Terra? Em algum momento, o Prof. Adriano mencionou que falou do direito de todos os povos do Planeta Terra de usufruírem da riqueza existente no Planeta e não apenas os povos de uma nação. Será a riqueza que poderemos encontrar nos mares, nos oceanos poderão um dia significar que todos os habitantes do Planeta Terra poderão usufruir melhor, pelo menos igualmente, dessa riqueza comum?

O senhor conhece algum exemplo de nação que já fez isso? Eu conheço um bom exemplo. O Senador Cristovam sabe que, às vezes, conto, mas estive no Alasca, em 1995, só por sete dias estudar e perguntar a respeito e, desde então, venho estudando esse exemplo. Em 2012, saíram três livros, que divulgam como o Alasca pode servir de exemplo para todos os demais países.

Permita-me contar-lhe brevemente a história. Acho que o Marcus Henrique Paranaguá já conhece. Já esteve lá?

O SR. MARCUS HENRIQUE PARANAGUÁ – No Alasca? Não.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas conhece o que lá existe sobre a exploração?

Na verdade, o prefeito de uma pequena vila de pescadores, no início dos anos 60, observou que, de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca, mas muitos eram pobres. Então, eu disse a ele: vamos criar um imposto de 3% sobre o valor da pesca para instituir um fundo que a todos pertencerá. Mas impôs-se uma enorme resistência.

Demorou cinco anos para persuadir a comunidade. Uma vez instituído, foi tão bem-sucedido que, dez anos depois, se tornou governador, aquele ex-prefeito de Bristol Bay, Governador Jay Hammond, que, ao final dos anos sessenta, descobriu enorme reserva petrolífera na Baía de Prudhoe, como encontramos recentemente na camada pré-sal do Atlântico.

Em 1976, ele disse aos seus 300 mil concidadãos, que hoje são mais de 700 mil “Nós precisamos pensar não apenas nesta geração, mas na futura. O petróleo e outros recursos naturais não são renováveis. Vamos separar uma parcela dos royalties para instituir um fundo que a todos pertencerá.” Quis que todos debatessem e votassem. Setenta e seis mil disseram “sim” e 38 mil disseram “não”. Aqueles recursos, então, passaram a ser investidos em títulos de renda fixa, US Bond, ações de empresas do Alasca, de forma a contribuir para diversificar sua economia, dos EUA, internacionais.

Na última observação que fiz do Fundo Permanente do Alasca, havia ali ações de 87 empresas brasileiras das mais rentáveis, como a própria Petrobras, a Vale do Rio Doce, o Itaú e o Bradesco, o que significa que nós, brasileiros, contribuímos para que isso funcione lá, e empreendimentos imobiliários. O valor do Fundo Permanente do Alasca evoluiu de aproximadamente US\$1 bilhão, no início dos anos oitenta, para US\$51 bilhões hoje.

Cada pessoa residente no Alasca – se o Prof. Adriano José Alves Moreira estivesse ali residindo desde os anos oitenta, preencheria um formulário de apenas uma página, entre 1ª de janeiro e 31 de março, em que diria: “sou Adriano José Alves Moreira, moro em tal endereço, trabalho em tal lugar.” Não precisa dizer qual a sua remuneração nem seu patrimônio acumulado, porque é igual para todos, de qualquer idade.

A única exigência é dizer “estou aqui residindo há um ano ou mais, se viajei até o Brasil, foi por este motivo, ou seja, fui convidado pelo Senador Cristovam, mas estou aqui de volta” – se isso já existisse em Portugal. Duas pessoas que o conheçam bem testemunhariam, dizendo: esta declaração é verdadeira, responde por suas crianças até 18 anos, por elas receberem. Se lá estivesse residindo, então, no início dos anos 80 teria recebido 300, depois 400, 500 por ano.

Em 2008, ano em que o preço do petróleo foi lá para cima, foi o ano em que maior dividendo se pagou, por acaso, o último ano da então Governadora Sarah Palin, uma senhora conservadora, que foi candidata a vice do John McCain quando concorreu Barack Obama. Exatamente no último ano, ela até acrescentou na receita do orçamento do Alasca mais US\$1,2 mil, e o pagamento foi de US\$3,269 mil por pessoa a todos os seus habitantes. Isso começou no início dos anos oitenta.

O senhor sabe qual foi a consequência? O Alasca, em 1980, quando começou, ou melhor, pouco antes de começar, tinha o mais alto Coeficiente Gini de desigualdade dos 50 estados norte-americanos. Trinta anos depois, segundo os dados de 2012 que tenho, o Coeficiente Gini dos Estados Unidos está em 0,47, mais baixo que o nosso, que é de 0,51. O Coeficiente Gini do Distrito de Columbia, onde fica Washington DC é de 0,533, o mais alto dos Estados Unidos, mais alto que o nosso agora. No Alasca é de 0,40, o mais baixo de todos os Estados americanos.

Do ponto de vista de uma nação que queira caminhar na direção de maior equidade e justiça, o exemplo foi altamente positivo. Considera-se suicídio político até para Sarah Palin, para qualquer liderança no Alasca, propor o fim desse sistema.

Conto essa história porque, afinal, na Baía de Prudhoe, um mar interno do Alasca, foi de onde se achou a riqueza tão significativa que propiciou essa experiência. Nós, agora, definimos que boa parte da riqueza do petróleo será destinada, sobretudo, à educação e saúde. Acho que, de alguma forma, deveremos também considerar que de alguma riqueza gerada no País um dia vamos ter algo como o Alasca tem feito, ou seja, uma renda suficiente para atender a todas as necessidades vitais de todos e incondicionalmente para todos os 201 milhões de brasileiros e brasileiras, inclusive para os estrangeiros aqui residentes, algo que Portugal poderá também fazer e todos os membros da comunidade dos povos de língua portuguesa. Acho que é um bom exemplo.

Então, ficam essas ponderações, Senador Cristovam Buarque. Muito obrigado pela oportunidade de estarmos aprendendo mais com essas brilhantes pessoas que V. Exª convidou.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós que agradecemos, Senador Suplicy, sua presença, sua fala.

Antes de passar a palavra para os dois – eu me reservarei para falar depois –, quero fazer a pergunta que foi feita por uma senhora, a Ana Flávia Smith Weiss Baranski. A pergunta é: e um plano de contingência para um

país apoiar o outro caso ocorra um desastre ambiental, vocês levam em conta nessa análise? Essa é a pergunta dela. Ela começa dizendo: “vocês falaram em exploração, e pergunto: a existência de um plano de contingência para um país apoiar o outro caso ocorra um desastre ambiental. O que vocês acham disso?” Acho que a pergunta é muito oportuna sobretudo porque vamos correr riscos de desastres ambientais com a exploração do pré-sal. Pode não acontecer nada, mas sempre é um risco. Então, fica essa pergunta.

Eu passo a palavra primeiro ao Secretário Marcus Henrique Paranaguá.

O SR. MARCUS HENRIQUE PARANAGUÁ – Muito obrigado, Sr. Senador. O Senador Suplicy comentou e fez uma pergunta relacionada aos países da CPLP no sentido de que quais deles já desenvolveriam capacidades exploratórias dos recursos marítimos. Foi isso?

Nós sabemos que a Angola é um país muito rico, tem grande quantidade de minérios e é um país com grande potencial na área de petróleo. Do Brasil não precisamos falar, sabemos do potencial do Brasil como segundo da América do Sul na exploração e em tamanho de depósitos de petróleo.

Gostaria também de mencionar que as áreas onde estão localizados hoje os poços, a área do pré-sal, os poços e a área Tupi, todos aqueles, estão dentro das nossas 200 milhas. Ou seja, já estão garantidas pela Convenção do Direito Mar como sendo de soberania brasileira. Portanto, acredita-se que seja possível que além das 200 milhas, naquela região possa haver também outros poços para exploração de petróleo, consequentemente, caso a Comissão de Limites da Plataforma Continental aceite nosso pleito de extensão, o Brasil poderá se beneficiar desses recursos abundantes naquela região. Sabemos também que Cabo Verde teve ou está tendo o seu pleito de extensão da plataforma continental ajudado por países europeus. A Noruega aportou uma quantidade de recursos para um fundo – um Trust Fund –, provavelmente oriundos dos recursos abundantes que eles têm na área de petróleo, para ajudar países em desenvolvimento a montarem, elaborarem suas propostas de extensão da Plataforma junto à Comissão da ONU. Cabo Verde é um dos países que se beneficia dessa cooperação norueguesa.

O senhor comentou sobre o pré-sal. No Brasil – que é essa região onde estão os nossos poços, que fique bem claro para todo mundo – os poços do pré-sal estão dentro das 200 milhas. Ou seja, o Brasil poderá se beneficiar de novas descobertas naquela região que, até o momento, é área internacional. Porque, a partir do momento em que a Comissão fizer as suas recomendações finais, o Brasil depositará junto ao secretariado da ONU os seus limites definitivos de extensão da sua plataforma estendida. E a partir daí – como eu disse, vale a pena recordar um pouco, porque é um ponto muito interessante dessa discussão – a possibilidade de extensão da plataforma continental, por ocasião da Terceira Conferência das Nações Unidas, gerou a necessidade de – como eu disse, tendo em vista o discurso e a defesa da tese do patrimônio comum da humanidade levantado primeiramente pelo Embaixador de Malta, em 1967, que redundou no conceito de patrimônio comum da humanidade da área internacional, ou seja, tudo que está além das 200 milhas é área internacional – no momento em que os países podem, de acordo com a Convenção, segundo o art. 76, ampliar as 200 milhas a que têm já direito para 350 milhas, eles têm a obrigação, de acordo com o art. 82, de pagamento de *royalties*, porque eles estão – digamos assim – entrando numa área que originalmente deveria ser patrimônio comum da humanidade. Então, ao entrar, ao se apropriar de recursos como o petróleo, por exemplo, na área além das 200 milhas, eles incorrem – e aí foi o *trade-off*, a moeda de troca – para aprovação da possibilidade de extensão da plataforma, foi a compensação por meio dos *royalties* prevista no art. 82, porque essa área, como os senhores sabem, é área internacional.

A implementação desse art. 82 ainda não aconteceu. Há uma discussão no âmbito da Isba (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos), que é – como eu disse – o organismo criado pela Convenção para administrar os fundos internacionais na área internacional. Há uma discussão sobre a implementação desse art. 82, é uma discussão longa, lenta, complicada, porque há muitas implicações do ponto de vista técnico, jurídico, político e diplomático. Ou seja, pode levar muito tempo até que se chegue a implementar definitivamente o art. 82.

Eu tive a honra de participar em 2012 de um seminário em Pequim, organizado pela Isba, justamente para discutir, o primeiro já havia acontecido em Blair House, alguns anos antes, que redundou num relatório muito completo, que está à disposição no *site* da Autoridade dos Fundos Marinhos.

Eu participei, em 2012, de uma segunda reunião, de um segundo colóquio, uma conferência, na qual estiveram presentes peritos da Comissão, membros de universidades, especialistas em Direito Internacional, especialistas em Geologia, Geomorfologia, batimetria. Todas essas questões são discutidas e a dificuldade de se implementar o art. 82.

Algumas pessoas chegam a dizer que o art. 82 foi aprovado como moeda de troca pela extensão da plataforma, mas que não se tinha intenção de implementá-lo jamais, porque é muito difícil prever pagamento de *royalties* a partir do quinto ano de exploração, chegando até a um limite de 7% da exploração. Esses recursos... Teriam que ser pagas contribuições por intermédio da autoridade internacional dos fundos marinhos. Ou seja

é uma discussão muito complexa, por isso que até hoje não se logrou implementar as prescrições do art. 82, que prevê esse pagamento de *royalty* além das 200 milhas náuticas.

Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O Professor Doutor Adriano.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Sr. Presidente, em primeiro lugar vou recordar o nome: Sophia de Mello Breyner.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Foi, provavelmente, a melhor poetisa portuguesa do século passado e vai entrar no Panteão Nacional por causa dessas declarações.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sophia Breyner.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA – Sophia Breyner.

Ela deixou, por outras palavras mais poéticas do que as minhas, este conselho ao povo: resistir sempre, reclamar sempre, respeitar a paz sempre. Essa foi a mensagem da Sophia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Bonita.

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA (*Tradução por profissional habilitado.*) – Começando pela pergunta sobre Timor, eu queria dizer o seguinte: eu sou muito pessimista sobre a ordem internacional. Eu gostaria de morrer mais tranquilo quanto ao mundo e com uma fé inabalável quanto ao além, mas são circunstâncias tais as que vivemos que esses dois valores e ambições estão postos em caos.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que, também formado em Direito, como seu conselheiro e brilhante expositor das regras que estão em vigor, a minha confiança no Direito tem diminuído. Eu penso que o grande problema da Terra, da humanidade, é descobrir o paradigma comum do comportamento dos povos e nós não descobrimos o paradigma comum. E enquanto não descobirmos o paradigma comum a que se entrega – por exemplo, o Prof. Küng, tão audaz que até o João Paulo II o proibiu de dar aulas – enquanto não descobirmos o paradigma comum, o Direito é um instrumento condicionado para o poder. É a nossa dificuldade em que vivemos. E é por isso que, por exemplo, a União Europeia, que dá tantos passos e deu tantos passos na definição da cidadania europeia, não está afeita, é muito difícil. E o interesse comum da humanidade exige um conceito paradigma comum, cidadão do mundo e também não está afeito, não está em contrato. Verifica-se mesmo uma coisa em relação ao sistema jurídico que está em vigor e, por isso mesmo as intervenções e convenções que vamos fazendo no fundo é a receita base para a reconciliação dos interesses dos agentes daquela nação, nunca ao paradigma comum da humanidade, este nunca está em causa.

E até acontece de muitas vezes esquecermos os grandes textos que presidem a nossa vida: a carta das Nações Unidas, a declaração de direitos foram escritos por nós ocidentais, pelos dominadores do mundo, não foram escritos pelos povos que começaram a entrar nas Nações Unidas após o fim da colonização. E os juristas sabem, mas não reconhecem, e os teólogos também sabem, mas estes reconhecem sem silêncio uns aos outros, que as palavras mudam de sentido com sua ampla leitura, o paradigma cultural, o interesse mais importante e etc. E uma das questões que acredito que seja fundamental nestes temas, incluindo o petróleo, que todos estamos sempre a pensar com taxas, sem taxas são recursos não renováveis da humanidade, e aquilo de que precisamos, portanto, é de um plano de contingência para mudar a vida e não persistir na discussão de como é que continuamos a exercer os mesmos instrumentos até agora. Eu recorde de alguns analistas, sobretudo franceses, que começaram a discutir se o Estado é invenção que ainda serve para governar o mundo; estão completamente perplexos com esta situação. Eu penso que é nisso que vivemos, e que as grandes potências como os Estados Unidos dão frequentemente o exemplo de que atendem mais a realidade, o direito instrumental, do que ao paradigma comum da terra como habitação do homem.

Eu me recorde sempre que, quem lançou o projeto do patrimônio imaterial da humanidade, foi a UNESCO, mas quando a UNESCO, em meados do século passado, entendeu que o norte do mundo, embora descolonizasse, continuava rico, afluente, consumista e dominava o sul porque dominava os meios de comunicação, apresentou um projeto de reforma dos meios de comunicação. Os Estados Unidos haviam mandado uma embaixadora, aliás, lindíssima, vestida à moda de tudo o Vento Levou, com uma *//...//* que lhe ficava a matar para nos dar esta comunicação: “os Estados Unidos não podem estar em um lugar onde quem decide não paga e quem paga não decide”, e foi embora com a sua participação. E no ano passado tomou essa mesma atitude. De modo que eu acho extraordinário que nós continuemos a discutir não é como é que subsiste a Terra, e sim quanto é que nos falta para acabarmos com a Terra, é isso que andamos a fazer nesses acordos.

O plano de contingência é absolutamente indispensável, fundamental, e estamos longe de conseguir-lo, com certeza. E disso é vítima o pobre Timor, ele é o exemplo da nossa debilidade do ponto de vista ético, do ponto de vista dos valores, porque em uma mesma geração foi vítima de dois genocídios. Na guerra de

1939/45, Timor foi invadido por japoneses; onde houvesse dois tijolos, um em cima do outro, eles derrubavam, e mataram 200 mil pessoas. Aquele povo foi de tal resistência, e as mulheres compreenderam isso. Ao fim de dois ou três anos de ocupação, quando finalmente as forças portuguesas conseguiram desembarcar em Timor, não havia um único descendente de japoneses, vejam o que aquele povo sofreu. Logo em seguida, vem a invasão da Indonésia, que foi terrível, e o povo naquele momento passou muitos anos sem qualquer instrução, “desescolarização”, e, por isso, a definição da língua portuguesa como fator de identidade do povo em favor do ex-inimigo e da vizinha Austrália, que é a principal concorrente, é um dos problemas graves de Timor. Pura e simplesmente na escola primária, no ensino primário, ler e escrever iria aprender a língua incluindo os valores dos invasores, porque a língua tem isso, ela por vezes é submissa, e, portanto vai-se submeter também.

Timor tem recebido o apoio de todos os países de língua portuguesa, são todos solidários com Timor. Seus heróis são considerados por Portugal como heróis nacionais, eles são tratados dessa maneira, e tem uma participação no petróleo, porém injusta, é uma participação menor em face dos interesses da Austrália, que faz pressão no sentido de que a língua seja inglesa e eles não querem. Eles resistem a isso. O movimento a favor de Timor em todos os países de língua portuguesa, sobretudo em Portugal naturalmente, é muito intenso, e eu próprio tive a honra, com a ajuda dos deuses, de inverter a atitude das Nações Unidas em relação ao Timor, porque a invasão era considerada um conflito entre Indonésia e Portugal, e eu fui eleito, nessa ocasião, presidente da Comissão Especial para Timor no Parlamento. E lendo os dossiês, cheguei à conclusão de que Portugal não tem nenhum conflito com a Indonésia, porque Portugal proclamou a independência de todas as colônias. O conflito é entre a Indonésia e as Nações Unidas. Nós estamos representando os interesses da comunidade internacional.

Fui chamado ao conselho de Estado para explicar esse ponto de vista e encarregado de ir à comissão explicar esses vários pontos de vista e a situação atroz a partir deste momento. A comunidade internacional está conosco, não é entre colonizador e colonizado porque já são independentes. De qualquer modo, é um estado minúsculo, com enormes carências em todos os aspectos e que precisa de muita solidariedade da CPLP; é indiscutível que seja um dos casos em que a nossa solidariedade e da CPLP seja absolutamente indispensável para aquele estado, que espero que consiga. Temos dado todas as honras ao chefe de Estado e ao primeiro-ministro, há voluntários prestando serviços. Em Timor há muitos voluntários que vão dar assistência, porém existe um longo caminho a percorrer, para adquirir o seu respeito e a dignidade do homem.

Outra coisa que os poderes abusam é não ratificar as convenções, apesar de continuar utilizando os instrumentos antigos que foram inventados para o interesse de cada estado. Por exemplo, os Estados Unidos nunca ratificaram a Convenção para a Proteção das Crianças. Por quê? Por que os cães de guerra conseguiram estabelecer legitimidade das empresas de segurança privada? Porque, quando morrem em combate, não aparecem nas estatísticas, vão para casa dentro de um saco plástico e a família aceita isso, é o que está acontecendo no Iraque, é o que acontece no Afeganistão, na África, onde os cães de guerra ganham a vida fazendo suas intervenções, e as crianças morrem aos milhares. Quer dizer que nós, a meu ver, já alcançamos um grande progresso em termos compreendido isso, mas precisamos mudar a escala de valores, precisamos encontrar um paradigma comum; nós estamos muito atrasados naquilo que diz respeito à efetivação desses conceitos do patrimônio comum da humanidade, dos bens renováveis, que apenas o contrato e a pena nos dizem que prorrogamos o tempo de estarmos nesta Terra, porque não é renovável, e vai se acabando. Há um grande serviço por fazer e é por isso que eu quando olho para a minha geração, e com esta idade, tenho seis filhos e três netos, e sei que lhes deixo um legado terrível, esta é a minha inquietação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO JOSÉ ALVES MOREIRA *(Tradução por profissional habilitado.)* – O desastre ambiental naturalmente também vem acompanhando esta situação, e suponho que é isso que ainda me faz continuar andando. Vim ao Brasil, não sei, mas penso que é para me despedir do Brasil, porque não é possível que Deus seja tão generoso, e que nos dê mais tempo. O tempo na minha visão, na de Santo Agostinho e etc., tem um relógio, é uma clepsidra interior, que nos vai dizendo que o tempo passa que o tempo é curto, e que um dia a gente quer estender a mão e não alcança o objetivo porque cai a mão antes. É isso que estou aguardando.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Quero dizer ao Professor Adriano que, se depender de nós, esta está longe de ser a última vez que ele vem aqui, porque nós vamos fazer muitos convites. Se depender do Brasil, às vezes a gente realmente acha que talvez não sobreviva por muito tempo nas atuais condições em que nós estamos dentro do Planeta Terra.

O Embaixador quer fazer uma pergunta? Não, pode fazer.

O SR. BENIGNO PEDRO MATUTE TANG (*Tradução por profissional habilitado.*) – Muito obrigado. Eu sou embaixador da Guiné Equatorial, o único país da África que fala Espanhol, apesar de ter sido descoberto pelos portugueses. Temos uma ilha chamada Fernando Pó, porque foi descoberta por um navegador português, Fernando Pó, e a segunda ilha que se chama Ano Bom, foi descoberta em 1º de janeiro de 1447, muito antes do descobrimento das Américas. E Guiné Equatorial surgiu de uma troca entre Espanha e Portugal, em que Espanha concedia alguns territórios brasileiros a Portugal e este concedia os territórios da Guiné Equatorial à Espanha.

Em 1810, a Guiné Equatorial passou a ser membro de Reinado do Rio de Montevideu. Até hoje na Ilha de Ano Bom, fala-se o dialeto Fá d'Ambô, que é um dialeto formado pelo português, irlandês e uns dialetos africanos. Em fevereiro, próximo passado, por unanimidade, após uma luta de mais de quatro anos, Guiné Equatorial passou a ser membro da CPLP, e aguardamos a confirmação na próxima reunião em Timor. Agora vendo o tema das plataformas, se observarmos bem, há alguns países que não se pronunciam porque há uma particularidade, há países que estão no Golfo de Guiné, e, para que estabeleçam esta plataforma, é necessário se defrontarem com outro país. Por exemplo, a Guiné Equatorial, para expandir a plataforma São Tomé, tem que ser inserida dentro da nossa plataforma, porque a ilha de Ano Bom, a última ilha da Guiné Equatorial, fica depois de São Tomé.

Para expandir a plataforma da Guiné Equatorial, é necessário que São Tomé seja aceito dentro da nossa plataforma, e esses problemas são muito complexos; não é que os países não possuam meios econômicos, a questão é que os sistemas universais são os que nos colocam nessas dificuldades. A Guiné Equatorial é um país que se proclama como uns dos países mais pobres do mundo por causa de um sistema ocidental.

Hoje em dia é o terceiro produtor de petróleo na África depois de Nigéria e Angola, e o sétimo produtor de gás depois de Trinidad e Tobago. Por que esse país será o mais pobre do mundo? Porque os sistemas o impõem. No continente africano, não há nenhum país pobre, os sistemas que dizem que somos pobres, e quando um país, como se diz em Guiné Equatorial, mais vale um povo culto que um povo rico, porque se o povo é culto pode se defender em qualquer momento, porém se for rico e não for culto podem lhe derrubar a qualquer momento. Por isso, observamos a situação da África, agora temos o Sudão como outro país membro da União Africana; todos os problemas e conflitos que estão no interior da África não é uma vontade dos africanos, não é vontade nossa, é uma imposição estrangeira.

A Guiné Equatorial forneceu ao Brasil 49 mil escravos oficialmente reconhecidos, vieram não por vontade própria, mas porque foram tirados de suas terras involuntariamente; esses 49 mil reconhecidos, e, se olharmos para os não reconhecidos, há muito mais, tudo isso é imposto pelos sistemas. Por isso, devemos falar das plataformas porque são boas ideias, bons exemplos, o mundo deve se desenvolver, tem que se globalizar, mas desintegradamente é o que nós guineanos dizemos, estar em globalização, mas desintegradamente, ou seja, cada país tem seu sistema particular, você não pode lhe impor o que deve fazer, porém o mundo está impondo, tal como a África até hoje, em 50 anos de existência das Nações Unidas, Guiné e a África não possuem um posto permanente no Conselho de Segurança.

Naquela assembleia onde o mundo está representado, onde decisões que repercutem mundialmente são tomadas, como um Continente de 54 Estados não possui um membro no Conselho Permanente de Segurança? Estamos lutando todos os dias por isso. Eu queria prestar esse pequeno esclarecimento, que nós africanos e vocês estamos sofrendo o mesmo. Temos que trabalhar lado a lado para que possamos progredir. Este apoio que o Brasil dá a Angola é muito bom, esperamos que este apoio possa chegar aos demais países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Embaixador.

Antes de encerrar, eu queria fazer uma referência à sua fala, pena que não haja mais tempo. É um ponto que talvez polemizemos e que eu polemizo muito com o Itamaraty.

Aliás, o único ponto que eu polemizo é que, no lugar de estarmos lutando para termos uma cadeira permanente no Conselho, nós deveríamos lutar para acabar com membros permanentes do Conselho. Eu creio que o Brasil perdeu a chance de ser um líder moral nessa luta e pagamos um preço...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, devagar. Desculpe. O.k., obrigado.

Eu dizia que mais importante ou mais forte do que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mais forte do que ter um membro do Conselho de Segurança, membro permanente, seria lutarmos para acabar com membros permanentes no Conselho de Segurança. Isso daria ao Brasil uma força moral, um *soft power*. Em vez de ficar lutando desesperadamente para ter aquela cadeira, pagando um preço altíssimo, eu acho, de concessões de vez em

quando em diversos aspectos para conseguir um voto aqui e um voto ali, se a África inteira se unisse na luta para acabar com os membros permanentes no Conselho de Segurança, eu creio que daria uma grande força a essa luta. Alguns do Itamaraty dizem: “Nunca vamos conseguir acabar.” Eu digo: ótimo!, porque, enquanto não conseguirmos acabar, continua a nossa bandeira moral de lutar contra este absurdo de alguns países serem permanentes. Então, é o único ponto.

No mais, eu concordo com o senhor sobre o fato de que à África tem sido imposto um sistema que força divisão. Até mesmo quando a culpa pode ser dita que é dos africanos, porque não há uma pressão política de fora neste momento, mas culturalmente – e é a cultura que faz a posição política – é uma influência externa que tem provocado. E a luta pelo petróleo é uma desses pretextos.

Quero voltar à nossa Mesa e rapidamente dizer o seguinte: Fernando Pessoa... O Dr. Adriano citou a Sophia. Eu quero citar Fernando Pessoa que disse: “O português é a minha pátria.” Como eu não sou poeta, prefiro dizer: o português é a força de atração que nos une no mundo. Entre nós, dentro de cada país e através das fronteiras nacionais, há uma lei de gravidade social, econômica. E essa lei de gravidade tem como elemento fundamental de atração o idioma; o português, para nós, o inglês, para outros, o francês para outros. E nós temos que trabalhar a unidade dessa atração, porque a atração está no plano cultural – o Embaixador falou muito bem da importância. Mas transformar a atração, ou melhor, usar a atração para fazer a unidade é uma questão política. Questão política que demos um grande salto com a CPLP, e aproveito aqui para fazer o reconhecimento do nosso querido ex-Governador, ex-Embaixador, ex-Deputado José Aparecido de Oliveira. Foi a luta dele que fez com que a CPLP existisse.

Nós temos que transformar a atração em unidade, ou melhor, usar a atração para fazer a unidade. Essa unidade tem que ser no plano cultural, tem que ser no plano econômico e tem que ser muito no plano territorial. E aí eu uso território não no sentido de terra, mas no sentido político, incluindo o mar. Temos que usar a nossa atração para nos protegermos e usarmos melhor este recurso que é o mar, para nós, que nos separa, mas nos une. Alguns republicanos brasileiros, e mesmo no Império, queriam unir Brasil e Angola em um só país. Não conseguiram, mas tem toda lógica, até porque a distância não impede o Alasca ser parte dos Estados Unidos. Não impediu, durante algumas décadas, o Paquistão do Leste e o Paquistão do Oeste. No fim, realmente, não foi possível manter. Portugal, Brasil e Algarves foram, durante muito tempo, um só império. Então, nós temos que lutar ao máximo por essa unidade.

A vinda do senhor aqui, que fez uma belíssima palestra do ponto de vista acadêmico para todos nós, do ponto de vista político é uma semente que o senhor deixa aqui. O senhor nos passou uma mensagem intelectual e nos deixa uma semente política: de lutarmos para aumentar essa unidade e conseguirmos ter um conjunto de regras que nos apoiem nessa riqueza marítima.

O pessimismo que fica – tomando um pouco o seu discurso – é que de fato o Estado hoje não é capaz de enfrentar os problemas planetários e de longo prazo. Mas é mais do que o Estado: somos nós, políticos, que não temos condições de enfrentar os problemas planetários e de longo prazo, porque os nossos votos vêm dos interesses imediatos e de curto prazo. Por isso que é difícil ser estadista num mundo global, porque cada um está pensando no seu eleitor, que está pensando no seu redor, que está pensando no seu amanhã, e não no seu novo século.

Essa é uma crise grave da democracia. A democracia foi iniciada em cidades, chegou a Estados nacionais, mas não deu salto para o mundo global. Nós temos o conceito de cidadania, não temos o conceito de “planetania”. E o mundo está exigindo que se substitua a cidadania pela “planetania”, incluindo aí os problemas do meio ambiente, os problemas das desigualdades entre populações de países diferentes. Nesse ponto, é possível ser pessimista, é possível ter pessimismo pela incapacidade da democracia política em enfrentar os problemas contemporâneos que vão muito além de cada país, de cada Estado, de cada cidade.

Diante disso, a gente vai precisar que o senhor volte aqui mais vezes para nos ajudar a refletir, pensar e, se não conseguirmos, deixar sementes, como o senhor deixou hoje aqui. Muito obrigado por sua presença.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, suspensa às 10 horas e 30 minutos, reaberta às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**

ATA DA 17ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (21ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (17ª REUNIÃO), DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia cinco de junho de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador **Ricardo Ferraço**, reúnem-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Assinam a lista de presença os Senadores **Acir Gurgacz, Ana Amélia, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Kátia Abreu, Ruben Figueiró, Valdir Raupp e Waldemir Moka**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Presidente registra a presença e convida a compor a mesa o Senador paraguaio Miguel Abdón Saguier Carmona. O Presidente concede a palavra ao Senador Carmona. Em seguida, usa a palavra o Senador Waldemir Moka. O Presidente agradece a presença do Senador paraguaio. O Presidente registra a presença, neste plenário, do Senador boliviano Roger Molina. Passa-se à **PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA** para análise dos impactos da nova Lei Agrícola dos Estados Unidos da América na agricultura brasileira e mundial; em atendimento ao RRE 38/2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros; e ao RRA 18/2014, de autoria do Senador Benedito de Lira e outros. Comparecem os convidados: **Clodoaldo Hugueney**, Consultor; e **André Nassar**, Diretor da Agroicone; que são solicitados, pelo Presidente, a comporem a mesa. O Presidente faz pronunciamento referente ao tema desta Reunião. O Presidente concede a palavra ao senhor André Nassar para sua exposição. Às onze horas e trinta e dois minutos é suspensa a presente reunião. Às onze horas e trinta e nove minutos é reaberta. Usa a palavra para questionamentos a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka. O Presidente concede a palavra ao consultor Clodoaldo Hugueney para sua exposição. Usa a palavra para questionamentos a Senadora Kátia Abreu. O Presidente sugere a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA em atividades da Confederação Nacional da Agricultura; e, também uma audiência temática no plenário do Senado, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da Agricultura e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Essas sugestões tem o apoio da Senadora Kátia Abreu. O Presidente faz suas considerações finais e agradece a presença e as contribuições dos convidados. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Presidentes, da CRE e da CRA, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro taquigráfico. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, nós estamos propondo a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Nós estaremos aguardando a chegada dos Senadores para o procedimento desse expediente burocrático e de rotina da nossa Comissão.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, tendo como foco um debate e um diálogo relacionado aos efeitos e impactos da nova lei agrícola Farm Bill, dos Estados Unidos da América, temos o prazer e a satisfação de receber, aqui na Comissão de Relações Exteriores, a presença do Senador Miguel Abdón Saguier Carmona, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Assuntos Internacionais da Câmara de Senadores da República do Paraguai, que nós gostaríamos de convidar para ter assento à mesa. Peço que o Senador Waldemir Moka introduza o Senador Carmona.

O Senador Miguel Abdón Carmona é um dos mais experientes Parlamentares da Câmara de Senadores da República do Paraguai, com uma vasta experiência pessoal, profissional e política. Foi uma das vozes de intensa resistência em favor das liberdades democráticas na República do Paraguai, perseguido político pela

ditadura da época, ex-chanceler da República do Paraguai, ex-presidente do Senado do Paraguai. Há alguns anos S. Ex^a preside a Comissão de Relações Exteriores e Assuntos Internacionais da República do Paraguai, e nos visita nesta oportunidade em que estamos sedimentando a construção de uma agenda comum que possa integrar ainda mais o Parlamento brasileiro com o Parlamento do Paraguai, sobretudo com questões, valores e princípios que são absolutamente caros e imprescindíveis ao exercício da democracia.

Dizia-me há pouco o Senador Miguel Abdón Carmona da sua preocupação com os rumos da liberdade e da democracia em nossa região e de um diagnóstico, um balanço feito de que neste momento nós temos aproximadamente 750 cidadãos da América do Sul vivendo no exílio, mais de 50 presos políticos, uma extrema preocupação em relação à violação que muitos Parlamentares estão vivendo em alguns dos países que compõem a nossa região. Portanto, estamos abrindo um diálogo muito forte e permanente com o Parlamento do Paraguai, para que façamos um debate regional a respeito dessas questões, que, evidentemente, vão também incorporar questões relacionadas à economia, ao futuro do Mercosul e ao fortalecimento das nossas relações.

É com muita alegria, Senador Miguel, que nós o acolhemos e o recebemos aqui em nossa Comissão de Relações Exteriores. Passo a palavra a V. Ex^a para uma saudação aos seus colegas brasileiros da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República. A palavra é de V. Ex^a.

O SR. MIGUEL ABDÓN SAGUIER CARMONA – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Bom dia, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal da República Federativa do Brasil. Sinto-me muito honrado por estar aqui hoje compartilhando com nossos colegas e trago uma saudação da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Paraguai. Quero também convidá-los para que façamos uma reunião em Assunção, ou em Brasília sobre temas que são de interesse fundamental para nossos países, que têm democracias que não são perfeitas, mas que temos de ir aperfeiçoando com o intuito de ampliar a margem de liberdade, de participação e de pluralismo em nossa sociedade.

Concordamos com a necessidade de abordar alguns temas bilaterais. Nós conhecemos a preocupação de distintos setores da sociedade brasileira a respeito da situação dos brasiguaios no Paraguai. Existem também questões regionais que são de interesse de todos os países da região como o tema de direitos humanos, liberdade política, pluralismo, participação e promoção social. Acho que temos que abordar esses temas de maneira conjunta, no âmbito do Parlamento de dois países, que são sócios em empreendimentos muito importantes. Ficaremos muito honrados se o Presidente da Comissão e até mesmo os colegas de outras Comissões, não somente desta de Relações Exteriores, possam nos visitar em Assunção para construirmos relações mais fluídas, permanentes e contínuas. Penso que as relações de Paraguai-Brasil e Brasil-Paraguai com os países da região têm que se fortalecer em todos os níveis; não somente em nível executivo e empresarial, mas também em nível político por meio das nossas comissões.

Dessa forma, senhor presidente, reitero meus agradecimentos pelo convite e esperamos encontrá-lo brevemente em Assunção para avançar sobre este tema que, acredito, renderá frutos em benefício comum para nossos países.

Muito obrigado, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Miguel.

Passo a palavra ao Senador Moka, que, como representante do Mato Grosso do Sul, como representante deste Brasil extraordinário profundo lá da fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, fará uma saudação. Nosso Senador tem sido um atuante representante nesta questão dos nossos “brasiguaios”, dos nossos brasileiros e paraguaios que convivem de maneira harmoniosa e compartilham esforços na direção do desenvolvimento dos nossos países.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Miguel Abdón Saguier Carmona, quero lhe dizer da nossa alegria, da nossa satisfação de ter aqui o Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores, Senador Ferraço, e da do Paraguai, V. Ex^a.

Particularmente, eu conheço ou tenho a pretensão de conhecer essa política, sobretudo na fronteira. Eu sou bela-vistense, nascido e criado na fronteira, portanto, tenho a pretensão de conhecer razoavelmente essas questões. Acho importante que a gente possa estabelecer esse intercâmbio. Não tenho assento nesta Comissão de Relações Exteriores, mas hoje vamos debater uma questão importante para nós, que é a questão relacionada ao contencioso do algodão. A presença de V. Ex^a aqui e a abertura que V. Ex^a nos dá é para termos um intercâmbio.

Na vez anterior, eu tive a oportunidade de, na Frente Parlamentar da Agricultura, da qual eu sou o Vice-Presidente, receber uma comitiva de Senadores já preocupados com essa questão. É uma questão fundiária, mas é uma questão abrangente, porque esses produtores brasileiros que lá estão hoje representam uma força produtiva e econômica importante para o Paraguai e também para o Brasil, uma vez que nós somos países ir-

mãos. Nós temos alguma dificuldade quando jogam Brasil e Paraguai. Aí não tem jeito da gente se entender. Mas, "aforante" isso – na fronteira nós usamos esse termo – nós somos amigos.

Então, *saludos! Bienvenido! Muchas gracias.*

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado Senador Moka. Nós também queremos saudar e registrar a presença aqui do Senador querido e amigo Molina, que nos honra com sua presença nesta reunião. V. Ex^a é muito bem-vindo. Se quiser e puder continuar conosco, nós vamos estar debatendo aqui com especialistas brasileiros a nova lei agrícola norte-americana, os seus impactos na agricultura não apenas do nosso País, mas da nossa região. V. Ex^a é muito bem-vindo para continuar conosco neste debate, que tem não apenas impacto, como disse o Senador Moka, em nosso País, mas também no Paraguai e em toda região. Nós estamos acertando que estaremos combinando e estruturando uma agenda para uma visita de trabalho à Câmara dos Senadores da República do Paraguai para que temas comuns aos nossos países possam fazer parte dessa agenda. De modo que é uma alegria e um orgulho receber V. Ex^a aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado da República do Brasil. Muito obrigado. V. Ex^a é muito bem-vindo.

Dando início, portanto, à nossa audiência pública, nós gostaríamos de convidar para que tivesse assento à mesa S. Ex^a, o sempre Embaixador Clodoaldo Hugueney e o Dr. André Nassar, Diretor da Agroicone.

Em nome dos Senadores e Senadoras que compõem a Comissão de Relações Exteriores, nós queremos dar as boas-vindas aos nossos convidados desta 17ª Reunião Conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Agricultura do Senado Federal. Trata-se do Embaixador Clodoaldo Hugueney, que hoje é consultor da Confederação Nacional da Agricultura, mas que foi embaixador – entre tantos postos importantes que ocupou ao longo da sua exitosa vida profissional, teve a função de Embaixador do Brasil na China e também junto à Organização Mundial do Comércio, além de ter cumprido brilhante carreira na diplomacia brasileira – e, juntamente com o Embaixador Clodoaldo, o Dr. André Meloni Nassar, Diretor da prestigiada consultoria agroindustrial Agroicone.

Esta reunião tem por objetivo debater os impactos sobre a agricultura brasileira da nova lei agrícola norte-americana, com ênfase e foco, sobretudo, em algumas das nossas culturas como a soja, o milho, o algodão. Sabemos que, graças ao esforço incansável de centenas de milhares de brasileiros, nosso complexo agroindustrial encerrou 2013 com saldo positivo de US\$ 78 bilhões, levando o nosso País a ocupar a terceira posição na classificação dos maiores exportadores de produtos agrícolas, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Europeia.

Convém recordar que no início de maio realizamos uma primeira reunião conjunta aqui na Comissão de Relações Exteriores com a Comissão de Agricultura, na qual ouvimos representantes do Itamaraty, do MDIC, do Ministério da Agricultura e da Associação Brasileira de Cotonicultores, os quais nos relataram alguns dos efeitos que o mercado pode esperar da nova legislação norte-americana, além da visão das respectivas pastas sobre a atuação do contencioso do algodão com os Estados Unidos, diante da mudança da mencionada norma legal.

Cumpramos lembrar que ainda em 2002 o Brasil acionou o órgão de soluções de controvérsia da Organização Mundial do Comércio em desfavor dos Estados Unidos. Em 2005 o Brasil venceu aquela disputa e quatro anos mais tarde, face à iminência de aplicação pelo governo brasileiro de medidas de retaliação na área de bens de consumo em propriedade intelectual, os Estados Unidos propuseram um acordo provisório que previu o repasse de US\$ 147 milhões por ano com parcelas mensais para o fundo de algodão até a aprovação da nova lei agrícola. Em setembro de 2013, contudo, o dinheiro deixou de ser repassado.

A reunião desta manhã tem como escopo um tema mais amplo do que o anterior aqui realizado. No início de maio, aqui discutimos os impactos da nova lei agrícola norte-americana Farm Bill sobre a cultura do algodão no Brasil. Hoje o nosso propósito e objetivo é avaliar os impactos dessa lei já em vigor sobre o conjunto das exportações agrícolas do Brasil, pois sabemos que outras culturas também serão fortemente impactadas.

Devido ao sistema de seguro agrícola instituído pela nova legislação norte-americana, especialistas projetam uma redução significativa previsível nos preços internacionais de algumas de nossas mais importantes culturas agrícolas. Segundo a Confederação Nacional de Agricultura, a nova lei agrícola dos Estados Unidos, que tem vigência de quatro anos, impactará negativamente o preço do milho na ordem de 3% a 5%, com perda de receita de exportação da ordem de R\$ 1,5 bilhões em quatro anos. Em relação à soja, a expectativa é de queda de 3% nos preços, o que acarretará redução da ordem de US\$ 2,5 bilhões entre 2014 e 2018. Quanto ao algodão, espera-se redução de 4% nos preços internacionais, com a diminuição de US\$ 350 milhões nesse mesmo período. Portanto, é extremamente preocupante essa questão.

Nós estivemos debatendo esse assunto relacionado ao contencioso do algodão nos últimos dias, e aí vimos a necessidade de ampliarmos esse debate para termos uma visão mais ampla relacionada ao impacto na agricultura brasileira, e não apenas na agricultura brasileira, a nova lei agrícola norte-americana poderá ter impacto em todo o sistema agroindustrial mundial.

Por isso, estamos dando início a esse conjunto de debates, visando ampliar o nosso conhecimento em relação a essas questões e, obviamente, continuar debatendo para conhecer as iniciativas do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, visando, evidentemente, levar aos fóruns internacionais esse debate, por conta das preocupações protecionistas que estão embutidas, de maneira indireta, nessa nova lei agrícola e os impactos que ela poderá ter na econômica brasileira.

Passo a palavra, portanto, ao Dr. André Nassar, que fará uma abordagem sobre os estudos que até aqui nós temos, relacionados à essa questão.

V. S^a tem a palavra pelo tempo que julgar necessário, pela importância do tema, pelo conhecimento acumulado que tem V. S^a e pela necessidade de ampliarmos o nível de conhecimento dessas informações, agradecendo, evidentemente, a presença voluntária de V. S^a aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Bom dia a todos e a todas!

Senador Ferraço, faço um agradecimento especial pelo convite para participar desta audiência pública conjunta das Comissões de Relações Exteriores e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Quero também saudar aos demais Senadores na pessoa do Senador Moka.

É um grande prazer estar aqui. É muito importante termos esta oportunidade de mostrar esses estudos que estamos fazendo. Isso demonstra que são temas debatidos no mais alto nível do Legislativo brasileiro. Então é muito importante estar aqui e fiquei muito honrado com o convite. É a primeira vez que eu tenho a oportunidade de apresentar esse tipo de material em uma audiência pública. Acredito que, a partir disso, serão geradas outras discussões e massa crítica. Acho que é um bom momento agora para gerar essa massa crítica.

O que eu vou apresentar é um trabalho que fizemos em conjunto com a CNA. É a primeira vez que fazemos essa análise, digamos, prospectiva.

O painel do algodão, por exemplo, quando o Brasil começou, em 2012 – desculpe-me: foi em 2002; ele quase terminou em 2012, mas ele continua aí –, quando começou, em 2002, basicamente era uma reação a uma versão da política agrícola americana de 1996 a 2003, que é mais ou menos a dinâmica da OMC: primeiro, se mostra que houve um dano daquela política e, aí, tomam as medidas necessárias.

A ideia deste trabalho, que foi uma ideia da CNA, muito feliz e muito correta, foi: vamos sentar e olhar antes, com uma coincidência de lançamento de duas novas políticas de renovação, na verdade – porque eles renovam –, tanto americana, que tem essa nova lei agrícola, que entrou em vigência em 2014 e vai até 2018, quanto a política agrícola europeia, que geralmente é mais longa, dura 10 anos. Essa é um pouco mais curta, vai até 2020. Mas ambas têm o seu primeiro ano de vigência em 2014. Então, é um momento muito importante para se entender essas políticas e poder monitorar os impactos delas antes da coisa acontecer. E aí há vários mecanismos para o Governo brasileiro ir informando, via OMC, antes de um painel, tanto os Estados Unidos como a Europa, dizendo: “Eu estou preocupado com o impacto disso. Eu fiz esse estudo. Eu percebo.” Acho que é uma oportunidade muito grande, muito importante. E também o tema da política agrícola americana. Por exemplo, a última foi a versão de 2003 a 2008, depois essa de 2008 a 2012, mas que acabou terminando em 2013 e, agora, essa de 2014.

No período de 2008 a 2013, o interesse em acompanhar a política agrícola americana diminuiu muito, por conta dos patamares de preços agrícolas. Basicamente, o nível de subsídio ao produtor americano caiu muito por conta dos maiores preços. E eles ainda vinham num modelo de política mais tradicional. Agora, eles mudaram com essa questão do seguro, que é a grande preocupação nossa; por isso a gente tem que monitorar, porque são novos programas. São programas que, pela experiência passada, a gente ainda tem que acompanhar no dia a dia, para ver como esses novos programas vão funcionar.

Mas, enfim, o importante é entender que, como a política agrícola americana é muito ligada a preços, quando os preços estão mais altos e os chamados preços mínimos deles – eles têm um tipo de preço mínimo, que eu vou explicar mais para frente – estão muito abaixo, não sai subsídio para o produtor. E aí a política está lá funcionando, mas o produtor não recebe muito subsídio.

O cenário é diferente agora. Vivemos um momento em que eles fizeram correções nesses preços mínimos e a tendência agora é que haja patamares de preços agrícolas não tão altos como aqueles a que a gente assistiu nesse período de 2008 a 2013 ou mesmo a alta forte de preços que ocorreu, sobretudo de 2004 a 2008.

Depois veio a crise do Lehman Brothers, aquela coisa toda, mudou o patamar, mas eles se recuperaram. Então, eu acho que o mais importante é isso.

Basicamente, eu vou apresentar os resultados do estudo e um pouquinho de como funciona, porque é importante também para a gente entender como funciona.

Está aí mais uma explicação. É importante mencionar – o Embaixador Clodoaldo também vai falar disso – que, nesse espírito de monitorar a implementação dessas políticas, a CNA está montando um observatório para isso. O estudo é uma espécie de primeiro produto desse observatório. E agora, com a CNA, em conjunto,

nós estamos definindo essas rotinas de como é que esse monitoramento vai ocorrer para podermos informar à sociedade brasileira, aos produtores, aos Parlamentares, no momento em que a gente começa a ficar preocupado porque está saindo muito dinheiro e isso pode gerar distorção no mercado internacional.

Outra coisa importante é falar um pouco de qual é a contribuição do estudo para V. Ex^a, para os senhores e senhoras aqui. Primeiro, sobre essa coisa de monitorar, do que já falei um pouco. É muito importante monitorar. Sendo esse monitoramento feito pelo representante do setor produtivo, isso ganha muita força em relação ao Governo brasileiro também.

Mas também uma outra coisa é importante, porque eles têm... Por exemplo, o seguro rural americano é um modelo de seguro com que, de certa forma, o nosso seguro no Brasil tem alguma semelhança de conceito. Então, entender um pouco como funciona o seguro rural americano, seus problemas e suas características positivas é algo interessante para se pensar a formulação de políticas aqui no Brasil também, política agrícola.

Então, também temos esta intenção: não só trazer a informação para dizer que estamos preocupados com a política americana, mas também para dizer que existem ideias desenvolvidas ali que é interessante se pensar também aqui para o Brasil. Os americanos, por exemplo, são muito fortes na questão de promoção das exportações, muito mais fortes que a gente. Eles têm sistemas de investimento em pesquisa que são sistemas muito fortes, muito estruturados, eles escolhem setores. Por exemplo: se você fala de segunda geração de etanol, eles criam programas maciços de investimento em segunda geração de etanol. Apesar de a biomassa estar no Brasil, a tecnologia é deles. Depois a tecnologia vem para cá. Então, a gente está preocupado com isso. O Brasil não pode perder a liderança. Como produtor agrícola ele nunca vai perder, mas e a agregação de valor ao produto agrícola? Isso é muito importante a gente pensar também.

Bom, vou direto para o estudo. Basicamente, então, aqui, eu vou focar no caso americano. Eu trouxe só uma informação sobre o caso europeu que eu acho interessante para a gente entender um pouquinho a dinâmica que eu vou apresentar ao final e colocar também uma ordem de grandeza em relação ao caso europeu, americano e do Brasil, porque isso é uma coisa muito importante de se fazer.

A gente precisa sempre reforçar que, a despeito de o Brasil, como V. Ex^a falou, ser o terceiro maior exportador de produto agrícola, é incomparável o nosso nível, digamos, de subsídio com o dos americanos e europeus. A nossa magnitude é muito menor, quer dizer, a gente basicamente não dá subsídio quando se compara com os americanos e europeus.

Então, aí, a ideia do estudo é estimar os montantes de quanto de subsídio o produtor está recebendo e, a partir disso, estimar os efeitos disso nos preços mundiais e, se esse subsídio realmente reduz os preços mundiais, ele tem impacto em todo o mundo que é exportador, menos o americano, quer dizer, todos aqueles países que são exportadores vão sofrer, vão exportar com menores patamares de preço.

Por que isso faz sentido? Porque quando a gente considera os americanos, na soja, no milho, no algodão, eles são grandes exportadores. Então, qualquer movimento de aumento de oferta, de aumento de exportação deles no mercado internacional ou um movimento contrário, em que os preços estão caindo, e os americanos não reduzem a sua oferta, realimenta o processo de redução dos preços. Isso já criou jurisprudência na OMC com o painel do algodão. Foi uma grande vitória do Brasil, na medida em que o método de cálculo disso foi ratificado, digamos assim, no painel.

Então, essa lógica de que, à medida que o preço cai aumenta o nível de subsídio de um país que é grande... Porque se é um país pequenininho, que tem 1% ou 2% de participação, não tem muito impacto, certo? Se ele dobrou a exportação: saiu de 1% para 2% no mercado internacional, isso não gera muito impacto no mercado. Agora, quando você pega um exportador que tem 30% do mercado, para qualquer um ponto percentual a mais que ele coloca de oferta, o efeito no preço geralmente é de duas a três vezes maior. A gente sempre trabalha com o conceito de que um exportador grande, quando exporta 1% a mais, gera um impacto no preço de 3% a 5%. E esses 5% são ajustados em todos os outros 70% do mercado – acho que é isso que é importante entender. Então, 30% do mercado derrubam o preço em 5%, mas os outros 70% é que têm que pagar essa conta. Por isso que a gente fica extremamente preocupado com esse tipo de política. As políticas brasileiras, por exemplo, não geram esse efeito. Quer dizer, elas não promovem esse efeito de aumento de oferta. Já as políticas americanas, sim.

Por fim, quero apontar um pouco essas consequências na questão da adequação das regras da OMC.

Vou acelerar um pouco para dar a gente tempo de debater.

Bom, uma coisa importante: o estudo logo vai ser publicado pela CNA, com todos esses dados. Há um estudo detalhado aí, com sumário executivo. Então, tudo isso vai estar disponível. O pessoal vai poder olhar no detalhe.

Vou passar um pouco rápido. Isso é só para vocês entenderem o quanto os americanos subsidiam. Aquele monte de barrinhas são os programas. É para vocês verem como eles têm programas diferentes. É um

sistema sofisticado de fazer política agrícola, mais sofisticado do que o nosso. Se a gente olhar agora os dados projetados aí, de 2013 e 2014, eles têm um, dois, três, quatro, cinco, seis tipos de programas que vão, de alguma forma, diretamente, para a mão do produtor. E como esses programas são muito baseados na área, eles vão para aqueles produtos que produzem mais; eles vão para soja, eles vão para milho, eles vão para algodão, certo? Eles são muito concentrados em alguns poucos produtos.

Esta é a nossa grande preocupação no caso americano, que se concentre o subsídio num produto, um produto de que ele é um grande exportador e de que o Brasil também é um grande exportador, com a exceção do trigo, o único produto que a gente não analisa muito, porque nós não somos exportadores.

Então, só para lembrar um contexto, se a gente voltar lá atrás, antes da subida de preço, vai ver que os americanos já subsidiaram mais, dentro desse contexto das duas últimas leis agrícolas de que eu falei.

Uma conta que a gente faz muito é a porcentagem do subsídio em relação à renda. Depois eu vou mostrar isso no final, comparando com o Brasil. Então, nesta época aqui, para os americanos, 10% da renda do produtor veio de subsídio do governo, certo? Então, 90% do mercado e 10% de subsídio. Hoje está ao redor de 4%. Vocês vão ver mais para frente que isso vai subir bastante. Essa é nossa preocupação maior.

Bom, agora eu vou explicando cada um dos programas aí. Eu não preciso entrar tanto no detalhe aqui. No estudo a gente detalha cada um deles. Eu só quero chamar a atenção para esta coluninha aqui, meio amarelinha. Vocês vejam que ela está crescendo. Esses são os programas de seguro rural. Se a gente olhar hoje, mais da metade do subsídio para o produtor americano vai na forma de seguro rural.

O que significa isso? Hoje o seguro rural nos Estados Unidos é basicamente obrigatório. O produtor toma um financiamento para financiar o seu custeio, e o banco só vai dar o financiamento se tiver segurado. E não é segurado por conta do risco de clima; é segurado por conta do risco de renda, porque o seguro deles é baseado em renda. Então, o produtor segura uma certa renda por hectare. Se quando ele vender o produto o preço estiver abaixo daquele utilizado para dar aquela renda – porque a renda por hectare é uma combinação de produtividade com preço, então eles seguram as duas coisas: produtividade responde mais ao clima; preço não, preço responde a mercado – então, se o patamar de renda dele foi abaixo, o seguro gera um sinistro, digamos assim, e cobre um pedaço daquela perda de renda.

Hoje isso é praticamente obrigatório nos Estados Unidos. Tanto é que, digamos, há um novo *player*, um novo jogador nesse debate da Farm Bill, que são as empresas de seguro, que ganharam muita relevância no debate americano. Se você acompanhar o debate lá nos Estados Unidos e assistir às audiências públicas deles para essa Farm Bill, vão ver que as empresas de seguro foram chamadas a todo momento para explicar quais são as modalidades de seguro que elas estão desenvolvendo, porque o americano está migrando para esse sistema de seguro. Por que ele está migrando para esse sistema de seguro? Entre outras coisas, porque isso dá muito mais conforto para ele na Organização Mundial do Comércio.

O seguro é um programa muito mais difícil – não é que é difícil, ele é mais complexo – de contestar usando as regras da Organização Mundial do Comércio. Essa é uma das justificativas de por que eles estão eliminando programas e aumentando os programas de seguro rural, eliminando programas de garantia de preço e indo para seguro rural. É como se, no Brasil, a gente não tivesse mais os chamados PEP, Prop e Peppo e migrasse tudo para o modelo de seguro rural. Agora, lembrando o seguinte: o seguro rural, nos Estados Unidos, custou este ano US\$9 bilhões para os cofres do governo americano. Então é um programa muito caro, certo? O seguro rural no Brasil hoje são R\$700 milhões. Então é um programa pesado que custa muito caro para o governo americano.

Esses aqui são os dois tipos de programa. Eles têm um que a gente chama de programa de proteção de renda. O mais importante disso é entender esses dois novos. Eu não preciso entrar tanto no detalhe, mas ambos funcionam num conceito de preço mínimo. Eles têm um preço mínimo, que está dividido em dois: um é o desse sistema, que é um empréstimo garantido, um preço mínimo para o produtor; e esses outros são preços mínimos para o condado deles – como se fosse um Município aqui no Brasil.

O que eles fazem? Eles fazem isso para evitar um pouco, para diluir um pouco o risco do programa. Então, há um programa em que o produtor compara o preço por que ele vendeu o produto com o preço de mercado. E um outro programa em que ele tira a média do Município, do condado, e diz: “Se a média do condado estiver abaixo, gera um subsídio.” Então, pode haver produtores que estão acima ou abaixo da média do condado. Eles fazem isso para controlar um pouquinho o programa.

Esses aqui não têm mais relevância. Se a gente voltar lá atrás, no que eu chamei de *marketing loans*, um verdinho, era muito forte; hoje, sumiram, não existem mais. Porque é um preço mínimo que está basicamente congelado; os preços internacionais mudaram de patamar; então, ele não tem mais relevância.

Onde há relevância são esses dois novos aqui. Eles têm dois programas: um que é um preço mínimo e outro que é uma renda por hectare mínima. E o produtor escolhe. Ele é que decide. Por exemplo, se ele está numa região em que o risco de produtividade é muito baixo, ele vai para o programa de preço mínimo. Se ele

está numa região mais marginal em que há mais riscos de queda de produtividade, ele vai para o programa que garante a renda por hectare. Então, é uma espécie de *menu* em que o produtor, com base no seu histórico, fala: “Eu vou concentrar, prefiro usar esse programa aqui ou eu prefiro usar esse programa aqui.” Eles têm muito essa coisa de oferecer um *menu* para o produtor. E o produtor, com base em seu histórico, decide se ele quer um tipo ou outro. Para nós, isso tanto faz, porque dependendo do patamar de preço, isso gera um monte de subsídio. Essa é que é a nossa preocupação principal.

E esses são os seguros rurais deles. Havia o programa novo e eles criaram um novo chamado “Contrato de Opção Suplementar”, que já vou mostrar para que entendam. E para o algodão, eles criaram esse chamado “Proteção de Renda Cumulativa”, que está todo mundo chamado de STAX, porque a gente não tem uma tradução muito boa.

Esse é o grande programa e provavelmente na audiência com a Abrapa houve uma discussão sobre esse novo programa, porque ele é o grande programa que o Brasil está contestando no segmento do contencioso do algodão. É um programa bastante generoso para o produtor americano. Basicamente 70% do prêmio são cobertos pelo governo americano e ele cobre 90% da renda, ou seja, se houver uma perda de até 10% da renda, o seguro não entra. Qualquer perda acima de 10%, ele entra. Então, se se imaginar que qualquer atividade agrícola tem 10% de retorno, basicamente está se garantindo 100% do seu custeio com seguro. E isso é bastante generoso porque os produtores garantem uma renda de uma forma em que é basicamente zero o risco de mercado.

Aí, só para detalhar um pouco, eu achei interessante trazer esses gráficos, para vocês entenderem o processo. Vamos pegar a soja. Isso aqui é o preço médio da soja no mercado americano. Até aqui é preço de verdade; daqui para cá, são preços projetados. Esse aqui é o preço mínimo de um dos programas – vejam que ele está sempre abaixo, então, não gera subsídio. Por quê? Porque o preço de mercado tinha que estar abaixo do preço mínimo para gerar subsídio.

Esse é o outro preço mínimo deles. Eles têm nomes diferentes, não importa muito. Isso é como vinha. A lei agrícola nova subiu esse preço para cá, num momento em que há um ajuste de preços internacionais e no mercado americano. Essa diferença se transforma, então, em subsídio para o produtor.

Então, a razão da nossa preocupação é isso aqui, porque, a partir da safra 2014/2015... Isto é importante eu explicar: o que significa a safra 2014/2015? Significa a safra que o americano vai colher em setembro e que é comercializada de setembro de 2014 a agosto de 2015.

Aí é que o monitoramento vai ter que começar, porque aí é que começa de fato a implementação da política agrícola e de fato as nossas preocupações de haver subsídio. Então, estamos, digamos, antecipando uma preocupação que vai começar sobretudo no segundo semestre.

Especificamente para apresentação aqui, eu fiz alguma atualização de preços, porque os preços mudam todo dia, então, a gente tem sempre que atualizar. Aqui, no milho também, vocês vejam, com o milho ocorre a mesma coisa. Então, há um risco muito grande, uma probabilidade altíssima de haver pagamentos importantes.

Aqui, a nova modalidade. Depois, vou mostrar os números e já vou concluindo. Aqui, a nova...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ NASSAR – Senador, é o seguinte, eles eliminaram esse programa para o algodão. Por conta do painel, esses programas de garantia de preço mínimo no algodão foram eliminados, justamente para migrar tudo para o seguro rural. Foi uma forma de eles dizerem assim: “Olha, estamos implementando as decisões do painel”. De certa forma, eles foram inteligentes ao fazer isso, porque esse tipo de programa o painel condenou completamente, lá atrás. Então, eles decidiram eliminar. O que eles fizeram foi fortalecer o de seguro, que de certa forma, no contencioso anterior, foi considerado, não foi totalmente condenado como esses programas foram, só que está ficando tão grande que está gerando o mesmo efeito desses daqui. E gera uma argumentação jurídica e econômica um pouquinho diferente na OMC, certo? Aí é que está... Então, eles foram espertos nesse sentido. Eles se protegeram...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Estão dando subsídio direto.

O SR. ANDRÉ NASSAR – É. Eles estão pagando de outra forma. Ao pagar de outra forma, eles acham que estão implementando o painel. Na verdade, não estão. Mas estão complicando do nosso lado a contra-argumentação. Por isso, eu não pus o algodão, porque não tem mais.

Bom, aqui são os modelos de seguro. Hoje, por exemplo, no seguro de milho, isso aqui é o subsídio ao prêmio, isso aqui é cobertura de renda. Basicamente, o subsídio ao prêmio do milho é hoje de 60%, que são patamares mais altos do que o nosso seguro aqui no Brasil, um pouquinho mais altos. E cobrem 70% da renda, ou seja, o produtor de milho garante uma renda de 100. Se a renda dele for de 69, a diferença de 69 para 70 é coberta. Aqueles 30% não se cobre, certo? Se for de 50, de 50 até os 70 é coberto.

Na safra 2012/2013, em que houve aquela quebra de safra de milho enorme, de praticamente 100 milhões de toneladas, explodiu isso aqui. Tanto é que o prêmio de seguro arrecadado não foi suficiente para pagar todo o sinistro e o governo americano teve que bancá-lo. Então, nesse caso específico, não se arrecadou o suficiente de prêmio de seguro para bancar o sinistro. Só que eles têm todo o sistema de resseguro por trás. E como têm o resseguro, o resseguro entrou e garantiu todas as operações. Então, não houve esse problema.

Aqui são alguns produtos. Aqui é o tradicional do algodão: 65% de prêmio, 70% de renda. O novo programa cobre 80%, e cobre 90% de perda de renda. Então, cobriu basicamente tudo, certo?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Garantiu, né? Nenhum produtor americano vai ter uma renda menor do que 90%.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Isso. Está garantido. E imaginando que, vamos dizer assim, um pedaço da renda é o retorno, é o lucro de qualquer atividade, 100% do custo dele – e não é só custeio, é custo fixo, depreciação e tal – estão cobertos por esse seguro. Isso é que nos preocupa. Por quê? Porque a gente sabe que quando você tem uma renda totalmente garantida, o incentivo para aumentar a produção na área é muito grande, mesmo em áreas que são mais marginais e de maior risco, porque sua renda está garantida.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mesmo que ele não produza, ou produza bem abaixo da média, ele está garantido. Quer dizer, não interessa o que eles vão colher, interessa que ele tenha a segurança de que 90% do preço que ele deveria ter está mantido. Vai aumentar a produção de algodão. Não tenho a menor dúvida.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com risco zero.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É. Mesmo porque o risco é zero.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Vamos admitir que ela nem aumente, certo? Só que para qualquer patamar de preço sempre eles vão...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas a tendência é aumentar, porque em áreas onde – eu estou raciocinando aqui no claro – você não plantaria algodão, vamos dizer, por causa do clima, porque você tem um solo que não é propício, com essa garantia, não há por que o produtor não arriscar.

O SR. ANDRÉ NASSAR – É. Esse tipo de seguro tira o risco do produtor. Então, aí o produtor não tem mais risco. Essa é a grande preocupação nossa.

Os outros produtos também têm um programa que não é tão pesado quanto o do algodão. Um programa novo, que é aquele que eu falei lá de cobertura suplementar, que basicamente sobe o subsídio ao prêmio, uma média de 60 a 62, tirando o arroz que é específico, vai para 65, com uma cobertura de 86.

Então, o que a gente está vendo no caso americano? Além de ele contratar o seguro tradicional, vai contratar esse suplementar também. E o incentivo para contratar é enorme. Ele vai contratar, porque é um seguro de renda e custa pouco para ele por causa do subsídio ao prêmio.

Bom, aqui outra coisa importante. Aqui eu usei a área plantada, só para vocês entenderem o tamanho do programa de seguro em relação à área plantada. Então, vocês vejam que no milho 89% da área plantada está coberta. Na plantada. Se a gente pegar a área colhida – porque sempre se tem a área plantada e uma área colhida menor, perda de produtividade –, a área colhida do milho dá praticamente 98%. Algodão já é 98% da área.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Porque não há risco nenhum.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não há risco nenhum. Então, a agricultura americana hoje é 100% segurada, basicamente. Eu acho que o programa seguro é uma coisa super importante, só que o prêmio lá é muito subsidiado. Esse é o maior problema. Então, é um subsídio muito pesado para o produtor americano e que gera esses efeitos de aumento de área.

Bom, para a gente ir olhando os números, eu trouxe isso aqui. É só para olhar as projeções. Vejam que aqui, em relação à renda, a gente está projetando um aumento relevante em alguns anos do grau de subsidiação para os principais produtos americanos. Então, é isso que nos preocupa. Há uma curva de aumento dos subsídios totais. Vejam que aqui chegou a 25 bilhões, em 2005/2006, e, de acordo com as nossas projeções, pode chegar a quase 30%. Seria um recorde de nível de subsidiação nos últimos 15 anos, praticamente. Por isso estamos preocupados aqui. É uma combinação de seguro com preços mais baixos e com aquele preço mínimo que foi aumentado. Tudo isso gera esse efeito aqui. Claro que à medida que os preços caem ajusta de novo.

Aqui, olhando só as principais lavouras, vocês vejam que quando é para a agricultura como um todo, o patamar em relação à renda é um. Como o subsídio é concentrado, quando a gente olha as principais lavouras, sobe muito. Agora nós estamos olhando só quem recebe o subsídio, o mesmo fenômeno de aumento aqui. Vejam, o total é 30 bilhões. Para as principais lavouras é 20 bilhões. Quais são as principais? Milho, soja, algodão, arroz e trigo. Então, 20 bilhões vão para cinco lavouras, certo? É muito forte. Imaginem que cada lavoura está recebendo, em média, na casa de quatro bilhões de subsídio.

Bom, aqui vou olhando cada uma. Posso passar mais ou menos rápido, mas aqui são os programas de novo. Vejam, aqui é o programa de seguro rural atual. Aqui são os dois novos: o antigo e o novo. Vejam que eles eliminaram esse programa aqui – a gente não precisa entrar no detalhe –, mas ele foi 100% compensado pelo novo programa de seguro, numa modalidade que a nosso ver distorce mais. Esse programa aqui distorcia menos, porque não era vinculado nem a produção nem a preço; era vinculado a um preço no passado. E aqui é aquele programa novo do preço mínimo que eu falei. Eles subiram o preço mínimo. Então, vejam que começam a ter subsídios muito grandes para o milho, em patamares equivalentes ao lá de trás.

Vou passar rapidamente.

A soja pode chegar até a ter recordes, por conta do novo programa de seguro mais esse programa de preço mínimo, porque o preço mínimo da soja era bem baixinho, e foi elevado. Então, a gente está antevendo subsídios elevados para a soja. Daí a nossa preocupação. Vejam, é quase 5,5 bilhões na soja e nunca aconteceu isso em 15 anos. Mais para o passado. Ainda não aconteceu definitivamente.

Aqui é o algodão. Então, de novo, o que acontece com o algodão? Aqui foi toda a época do painel, certo? Houve uma série de ajustes na política americana decorrentes do contencioso. Isso provocou um novo patamar de subsidiação. Só que agora tudo é seguro rural nos Estados Unidos. Então, embora o nível de subsidiação lá os nossos cálculos não indicam que vão subir, como é seguro rural e gera esse efeito que o senhor falou, Senador, quer dizer, como ele está com a renda segurada, ele vai para áreas mais marginais, a mesma quantidade de subsídio na nova lei vai distorcer mais do que na lei anterior. Esse é um dos grandes desafios para se comprovar, e a gente tem que comprovar.

Bom, não vou entrar tanto nisso aqui. Acho que eu vou direto para os resultados. O Senador Ferraço já deu uma antecipada nos resultados, mas vou explicar um pouco o que a gente fez. Basicamente, o que a gente fez aqui? A gente pegou, então, esses patamares de subsídios e falou: olha, quanto que US\$5,5 bilhões de subsídio da soja geram de efeito no mercado internacional de soja? Qual é o raciocínio que a gente faz, o raciocínio econômico? O raciocínio é assim: se não houvesse esses US\$5,5 bilhões, quanto teria sido a produção americana? “Ah, teria sido x por cento menor.” Essa produção americana x por cento menor teria gerado que efeito no preço? Teria feito o preço internacional ficar x por cento maior. Certo? Como esse subsídio está lá, a produção americana é x por cento maior do que deveria ser, o preço internacional vai ser x por cento menor. Então, esse é o raciocínio que a gente faz.

Aqui é só um resumo. Então, no caso do milho, se a gente pegar ano a ano... Porque nós estamos olhando ano a ano quanto é o subsídio aqui, qual é o efeito no preço aqui, aqui e aqui. Aqui gera muito mais efeito no preço, ali gera menos efeito no preço internacional. Então, a gente estimou, no período de 2014 a 2018, entre menos 3% e menos 5% de redução no preço.

No caso da soja, de 2% a 4%. Aí vocês podem me perguntar assim: “André, mas por que a soja vai receber mais subsídio do que o milho em relação à renda?” Não, em relação à renda, é a mesma coisa, mas, de montante por tamanho da soja, é menor, mas o mercado da soja é menor também. Então, por que a distorção é menor? Porque os americanos têm uma participação na soja menor do que no milho. Eles são maiores no milho, então, isso gera mais impacto. Na soja, eles são menores. O Brasil e a Argentina, por exemplo, são muito grandes na soja.

No algodão, na casa de 3,7% a 4,3% de redução. Há estimativas aí no algodão que são mais agressivas do que a nossa, falam até em 10%, quando você incorpora alguns outros efeitos. Por quê? Basicamente, esses subsídios estimulam o aumento de produção, na verdade, é aumento de área e consequentemente de produção, empurrando os preços para baixo, e reduzem o risco do produtor, conforme a gente tinha conversado, principalmente os programas de seguro. Então, mesmo que os preços estejam altos, como você garante uma renda no programa de seguro, você recebe subsídio.

No modelo anterior, o produtor americano só recebia subsídio se o preço ficasse abaixo do preço mínimo. Quando é um sistema de seguro em que você tem 100% da área plantada segurada, mesmo com preços altos, o produtor recebe seguro também. Qualquer variação para baixo na renda dele o seguro cobre. Esta é a nossa maior preocupação: que há subsídios, grandes subsídios para o produtor, mesmo em contexto de preço alto. Isso reduz o risco dele e aumenta a área, empurrando os preços para baixo. Esse é o grande efeito.

Aqui é só a estimativa dos subsídios ano a ano, para vocês enxergarem, quer dizer, o milho pode chegar a ter até US\$10 bilhões de subsídio, acumulando US\$36,9 bilhões com o impacto médio de 4% e aí está US\$1,3 bilhão que o Senador tinha mencionado de impacto nas exportações brasileiras, o acumulado aqui no período.

Na soja, a mesma coisa. Aí na soja dá US\$2,5 bilhões. Ele é maior do que o milho. Por que é maior do que o milho? Porque o Brasil tem mais participação de mercado, então, qualquer reduçõzinha no preço da soja gera mais impacto no Brasil do que no milho, em que a gente é menor. A soja chega a ter US\$5 bilhões, de acordo com as nossas estimativas.

No algodão, já são patamares menores, de US\$1 bilhão – só que o algodão é um mercado bem menor, então, esse US\$1 bilhão no algodão vale muito mais, mas com impactos menores –, na casa de US\$330 milhões para o Brasil. Mas o algodão é um mercado menor.

Bom, eu queria comentar mais duas coisas e já vou terminando. A primeira coisa que eu acho importante comentar: os americanos – houve toda a discussão do Código Florestal aqui, de que os senhores participaram – têm um programa muito forte que eles chamam de Programa de Conservação. O Programa de Conservação americano basicamente é um valor por hectare que o produtor recebe para manter conservadas áreas frágeis. O grosso das áreas frágeis deles é o que a gente considera como áreas de preservação permanente aqui no Brasil. É o mesmo conceito. São áreas de margem de rio, áreas com declividade elevada, basicamente o mesmo conceito.

O que é importante do Programa de Conservação? Aqui vem o quanto eles recebem. Então, vejam, em 2014, em média, o produtor vai receber US\$180 por hectare. Certo? Então, o produtor americano recebe, na média, US\$180 para cada hectare que ele conserva; ao redor de 11 milhões de hectares são conservados lá.

Então, esse é um programa que a gente tem muita dificuldade de contestar na OMC, de dizer: olha, esse é um programa que distorce mercado. E é um programa que está ganhando força nos Estados Unidos. Tanto é verdade que o subsídio por hectare está subindo no tempo. Então, é importante a gente ficar de olho nisso aqui também, porque é um tipo de política que os europeus também estão começando a fazer, por isso, a gente tem que começar a acompanhar de perto.

Aqui, só para vocês entenderem, eles têm três tipo de programas. Têm um que eles chamam de Programa de Conservação, que foi esse que eu expliquei. Outro, que eu chamei de “outros programas”: um principalmente voltado para conservação de áreas alagadas, então, é como se fosse um programa olhando o pantanal brasileiro; outro para áreas de pastagens, ou seja, um programa de conservação de pastagens de gado criado a pasto, que eles têm muito, principalmente na parte de cria e recria, eles têm grandes áreas de pastagens que não são aptas para agricultura, então, têm um subsídio para conservação dessas áreas de pastagem; boas práticas de produção. E há outro programa que não é um programa em que o produtor recebe o dinheiro, mas uma espécie de assistência de extensão rural para desenvolvimento de boas práticas produtivas. Isso é bancado pelo USDA. Na verdade, o USDA não executa. Ele tem o dinheiro, e consultorias e empresas de extensão rural vão lá e contratam. O produtor tem que pagar um pedaço da conta e o USDA paga outro pedaço da conta. Você tem as empresas operando, trabalhando para promover boas práticas produtivas, por exemplo, manejo integrado de pragas. Eles têm programas subsidiados pelo governo, pelo USDA, para levar as tecnologias e treinar os produtores. Vejam que eles são bem sofisticados nesses programas.

Para terminar – este é o meu último eslaide –, essa é uma comparação que a gente fez, que acho interessante. O primeiro... Deixe-me olhar o debaixo, depois a gente explica o de cima, que gera mais controvérsia. O de baixo o que é? É a porcentagem – eu peguei o último dado, peguei 2013 basicamente, menos para o Brasil, que é 2011 –, o quanto da renda do produtor é garantida com subsídios. Vejam que o americano... Eu peguei 2013, lembram? Eu estimei lá. Depois vai subir para 7,5% nas estimativas. Aqui eu fui bonzinho, digamos, com os americanos. Peguei um dado recente. Mas, comparando, vejam que o Brasil é um país que tem menor participação do subsídio na renda total e os europeus muito acima dos americanos – lembrando que os americanos vão chegar, se a gente olhar por produto, isso aqui pode chegar até a 18%, que foi o caso do milho, ou até a 15%, no caso da soja. O americano tem sempre que olhar por produto.

E aqui é por hectare. Por hectare muda completamente. Quando a gente pega a quantidade de subsídio e divide pelos hectares plantados, você vê que no Brasil dão US\$16 por hectare; nos Estados Unidos, dão US\$47.

Se a gente olhar por produto, nos Estados Unidos, dá na casa de US\$150 – se eu pegar milho, dão US\$150. Mas os europeus, dão US\$400, certo? Então vocês vão dizer: “Ah, André, o problema é europeu! Ele é que subsidia muito mais.”

Isso é uma outra coisa que nós estamos trabalhando com a CNA. Porque o que acontece aqui? Os programas europeus não são vinculados ao mercado. Então, você não pode dizer que esses R\$400 por hectare fazem a produção europeia aumentar. Na verdade, a produção europeia está diminuindo. Só que a quantidade...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em reais ou em dólares?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Em dólares. Tudo isso aqui eu coloquei em dólares.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Você falou em reais; faz diferença.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Desculpa. Tudo em dólar. Faz bastante diferença.

Então, o que é importante? A Europa, agora, está dizendo assim: “Olha, o nosso subsídio era para o produtor fixo”, porque lá é fixo, o produtor recebe aquela mesma quantidade de dinheiro desde 2003. E agora eles estão dizendo assim: “Agora nós vamos migrar para um pagamento médio por hectare, porque antes o produtor recebia o subsídio e não produzia. Então, a gente quer redistribuir isso.”

Então, o que acontece? A gente precisa desenvolver um jeito – esse é um dos nossos trabalhos junto com a CNA – de como conseguir comprovar que, com esse monte de dinheiro que o produtor recebe, europeu também distorce o mercado internacional. Não tem muita jurisprudência para isso ainda, mas é tanto dinheiro, que a gente precisa começar a alertar para isso.

Então, um dos nossos trabalhos, um dos nossos desafios é começar a mostrar que a política europeia também gera distorção. Agora, é um desafio diferente, porque ela não é vinculada a preço, se o produtor aumenta a área produtiva ele não necessariamente recebe mais, mas são coisas importantes para a gente começar a olhar. E vocês vejam a diferença do Brasil com os outros países, a despeito de o Brasil ser o terceiro maior exportador do mundo.

É óbvio que o europeu, como grande exportador, esse subsídio aqui está ajudando. É óbvio. A gente precisa achar uma forma de comprovar isso.

Muito bem. Aí é só para concluir, então. As mudanças introduzidas a gente já discutiu, até pela provocação do Senador Moka, porque essas mudanças vêm muito em função do caso do algodão. Ou seja, o caso do algodão fez com que os americanos... Ah, não, desculpem-me, esse aqui é o programa de crédito. Só para terminar, o programa de crédito à exportação, que foi considerado um subsídio à exportação também. O Brasil tem uma espécie de programa de crédito parecido com GSM-102, o Proex. Basicamente não é acessado, os produtos agrícolas não utilizam muito o Proex, mas, enfim, acho que é um mecanismo de política muito interessante, não na forma como os americanos faziam, porque basicamente os americanos eliminavam todo o risco de mercado, porque esse é um programa de seguro de crédito à exportação. Mas para a exportação para países em desenvolvimento é muito interessante, porque o exportador pode oferecer um crédito para o importador e ele recebe o valor todo por meio de um financiamento bancário. Mas, enfim, esse é um dos programas também que...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. André, peço licença a V. S^a, porque teremos que interromper, por uns cinco minutos, a reunião, porque nós estamos em processo de votação nominal em plenário. Por isso, eu vou ao plenário e retornarei em cinco minutos.

Então, vamos suspender a reunião por cinco minutos. É o tempo de V. S^a e do Sr. Embaixador tomarem um café.

Está suspensa a reunião por cinco minutos.

(Suspensa às 11 horas e 32 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 39 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está reaberta a nossa reunião.

Vamos devolver a palavra ao Dr. André Nassar, para que possa concluir a sua exposição, já em fase final.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Obrigado, Senador.

Só para concluir, então, o último eslaide. Está claro para nós que o nível de subsídio nos Estados Unidos vai crescer – isso está muito claro – em produtos que são de alto interesse do Brasil, sobretudo milho e soja. O Brasil é hoje um dos maiores exportadores de soja e já se transformou num dos maiores exportadores de milho. Então, a grande preocupação é que vamos entrar num momento de uma espécie de guerra comercial em que o subsídio americano vai incentivando reduções de preços, e isso vai nos prejudicar.

Realmente, achamos que é preciso ter uma pressão de diferentes frentes junto aos americanos para dizer: olha, nós estamos de olho que no que vocês estão fazendo. Se o subsídio chegar nesse nível, até o Brasil tem que incorporar o discurso de que teria que migrar para um novo contencioso de OMC. Acho que usar um pouco essa argumentação e convencer o Governo brasileiro, o Itamaraty, de que essa é uma porta relevante para se manter aberta, acho que é um papel fundamental do setor privado, do Legislativo também e das entidades, como a CNA e tudo mais. Então, essa é a nossa principal preocupação. E também a preocupação decorrente do modelo de seguro rural, que é um modelo que incentiva aumento de área, conforme já discutimos aqui.

Então, podemos vir a assistir um aumento de área plantada nessas lavouras, inclusive do algodão, nos Estados Unidos, só por causa do seguro rural. Isso vai fazer os preços caírem. Ou seja, não é que o americano está aumentando a área porque tem mais demanda. Ele está aumentando a área porque a renda dele está garantida. Isso seria muito ruim para o mercado internacional e muito ruim para o Brasil, porque eles vão competir conosco na China, na Europa, na Rússia, nos países do Oriente Médio, e assim vai.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E o problema em si não é a competição. O problema é a competição de maneira desigual, desleal.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Desigual. Perfeito.

Esse é o maior problema, porque aí os preços caem e os produtores aqui no Brasil vão ter que conviver com preços menores. E a gente sabe o que acontece com a agricultura quando a gente entra nesse processo de preços baixos. Os produtores são obrigados a pagar a conta.

Mais uma vez, Senador, queria agradecer o convite. É uma honra estar aqui. Quero saudar a Senadora Kátia Abreu, que está aqui também, e agradecer pela oportunidade de trazer esse estudo, que é uma antecipação. A gente está tentando antecipar problemas, para poder agir com a maior brevidade, celeridade e competência possível.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a oportunidade, o tempo de V. S^a, o conhecimento e as informações que compartilhou e socializou para as Comissões de Agricultura e Relações Exteriores do Senado da República.

Embaixador, diante dessas evidências, com a experiência de V. Ex^a, qual é o papel, quais são as iniciativas que o Governo brasileiro deverá adotar diante de um quadro extremamente preocupante para a nossa agricultura? E, se é preocupante para a agricultura brasileira, é preocupante para o nosso País, é preocupante para um conjunto extraordinário de milhares e milhares de famílias brasileiras de muitas regiões, que lutam de sol a sol, que trabalham dedicadamente, enfrentando tudo quanto é tipo de sorte e desafio.

E, diante dessas evidências que foram apresentadas pelo Dr. André, quais são as reflexões de V. S^a, na condição de embaixador, na condição de experiente homem das relações externas, tendo sido inclusive representante do nosso País na Organização Mundial do Comércio? Quais são as suas reflexões e que encaminhamentos V. S^a deixa para que esta Comissão e para que o Senado possam trabalhar na direção de criar as condições para que a agricultura brasileira possa ser protegida desta ação?

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Gostaria, apenas, de complementar seus questionamentos. Conheço bastante o estudo e quero parabenizar o André por essa maravilha técnica que ele produziu, que vai ser muito útil para todos nós. Mas tenho duas perguntas também no mesmo nível, na sua mesma direção, para o Embaixador Clodoaldo, bastante práticas e objetivas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a tem dupla jornada nesta Casa, além de Senadora, é Presidente da Confederação Nacional de Agricultura. Então, a responsabilidade de V. Ex^a é dobrada e naturalmente que os questionamentos são muito bem-vindos.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O que o senhor acha que levou, politicamente, os americanos a tomarem esta postura, quando normalmente isso é uma tendência europeia, esse protecionismo?

Então, o que fez a Europa ir para uma direção positiva, saudável, do ponto de vista mercadológico, e o que fez os Estados Unidos darem essa regressão, que é boa para os produtores, mas muito ruim para o mercado internacional? Quem motivou isso? Fico muito curiosa para saber o que motivou isso, até mesmo para aprender.

Segundo, se o senhor acha positivo o que já estamos fazendo, que é mobilizar outros países que também podem ser prejudicados, que serão prejudicados como nós. De que forma já poderíamos fazer uma frente ampla internacional de observação a essa lei? Quem sabe um observatório internacional da PAC, dos congressistas desses países, das entidades irmãs da CNA, e esse observatório internacional para medir tudo isso.

Então, Sr. Presidente, são esses dois questionamentos para um parecer do Embaixador, que temos a honra e o privilégio também de tê-lo como consultor da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A PAC e os próprios BRICS, que terão reunião agora no mês de julho aqui na cidade de Fortaleza, com a presença dos mandatários desses países...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Pode ser uma oportunidade ótima para lançarmos isso, esse observatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Waldemir Moka, com a palavra V. Ex^a.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou ser bem objetivo. Primeiro, André, muito bom, muito completo seu estudo. Conheço razoavelmente o assunto e achei muito bom, acho que ele vai ser muito importante.

Mas, uma coisa que me chamou a atenção – e quero que o nosso Embaixador Clodoaldo Hugueney possa comentar –, porque tenho a seguinte avaliação e quero que o Senhor me corrija. A União Europeia produz um subsídio, mas para evitar que os nossos produtos cheguem lá. Na verdade, eles produzem subsídios para o abastecimento interno deles. O caso mais concreto que temos é do açúcar. Eles produzem açúcar a partir da beterraba altamente subsidiada. Aí, é claro, não conseguem concorrer com nosso açúcar a partir da cana-de-açúcar. Só que o que eles fazem? Como têm que manter aquele produtor produzindo a partir da beterraba, eles subsidiam diretamente o produtor para o cara continuar produzindo, por uma questão de segurança mesmo, para eles não terem essa dependência tão grande da importação.

Eu gostaria de ser corrigido. Isso é uma coisa completamente diferente num país como os Estados Unidos, que, assim como o Brasil, produz para o seu mercado interno, mas produz para exportar. Quando você exporta produto subsidiado, aí você altera realmente a lógica do mercado.

Quer dizer, queria ouvir, porque, é claro que o subsídio europeu é um negócio absurdo, mais de US\$400. Então, é aquela história absurda, a gente convive com isso.

E queria também... Porque, por trás de tudo isso, temos aqui essas barreiras fitossanitárias e ambientais, e elas, na minha avaliação, são usadas, de alguma forma, para aumentar o custo da produção brasileira. E aí, evidentemente, se você tem um custo maior para produzir, você não consegue competir com o mercado.

Então, você tem toda essa dificuldade, e dê-lhe barreira!

A Senadora Kátia pediu para distribuir um documento. Está aqui, de última hora: o Brasil foi considerado, na ONU, o país que, de longe, mais contribuiu para a diminuição do desmatamento.

Vejam como é a lógica dessas questões. Somos o país que temos 20% de área legal, Reserva Legal. Imagine se cada produtor nosso recebesse o que eles fazem lá, em termos de subsídio, para considerar as APPs, as áreas frágeis. Nós, além disso, temos 20% de Reserva Legal.

Só para tentar já direcionar a fala do Embaixador Clodoaldo Hugueney.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Embaixador Clodoaldo, a palavra é de V. Sa.

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Senador Ferraço, eu queria, como o André, agradecer muito o convite para estar aqui neste debate extremamente importante para o Brasil e para a agricultura brasileira e, como o senhor mencionou, para o mundo, porque a agricultura americana é a maior exportadora do mundo, e a União Europeia, a segunda maior exportadora.

Queria agradecer à Senadora Kátia Abreu e ao Senador Moka as perguntas que fizeram. Vou tentar ser breve porque o André já expôs todo o impacto da nova lei americana sobre os produtos de maior interesse do Brasil.

Primeiro, eu queria mencionar uma coisa que o André indicou, mas que eu queria ressaltar, porque estou, há muitos anos, envolvido com negociação comercial: na realidade, toda a posição brasileira na OMC, na área de agricultura, que se converteu, no fundo, na posição do G20 em matéria de agricultura, foi montada com a colaboração do ICONE e do André. Nós tínhamos um pequeno grupo que discutia as políticas e identificou a forma de atacar os sistemas de subsídio à agricultura – subsídio distorcivo à agricultura. Mas nunca nós tivemos, como no caso atual, a possibilidade de produzir um estudo como esse no momento em que as políticas estão mudando nos Estados Unidos e na Europa. Acho que isso é um avanço enorme e se deve à atuação da Senadora Kátia Abreu e da CNA, que promoveram a elaboração desse estudo, e à qualidade técnica do André e do ICONE.

Isso se deve muito aos dois painéis que foram movidos pelo Brasil contra a União Europeia, no caso do açúcar, e, sobretudo, ao painel do algodão, porque nós aprendemos muito, com esses painéis, sobre os programas de subsídio dos dois. E, no caso dos Estados Unidos, que é o caso que está em pauta aqui, e um pouco já antecipando a resposta à sua pergunta e à pergunta da Senadora, há uma continuidade nos programas. E a natureza dos programas – específico para produto, de sustentação de preço, de sustentação de renda – vai sendo mantida ao longo do tempo, embora, em muitos casos, eles mudem de nome. A grande novidade, como André mencionou, é, agora, a expansão dos programas de seguro.

Então, acho que nós aprendemos muito e, no caso do algodão, o principal resultado, do ponto de vista do aprendizado, foi a questão da metodologia que foi desenvolvida para comprovar a depreciação de preços no mercado internacional pelas práticas de subsídio. Isso, hoje, é algo aceito, em nível internacional, e aceito na OMC, o que não era. E, se não fosse o painel do algodão, isso não estaria em pauta e não teríamos condição de preparar um estudo como esse.

De modo que acho que isso é, realmente, algo de extraordinária importância.

Deixem-me entrar, então, para seguir a recomendação do Senador Ferraço e para responder às perguntas da Senadora Kátia Abreu e do Senador Moka, no que poderia ser uma agenda para o Brasil a fim de fazer frente a essas duas novas políticas.

Acho que nós temos duas agendas: uma agenda nacional e uma internacional.

No seminário organizado na CNA para apresentação da versão inicial desse estudo, que contou com a participação, inclusive, dos nossos adidos em Washington e em Bruxelas, já foi aventado pela Senadora Kátia Abreu uma possível agenda de como levar adiante esse trabalho. E o André, aqui, já apontou alguns caminhos.

Acho que o primeiro caminho, que ele enfatizou muito, é que essas políticas estão começando e irão demandar uma quantidade imensa de informações que estão sendo acumuladas para que possam ser executadas. Então, tem que definir a área plantada, tem que definir renda, tem que definir condado, renda por condado... Tudo isso, no caso da União Europeia, que é uma política onde os programas migraram para o que seriam programas sem impacto sobre o mercado, há uma quantidade de questões que ainda vão ser definidas, porque uma parte dos recursos disponíveis, a alocação desses recursos será determinada por cada um dos pa-

íses. Então, acho que temos que fazer aqui um exercício permanente de acompanhamento e monitoramento, para ver como isso está sendo implementado.

Mas isso não é só uma questão de entendermos para onde essas políticas estão levando os subsídios e o montante dos subsídios e qual é o impacto nos mercados. É também uma forma de irmos acumulando munção para levar adiante, caso seja necessário um questionamento dessas políticas.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO. *Fora do microfone.*) – Produzindo provas ao longo, não é?

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Isso. Começamos cedo, e é fundamental que continuemos a fazer, porque o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos agora que está começando a implementar esses programas de seguro. A implementação desses programas, na realidade, só estará plenamente efetiva ano que vem, porque demanda uma quantidade enorme, mas nós já estaremos com uma quantidade de informações acumuladas e poderemos, então, estar em uma posição muito melhor para questionar esses programas.

A segunda questão que considero muito importante nessa agenda nacional...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E V. Sª acha que esse papel seria da Confederação Nacional da Agricultura? Ou V. Sª acha que o próprio Ministério das Relações Exteriores ou o Ministério da Agricultura ou o MDIC deveriam estar se organizando, se estruturando preventivamente?

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Senador, na realidade eu acho que essa é uma tarefa nacional, tem que envolver o Executivo e o Legislativo, como ocorre, aliás, nos Estados Unidos e na Europa, com o Parlamento europeu. Tem que envolver as associações de classe, os produtores, a Academia, porque isso é um exercício de grande dimensão, e não é, como eu disse, só um exercício de levantamento de informações. É um exercício político, porque ele vai criar os instrumentos para podermos, depois, ter uma defesa melhor; e vai criar os instrumentos, como o André mencionou muito bem, de pressão sobre os Estados Unidos e a União Europeia no momento em que estão definindo como irão implementar essas políticas.

Acho que esse debate que V. Exª promoveu tem uma importância muito grande como um primeiro debate para levantar essas questões aqui no Congresso Nacional e deixar esse tema em pauta para que possamos mostrar que essa questão não é só do Ministério da Agricultura, do Ministério das Relações Exteriores, não é uma questão só da CNA, dos produtores. É uma questão que envolve o Brasil, envolve o interesse nacional, porque somos o terceiro maior exportador do mundo. O papel da agricultura, hoje, no contexto econômico brasileiro, é de outra magnitude.

Quem sustenta o superávit comercial brasileiro, hoje, é o setor da agricultura. Então, o nível de emprego, a participação no PIB da agricultura, tudo vem crescendo. A agricultura tem um histórico recente de aumentos permanentes de produtividade, etc.

Hoje, nós somos um líder mundial em matéria de agricultura. E, como o André mostrou, o nosso nível de subsídio é muito baixo. Então, nós temos tudo para questionar esse tipo de política e temos tudo para ser ouvidos, porque nós somos uma potência agrícola mundial hoje. Isso não era assim há 20, 30 anos.

Então, eu acho que essa é uma tarefa realmente de união e de coordenação em torno desses temas.

Um elemento muito importante nisso é qual é o impacto externo, qual é o impacto no mercado, como o André mostrou. Vai haver uma depreciação de preço, etc., e isso vai ter de ser muito acompanhado, porque o cenário hoje é um cenário mais instável. O cenário em que nós convivemos com a lei agrícola americana anterior e com a PAC anterior era um cenário de subida de preço. Os preços das *commodities* no mercado internacional chegaram a patamares elevadíssimos, função em grande medida da demanda chinesa e das taxas de crescimento da China. Ora, a economia chinesa está reduzindo suas taxas de crescimento. A economia chinesa pode reduzir ainda mais. Não acredito que vá haver, não se prevê um cenário de modificação substancial, mas os preços, na realidade, já caíram em relação a esse patamar mais alto.

No caso do algodão, Senador Moka, a China acumulou estoques de tal ordem que o Departamento de Agricultura Americana está prevendo uma queda de preços do algodão e uma queda de demanda por algodão, porque a China é o maior importador de algodão. Então, é possível, inclusive, que a Índia substitua a China.

Nesse cenário de queda de preço, o impacto dos subsídios se torna muito maior, porque o espaço entre aquela linhazinha dos preços de referência e os preços do mercado vai aumentar. Então, eu acho que deve haver um observatório de acompanhamento permanente do que está acontecendo no mercado e do que está havendo em termos de implementação dessas linhas, dessas políticas com foco nos três grandes produtos que o André mencionou: a soja, o milho e o algodão.

Eu acho que, como consequência desse acompanhamento permanente, vamos ter de aprofundar os estudos, e fazer estudos mais específicos por políticas e por produto, e vamos ter de realizar mais eventos como esse e eventos em nível de discussão com a sociedade, com especialistas, para estarmos permanentemente atualizando o nosso conhecimento.

Como o André mencionou, eu vejo que a discussão aqui no Congresso brasileiro tem dois grandes focos: um foco é esse de qual é o efeito possível dessas políticas nas exportações brasileiras; mas o outro foco é quais são as políticas que esses países estão fazendo, não só as distorcivas do comércio mas também as outras, que podem e devem ser acompanhadas pelo Brasil, inclusive como forma de desenvolver políticas mais modernas no Brasil voltadas para o agro.

O André mencionou a política de conservação. Essa política, como ele mostrou, está tendo um crescimento grande. V. Ex^a, Senador Moka, levantou a questão de que aqui a maior parte é paga pelo próprio produtor. Então, isso é um bem público, isso é uma externalidade importante à preservação ambiental. Então, é importante que esse tema esteja presente na discussão dessas políticas. Mas há outras.

Os Estados Unidos estão destinando, nessa lei agrícola, 200 milhões de dólares para promoção das exportações agrícolas americanas. Eles estão organizando, no contexto desses programas de promoção de exportação, uma gigantesca missão agora, a Ásia, para promover biocombustível na China, no Japão e na Coreia. Então, isso tem um impacto muito grande, aumentar a presença dos americanos nos mercados, que hoje são centrais para o setor agrícola.

A política deles de inovação tecnológica embutida nessa nova lei, com a criação de uma fundação com contribuições do governo e com contribuições do setor privado, para promover pesquisa em área de pesticidas, em área de defensivos, em áreas de novos métodos de produção, é uma política enorme. O secretário de agricultura, num pronunciamento recente, indicou que ele esperava levantar para essa fundação, além dos recursos do governo, US\$400 milhões para promover atividades de pesquisa e inovação voltadas para o produtor americano. Há outros programas ainda, como o programa dos jovens agricultores, programas na área de reflorestamento e os programas de desastres naturais, que são programas extremamente importantes, sobretudo se a gente olhar no contexto de mudanças climáticas que estão ocorrendo.

Então, acho que aí existe toda uma série de políticas públicas que existem na lei americana, mas existem também de outra forma na nova política agrícola comum, que são muito interessantes para o Brasil acompanhar e para o setor acompanhar, porque elas indicam caminhos possíveis para a política no Brasil na área agrícola.

E nesse contexto, como o André mencionou, da migração dos subsídios americanos para a área de seguro e o fato de que os esquemas de seguro americano são esquemas extremamente sofisticados, que levam a uma redução do risco para o produtor quase total, é importante que o Brasil olhe um pouco essa questão do seguro agrícola e veja como desenvolver esquemas de seguro no Brasil.

Então, acho que essa agenda nacional, combinando o acompanhamento das leis, o acompanhamento do impacto no mercado e o acompanhamento das políticas que estão embutidas nesses dois regimes é algo muito importante e deve envolver o Congresso, o Executivo, os produtores, as associações e a Academia.

No plano internacional, para responder uma pergunta que a Senadora Kátia Abreu indicou, acho que a gente deveria, nesse momento em que já temos alguma informação e as políticas estão começando a ser implementadas, realizar consultas com os dois grandes, os Estados Unidos e a Europa, isso com vistas a mostrar que estamos atentos e que queremos entender como eles estão implementando essas políticas.

Acho que esse esquema de consultas é um esquema muito importante, e essas consultas podem ser tanto nas capitais, como em Genebra.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – As consultas diretamente para quem?

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Com os Estados Unidos e com a União Europeia...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Com os governos?

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Sim, com os governos. E pode envolver também o Parlamento Europeu e o Congresso, acho que pode ser, dado que estamos fazendo esse primeiro debate aqui sobre a política agrícola americana, e pode envolver também os produtores através de consultas entre associações de produtores que existem dos dois lados.

Em Genebra, acho que o Governo brasileiro deveria levar esse tema da política agrícola comum e o tema da lei agrícola americana para o Comitê de Agricultura da OMC, não como forma de questionar, mas como forma de iniciar um debate que pode levar a um questionamento.

Então, acho que é um tema muito relevante.

A União Europeia acabou de dar a indicação de que pretende discutir em Genebra o crédito rural brasileiro. Então, acho que deveríamos promover uma discussão em Genebra sobre a PAC e sobre a lei agrícola americana.

Como forma de arregimentar e mobilizar os países, acho que esse estudo, que tem também uma dimensão voltada para a política agrícola comum – que o André não apresentou, porque hoje o foco era na lei americana –, deveria ser apresentado ao G20 em Genebra, que são os nossos parceiros na luta contra os subsídios dos grandes países. E poderia ser apresentado a outros grupos em Genebra. Acho que essa é uma forma de mobilizar os países e de aumentar o conhecimento desses países sobre o impacto dessas políticas.

Finalmente, numa área internacional, acho que temos que começar uma renovada mobilização, depois da Ministerial de Bali, para ver se é possível retomar as discussões sobre agricultura na rodada.

O cenário não é dos melhores. E agora, com essas duas novas políticas, uma definida até 2018 e outra definida até 2020, é muito difícil pensar que vão se introduzir modificações que vão afetar a lei agrícola americana e a nova PAC.

Mas, isso não impede que, por um lado, vejamos, monitoremos a execução dessas políticas e tentemos corrigir problemas na execução das políticas, porém, mais importante, que tentemos chegar, efetivamente, a um acordo global de redução de subsídios no contexto da rodada, para que, a partir do momento em que essas políticas cheguem ao seu final, consigamos ter uma nova geração de políticas agrícolas nos Estados Unidos e na União Europeia, diferente e que distorça muito menos. Isso é algo que vale, como o André indicou, mais para os Estados Unidos que para a Europa, porque a Europa migrou grande parte de suas políticas para o que na OMC se chama caixa verde.

Ainda respondendo à pergunta da Senadora Kátia Abreu sobre os Estados Unidos e a Europa, e a questão do protecionismo, acho que, na realidade, na Europa, as duas evoluções são diferentes. Elas têm pontos em comum, como reflete o esquema do seguro, de reduzir o potencial questionável dessas políticas. Mas, no caso da Europa, ela vem migrando os programas dela cada vez mais para programas dissociados de mercado, de produtos e de preços. Os últimos que restam ainda são o leite, o vinho e açúcar. E estão vinculados a produtos. Estão expirando.

Então, como André indicou, no caso da política agrícola comum, o desafio vai ser maior em termos de questionamento dessas políticas. Mas é possível, dado o volume de subsídios, que chegam a 60 bilhões de euros, que essas políticas tenham um impacto no mercado.

No caso dos Estados Unidos, a orientação sempre foi vinculada mais a políticas distorcivas, a políticas vinculadas a produtos, etc. Esses programas vêm migrando em certa medida. Alguns foram eliminados: CCP (Counter-Cyclical Payment), etc. Mas eles têm migrado de uma forma muito mais limitada do que aconteceu na Europa. Eu acho que isso reflete o fato de que os Estados Unidos são um gigantesco exportador de grãos, de produtos de oleaginosas e de algodão, o que faz com que esses programas americanos tenham um potencial de sustentação dessa exportação americana no mercado mundial.

Sobre a questão de mobilização dos países, concordo inteiramente com o Senador que a reunião dos BRICS pode ser um momento para se levantar um pouco essa questão. Na realidade, os BRICS têm uma reunião anual de ministros da agricultura e discutem uma agenda de agricultura. Então, acho que esse tema é significativo e tem uma importância grande para todos os membros dos BRICS.

Quanto à questão levantada pelo Senador Moka da diferença entre o subsídio europeu e o americano, concordo. Acho que a exportação europeia está concentrada em outros tipos de produtos, e o tipo de subsídio europeu vai mais para esse tipo de sustentar uma produção e preservar um mercado para os produtos europeus, tendo também a ver com essa história dos programas de subsídio que o André mostrou, exemplificados por mim aqui.

Faria só um comentário final sobre a agenda de negociações comerciais, debatida aqui em reunião anterior, cujo tema está vinculado a esse e é de grande importância. Estão em curso novas negociações comerciais: a Parceria Transpácífica, a Parceria entre os Estados Unidos e União Europeia, a China está tentando responder a essas negociações, propondo agora uma gigantesca rodada de negociação a nível da Apec. Acho que essas negociações, com a presença dos Estados Unidos e com a liderança, no caso dessas duas grandes negociações – Parceria Transpácífica e a negociação com a União Europeia –, tendo os Estados Unidos como o maior exportador do mundo de produtos agrícolas, também precisam ser acompanhadas com grande atenção, porque a combinação de níveis de subsídio, apoio à agricultura, com abertura de mercados para as exportações americanas através dessas negociações pode ser uma combinação muito prejudicial às exportações brasileiras.

Acredito que vamos ter de olhar também essa dimensão das rodadas de negociação e o que está acontecendo, em termos de abertura de mercado, para os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia, no caso da Parceria Transpácífica, e em que medida isso pode também afetar as exportações brasileiras e a presença brasileira no mercado internacional.

Sr. Presidente, agradeço muito.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Apenas gostaria que o Embaixador pudesse dar uma opinião final sobre o nosso acordo União Europeia e Mercosul. Qual a impressão que o senhor tem hoje a respeito desse tema, tanto da parte da Argentina, quanto da parte dos europeus, que têm declarado, diversas vezes, as próprias entidades contrárias a esse acordo?

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Senadora, acho que V. Ex^a tem batalhado para levar adiante essa negociação, e ela é muito importante para o Brasil e, acho, para o Mercosul também. A União Europeia é o maior mercado importador, ou o segundo melhor mercado importador do Brasil. Então, essa negociação teria um impacto e seria a primeira grande negociação comercial que teríamos condições de levar adiante e tentar concluir, porque as outras negociações que temos feito são muito limitadas, com países que não têm maior expressão.

Acho que o momento atual é difícil para fazer progredir essas negociações.

Nós teríamos que colocar sobre a mesa, muito rapidamente, uma oferta, e, até onde eu sei – eu já não estou mais no ministério, agora estou aposentado, mas sigo acompanhando essa discussão –, não foi possível concluir uma oferta do Mercosul.

Eu acho que nós deveríamos fazer um esforço para tentar realmente levar essa negociação adiante e ver se é possível, de uma forma ou de outra, em conjunto com os parceiros do Mercosul ou de forma separada, numa negociação em dois estágios sobre a apresentação da oferta, tentar ver se a gente consegue levar essa negociação, que já se arrasta por mais de dez anos. Essa negociação começou quando eu era embaixador em Bruxelas, 12 anos atrás, ela está próxima da perda de credibilidade, porque é difícil sustentar uma negociação por tanto tempo e manter as pessoas engajadas na negociação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Embaixador Clodoaldo. Muito obrigado, Dr. André.

Eu queria fazer uma proposta final, até porque precisamos ir ao plenário para votar o Supersimples, uma proposta que faria à Senadora e Presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Eu acho que o Dr. André nos trouxe pra lá de evidências, constata ações daquilo que está por vir.

O Embaixador Clodoaldo, do alto de sua longa e exitosa experiência, praticamente nos ajudou a construir aqui uma agenda.

A proposta que quero fazer a V. Ex^a é que as Comissões de Agricultura e Relações Exteriores possam se integrar a um trabalho da Confederação Nacional da Agricultura, e nós possamos fazer uma agenda de trabalho, visando às várias articulações nos vários ambientes, nos vários segmentos, nacionais e internacionais. Eu acho que essa articulação do Parlamento brasileiro, do Senado, poderá nos levar à antecipação do estresse desse debate. Inclusive, quem sabe, nós pudéssemos propor até uma audiência temática no plenário do Senado, porque precisamos dar luz, visibilidade a essa questão que está por vir. Ou seja, esse é um problema contratado, ele não está ainda em execução em 2014, mas está contratado para 2015 e assim por diante.

Além disso, nós precisamos também trabalhar uma outra questão: como o Brasil, como o Governo brasileiro vai reagir a essa questão. Não basta apenas nós ficarmos reclamando nos painéis internacionais, é preciso que políticas locais possam ser adotadas, visando dar à agricultura brasileira condição de igualdade de competição. Então, nós temos uma agenda bastante densa. Acho que fazermos uma audiência temática no plenário do Senado com a presença dos nossos Ministros de Relações Exteriores, de Agricultura e de Comércio Exterior será muito importante, um passo além, mas eu acho que nós temos uma agenda estruturada pelas contribuições que recebemos aqui do Dr. André e do Embaixador Clodoaldo. Essa é a proposta que quero fazer à CNA, para que pudéssemos combinar, em algum momento sentarmos e estruturarmos essa agenda de trabalho.

Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Obrigada, Presidente Ricardo Ferraço, eu acho a ideia maravilhosa, extraordinária. Tanto o André como o Embaixador Clodoaldo são duas pessoas fundamentais no apoio do nosso trabalho. A CNA está totalmente à disposição, inclusive, podemos envolver a Aprosoja, a Abrapa e a Abramilho, que são as associações específicas desses três produtos que têm muito a contribuir, principalmente o algodão, que está lá fora dia e noite batendo, trabalhando e tem dado resultado. Tenho certeza de que poderíamos ter um grande sucesso.

Apenas um complemento: um tempo atrás, consegui fazer uma reunião no Congresso, no plenário – eu e o Senador Moka – em que mobilizamos 100% das comissões da Casa. Eu acho que seria importante essa parada e que todas as comissões apoiassem essa sua ideia, essa sua iniciativa. Eu tenho certeza de que todos concordariam. Assim como foi para o Código Florestal, que era um assunto nacional, de interesse dos brasileiros, este também é o interesse dos brasileiros.

E a segunda coisa é – apenas dar publicidade – também continuarmos nosso trabalho com o André Nassar, para já ir trabalhando a comparação dos subsídios ao longo dos últimos 20 anos – Estados Unidos, Brasil e União Europeia –, com os mínimos detalhes, porque não pode ser por um ano. Nós temos que fazer uma série histórica dos últimos dez, vinte anos, para que nós possamos já estar também com um instrumento poderoso. E eu tenho certeza de que eles ficarão indignados com o mínimo de subsídio que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos formular a proposta de uma audiência temática no plenário do Senado.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Porque aí é uma possibilidade de nós fazermos isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E vou compartilhar com V. Exª e com o Senador Moka, para fazermos isso em conjunto.

Senador Moka, pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Deixe-me colocar uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quando a gente coloca a Comissão de Agricultura, sempre é “a Bancada ruralista, o produtor rural é um chorão, eles estão reclamando”. Eu acho que tem que ser liderado pela Comissão de Relações Exteriores. Por quê? Porque nós damos uma outra dimensão. É uma outra dimensão.

Então, em uma audiência, quando liderada pela Comissão de Relações Exteriores, nós vamos colocar Senadores que, inclusive, não lidam, como eu e a Kátia, no segmento, mas que têm a mesma preocupação com o mercado. E, principalmente, hoje, como disse o Embaixador Clodoaldo, a agricultura, o segmento chamado agro é responsável pelo superávit da balança comercial, geração de emprego. Nós estamos falando da economia do País, de geração de emprego, de percepção do nosso PIB.

Acho fundamental que seja liderado, claro, com a participação nossa, da Comissão de Agricultura, mas tendo como quem vai puxar essa discussão... Até preocupado – como trouxe aqui o André, uma preocupação de país –, de como nós vamos nos preparar para esse embate que vai existir.

E eu não tenho a menor dúvida: esse seguro aí é alguma coisa... Antigamente, o seguro era, vamos dizer assim, indireto. Esse seguro rural é um seguro na veia do cara, é direto, porque o cara não vai ter preocupação nem com produtividade nem com condições climáticas. Ele vai, simplesmente, dizer: “Olha, eu plantei tanto, e eu quero 90% disso.”

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Moka, nós vamos adiante nessa articulação, pelo elevado interesse nacional que está sendo jogado na necessidade de nós aprofundarmos esse debate, e acho que, de maneira inovadora, nós estamos nos antecipando ao problema. Nós estamos agindo de maneira preventiva; nós não estamos permitindo e admitindo que o problema se instale para que nós possamos nos articular.

Então, nós vamos tomar a iniciativa dessa proposta, e vamos estar em linha, trabalhando a construção. Quero agradecer muito a V. Exª, à Senadora Kátia, aos demais Senadores que contribuíram para que nós pudessemos dar esse primeiro passo. Esse é o ponto de partida, não é o ponto de chegada para esse debate que o Congresso brasileiro, que o Senado da República começa a fazer.

Portanto, agradeço a V. Sª pelas contribuições, ao Embaixador Clodoaldo e, de igual forma, ao Dr. André, pelo detalhamento, pela consistência e pela robustez dos estudos que foram apresentados aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Antes de encerrar a nossa reunião, nós queremos propor a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Fica aprovada a ata da reunião anterior e também desta reunião que nós estamos encerrando.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 174 páginas
(O.S. 14114/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

